EDUFBA

O CONCEITO DE CULTURA EM CELSO FURTADO

César Ricardo Siqueira Bolaño

O CONCEITO DE CULTURA EM CELSO FURTADO

Presidenta
Dilma Vana Rousseff

Ministro da Cultura
Juca Ferreira

Secretário-Executivo
João Brant

Secretário de Políticas Culturais
Guilherme Varella

Diretora de Empreendedorismo, Gestão e Inovação
Georgia Haddad Nicolau

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor
Joao Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor
Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor
Paulo Costa Lima

EDUFBA

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora
Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial
Alberto Brum Novaes
Angelo Szaniecki Perret Serpa
Caiuby Alves da Costa
Charbel Ninõ El-Hani
Cleise Furtado Mendes
Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti
Evelina de Carvalho Sá Hoisel
José Teixeira Cavalcante Filho
Maria Vidal de Negreiros Camargo

ipea
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

César Ricardo Siqueira Bolaño

O CONCEITO DE CULTURA EM CELSO FURTADO

Salvador
Edufba
2015

2015, autor. Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.
Feito depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1991, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa, projeto gráfico e editoração
Rafa Moo

Normalização
Mariclei dos Santos Horta

Revisão
Eduardo Ross

Sistema de Bibliotecas - UFBA

C744 Conceito de cultura em Celso Furtado / César Ricardo Siqueira Bolaño. - Salvador : EDUFBA, 2015.
322 p.

ISBN 978-85-232-1382-4

1. Furtado, Celso 1920-2004. 2. Cultura- Aspectos socio-econômicos. 3. Cultura – Aspectos antropológicos. 4. Brasil – Política cultural. I. Bolaño, César. II. Título.

CDD – 338.981

Editora filiada à

ASOCIACION DE EDITORIALES UNIVERSITARIAS DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

CBaL Câmara Bahiana do Livro

Editora da UFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n – Campus de Ondina
40170-115 – Salvador – Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164
Fax: +55 71 3283-6160
www.edufba.ufba.br
edufba@ufba.br

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi produzido nos marcos do programa Cátedras IPEA-CAPES do Desenvolvimento. Agradeço também o apoio do Centro Internacional Celso Furtado para o Desenvolvimento (CICEF), os colegas da Universidade Federal de Sergipe (UFS), especialmente do Departamento de Economia (DEE), do Núcleo de Pesquisa e Pós-graduação em Economia (NUPEC) e do Programa de Pesquisa e Pós Graduação em Comunicação (PPGCOM). Finalmente, agradeço o estímulo intelectual permanente dos incontáveis colegas e amigos da ALAIC, da INTERCOM, da ULEPICC, dos grupos de pesquisa vinculados ao Observatório de Economia e Comunicação (OBSCOM) da UFS (CT&M e CEPOS) e da rede EPTIC.

À memória de meu pai, Emilio Bolaño Curiel,
quem primeiro ensinou-me a respeitar e apreciar
a criatividade e o valor transcendental
que subjaz a todo trabalho humano.

Toda autêntica política de desenvolvimento retira a sua força de um conjunto de juízos de valor nos quais estão amalgamados os ideais de uma coletividade. E se uma coletividade não dispõe de órgãos políticos capacitados para interpretar suas legítimas aspirações, não está aparelhada para empreender as tarefas do desenvolvimento. (FURTADO, 1973, p. 42)

SUMÁRIO

PREFÁCIO / *13*

APRESENTAÇÃO / *23*

INTRODUÇÃO / *31*

O MODELO DE BASE DE FURTADO / *41*
Considerações sobre a relação entre Furtado e Marx / *41*
O modelo de base de Furtado para o desenvolvimento / *59*
Perspectiva histórica / *67*
O modelo de base de Furtado para o subdesenvolvimento / *83*
Pequena advertência sobre polêmicas e estagnação / *90*

UMA TEORIA ANTROPOLÓGICA DA CULTURA / *93*
Influências: de Freyre a Herskovits / *93*
Dependência cultural e teoria do excedente / *99*
Antropologia e marxismo / *108*
Antropologia filosófica e marxismo / *122*
Breve parêntese sobre a parte maldita / *131*
Excedente e a grande teoria / *138*
Teoria do excedente e teoria do capitalismo / *149*

CRÍTICA DA CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL / *167*
O mito do desenvolvimento: ecologia e cultura / *168*
Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais / *176*
Criatividade e dependência na civilização industrial / *185*
Filosofia, ciência e arte / *194*
Política, ecologia e feminismo / *203*
Arte, liberdade e emancipação / *210*
De volta à teoria do desenvolvimento / *218*

CULTURA BRASILEIRA, POLÍTICA E ECONOMIA / *227*
Formação da cultura brasileira / *228*
Perspectivas de mudança / *236*
Subculturas urbanas e desenvolvimento / *242*
As TIC e a dimensão cultural do desenvolvimento / *252*
Economia política e política cultural / *262*
Política cultural e cultura brasileira / *270*
Economia da cultura / *277*

CONCLUSÃO / *285*

REFERÊNCIAS / *313*

PREFÁCIO

> O essencial da cultura reside em que ela é a resposta aos problemas permanentes do homem. (FURTADO, 1986)

> Minha paixão sempre foi a cultura e o mundo, com toda a sua riqueza. (FURTADO, 1991)

> A questão central se limita a saber se temos ou não possibilidade de preservar nossa identidade cultural. (FURTADO, 2002)

O Prof. César Bolaño – reconhecido investigador de um campo do conhecimento que se autodenomina Economia Política da Comunicação e da Cultura e um dos maiores especialistas das temáticas que envolvem o desenvolvimento, a **cultura** e as **comunicações** – realizou aqui um enorme esforço de investigação sobre as complexas articulações entre estas **duas dimensões cruciais do processo de desenvolvimento**, procurando construir um caminho instigante e erudito de reflexão e exposição de ideias, iluminado pelos ricos *insights* do grande pensador Celso Furtado.

A prazerosa leitura do livro confirma que as pretensões do autor foram cumpridas: realizando uma releitura sistemática da

vasta obra de Celso Furtado centrada no seu conceito de cultura e estruturando um conjunto de perguntas fundamentais sobre as especificidades do desenvolvimento capitalista no Brasil nesta seara, do passado até os dias atuais, e apontando perspectivas. Cumpre com maestria as tarefas a que se propôs, situando o sistema teórico de nosso grande intérprete no contexto maior da história do pensamento econômico e social. Mas Bolaño vai muito além, e alinhava toda esta discussão no plano global da rodada profunda de transformações recentes do capitalismo na escala mundial e o papel aí cumprido pela informação e pela comunicação neste processo mais geral.

Ou seja, do meu ponto de vista, temos aqui não apenas um excelente livro sobre cultura nas e a partir das reflexões de Furtado. Vai muito além e, sob a inspiração do mestre, traz até os dias atuais as questões sobre as mais decisivas articulações, e os desafios para a formulação de políticas públicas, nas interfaces entre comunicação, cultura e desenvolvimento. O texto perpassa a discussão da busca de uma teoria antropológica da cultura, a crítica da civilização industrial e dos aspectos políticos e econômicos da cultura brasileira, conduzindo o leitor à conjuntura contraditória do presente e às perspectivas em aberto e por abrir no curso histórico de nossa realidade.

O livro é tão abrangente e rico, buscando examinar as múltiplas facetas entre o desenvolvimento, a cultura e as comunicações, e procurando elucidar as conexões e mediações teóricas e históricas que precisam ser enfrentadas. Não ousarei, obviamente, repeti-las ou percorrê-las nesse prefácio, mas apenas convidar o leitor para refletir sobre as temáticas desta obra publicada neste momento crucial da vida nacional.

Celso Furtado sempre encarou o processo de desenvolvimento segundo uma perspectiva multifacetada, enquanto uma questão simultaneamente de acumulação e de inventividade, que deveria

expressar peculiares valores substantivos, segundo uma lógica de seus fins específicos, de dada coletividade. Suas contribuições vão no sentido de que é preciso estar atento ao risco de determinada sociedade ter enriquecimento material sem enriquecimento cultural, ou mesmo avançar em termos econômicos com simultânea degradação do patrimônio cultural de um povo que não logra expressar adequadamente seus valores e que não submete de forma plena seus desígnios materiais, de progresso, aos objetivos maiores da vida social. Ele, apoiado em Perroux e outros, sempre alertou que o andamento histórico concreto se realiza condicionado por decisões que possuem cadeias hierarquizadas de comando que operam em função de valores definidos por grupos dominantes, com poder de influência assimétrico sobre essas cadeias decisionais. Segundo ele, na análise do desenvolvimento, adquire relevância o poder diferencial e desproporcional que podem exercer certos agentes para alterar o comportamento dos outros. Isto é, há grupos com desigual capacidade de alterar parâmetros e com isso influenciar o curso dos acontecimentos e a ação de outros em benefício próprio.

Por outro lado, inspirado por Marx e sua visão da dinâmica de uma história prenhe de possibilidades, vai entender que por mais estruturas enrijecidas e malformadas que tenham sido produzidas e acumuladas em uma situação de subdesenvolvimento, a história nunca está fechada. Ou seja, Furtado tem uma crença inarredável no ser humano enquanto agente da transformação do mundo.

A concepção construída por Furtado de olhar o mundo pela sua variedade de formas sociais e econômicas e seus respectivos sistemas de valores subjacentes é impressionantemente contemporânea e rica, frente às novas fronteiras do conhecimento teórico sobre a riqueza diversificada das trajetórias dos processos históricos e específicos de desenvolvimento.

O desenvolvimento é tomado por ele como um processo conflitivo e tenso em que sujeitos concretos exercitam opções alternativas frente a uma temporalidade construída mais larga (e não imediatista), apta a escolhas autônomas, apresentando trajetórias abertas, que estão submetidas a decisões estratégicas, em ambiente de incerteza, pouca segurança e de desproporcionais diferenciações de poder (de comando sobre o destino social).

Por exemplo, quanto à via que conduz ao processo de subdesenvolvimento, conforme está bem esclarecido no livro, Furtado entendia que este resulta da propagação da civilização industrial, sendo uma manifestação cultural desta. Em sua essência, aquele processo de acúmulo de atraso é um fenômeno de dominação, ou seja, do âmbito da cultura e da política. Ou seja, a problemática mais geral dos processos históricos concretos de desenvolvimento está afeita aos amplos processos de mudança dos sistemas culturais de uma sociedade particular.

Avalio que Furtado tinha em mente uma espécie de unidade dialética de uma complexa **dependência cultural-tecnológica**, determinada simultaneamente nas órbitas da circulação e da produção, pois a modernização enquanto cópia malfeita dos estilos de consumo ostentatórios de suas "classes ociosas", com pouca ou nenhuma correspondência com o processo de acumulação e seu desenvolvimento tecnológico, restringem os raios de manobra para a construção de uma outra sociedade dotada de menor heterogeneidade estrutural. Ou seja, no contexto do atraso periférico, da dependência e do subdesenvolvimento, vão se reproduzindo as classes e seus modos de vida e consumo, sem a correspondente diversificação do aparelho produtivo para atender à sofisticação consumista-elitista, reiterando as estruturas sociais correspondentes. Assim, a sociedade subdesenvolvida vai acumulando historicamente múltiplos atrasos e deformando recorrentemente suas estruturas sociais. A estratificação social rígida priva a maio-

ria do acesso a necessidades básicas, enquanto desfigura a estrutura produtiva. Há aqui posta a problemática do movimento histórico-genético das estruturas, grande contribuição do modo de pensar crítico da escola latino-americana.

Em suma, o processo de desenvolvimento deveria ser, segundo Furtado, encarado como o exercício de criatividade e de imposição de valores. Tal processo permitiria descortinar horizontes de alternativas e alargar o campo do possível, "concretizando as potencialidades humanas". O substrato do processo de desenvolvimento é a inventividade cultural e o aumento da capacidade criativa. Seria preciso colocar o potencial criativo a serviço, e na direção, do enriquecimento do seu universo de valores. Lograr transitar da racionalidade com respeito aos meios (instrumentos) para a racionalidade com respeito aos fins (valores substantivos).

Furtado associa o esforço pelo desenvolvimento recorrentemente aos processos de iniciativa, criatividade, melhorias nos "sistema de incitações", inventividades capazes de incrementar a capacidade de ação, superando a passividade e o imobilismo das decisões que perpetuam as estruturas anacrônicas da aculturação e da dependência. Ele propõe um esforço intelectual e político de transformação social que, enraizado em nossas especificidades históricas, fosse capaz de lograr a constituição de formas sociais mais reveladoras, mobilizadoras e acionadoras de nossa criatividade e diversidade cultural, "fazendo aflorar nossas energias contidas", para desmontar vigorosamente nossas máquinas e estruturas de reprodução de desigualdades sociais, produtivas e regionais.

Como já mencionado, a análise da lógica e dos interesses ao longo das cadeias de decisões e as reações às decisões tomadas seria essencial para se descortinar possibilidades de promover transformações que logrem desatar as energias da criatividade contida e redirecioná-las para o contexto maior das opções societais e da busca soberana por ampliação durável de seu leque de

oportunidades, capazes de incrementar a capacidade de ação, superando a passividade e o imobilismo das decisões que perpetuam as estruturas anacrônicas.

A riqueza analítica, teórica e política de tentar desvendar as inter-relações entre comunicação, cultura e desenvolvimento, colocando-as no plano concreto da correlação de forças postas na sociedade, friccionando as ações e decisões daqueles entes com poder de comando sistêmico frente aos projetos de vida da maioria, é uma das marcas do pensamento de Furtado que é aqui resgatada, desenvolvida e atualizada por Bolaño. Os diversos, e por vezes antagônicos, subconjuntos de juízos de valor e as legítimas aspirações da coletividade são postos frente a frente e descritas em seu processo histórico.

Relembrando a grande utopia de Furtado de algum dia, quem sabe, se desatar uma espécie de grande transformação civilizacional e sociocultural, ou uma "revolução cultural" à brasileira, do porte e da abrangência daquela realizada na China nos anos 1960, e olhando agora na segunda década do século XXI, não é fácil ser tão otimista. Tudo parece conspirar contra a emancipação criativa do ser humano: o individualismo exacerbado; a despolitização quase generalizada; a cristalização de uma sociedade do espetáculo; "o reforço dos interesses de grupos já beneficiados pela concentração de renda"; os novos acessados pelo consumo em "massa popular-chinesa" de baixo custo; as inusitadas e diferenciadas formas de despossessão, reapropriação que o sistema capitalista sofisticou; etc.; tudo isso se instaurando em uma sociedade de massas atravessada e veiculada pelos meios de comunicação.

Um ponto central, enunciado no livro, que pode dar lugar a uma ampla agenda futura de investigação, é o diálogo, proposto por Bolaño, de articular a ousada proposta de "buscar uma teoria social global, na qual entronquem a teoria da reprodução da população, a teoria das decisões intertemporais (acumulação), a te-

oria da estratificação social e a teoria do poder" (Furtado, 1977) – segundo penso, essa feliz frase é a mais sintética, uma bússola teórica, do que Celso Furtado tinha em mente, com a não menos ousada proposta de George Bataille (1949) de fundar uma "economia geral", que assume um conceito de excedente definido em termos antropológicos como ponto de partida. Há toda uma parte final do capitulo dois, muito instigante, que anota possíveis caminhos para se fazer dialogar a teoria do excedente e a teoria do capitalismo.

Um dos méritos do livro é deixar patente a enorme erudição de Furtado, que transita com facilidade, como aqui demonstrado, pela filosofia, ciência, arte, política, ecologia, feminismo etc.

Outro ponto destacado é que Celso Furtado rejeita radicalmente as formas de vida criadas pela civilização industrial e sua tendência de subordinar os fins aos meios, a ideologia do sucesso individual, as determinações impostas por uma sociedade de massas, seus estabilizadores/enrijecedores da estrutura social conservadora ("o Estado, a Igreja, os partidos políticos, os *mass media*"), que travam a inventividade e o horizonte de aspirações da maioria, reduzindo suas formas criativas e sua liberdade de optar entre alternativas. Muito interessante o apontado no livro, reproduzindo palavras de Furtado, que, ao falar de arte, a toma como a capacidade humana de "fundir o criar com o viver".

Por toda a obra de Furtado, perscrutada por Bolaño, é possível encontrar essa riqueza de interpretação da realidade que trabalha com uma perspectiva de que construir o verdadeiro caminho para o processo de desenvolvimento nacional, no sentido de facultar escolhas e estender e ampliar seu leque de oportunidades, requer o enfrentamento em várias frentes conflitivas, forjando novo patamar de homogeneidade social, que se traduza em enriquecimento cultural e em apropriação social dos avanços tecnológicos e novos

padrões civilizatórios. Desse modo, o papel das estruturas sociais e de poder não poderiam estar ausentes da análise.

O livro avançará para as mediações históricas postas na formação cultural brasileira. Em seguida explorará os impactos nesta do avanço das novas tecnologias da informação e das comunicações. São questões que colocam hercúleos desafios se quisermos, como apontado por Furtado, fazer aflorar nossas energias criativas, quando os meios de comunicação, em uma sociedade urbana de massas, quando não suficientemente regulados socialmente, agem, sobretudo, no sentido de repor e revigorar os mecanismos de controle social

O livro depois discutirá política cultural, e abre uma importante discussão do problema do controle dos meios de comunicação no Brasil.

Ao final, o livro aponta caminhos da longa e necessária construção a ser realizada, no sentido dos enfrentamentos pela "redistribuição da renda e democratização dos recursos de poder, visando à redução progressiva da heterogeneidade estrutural".

Penso que nesse momento em que este livro vem a público talvez seja o auge do histórico divórcio entre elite e povo em nosso país, o que torna ainda mais importante e atual a sua leitura e discussão.

Vivemos no presente uma quadra histórica dramática de tensionamentos entre "os de cima" e os "de baixo", com o ápice do papel contraditório da chamada "classe média" na (des)construção de uma identidade nacional. Dramático, pois se exacerbam os autoritarismos e os revanchismos de toda ordem, ao mesmo tempo em que sobre a "massa popular pesa crescente ameaça de descaracterização", vaticínio furtadiano ainda nos anos 1970, além dos extremos entre despolitização e individualismo.

Por fim, seria importante convidar a todos a realizarem a leitura atenta deste livro, a partir do presente, olhando para o futuro.

Escolho a feliz síntese-propositiva (pois sumariza variadas problemáticas e aponta direções), realizada ao final por César Bolaño, dos inúmeros desafios que a "civilização brasileira" tem pela frente nas próximas décadas. Oferece ele uma pista consistente em um ambiente de "enorme risco de descaracterização do potencial criativo do povo brasileiro frente ao crescimento da Indústria Cultural. Melhor do que classe média, o trabalhador cultural e o trabalhador intelectual em geral, termo que Furtado também usa, ou a *intelligentsia*, tem hoje uma responsabilidade histórica transcendental". Lendo Furtado e lendo Bolaño, me pergunto: quem serão os sujeitos sociopolíticos que mobilizarão nossas energias civilizacionais latentes? Este livro contribui enormemente para esse crucial debate.

Carlos Brandão
Professor do Instituto de Pesquisa e
Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ e
Coordenador do Observatório Celso Furtado de
Desenvolvimento Regional do Centro Internacional Celso
Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é parte de um projeto de estudo do pensamento de Celso Furtado a partir de um fio condutor, que é o seu conceito de cultura, pois se trata de um caso único de intelectual do campo da Economia Política – fundador desse campo, aliás, no país – que percebe e

> [...] toma por assente a conexão íntima entre o processo de desenvolvimento e a *invenção cultural*, que está na base da ciência e da tecnologia ('o homem como agente transformador do mundo') e das várias formas de transmissão de valores que são os meios de comunicação e de ensino. (BOSI, 2010, p. 233-4)

Minha preocupação, em última instância, é com a realidade do capitalismo dos nossos dias, caracterizada por uma reestruturação profunda dos processos produtivos, de consumo e das relações sociais em geral, em que os setores da informação e da comunicação ganham uma relevância inusitada.

Há três décadas venho estudando essas questões, na perspectiva da Economia Política da Comunicação (EPC), uma área de estudos interdisciplinar, com especial inserção no campo da Comunicação, e estou convencido de que o poder explicativo desse enfoque poderá

ver-se aprimorado se pudermos, recorrendo a Furtado, promover um adequado equacionamento dos problemas relativos ao desenvolvimento, ao subdesenvolvimento e à dependência, com que ele se preocupava e que não foram resolvidos na nova configuração do capitalismo, apresentando-se, não obstante, de forma diferente, o que os torna, portanto, em todo caso, também problemas relevantes para a nossa geração.

Entenda-se este apelo à ideia de geração com as devidas ressalvas. Antonio Candido (2002, p. 238), por exemplo, respondendo à provocação de Mário Neme, para a *Plataforma da Nova Geração*, mostra seu desconforto com o conceito, nos seguintes termos:

> Pessoalmente, embirro um pouco com esse negócio de geração: 'a minha geração'; 'o dever da nova geração'. Sou contra. Primeiro, porque me parece que, na idade em que estou [menos de 27 anos], soa terrivelmente falso e por que não dizer, perigosamente ridículo o tom conspícuo de quem dá palpite sobre o homem e o mundo. Segundo e, sobretudo, porque não é fazendo plataformas pessoais que um moço define a sua posição, mas agindo de maneira a fazer, mais tarde, jus a uma atitude teórica, justificada pela ação anterior. Este ponto me parece capital.

Carlos Guilherme Mota (1978, p. 127), comentando esse texto de Candido, afirma que o autor

> [...] não aceita a ideia de geração (aceitando-a). Rechaça as formulações empertigadas sobre a pomposa 'missão do intelectual' (mas não mistifica as tarefas, que são reais e têm sentido político). Não relativiza a ideia de geração para indefinir os compromissos; ao contrário, não desprezando os antecessores, componentes de uma 'geração sacrificada [...] por excesso de êxito', caracteriza seu grupo como sendo composto por um conjunto de indivíduos embarcados

> integralmente numa vertente 'crítica, crítica e mais crítica' – chamando-os pelo nome.

Essa coerência teórica crítica é também um traço marcante do pensamento de Furtado e isso transparece claramente quando tomamos, em retrospectiva, o conjunto da sua contribuição teórica sobre a base do conceito de cultura, como vamos procurar fazer aqui. A localização de Furtado, na sua geração, é também matéria à qual voltarei, de forma sucinta, bem mais adiante, no capítulo conclusivo. Aqui, a referência é à minha própria geração, no campo da EPC, para a qual a contribuição de Furtado é estratégica, pois transcende a problemática estritamente econômica, ou econômico-social, no sentido do estruturalismo latino-americano, situando-se no campo mais geral da cultura, que engloba a economia e lhe dá sentido.

Por isso deve ser incluído entre os construtores da ideologia da cultura brasileira, no sentido de Mota, e seu próprio pensamento entendido como fruto dessa cultura, pois é o conhecimento da realidade brasileira, da sua civilização, da história do Brasil e suas particularidades, no interior da cultura ocidental, que dá à obra de Furtado sua especificidade no campo do estruturalismo latino-americano e sua fundamental contribuição à teoria econômica. Outros estudiosos de Furtado, como o próprio Bosi, citado, e especialmente Octavio Rodriguez, como veremos, já avançaram sobre o tema. Um autor importante, como Ricardo Bielschowsky, certamente influenciado, neste particular, por Rodriguez, divide em três as contribuições, no plano analítico, de Furtado ao estruturalismo latino-americano: a inclusão da dimensão histórica, a análise das relações entre crescimento e distribuição e

> [...] a terceira contribuição é a de que o subdesenvolvimento da região corresponde a um 'certo' sistema de cultura, que no plano material imita o sistema produtivo e o padrão de consumo dos países centrais, e no plano 'não-material'

> é um sistema cultural 'travado', que não consegue plasmar uma identidade própria e uma trajetória alternativa para o desenvolvimento econômico de nossos países. (BIELSCHOWSKY, 2001, p. 112)

Mas não desenvolve o tema para além dessa observação, que precisaria ser qualificada, restringindo-se aos dois primeiros elementos. Em trabalho posterior, a terceira contribuição aparece como referente, não ao plano cultural, mas ao pioneirismo na análise das dificuldades de absorção da força de trabalho transferida do campo para as cidades no processo de desenvolvimento, indicando ainda que "Furtado provavelmente antecipou algumas das ideias básicas das teorias da dependência." (BIELSCHOWSKY, 2005, p. 186)

O fato é que, embora a questão esteja posta no campo intelectual brasileiro, uma leitura sistemática da obra de Furtado em toda a sua extensão, centrada no seu conceito de cultura, ainda não foi feita. O objetivo deste trabalho é contribuir para o preenchimento dessa lacuna.

Uma importante fonte de inspiração foi o livro de Octavio Rodriguez (2009, p. 31). Na busca de uma definição do que entende por "estruturalismo latino-americano" (a produção intelectual vinculada direta ou indiretamente à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), desde os trabalhos fundadores de Prebisch até os dias de hoje), o autor explicita assim a posição especial ocupada por Furtado no seu interior: "a especificidade maior das contribuições de Celso Furtado [...] é o papel que ele atribui a uma certa noção de 'totalidade': a conformada pelo sistema global de cultura."

Nesse sentido, Furtado levaria ao extremo a perspectiva não determinista da CEPAL, não economicista, que dá grande importância aos fatores extraeconômicos, em contraste com a teoria econômica convencional. Rodriguez (2009, p. 417) distingue três âmbitos do "sistema global de cultura" de Furtado, a saber,

> [...] o da **cultura material**, que corresponde no essencial ao progresso técnico e à acumulação, o concernente às relações sócio-políticas e às ideias e valores que as fundamentam [**cultura político-institucional**], e o conformado pelos restantes componentes da cultura não-material, chamados com brevidade de 'âmbito cultural'. (RODRIGUEZ, 2009, p. 417)

cultura espiritual ou cultura propriamente dita.

Esses três campos devem ser pensados como uma totalidade, visto que "todo objeto de uso final, que não procede diretamente da natureza, é fruto da invenção humana, é um *objeto de arte*. Seu fim é enriquecer a existência dos homens." (FURTADO, 1978, p. 84) É irresistível lembrar, a esse respeito, a relação que Marx estabelece entre cultura (não material) e indústria no seguinte trecho dos *Manuscritos econômico-filosóficos*:

> Vemos como a história da *indústria* e a existência *objetiva* da indústria, já tornada realidade, é o livro *aberto* das *forças essenciais humanas*, a psicologia humana colocada diante de nossos sentidos, que até agora não se concebia como entrocada com a *essência* do homem, senão sempre em um plano externo de utilidade, porque – ao mover-se dentro da alienação – só se acertava enfocar a existência geral do homem, a religião ou a história, em sua essência abstrata geral, como política, arte, literatura, etc., enquanto realidade das forças essenciais humanas e enquanto *atos humanos genéricos*. Na *indústria usual*, *materia*l [...] temos diante de nós, sob a forma de *objetos úteis sensíveis e alheios*, sob a forma de alienação, as *forças essenciais objetivadas* do homem. (MARX, 1962, p. 87-8, tradução nossa)[1]

[1] Vemos cómo la historia de la *industria* y la existencia *objetiva* de la industria, ya hecha realidad, es el libro *abierto* de las *fuerzas esenciales humanas*, la psicología humana colocada ante nuestros sentidos, que hasta ahora no se concebía como entroncada con la *esencia* del hombre, sino siempre en un plano externo de utilidad, porque – al moverse dentro de la enajenación – sólo se acertaba a enfocar la existencia general del hombre, la religión o la historia, en su esencia abstracta general, como política, arte, literatura, etc., en cuanto realidad

Este é, afinal de contas, o sentido de estudar a articulação essencial que existe entre cultura material e espiritual, como fazem, cada um à sua maneira, tanto Marx (1962) quanto Furtado. Só assim se poderá chegar a construir "uma ciência *real* e efetivamente plena de conteúdo." As relações entre Marx e Furtado, aliás, deveriam ser melhor estudadas. Neste trabalho, elas aparecerão com muita frequência, especialmente no capítulo primeiro, não em sentido polêmico, mas para procurar entender a recepção, por Furtado, desse autor, que é a principal referência da EPC em nível internacional. Recuperar a contribuição de Furtado, nessa perspectiva, significa incorporar uma contribuição que é também materialista histórica e que dialoga permanentemente com Marx, em toda a sua obra.

Pode-se dizer que a contribuição de Furtado encontra-se em plano semelhante ao de outro grande autor, como Polanyi (1992, p. 42), preocupado em explicar a civilização do século XIX, cujo colapso presenciava, a partir da constatação de que a sua peculiaridade era descansar sobre fundamentos econômicos, num sentido muito diferente de todas as sociedades que a precederam, pois "optou por basear-se em uma motivação que raras vezes reconheceu-se como válida na história das sociedades humanas e que certamente não se havia elevado jamais ao nível de uma justificação da ação e do comportamento consuetudinários: o lucro."

Ao constituir-se a sociedade sob o conceito de mercado autorregulado, o que exige transformar em mercadoria, por um drástico e radical *tour de force* político, a natureza (terra) e o próprio homem (mão de obra, força de trabalho), "subordina-se a substância da sociedade mesma às leis de mercado." (POLANYI, 1944, p. 80) Há uma inversão, portanto, entre fins e meios, como diria Furtado, quem elabora um constructo teórico diferente, mas compatível e complementar ao deste e de outros importantes teóricos do capitalismo. A sua

---

de las fuerzas esenciales humanas y en cuanto *actos humanos genéricos*. En la *industria usual, material* [...], tenemos ante nosotros, bajo la forma de *objetos útiles sensibles y ajenos*, bajo la forma de la enajenación, las *fuerzas esenciales objetivadas* del hombre.

especificidade é entender o mundo a partir do Brasil e da América Latina, o que lhe permite explicar, como um movimento único, de expansão da civilização industrial, tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento. Sua teoria do desenvolvimento é, assim, mais geral e completa do que todas as anteriores, com as quais dialoga.

Ao cabo de dois anos de estudo sistemático da obra de Furtado, dois volumes maiores foram produzidos a título de conclusão: um livro composto de alguns dos artigos que produzi entre 2011 e 2012, voltados para o debate epistemológico, sobretudo no campo da Comunicação, enfatizando o interesse em incorporar a contribuição do autor para o avanço do conhecimento naquela área específica (BOLAÑO, 2013), e este, mais especificamente voltado à apresentação do pensamento de Furtado, explicitando o seu conceito de cultura. Ainda que os objetivos sejam bastante distintos, há, em momentos cruciais da argumentação, elementos comuns importantes. Tratei de evitar repetições, explorando melhor a complementaridade entre ambos.

É claro que outros autores serão citados e as minhas próprias ideias serão em determinados momentos focalizadas – para além do fato de que é responsabilidade minha a escolha das obras, dos trechos e a sua interpretação – mas, ao contrário do outro volume produzido simultaneamente, o objetivo aqui é explicitar o pensamento do próprio Furtado. Sempre que minhas próprias formulações forem explicitadas, como na conclusão, em particular, ficará claro que houve uma ruptura na ordem da exposição. Em relação a outros autores, também evitarei maior aprofundamento, com exceção parcial de um item dedicado a um livro de George Bataille cuja leitura recente intrigou-me, pois aponta uma perspectiva de análise comparativa – apenas indicada aqui – sobre a relação entre economia e antropologia, no sentido da construção de uma teoria geral a partir do conceito de excedente, dialogando inclusive também com Perroux.

INTRODUÇÃO

O que se pretende não é fazer uma arqueologia das categorias de análise de Furtado, para conhecer a evolução do seu pensamento desde a sua gênese, como faz Carlos Mallorquin (2005), de forma bastante minuciosa, mas apresentar uma leitura sistemática de boa parte da sua obra, com foco no conceito de cultura, entendido no interior do modelo teórico completo do autor, que define a sua posição na história do pensamento econômico e social. Mallorquin (2005) divide, grosso modo, a produção do autor nas seguintes fases:

1. **1950-1964: fase desenvolvimentista**, que inclui a experiência na CEPAL e a presença de Furtado nos governos Juscelino, Jânio e Jango.

2. **1964-1976: fase estruturalista**, mais acadêmica e de radicalização e distanciamento da perspectiva cepalina e keynesiana do período anterior, culminando com os "livros de texto do estruturalismo", entre 1967 (primeira edição em português da Teoria e Política do Desenvolvimento Econômica – TPDE) e 1969 (primeira edição em português da *Economia latino-americana*), ambos atualizados posteriormente.

3. **1976-1980: a grande teoria**, representada pelo *Prefácio a Nova Economia Política* e *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*, em que o autor ensaia inclusive uma crítica ao estruturalismo.

4. **Década de 1980: nova síntese estruturalista**. Em *Breve introdução ao desenvolvimento*, Furtado realizaria uma espécie de síntese, retomando o estruturalismo, tendo em vista as necessidades da ação política, mas mantendo os avanços teóricos do período anterior.

Neste último caso, e até o inicio dos anos 1990, quando termina o seu estudo, Mallorquin se limita a uma seleção de temas desenvolvidos por Furtado, quando este acaba assumindo um papel político de relevo no processo de democratização: economia brasileira, economia mundial/globalização, Nordeste, modelo teórico, sendo este último apenas o aspecto que nos interessa aqui particularmente. Deixando de lado os trabalhos sobre o Brasil, o Nordeste, a América Latina, economia internacional ou análises de cunho mais empírico em geral, concentrar-me-ei nos trabalhos mais teóricos, começando, no capítulo *O modelo de base de furtado*, pelo grande texto de síntese que é a TPDE, tomada aqui como ponto de partida. É interessante verificar esquematicamente, no Quadro 1, a gênese desse livro em que o modelo teórico de base de Furtado aparece de forma completa.[2]

[2] Para Mallorquin (2005, p. 144), na TPDE "pode ser encontrada grande parte dos conceitos que organizam e dão vida ao discurso estruturalista, mas também é um dos livros mais 'heterogêneos' e 'desiguais' da bibliografia de Furtado. Em termos teóricos, contém escritos da mais variada procedência, inclui ensaios da primeira metade da década de 1950 e contempla quase todo o Desenvolvimento e subdesenvolvimento, ao mesmo tempo que elabora uma série de temas novos e sistematiza o que compreende o 'pensamento estruturalista' e o 'desenvolvimento'. Em certas ocasiões, é alto o custo teórico a pagar por reunir ecleticamente diferentes ensaios; as reformulações ao final do parágrafo, ou simples exclusões destes e redefinições obstruem a compreensão da evolução conceitual [...] Por outro lado, vemos novos ensaios sobre os métodos e técnicas para pensar a planificação, 'integração regional', e o 'dualismo desenvolvimento e subdesenvolvimento da economia mundial'. Nos novos capítulos, observa-se já claramente o arranque do discurso estruturalista". Neste caso, refere-se

Quadro 1 - TPDE: A longa marcha da construção do modelo de base de Furtado

"O processo histórico de desenvolvimento" (1955) + "Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento" (1958) + "O desequilíbrio externo e as estruturas subdesenvolvidas" (1959) + "Industrialização e inflação" (1960) >> "Desenvolvimento e subdesenvolvimento" (1961) >> "Teoria e política do desenvolvimento econômico" (1967) >> Na edição de 1979, a quarta parte ("O subdesenvolvimento") é profundamente reformulada.

Fonte: (MALLORQUIN, 2005, p. 47-48; GONÇALVES, 1983, p. XXVII).

Uma vez definido o modelo de partida, tratarei, no capítulo *Uma teoria antropológica da cultura*, de explicitar o fundamento antropológico do conceito de cultura que está na sua base. Neste caso, centrar-me-ei em excertos da obra autobiográfica do autor, em *Dialética do desenvolvimento* (1965) e no *Prefácio a Nova Economia Política* (1977), especialmente. Este último faz parte do "esforço intelectual" realizado em Cambridge no ano letivo de 1973-1974, do qual derivam também *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978) e *Pequena introdução ao desenvolvimento* (1980) (FURTADO, 1990, t. 3b, p. 222), que serão tratados no capítulo terceiro.

Essa separação se explica por motivos semelhantes, mas distintos dos de Mallorquin (2005, p. 253), que considera o *Prefácio* como uma espécie de ponto fora da curva na trajetória teórica de Furtado, pois representaria um giro – ainda que não repentino, porque insinuado em escritos imediatamente anteriores –, pondo em questão não apenas a ciência econômica convencional, "uma compulsão

explicitamente ao anexo metodológico e aos capítulos 2, 14, 16 e 18, nos quais "predomina o que mais tarde será denominado o discurso da dependência [...] Por outro lado [no capítulo 21] [...], apresenta a problemática do estancamento." (MALLORQUIN, 2005) A análise arqueológica de Mallorquin (2005) é muito interessante, mas nossos objetivos são outros e, por isso, não vamos entrar nesses detalhes aqui. Assim, a versão acabada da TPDE é o nosso ponto de partida, pois aí está o seu modelo de base na sua versão mais elaborada.

teórica e crítica" na sua obra, mas o próprio estruturalismo latino-americano, da sua lavra, em direção a uma ciência social global, como veremos, e não simplesmente à interdisciplinaridade. Para Mallorquin (2005, p. 256), esse giro será efêmero, pois, em caso contrário, "teria implicado desperdiçar de uma vez por todas boa parte de seu vocabulário conceitual, ou seja, o estruturalismo." *A Pequena introdução ao desenvolvimento* marcaria, não meramente um retorno, mas uma grande síntese das duas concepções teórico-epistemológicas entre as quais oscilava Furtado em meados da década de 1970.

Não adotarei aqui necessariamente essa interpretação, mas é fato que a preocupação em definir aquela teoria social global, com base no conceito de excedente, coloca esse livro numa posição particular no interior da obra de Furtado, explicitando o sentido da perspectiva antropológica do seu conceito de cultura (material) – à qual Mallorquin não dá maior importância –, de forma talvez mais sistemática, mas não única. Assim, voltarei, no terceiro capítulo, aos outros três trabalhos concebidos em Cambridge, uma vez exposto o seu modelo de base, no primeiro, e revelado o fundamento antropológico do mesmo, ao explicitar, no segundo, de um lado, dois desenvolvimentos ulteriores do modelo de base, como são a *Dialética* e o *Prefácio*, e, de outro, a sua ideia de antropologia filosófica, em diálogo com Hegel e Marx, mas fortemente influenciado por Kant.

É claro que poderíamos ainda seguir por essa via, explorando, por exemplo, a ideia de cultura, num sentido filosófico, que está tão claramente exposta em *A pré-revolução brasileira*, por exemplo, onde é central a discussão sobre a relação entre meios e fins:

> [...] não se pode desconhecer que, em um país subdesenvolvido, os aspectos econômicos do desenvolvimento social assumem grande urgência. Não é possível educar o homem sem antes matar a sua fome. Contudo, relegar a segundo plano outros aspectos do problema social seria comprometer o

> desenvolvimento subsequente da cultura que deverá moldar o homem do futuro. (FURTADO, 1962, p. 91)

Mas esse livro, como outros dedicados à economia brasileira, inclusive a própria FEB,[3] não faz parte do nosso *corpus* porque o que nos interessa – uma vez explicitada a reivindicação da antropologia filosófica por oposição à sociologização marxista da dialética hegeliana – é avançar na exposição da "grande teoria", na expressão de Mallorquin, do *Prefácio* (ainda no capítulo segundo) e de *Dependência e criatividade* (no terceiro), considerado, este último, de maneira bastante consensual, como ponto de corte nas reflexões de Furtado sobre a cultura.

Segundo Rosa Freire d'Aguiar Furtado, Celso Furtado se dedicou à reflexão profunda sobre a cultura em quatro momentos de sua trajetória intelectual: (1) final dos anos 1970, quando escreve os ensaios que comporão *Criatividade e dependência* (1978), na sequência de *O mito do desenvolvimento* (1974) e do *Prefácio* (1977); (2) o período em que esteve à frente do Ministério da Cultura (1986-1988), precedido da produção do *Que somos?* (1984), que "é de certa forma o fecho desse primeiro momento"; (3) o período (1992-1995) em que integrou a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, da Unesco, e (4) seus escritos como membro da Academia Brasileira de Letras, a partir de 1997. (FURTADO, 2012, Introdução)

Minha exposição, nos capítulos terceiro e quarto, segue basicamente essa indicação de Rosa Furtado. No capítulo *Crítica da civilização industrial*, além de *Criatividade*, discuto a *Pequena Introdução*

---

[3] É importante deixar claro, em todo caso, que, numa próxima ocasião, seria de todo recomendável retomar justamente o conjunto dos trabalhos históricos sobre o Brasil e a América Latina, pois é aí que se poderá observar a teoria aqui discutida em operação. Nesse caso, o conceito de formação, central na literatura filosófica por ele utilizada, poderia fundamentar uma interessante comparação entre Furtado e outros autores-chave para a compreensão dos fundamentos da cultura brasileira. Algo sobre isso se falará na conclusão deste volume, mas é claro que o seu bom desenvolvimento exigiria uma pesquisa à parte para a qual, com o resultado aqui apresentado, estamos agora melhor aparelhados. Sobre o conceito de formação, vide em especial o trabalho de Otilia Arantes e Paulo Arantes (1997). Vide também Paula (2007).

ao Desenvolvimento e, sobretudo, *O mito*, onde, na verdade, a questão cultural está posta também de forma clara e profunda, ainda que normalmente se enfatize a problemática ecológica, a qual, aliás, também tem uma posição de destaque no livro de 1978, sobretudo na valorização que faz do movimento ecologista na construção de uma alternativa global ao sistema cultural capitalista hegemônico. Em ambos os casos, a questão ecológica, tal como é posta pelo autor, deve ser tomada na perspectiva cultural que caracteriza o seu pensamento, para que se possa ter a dimensão completa do projeto teórico e político proposto por Furtado a partir dos anos 1970.

No capítulo *Cultura brasileira, política e economia*, trabalharei com uma série de pequenos textos, alguns publicados na coletânea (FURTADO, 2012) coordenada por Rosa. O mais, digamos, importante é o *Que somos?* Trata-se de uma conferência proferida em 23 de abril de 1984, no I Encontro Nacional de Política Cultural,

> [...] promovido em Belo Horizonte por José Aparecido de Oliveira, então secretário da cultura de Minas Gerais, durante o governo Tancredo Neves, que reuniu outros secretários da Cultura estaduais, como Darcy Ribeiro, do Rio de Janeiro, Fernando Ghignone, do Paraná, e Jorge Cunha Lima, de São Paulo. (FURTADO, 2010, p. 10)

O artigo se divide em três partes, a segunda delas, intitulada *Sete teses sobre a cultura brasileira*, teve como desdobramento os dois primeiros artigos – *Reflexões sobre a cultura brasileira* e *Desenvolvimento e cultura* – da coletânea *Cultura e desenvolvimento* (FURTADO, 1984), segundo o próprio autor, no posfácio desse livro, que inclui ainda *Um novo federalismo* (republicado revisto em *O longo amanhecer*, sob o título *Nova concepção do federalismo*) e uma série de outros textos sobre temas diversos, como a crise mundial, o Nordeste, universidade, desenvolvimento endógeno... Aqui só interessam diretamente os dois sobre cultura mencionados (o primeiro deles tam-

bém seria republicado em *O longo amanhecer*, revisado, sob o título *Formação cultural do Brasil*).

Além desses, incluirei, na parte principal do capítulo quarto, outro artigo publicado em Furtado (2012, p. 43), da segunda metade dos anos 1970, de acordo com a organizadora, "talvez primeira versão de um dos ensaios de *Criatividade e dependência* [...]", redigido originalmente em espanhol, além do capítulo sete desse mesmo livro, que também fala da formação da cultura brasileira. Por comodidade, referir-me-ei sempre aos textos da coletânea de 2012 e aos textos incluídos em *O longo amanhecer* (FURTADO, 1999), ao contrário de todas as demais referências feitas ao longo deste trabalho, citando a data de sua recentíssima publicação. Assim será também em relação aos trabalhos referentes à passagem de Furtado pelo MinC, lamentavelmente mal documentada no próprio ministério, que revisarei sumariamente ainda no capítulo quarto.

Um estudo mais adequado desse período exigiria outro tipo de pesquisa, recorrendo a material de imprensa da época, entrevistas, num tipo de esforço mais adequado a um projeto posterior, como o sugerido na nota 3 abaixo, com o envolvimento, inclusive, de uma pequena equipe de pesquisadores. O mesmo pode ser dito para o caso da participação de Furtado na referida comissão da Unesco, de importância, aliás, crucial no redirecionamento das ações da mesma – após a desestruturação do movimento pela NOMIC, que se seguiu à aprovação do relatório McBride, e a saída dos Estados Unidos – no sentido vigente até hoje, quando o conceito de "indústrias criativas" adquire inusitada relevância.[4] Nesse caso, seria necessário, ademais, retomar o tema das relações entre comunicação e cul-

[4] Vide, a esse respeito, Bolaño (2013). Um exercício interessante, que poderia ser feito, por exemplo, é o da leitura do referido relatório, à luz do que se expõe neste trabalho, procurando identificar os pontos de contato (e as diferenças) de enfoque entre um e outro. Também seria fundamental visitar os arquivos da Unesco e entrevistar pessoas que estiveram envolvidas no processo. Finalmente, seria fundamental procurar entender as influências que o relatório de 1995 teria sobre as políticas de diversidade cultural implantadas a partir de 2005, sobretudo o que também está fora do escopo deste trabalho.

tura, entre política cultural e política de comunicação, pouco explorado pelo autor, ainda que não ausente do seu trabalho, onde demonstra, aliás, em diferentes ocasiões, plena consciência do problema, como no trecho abaixo, no bojo da discussão sobre o novo federalismo:

> A luta pelo federalismo tem sido, na Europa, reflexo da aspiração profunda da preservação da identidade de grupos étnicos ou culturais com história própria. Não é de admirar, portanto, que essa luta se haja intensificado em nosso tempo, quando as agressões da indústria cultural tendem a esterilizar a capacidade criativa em benefício da homogeneização dos mercados. (FURTADO, 1999, p. 46)

Ou, ainda mais explicitamente:

> A crescente influência da economia norte-americana, impulsionando uma cultura de massas dotada de meios extraordinários de difusão, opera como fator de desestabilização do quadro cultural fundado na dicotomia elite-povo. Com o avanço da urbanização a presença do povo torna-se mais visível, fazendo-se mais difícil escamotear a sua criatividade cultural. A emergência de uma classe média de crescente peso econômico introduz elementos novos na equação cultural brasileira. (FURTADO, 1999, p. 65)

Não é possível entender bem e apreciar em toda a sua dimensão esta sintética afirmação antes de completar toda a trajetória aqui proposta. Deixarei para a conclusão, onde retomo, em traços largos, a questão da situação de Furtado na construção da ideologia da cultura brasileira, seguindo pistas de Carlos Guilherme Mota, ou no debate sobre a formação – temas, por suposto, apenas indicados para estudos posteriores –, um retorno, também breve e com o intuito de levantar novas questões para o futuro, ao tema da classe média, de renovada atualidade nos dias de hoje. Lá também tratarei

de forma mais desinibida alguns pontos que considero importantes para a compreensão do nosso tempo, com apoio em Furtado, mas avançando pelo terreno da comunicação, no qual ele não chegou verdadeiramente a pisar. É justamente a relação entre comunicação, cultura e desenvolvimento, o desafio que devemos enfrentar hoje.

Advertência

As ênfases em negrito no texto são sempre minhas, com o objetivo didático de estabelecer uma marcação para a leitura, destacando categorias ou ideias-chave. Para as ênfases dos autores utilizo o itálico.

O MODELO DE BASE DE FURTADO

Considerações sobre a relação entre Furtado e Marx

Marx é uma das três grandes influências que o autor reconhecerá na sua formação intelectual. Assim como o positivismo (primeira influência) – que "não era o comtismo primário, mas a confiança na ciência experimental" – e, por intermédio de Gilberto Freyre – quem lhe revelaria a "dimensão cultural do processo histórico" –, a sociologia americana (terceira influência), "que corrigiu os excessos do meu historicismo" (FURTADO, 1998, p. 9), o marxismo (segunda influência) também foi mediado. Por Mannheim (2008, p. 9-10),

> [...] o homem da sociologia do conhecimento, que colocou o saber científico em um contexto social. Esse é o ponto de partida do meu interesse pela História como objeto de estudo. [...] Considero relevante que minha descoberta do marxismo se haja dado por intermédio da sociologia do conhecimento. Quando li *O capital*, no curso de marxismo que fiz logo depois da guerra no Instituto de Ciência Política, em Paris, já sabia suficiente macroeconomia moderna para não

> me seduzir pelo determinismo econômico que tinha explicação para tudo à custa de simplificar o mundo.[5]

Na TPDE, Furtado faz uma exposição sucinta, mas muito arguta, do modelo de Marx, explicitando, por exemplo, que as críticas à sua teoria do valor, desde Böhm-Bawerk, mostrando os seus limites para a determinação dos preços relativos, são críticas secundárias, visto que o objetivo de Marx, ao contrário dos clássicos, não estava na determinação desses preços – coisa que ele só tentará posteriormente –, mas no estabelecimento de uma teoria da mais valia.[6] Para tanto, Marx raciocina, de início, "em termos abstratos e macro-econômicos. [...] Esse trabalho abstrato, entretanto, não existe no ar, e sim na 'força de trabalho' dos trabalhadores", (FURTADO, 1983, p. 23) uma mercadoria de cuja especificidade (a particular utilidade de produzir valor) deriva a explicação da mais valia.

Furtado (1983, p. 23) concorda que "do ponto de vista macroeconômico, o trabalho é, evidentemente, a fonte do produto social, ou seja, da quantidade de 'valor' que a coletividade cria em determinado período de tempo", pois nessas condições, podem ser considerados dados, três elementos (nível da técnica, constelação dos

---

[5] Furtado (1983, p. 22) usa, em outro contexto, as categorias de Mannheim para comparar a contribuição de Marx com a dos economistas da escola clássica: "os clássicos pensaram em termos evolutivos para trás, como se o quadro institucional do capitalismo representasse o coroamento da evolução humana. Marx, atribuindo um fundamento ideológico a essa posição, tratou de demonstrar o sentido histórico das instituições capitalistas. Em termos das categorias de Mannheim, a posição dos clássicos pode ser qualificada de ideológico-revolucionária, sendo a racionalização de forças tendentes a consolidar uma situação histórica em franco avanço. A posição de Marx, por outro lado, poderia ser qualificada de utópico-revolucionária: racionalização de forças tendentes a superar uma situação histórica consolidada."

[6] Na verdade, como lembra o autor, citando Myrdal, a teoria do valor-trabalho decorre da ideologia liberal da legitimação da propriedade pelo trabalho, e "já em Adam Smith ela serve de fundamento para uma teoria dos preços." (FURTADO, 1983, p. 22) É verdade que Marx tratará de dar uma solução para esse problema dos clássicos, no livro terceiro d'*O Capital*, num exercício que acabará dando origem a uma polêmica secular, inaugurada justamente pela crítica de Böhm-Bawerk. Mas a preocupação fundamental de Marx não era, segundo Furtado, resolver esse problema, pelo menos não certamente no livro primeiro, mas utilizar a teoria do valor-trabalho para fundamentar a sua teoria da exploração.

recursos naturais e os equipamentos acumulados) que não podem ser tomados como constantes quando passamos de uma análise estática para uma dinâmica. A passagem que Marx realiza, do nível macro para aquele da produção do valor pelo trabalhador individual, explicando a mais valia, complica-se quando comparamos dois períodos de tempo:

> [...] para continuar raciocinando em termos de um só fator, teremos que atribuir todos os aumentos de produtividade a esse único fator. Para manter essa posição Marx teve que ignorar o 'tempo' no processo produtivo, mas fê-lo raciocinando em termos microeconômicos. (FURTADO, 1983, p. 24)

Com isso, Marx pode fazer a crítica do conceito clássico da poupança como sacrifício e deixar claro que se trata, como decorrência da concentração da riqueza em mãos do capitalista, de assegurar a apropriação da maior parcela do produto social. Para Furtado (1983, p. 24),

> [...] esse argumento tem sentido no plano microeconômico, mas não no macro. Qualquer que seja a forma de apropriação do produto social, se uma parte deste não é poupada não haverá aumento da produtividade. Pode-se afirmar que essa poupança é 'trabalho não pago' dos trabalhadores. Mas não se pode ignorar que sem ela não haveria aumento de produtividade.

Em suma, ao transitar do plano macroeconômico (massa de trabalho social) para o micro (força de trabalho individual), Marx raciocina "em termos estritamente morais". Para resolver o problema dinâmico, no nível macro, dos determinantes da produtividade, acabaria definindo um conceito de trabalho "altamente abstrato, independente de espaço e tempo." Assim, "o conceito de 'valor' torna-se extremamente ambíguo e sua utilização passa a causar sérios tropeços à análise econômica do próprio Marx." (FURTADO, 1983, p. 24-25)

Essa é a crítica de Furtado (1983, p. 25-26) à teoria do valor de Marx. O fundamental é que, "com essa elaborada teoria da mais valia, Marx pretendeu dar um fundamento científico à sua doutrina da luta de classes", apontando a contradição entre produção social e apropriação privada. Assim, é o "profundo antagonismo e o entrechoque desses interesses antagônicos", que opõem a classe dos capitalistas ao operariado, "a mola que impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas."

Ao contrário do que afirma Mallorquin, (2005, p. 76-7)[7] Furtado aprecia a teoria da acumulação de Marx, apresentada em seguida, que ressalta o caráter histórico do processo de acumulação visto na ótica dos modelos de reprodução simples e ampliada, o que, à primeira vista, se confundiria com uma teoria do desenvolvimento das forças produtivas. "A significação deste modelo reside em que ele demonstra que o processo de acumulação não resulta de decisões arbitrárias, e sim de fatores históricos que se traduzem na própria estrutura da produção." Isto porque a composição material do excedente é que determina a possibilidade de conversão da mais valia em capital. Por outro lado, o modelo considera a importância da distribuição do excedente entre consumo dos capitalistas e acumulação, sendo a acumulação "menos conseqüência da apropriação do excedente pelo conjunto dos capitalistas que da forma como esse excedente se distribui entre eles", (MALLORQUIN, 2005, p. 28)

[7] Mallorquin (2005, p. 77) se refere a *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, (FURTADO, 2009) mas, neste caso, o texto é exatamente o mesmo da TPDE, sem alterações. Como se observará acima, não é certo que, nesses trabalhos, "não se atribui nenhum mérito à teoria da acumulação de Marx como uma possível pista para conformar os elementos de uma teoria do desenvolvimento". Antes, a crítica se concentra na teoria do valor, nos termos expostos acima, na lei geral da acumulação capitalista, mais especificamente, no conceito de exército industrial de reserva, pois a tendência à concentração e à centralização do capital é referendada, e a lei de tendência à queda da taxa de lucro. Em todos os casos o problema é com as dificuldades que se apresentam à formulação de uma teoria do desenvolvimento, na medida em que o interesse de Marx estava na teoria da revolução, enquanto o pensamento de Furtado é essencialmente reformista. Mas não há crítica aos modelos de reprodução simples e ampliada de Marx, em Furtado.

de acordo com a lógica da concorrência via progresso técnico que Marx descreve no capítulo X do livro primeiro d'*O Capital*.

Sintetizando, Furtado (1967, p. 29) lembra que tanto o montante da mais valia quanto a distribuição do excedente em consumo dos capitalistas e formação de novo capital dependem de fatores históricos. No primeiro caso, fala do poder de barganha dos trabalhadores, que podem elevar a sua participação no produto para além do "nível mínimo psicológico de subsistência."

Na verdade, sabemos, há, em Marx, dois elementos de ordem extraeconômica, ligados ao poder de barganha dos trabalhadores, que determinam a mais valia: o valor da força de trabalho e a extensão da jornada de trabalho, ambos determinados por fatores históricos e culturais. Como diz Marx (1980, p. 190), "um elemento histórico e moral entra na determinação do valor da força de trabalho, o que a distingue das outras mercadorias." Lukács (1979, p. 44), interpretando esse trecho, lembra que Marx, como continuador da Economia Política clássica, enquadra o salário na teoria geral do valor, mas, ao explicitar a sua particularidade exclusiva de produção de novo valor, evidencia a consequência necessária da "presença contínua de momentos extraeconômicos na realização da lei do valor, inclusive na compra e venda normal dessa mercadoria."

A definição da jornada de trabalho deixa explícito o caráter antagônico do processo, pois assim como

> [...] o capitalista afirma seu direito, como comprador, quando procura prolongar o mais possível a jornada de trabalho [...] a natureza específica da mercadoria vendida impõe um limite ao consumo pelo comprador e o trabalhador afirma seu direito, como vendedor, quando quer limitar a jornada de trabalho [...]. Ocorre assim uma antinomia, direito contra direito, ambos baseados na lei da troca de mercadoria. Entre direitos iguais e opostos decide a força [...]. Esses momentos extraeconômicos, por uma necessidade ditada pela própria lei do valor, surgem continuamente, na cotidianidade (por

> assim dizer) do movimento capitalista das mercadorias, no processo normal de realização da lei do valor. (LUKÁCS, 1979, p. 44-5)

No prefácio à edição francesa da TPDE, Furtado (1983, p. 7) insiste também, nos seus termos, na importância dos fatores extraeconômicos:

> Um dos primeiros frutos do avanço da teoria do desenvolvimento está sendo uma percepção mais lúcida da história econômica recente. A significação dos fatores não econômicos no funcionamento e na transformação dos sistemas econômicos, bem como do grau de informação dos agentes responsáveis pelas decisões econômicas tornam-se evidentes [...]. Demais, o quadro analítico permite pôr em evidência o sistema de valores que existe, aceito ou imposto, em toda ordenação econômica, o qual pode ser explicitado sob a forma de uma função de objetivo.

E segue:

> Ao estabelecer a significação do não-econômico nas cadeias de decisões que levam à transformação dos conjuntos econômicos complexos, a teoria do desenvolvimento encarrega-se de pôr a descoberto suas próprias limitações como instrumento de previsão. Na medida em que o não-econômico traduz a capacidade do homem para criar a história e inovar, no sentido mais fundamental, a previsão econômica tem necessariamente que limitar-se a estabelecer o campo das possibilidades, cujas fronteiras perdem rapidamente nitidez com a ampliação do horizonte temporal. Sem dúvida, esse campo se amplia com a elevação do nível de racionalidade das decisões econômicas. Se a esse maior campo de possibilidades corresponde espaço mais amplo para a ação do indivíduo, ou apenas maiores exigências de ação coletiva,

> é problema que quiçá a psicologia social possa algum dia dar resposta. (FURTADO, 1983)

No anexo metodológico da TPDE, aliás, após definir as relações entre estruturas e modelos na análise econômica, citando Perroux e Weber, nota que

> [...] a análise econômica a partir de fins do século passado [XIX], ou seja, a partir do momento em que as técnicas mais refinadas começaram a ser utilizadas, orientou-se quase exclusivamente para a construção de modelos 'estáticos'. Daí o seu notório caráter a-historicista, o que vem a ser uma forma de 'estruturalismo'. A partir dos anos trinta, o esforço no sentido de 'dinamização' dos modelos tem sido crescente, se bem que os resultados, de maneira geral, não hajam correspondido às expectativas. (FURTADO, 1983, p. 72)

O estruturalismo latino-americano – que "[...] não tem relação direta com a escola estruturalista francesa, cuja orientação geral tem sido privilegiar o eixo das sincronias na análise social e estabelecer uma 'sintaxe' das disparidades nas organizações sociais" – tem por objetivo principal, nesse contexto, justamente "por em evidencia a importância dos 'parâmetros não econômicos' dos modelos macroeconômicos." (FURTADO, 1983, p. 72) E, mais adiante: "**os estruturalistas retomaram a tradição do pensamento marxista**, na medida em que este último colocou em primeiro plano a análise das estruturas sociais como meio para compreender o comportamento das variáveis econômicas." (FURTADO, 1983, p. 73)[8] Em suma,

[8] Este posicionamento é entendido por Mallorquin – que considera a TPDE, ao lado d'*A economia latino-americana*, um dos dois "livros de texto", ou "clássicos" do estruturalismo – como reflexo da "transição discursiva" que estaria operando no trabalho de Furtado (2007b) – materializada na TPDE, um texto complexo do ponto de vista da análise discursiva que faz o autor, na medida em que se compõe de trabalhos produzidos ao longo de muitos anos, desde a primeira metade dos anos 50 do século passado –, em que a perspectiva convencional é criticada "no sentido de diferenciar desenvolvimento de crescimento. Ele acrescenta a esta noção a ideia dos sistemas de valores implícitos que subjazem sob certo padrão de demanda e de acumulação. É o tipo de hierarquia valorativa que cada sociedade dá a estas

> [...] a microeconomia constitui um simples conjunto de regras de racionalidade formal e a macroeconomia, um esforço de captação *a posteriori*, e sua tradução em linguagem econômica, de um processo histórico no qual o 'econômico' e o 'não-econômico' se condicionaram mutuamente em todos os instantes. (FURTADO, 1983, p. 74)

Também no que se refere à distribuição do valor apropriado pelos capitalistas entre consumo e acumulação, "Marx pareceria atribuir grande importância a fatores históricos, do que resultaria haver certa estabilidade nessa distribuição. O que determina o montante das novas inversões é principalmente a massa total da mais valia", (FURTADO, 2009, p. 29) pautada pela necessidade de cada capitalista individual de "acumular para não ser excluído pelos concorrentes". Essa pressão para acumular se reflete, em nível macro, "em pressão para elevar a taxa de mais valia", o que só será possível, no agregado, "se cresce o total do excedente, isto é, a mais valia absoluta da coletividade." No nível micro, entretanto, a capacidade do capitalista individual de aumentar a mais valia absoluta é sempre limitada, devendo este contentar-se com o ganho temporário na mais valia, que "é conseqüência automática da forma como penetram novas técnicas através da acumulação." (FURTADO, 2009, p. 29)

É a relação concorrência-inovação que determina, portanto, a dinâmica do sistema.[9] Note-se que, nesse sentido, Furtado (2009, p. 47)

---

funções, o que faz pensar que existe uma ruptura entre 'desenvolvimento' e 'crescimento'; assim Furtado resgata aspectos qualitativos e sociais." (MALLORQUIN, 2005, p. 145)

9 "A distribuição da mais valia entre as diferentes formas de capital, lucro industrial, lucro comercial, renda da terra, juro etc., não apresenta maior interesse do ponto de vista da teoria da acumulação. Marx considera o capitalista como uma 'classe' e dá pouca importância aos conflitos entre os seus membros. Contudo, formula ele interessante teoria da renda absoluta e diferencial", (FURTADO, 1983, p. 29, nota 15) no capítulo 47 do livro terceiro d'*O Capital*. Mais uma vez, a crítica se relaciona à suposta contaminação do "modelo" por um *a priori* filosófico ligado à necessidade que Marx tem de fundamentar a luta de classes do operariado. Mas Furtado não questiona, ressalte-se, a existência da luta de classes. Antes, pelo contrário, ela ocupará um papel central no seu próprio modelo, como se verá adiante. Nesse sentido, se é verdade que a crítica de Furtado, na TPDE, como em *Desenvolvimento e*

aparentemente considera a posição de Marx como mais adequada que a de Schumpeter: "as inovações schumpeterianas são, indubitavelmente, um dos elementos motores no processo de desenvolvimento. Entretanto, a espinha dorsal deste está na acumulação de capital." Assim,

> [...] uma teoria do desenvolvimento deve ter por base uma explicação do processo de acumulação do capital. A teoria das inovações é de enorme importância, mas conduz a equívoco pretender formulá-la independentemente de uma teoria da acumulação de capital. (FURTADO, 2009, p. 47)[10]

Mas Marx não chegaria a desenvolver completamente, no sentido de uma teoria do desenvolvimento, a análise do processo de acumulação de capital porque sua preocupação "está voltada para a busca da 'lei que move o sistema capitalista' e não propriamente para o 'desenvolvimento' de um sistema econômico". (FURTADO, 2009, p. 26) Assim, por exemplo, apesar da teoria da acumulação envolver uma interessante análise da concorrência, a Marx

> [...] interessaria muito pouco destacar possíveis contradições dentro da classe capitalista. O motor do movimento da economia capitalista estaria na luta de classes, postulado

---

subdesenvolvimento, se volta ao Marx "teórico da derrubada", parece precipitado afirmar que os julgamentos do primeiro estão "em claro contraste com a posterior incorporação de Marx ao seu pensamento, especialmente o Marx 'político', o das classes sociais e do Estado." (MALLORQUIN, 2005, p. 76)

[10] Essa é, em síntese, a crítica de Furtado a Schumpeter, realizada no capítulo 4 da TPDE, onde também analisa a contribuição de Wicksell – o que não o impede, por certo, de reconhecer o interesse de ambos, apesar dos seus limites, para a teoria do desenvolvimento. É claro que uma aproximação entre as teorias da inovação de Furtado e de Schumpeter (ou dos neoschumpeterianos) é do maior interesse e prenhe de possibilidades, como atestam os interessantes trabalhos de Albuquerque (2007) – que procura interpretar a "articulação entre a inadequação da tecnologia e a polaridade modernização-marginalização" em Furtado, na perspectiva neoschumpeteriana evolucionista – ou de Guimarães e colaboradores (2007) –, que articulam o estruturalismo de Furtado com a corrente de análise dos sistemas de inovação da escola neoschumpeteriana – mas isso deveria levar necessariamente, se quisermos manter-nos fiéis a Furtado, a uma interpretação de Schumpeter afastada do neoclassicismo e mais próxima dos clássicos e de Marx.

> filosófico do qual ele havia partido e que seria a pedra angular de sua teoria da ação política. (FURTADO, 2009, p. 30)

A análise de Marx da dinâmica do sistema "destina-se, não a expor as forças que o levam a desenvolver-se, e sim a demonstrar que suas contradições internas tendem a agravar-se." Assim, na sequência da teoria da acumulação, passa-se "imperceptivelmente, da análise econômica para a comprovação de uma tese filosófica com elementos dessa análise. Nessa passagem, entretanto, introduzem-se importantes elementos estranhos ao modelo inicial." (FURTADO, 2009, p. 30)

Note-se que se trata essencialmente da mesma crítica feita por Mannheim. Este, ao falar do nível histórico da análise sociológica – ao qual Weber, ao contrário de Marx, não teria chegado –, defendendo, não a "análise casual de eventos históricos desconexos, mas uma compreensão das grandes mudanças estruturais que se tornam manifestas nos vários níveis da interação social",[11] concorda que "a dinâmica da mudança pode às vezes tomar um rumo antitético e inverter uma mudança determinada", de modo que algumas mudanças históricas podem ser consideradas dialéticas, mas critica a generalização segundo a qual "a história caminha invariável e necessariamente através de inversões estruturais", pois "parte dos aspectos dogmáticos da perspectiva marxista." (MANNHEIM, 2008, p. 39) E arremata: "o que o estudo da mudança social deve a Marx não é sua casuística política e propagandística, mas a abordagem estrutural da mudança e da dinâmica da história."

Furtado herda, sem dúvida, essa avaliação. Pode-se dizer, numa primeira aproximação, seguindo a classificação dos campos sociológicos do próprio Mannheim, no texto citado, que ele é essencial-

[11] Os ensaios incluídos em *Sociologia da cultura* (MANNHEIM, 2008) foram escritos no início dos anos 1930, segundo informa o editor Adolph Lowe, sem precisar o ano. A referência aqui é ao ano da publicação, em inglês. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma continuação de *Ideologia e utopia* (MANNHEIM, 1950) e de um novo ponto de partida, conforme explica Ernst Mannheim na sua introdução.

mente weberiano, no nível mais abstrato de uma Sociologia Geral, e em boa medida marxista, no da dinâmica histórica, entendida com base numa determinada concepção das estruturas sociais e da luta de classes, como se verá adiante. Por outro lado, na medida em que – à semelhança de Marx – a sua própria concepção geral não admite o divórcio entre teoria e prática, ele não poderia aceitar aqueles elementos da perspectiva marxiana que a vinculam a uma teoria da revolução, pois a sua própria é essencialmente reformista.

É por isso que, uma vez feita a análise, nos termos aqui resumidos, das teorias do valor e da acumulação de Marx, ele volta suas baterias contra a **lei geral** da acumulação capitalista e contra a lei de tendência à queda da taxa de lucro. Em relação à primeira, a crítica se refere exclusivamente ao conceito de exército industrial de reserva, e não à tendência à concentração e centralização do capital:

> O dinamismo do sistema resulta, em última instância, de que, se bem a taxa de mais-valia decorra da ação da classe capitalista como tal, isto é, do fato de que os bens de produção sejam propriedade privada de uma pequena minoria, a distribuição da mais-valia se faz através da concorrência entre capitalistas. E, nessa concorrência, a introdução de novas técnicas constitui a principal arma de ataque de um contra os outros. Daí que, na evolução do capitalismo, a tendência à concentração da propriedade acompanhe necessariamente o processo acumulativo. (FURTADO, 1983, p. 29-30)

A aceitação, até aqui, do "modelo" de Marx, com a ressalva apontada a respeito da teoria da mais-valia, especialmente a teoria da acumulação até a tendência à concentração, fica clara na continuação desta última afirmação, onde o autor reafirma também a sua crítica:

> Marx não apresenta o seu modelo exatamente como vimos de expô-lo, porque a ele lhe interessa muito pouco destacar possíveis contradições dentro da classe capitalista. O motor

> do movimento da economia capitalista estaria na luta de classes, postulado filosófico do qual ele havia partido e que seria a pedra angular de sua teoria da ação política. É por esta razão que ele atribui enorme importância ao antagonismo entre capitalistas e assalariados, aqueles pretendendo elevar a taxa de mais-valia absoluta e estes lutando por condições mínimas de subsistência. Destarte, a análise que faz da dinâmica do sistema destina-se, não a expor as forças que o levam a desenvolver-se, e sim demonstrar que suas contradições tendem a agravar-se. (FURTADO, 1983, p. 30)[12]

Em seguida, Furtado (1983, p. 31) expõe a lei geral, enfatizando que a tendência ao aumento da composição orgânica do capital, ao intensificar a demanda por mão de obra, pressiona os salários à alta, dado o nível da técnica. No entanto,

> Marx vê no avanço tecnológico o instrumento básico que usa a classe capitalista para aumentar a oferta de mão-de-obra. E tão poderoso é esse instrumento que, não obstante a tendência já assinalada para o aumento da procura de mão-de-obra, existe permanentemente um 'exército de trabalhadores de reserva' em qualquer economia capitalista [...]

que impede a queda da taxa de lucro.

[12] Há uma dose de injustiça na crítica, pois, como o próprio Furtado reconhece, a posição de Marx a respeito é extremamente sofisticada e está perfeitamente clara no capítulo X do Livro Primeiro d'*O Capital*, em que a dinâmica da concorrência é posta inclusive em termos próximos daqueles que Schumpeter desenvolveria posteriormente. Mas o interesse de Marx nesse ponto era simplesmente esclarecer a relação entre as leis imanentes da produção capitalista e sua forma de manifestação, ao nível da concorrência, na consciência dos agentes. A concorrência aparece, assim, no nível de abstração em que se situa em geral o Livro Primeiro, como instância executora das leis imanentes e essa execução envolve um elemento de inversão e de mascaramento. Por isso, a sua consideração específica, na ordem da exposição, estava prevista para um momento bem posterior. Antes disso, no Livro Terceiro, as diferenças no interior do capital aparecem na análise das formas funcionais, a que Furtado também se refere positivamente. Aqui também a crítica não se refere a erro ou deficiência, mas ao que o autor considera uma ausência no "modelo" de Marx.

Furtado reconhece que Marx, com a teoria do exército industrial de reserva, procura explicar um fato observável à sua época, quando a oferta de mão de obra era totalmente elástica, tendo em vista, de um lado, a penetração da técnica na agricultura e, de outro, a desorganização do artesanato, que alimentavam, de fato, o "exército de sub-ocupados urbanos. Contudo, se bem fato de observação corrente, um grande excedente permanente de mão-de-obra só pode ser introduzido no modelo de forma mais ou menos arbitrária." Assim, o conceito é considerado, por Furtado (1983, p. X), um elemento externo ao modelo, introduzido arbitrariamente para justificar a afirmação de uma tendência à redução dos salários, decorrente da acumulação e do progresso técnico, quando, na verdade, o desemprego observado no tempo de Marx "resultava da desagregação da economia pré-capitalista, devendo, portanto, corresponder a uma fase da evolução capitalista."

Mas, apesar dessa conclusão de que "a situação da classe capitalista estaria cada vez melhor, como conseqüência da pressão sobre os salários exercida pelo exército de reserva", (FURTADO, 1983, p. 32) Marx não nega a existência da **lei de tendência** à queda da taxa de lucro, dando-lhe uma explicação própria, diferente daquelas de J. S. Mill e de Malthus, das quais Furtado se ocupara também na sua análise da escola clássica, "fazendo-a independente do grosseiro 'princípio da população'." "Marx percebeu o alcance da ideia para demonstrar a temporaneidade do capitalismo. Com efeito, se a taxa de lucro tende a baixar, sendo o seu limite zero, é que os capitalistas como classe tendem a desaparecer." Em que pesem as contratendências, "chegaria o momento em que o sistema tenderia a traumatizar-se, entrando em colapso total." (FURTADO, 1983, p. 32)

> Marx viu nas crises cíclicas antecipações desse colapso. Estas, aumentando o desemprego e forçando a baixa dos salários e, por outro lado, eliminando os capitalistas marginais e facilitando a concentração, permitem um saneamento e a

> recuperação da normalidade, se bem que em nada modifiquem as tendências de longo prazo. (FURTADO, 1983)

Para Furtado (1983, p. 33), "Marx provou muito mais do que era possível fazê-lo com os instrumentos de análise que tinha em mãos." E aponta uma contradição entre a lei geral e a lei de tendência:

> [...] a tese do declínio da taxa de lucro pressupõe uma ociosidade crescente do capital ou uma redução na taxa de mais valia, ou seja, um aumento da participação dos assalariados no produto [...] Ora, isto estaria em flagrante desacordo com a *lei absoluta geral da acumulação capitalista*, segundo a qual o exército de reserva mantém os assalariados permanentemente em posição defensiva.

A conclusão de Furtado (1983, p. 33) reafirma a sua crítica de fundo:

> Na ânsia de fundamentar com argumentos econômicos suas teses filosóficas, Marx usou com demasiada largueza os instrumentos da análise econômica. Seguindo o raciocínio dos clássicos e com base na observação corrente, afirmou que o capital constante tende a crescer mais intensamente que o capital variável. Ignorando o avanço da técnica, cabe deduzir desse argumento que a taxa de lucro tende a decrescer. Até aí chegou J. S. Mill. Mas a acumulação de capital não pode ser isolada do avanço da técnica, o qual tem efeito inverso, pois possibilita a substituição de mão-de-obra por capital. J. S. Mill compreendeu que essas duas forças poderiam anular-se, mas admitiu que a acumulação era perene e o avanço da técnica ocasional. Marx, pelo contrário, percebeu que o avanço da técnica era um fator de atuação mais profunda que a própria acumulação. E daí pretendeu deduzir que, por mais intensa que fosse a acumulação, a oferta de mão-de-obra seria cada vez mais elástica, assumindo a forma de crescente desemprego tecnológico. Entretanto, já Ricardo havia percebido que a técnica necessita ser 'econômica' para ser

> aproveitada. Em outras palavras, novas máquinas somente são compradas quando o seu preço, comparado ao da mão-de-obra poupada, compensa. Destarte, existe uma interdependência entre a assimilação de novas técnicas e o preço da mão-de-obra.

Em todo caso, lembra, "tanto a acumulação como a assimilação de novas técnicas são de iniciativa dos capitalistas", ou seja, citando Marx, "a variável independente é a taxa de acumulação." O fato é que, segundo Furtado (1983, p. X), "até que ponto os dois fatores se compensam, ou não, pode ser observado empiricamente. O que carece de todo fundamento lógico é admitir que a taxa de lucro possa declinar sem que se eleve a participação dos assalariados no produto." Na verdade, "não existe nenhuma contradição entre a manutenção da taxa de mais-valia – isto é, a 'taxa de exploração do assalariado pelo capitalista' – e a elevação do salário real." (FURTADO, 1983, p. 34) Mais ainda, o que ocorre é que, com a crescente concentração do capital, a massa de excedente de que cada capitalista se apropria pode crescer mais rapidamente que o produto líquido sem a necessidade de reduzir a participação dos assalariados.

Nessas condições, "crescendo o capital constante da coletividade mais rapidamente que a população, o que é fato de observação corrente, é natural que haja uma tendência para o aumento da participação dos assalariados no produto líquido." (FURTADO, 1983, p. X) Mas é claro também, afirma, que os capitalistas tentem corrigir essa tendência, tendo em vista que são eles que decidem, como foi dito, sobre a acumulação e sobre o avanço da técnica. Se não conseguem fazê-lo, o declínio da taxa de acumulação freia o aumento de salários, em caso contrário, podem criar desemprego tecnológico, mas aumentam a quantidade de recursos disponíveis para investimento, criando novas oportunidades de emprego.

> Ignorando os fenômenos decorrentes da insuficiência de procura efetiva, que escaparam à perspectiva de longo prazo

> de Marx,[13] nada indica que exista no sistema capitalista uma tendência inerente à modificação cumulativa da distribuição do produto líquido entre assalariados e capitalistas. Para descobrir essa tendência, Marx introduziu em seu modelo um fator exógeno: o exército de reserva. Não confiante no resultado, voltou posteriormente à tese clássica da 'tendência secular ao declínio da taxa de lucro', colocando-a porém em base totalmente inconsistente. (FURTADO, 1983, p. 34)

Aí está, portanto, toda a crítica de Furtado ao "modelo" de Marx na TPDE (ou em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*).[14] Segundo afirma, a experiência histórica mostra, ao contrário do que este último esperava, que o desenvolvimento capitalista ocorre com salários reais crescentes e sem modificações sensíveis na distribuição do produto entre empresários e trabalhadores. Assim sendo, não é possível demonstrar a tese filosófica que está por trás do modelo marxiano com base nos instrumentos da análise econômica utilizados. O fato é que "não houve nem tendência persistente à pauperização das massas nem à baixa da taxa média de lucro." (FURTADO, 1983, p. 35)[15]

---

[13] Vide também, a este respeito, a nota 27, página 33 de Furtado (2009).

[14] Há um longo e conhecido debate sobre a lei de tendência. Também a lei geral foi muito questionada, especialmente no período chamado dos 30 gloriosos. Não é evidentemente o caso de entrar nessas questões aqui. Uma boa interpretação, por exemplo, é aquela de Luiz Gonzaga Belluzzo, que, retomando a questão da concorrência, referida na nota 11 acima, conclui que há uma "dominância da concorrência entre capitais sobre as relações entre capital e trabalho no movimento do modo de produção capitalista. A tendência declinante da taxa de lucro como manifestação da natureza contraditória do processo de acumulação de capital exprime exatamente o fato de que, no seu movimento de expansão, o capital tende a se deslocar das bases que asseguram o seu próprio processo de valorização. É nesse sentido que o capital se torna o único limite de sua própria expansão." (BELLUZZO, 1980, p. 109, 105) Essa, como outras interpretações, insiste na necessidade de se entender a lei de tendência e a discussão das contratendências como parte da teoria da crise e do ciclo. Assim, "a lei do declínio da taxa de lucro só se manifesta como tendência de um processo contraditório, ou seja, como expressão da contradição em processo." Trata-se, em todo caso, de um debate no interior do marxismo. Furtado apresenta, como se verá acima, a sua própria solução.

[15] Isso não significa, esclarece, que a tese de que o capitalismo é uma fase da evolução social que será superada esteja errada, pois ela "possui um conteúdo evolutivo-finalista e não pode ser negada ou aceita senão no plano dos juízos de valor". Em todo caso, "não é possível

Assim, o modelo de Marx permaneceu objeto de controvérsia, sem que os seus seguidores pudessem desenvolvê-lo "como instrumento de análise econômica", ainda que se tenha transformado em "poderosíssimo instrumento nas lutas ideológicas", servindo de base a "uma teoria da ação política, abrindo caminho para os grandes movimentos de reconstrução social que marcaram o século atual." (FURTADO, 1983) Podemos concluir, voltando às primeiras páginas da apresentação do "modelo" de Marx por Furtado, que este reconhece desde o início, pelo menos, da década de 1960, quando foi publicado *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, a relevância dessa teoria da ação de Marx e seus impactos sobre a cultura:

> A enorme influência que alcançou [Marx] não se deve ao fato de que suas teorias econômicas representassem um grande progresso para o desenvolvimento da análise econômica de sua época, nem que a sua filosofia da história (e a mensagem nela explícita) constituísse um grande avanço dentro do movimento das ideias socialistas do século XIX; mas sim ao fato de que fundamentou, com os instrumentos de análise da única ciência social que alcançara certo rigor metodológico, **um conjunto de concepções filosóficas que traduziam, e ainda continuam a traduzir, os anseios de permanente renovação da cultura moderna surgida da Revolução Industrial**. (FURTADO, 1983, p. 21)

Este será também o desafio de Furtado e sua posterior aproximação de Marx, que Mallorquin enfatiza no trecho a que fiz referência acima; não chega a eliminar, em nenhum momento, o seu credo reformista. Além disso, tendo em vista as inconsistências que aponta no "modelo" de Marx e em todos os outros, não analisados aqui, e principalmente o seu crescente distanciamento em relação à economia convencional, bem explorada por Mallorquin (2005), ao lon-

---

dar a essa tese uma fundamentação econômica dentro das categorias que elaborou Marx." (FURTADO, 1983, p. 35)

go do seu livro, exigir-lhe-ão a formulação de outro, alternativo, que abarcasse tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento, sendo, portanto, mais geral que todos os anteriores.

O próprio Furtado explicitará de alguma forma, muitos anos depois, o quanto a Cultura cumpre no seu pensamento um papel semelhante àquele que a Filosofia tem no "modelo" de Marx. Ainda na TPDE, lembra da famosa passagem do prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*, em que Marx (1978) conta "como suas conjecturas filosóficas conduziram-no à análise econômica." (FURTADO, 1983, p. 21) Esse é, na verdade, o ponto de partida da sua análise, que venho a resenhar, da obra de Marx.[16] Três décadas após, perguntado sobre em que momento de sua vida descobre e começa a trabalhar a relação entre Cultura e desenvolvimento, responde:

> Eu não fui um economista desde o começo. Estudei Direito, estudei Ciências Sociais, estudei Filosofia, e a minha paixão sempre foi a cultura e o mundo, com toda a sua riqueza. Meti-me na Economia quando me convenci de que ela era a ciência social mais operacional, de maior importância para o mundo de hoje, e com maior capacidade de mudar o mundo. Sempre me guiou a idéia de que o Brasil era um país atrasado. Simplesmente isso. E um país atrasado pode se recuperar. (FURTADO, 2005, p. 77-8)[17]

[16] "A Filosofia do Direito de Hegel levou-o a meditar sobre as causas que determinam as formas do Estado e sobre as relações jurídicas entre os cidadãos. [...] E, à medida que meditava sobre a matéria, ia-se dando conta de que 'a anatomia da sociedade deve ser procurada na Economia Política'. Chegou, finalmente, à conclusão – que passará a ser a base filosófica definitiva de sua obra – de que a produção dos meios de subsistência do homem é um fato social, do qual decorrem relações de produção determinadas e necessárias e que essas relações correspondem ao grau de desenvolvimento das forças produtivas." (FURTADO, 1983 p. 22)

[17] Uso aqui como referência o ano de realização da entrevista, que só seria publicada, por Cristovam Buarque, em 2005.

O modelo de base de Furtado para o desenvolvimento

Comecemos por uma definição de desenvolvimento que se pode ler no capítulo 7 da referida obra:

> O conceito de desenvolvimento pode ser [...] utilizado com referência a qualquer conjunto econômico no qual a composição da procura traduz preferências individuais e coletivas baseadas em um **sistema de valores**. [...] Ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. **Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico.** Na verdade, ela **traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendradas pela divisão do trabalho social**. [...] Esta [estrutura] sofre a ação permanente de uma multiplicidade de **fatores sociais e institucionais que escapam à análise econômica corrente.** (FURTADO, 1983, p. 78)

Aí está o ponto de partida para a compreensão de como a cultura se encaixa no modelo de Furtado (1983, p. 79-80), o qual é expresso, pouco mais adiante, nos seguintes termos:

> [...] o desenvolvimento tem lugar mediante aumento da produtividade ao nível do conjunto do complexo econômico. [...] O aumento da produtividade física com respeito ao conjunto da força de trabalho de um sistema econômico somente é possível mediante a introdução de formas mais eficazes de utilização dos recursos, as quais implicam seja acumulação de capital, seja inovações tecnológicas, ou mais correntemente a ação conjugada desses dois fatores. Por outro lado, a realocação de recursos que acompanha o aumento do fluxo de renda é condicionada pela **composição da procura**, que é expressão do sistema de valores da comunidade. Desta forma, **o desenvolvimento é ao mesmo tempo um problema de acumulação e progresso técnico, e um problema de expressão de valores de uma comunidade**.

Não obstante a importância que dá, como vimos, à acumulação de capital na construção da teoria do desenvolvimento, faz questão de esclarecer que "seria um equívoco pretender explicar o desenvolvimento pela acumulação como se esta última fosse um fim em si mesma", sendo antes "uma resposta à ação de forças que comandam o sistema econômico em função dos **objetivos da vida social**". (FURTADO, 1983, p. 102) Forças essas que

> [...] variam de uma sociedade a outra e são determinadas pelo nível de vida já alcançado pela coletividade, pelo regime político, pelo sistema de valores prevalecente, pelas responsabilidades internacionais que se atribui à coletividade ou seus dirigentes, por formas de dominação externa etc. (FURTADO, 1983)

Na trilha da crítica ao "modelo" de Marx, a que me referi acima, acrescenta à dupla determinação (acumulação, progresso técnico) da produtividade e do aumento do fluxo de renda que o acompanha uma terceira, que condiciona a distribuição: **o sistema de valores da comunidade, que se expressa na composição da demanda**. Em seguida, para explicar as modificações estruturais inerentes ao processo de desenvolvimento, supõe que:

> [...] em função dos recursos disponíveis e de um horizonte de possibilidades tecnológicas, a coletividade, por intermédio de certos agentes econômicos, elabora seu plano de produção, o qual deve ser compatível com o **projeto de vida** concebido pelos membros dessa coletividade **no quadro da distribuição de renda e de outros parâmetros institucionais.** (FURTADO, 1983, p. 80)

Os dados do problema incluem, assim, um conceito de cultura em que a questão da **hegemonia** está claramente (embora não explicitamente) posta, de modo que as modificações estruturais na demanda global decorrentes de um aumento da produtividade pri-

vilegiarão certos setores, enquanto "outros verão sua procura permanecer estacionária ou mesmo declinar". Mais adiante, a questão é posta em termos mais claros, quando afirma que o objeto de estudo do desenvolvimento é a "elevação do nível material de vida na forma como determinada sociedade o define partindo de uma escala de valores que reflete o **equilíbrio de forças** que prevalece nessa sociedade." (FURTADO, 1983, p. 82) E segue:

> Pretender identificar no desenvolvimento uma realidade em si mesma, de validade universal, tem o mesmo fundamento que atribuir a uma determinada escala de valores a mesma significação para todas as sociedades. Com efeito: é na medida em que a quase totalidade das sociedades contemporâneas atribuem uma alta prioridade à disponibilidade de certa constelação de bens materiais, cujo acesso se confunde com a forma 'moderna' de vida, que o desenvolvimento econômico constitui hoje problema universal. Entretanto, como não é possível encontrar uma base que nos permita comparar dois conjuntos de bens materiais sem introduzir elementos subjetivos específicos de uma cultura, o desenvolvimento como aspiração universal somente pode ser definido de forma vaga. (FURTADO, 1983, p. 82)

É esta complexidade estrutural que se evidencia ao considerarmos aquele elemento de ordem valorativa relacionado à estrutura distributiva, envolvendo relações de poder, que diferencia o conceito de desenvolvimento daquele de crescimento, para Furtado (1983, p. 78). Melhor: "o conceito de desenvolvimento compreende a idéia de crescimento, superando-a", pois "se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa",[18] o que torna o conceito de renda ambíguo, mas não constitui obstáculo

[18] Nos termos de Perroux, citado por Furtado (1983, p. 78), desenvolvimento é «*la combinaison des changements mentaux et sociaux d'une population qui la rendent apte à faire croître, cumulativement et durablement, son produit réel global*».

> [...] ao estudo do desenvolvimento no quadro de uma determinada coletividade, com respeito à qual se conhecem os elementos que condicionam a organização da produção e a distribuição da renda. A estrutura do sistema econômico se funda nesses elementos institucionais, na base de recursos naturais, em dados técnicos e em certos padrões de comportamento que se definem em cada sociedade. **É graças à relativa estabilidade desses elementos institucionais, físicos e psicológicos que as variáveis econômicas [...] apresentam uniformidades que podem ser objeto de análise.** (FURTADO, 1983, p. 82)

Na exposição do "esquema macroeconômico do desenvolvimento" (capítulo 9), Furtado (1983, p. 98) coloca a questão assim:

> A análise keynesiana pôs em evidência o fato de que as motivações dos agentes responsáveis pela poupança são distintas das dos agentes que promovem as inversões. Contudo, em um e outro caso, as decisões são tomadas num quadro estrutural cuja estabilidade é imprescindível para estabelecer a função consumo. Na análise do desenvolvimento, mais que diferenças entre motivações psicológicas dos agentes, adquire relevância o poder que podem exercer certos agentes para alterar o comportamento dos outros. São as modificações dos parâmetros estruturais, ou seja, o deslocamento de certos agentes da curva que estabelece os padrões do seu comportamento previsível, o que mais interessa ao analista do desenvolvimento.

Os fatores que podem promover uma mudança estrutural são: (a) progresso técnico; (b) incorporação de novos recursos naturais; (c) realocação de recursos graças à integração num mercado mais amplo; (d) intensificação na capitalização. Este último fator

> [...] traduz diretamente uma modificação estrutural [aumento da taxa de investimento I/Y] que pressupõe modificação

> na função consumo, ou seja, um deslocamento para a direita da curva que estabelece a relação funcional entre os níveis de consumo e os da renda global. (FURTADO, 1983, p. 99)

enquanto os demais impactam a relação Y/K, "de ínfima significação para o conjunto da economia", se as demais condições estruturais não se alterarem. Entretanto,

> [...] os agentes que estão em posição estratégica podem apropriar-se, por tempo mais ou menos prolongado, dos benefícios de uma elevação da produtividade, ou melhor, podem modificar certos parâmetros estruturais e interferir no comportamento de outros agentes. É o que ocorre quando a indústria que se beneficia de aumentos de produtividade, graças ao acesso a uma tecnologia de vanguarda, mantém os preços relativos sem alteração, conserva as taxas de salários e transforma em maiores lucros a redução dos custos de produção, ou seja, se beneficia de uma quase-renda. A pequena modificação de Y/K irá transformar-se em alteração relativamente maior de I/Y. Ocorre, assim, uma distribuição dinâmica da renda em benefício de certos grupos. (FURTADO, 1983, p. 99)

Esses grupos com capacidade de alterar parâmetros e com isso influenciar o comportamento de outros em benefício próprio detêm **poder econômico**, na definição de Furtado. Na medida em que esses agentes com poder econômico logram apropriar-se dos frutos de um aumento de produtividade, outros agentes exigirão, num segundo momento, a transferência desses benefícios para o conjunto da coletividade. Nesse sentido, o autor critica a noção de "equilíbrio dinâmico", expressão que ocultaria "o que é mais significativo para a compreensão do processo de desenvolvimento, ou seja, o fenômeno da **difusão do poder econômico** e da forma como as estruturas se modificam pela ação dos agentes que exercem esse poder." (FURTADO, 1983)

Nas economias de livre empresa, segundo o autor,

> [...] os períodos de concentração de renda e elevação da taxa de inversão tendem a ser sucedidos por outros de mais intensa difusão dos frutos do desenvolvimento, a fim de que se mantenham as oportunidades de inversão. Da interdependência entre a tendência à concentração da renda, criada pelos agentes que exercem poder econômico e tomam decisões estratégicas, e a necessidade de manter os mercados em expansão, resulta um teto à proporção do produto que a economia tende a inverter espontaneamente. (FURTADO, 1983, p. 101)

Nessa linha de raciocínio, a dinâmica será dada, em última instância, pela **luta de classes**. Segundo Furtado, numa economia capitalista, destaca-se entre os fatores que condicionam o processo econômico a defesa (preservação ou melhora), pelos agentes econômicos, da sua participação na renda nacional. Os assalariados lutarão na defesa do nível absoluto e relativo da taxa de salários, enquanto os capitalistas procurarão maximizar a taxa de remuneração do capital.[19]

No concernente à acumulação, Furtado (1983, p. 102) admite que "a produtividade do fator trabalho, no plano macroeconômico, decorre do aumento da dotação de capital por pessoa ativa, e que este último aumento incorpora sempre melhoras tecnológicas", seja pela introdução de novas invenções, seja pela difusão de inovações já em uso.[20]

---

[19] O que não se limita à maximização do lucro, mas envolve também "a preocupação do capitalista em evitar que seu coeficiente de liquidez se coloque acima de certo nível crítico. O primeiro objetivo é aplicar os capitais de forma remuneradora e o segundo é evitar o declínio da taxa de remuneração." (FURTADO, 1983, p. 103)

[20] A incorporação de técnicas superiores decorre: (a) da inversão líquida e a decorrente expansão do estoque de capital; (b) da reposição do estoque de capital já existente; (c) da simples expansão do sistema, que dá acesso a economias de escala e engendra economias externas; (d) da incorporação de recursos naturais superiores; (e) das vantagens comparativas decorrentes da ampliação dos mercados externos; (f) do aperfeiçoamento do fator humano decorrente da elevação do nível de vida. Nestes três últimos casos, eles podem ser "assimilados

> O processo de formação de capital, isto é, o aumento da dotação média de capital por pessoa ativa, apresenta-se sempre em duas dimensões. A primeira é a acumulação *strictu sensu*, e a segunda traduz o fator que permite que essa acumulação se realize sem declínio da produtividade do capital.

O autor reduz o segundo fator, para simplificação do modelo, a duas formas básicas: "a que está ligada à invenção, isto é, ao deslocamento do horizonte de possibilidades técnicas, e a que traduz uma mais ampla utilização de possibilidades técnicas já conhecidas." (FURTADO, 1983)[21]

Assim, o modelo de Furtado (1983, p. 103) envolve a interação no tempo de **dois momentos do processo acumulativo** (acumulação -incorporação de invenções e acumulação-difusão de inovações), do lado da oferta, pautados por uma análise da demanda efetiva que considera uma diferença não meramente quantitativa, entre consumo assalariado e consumo capitalista, correspondendo a "unidade de gasto", neste último, a "um grau de acumulação e a um nível tecnológico superiores." Supondo dois tipos de consumidores, um que deriva sua renda da propriedade ou do controle da economia (A) e outro cuja renda advém exclusivamente de salário, o autor descreve uma dinâmica em que, num primeiro momento, o aumento da taxa média de salário desloca o padrão de consumo de B em direção a A (o que não significa necessariamente que a distância se reduza, visto que o padrão de A também pode estar mudando), de modo que se "abre o canal da acumulação mediante a simples utilização das técnicas que são amplamente conhecidas", configurando um desenvolvimento apoiado na acumulação-difusão de inovações.

---

a vias de acesso a níveis superiores de tecnologia, porquanto permitem que se intensifique a acumulação sem que decline a produtividade do capital." (FURTADO, 1983, p. 102)

[21] Além dessas duas formas, o autor se refere à incorporação de melhores recursos naturais, à integração a um mercado internacional maior e à modificação no perfil da procura interna de bens de consumo.

> Esse tipo de desenvolvimento engendra uma procura relativamente intensa de mão-de-obra, o que significa que a taxa de salário tenderá a crescer mais que a produtividade, fazendo com que B se aproxime ainda mais de A. A modificação conseqüente no perfil da procura global de bens de consumo reforça a tendência dos empresários no sentido de preferir a acumulação baseada na difusão das técnicas conhecidas. Se outros fatores não operassem em sentido contrário, tal tendência levaria a uma modificação na distribuição da renda, elevando-se a taxa de salário acima da produtividade do trabalho absorvido nos investimentos, o que paralisaria a formação de capital. (FURTADO, 1983, p. 103)

Mas, a partir de um nível crítico, os empresários tratarão de introduzir novas técnicas poupadoras de mão de obra, com o objetivo de defender a sua taxa de remuneração, abrindo um novo canal de desenvolvimento, desta vez baseado na acumulação-incorporação de invenções, o que "coloca a classe empresário-capitalista em posição privilegiada para reter os frutos do incremento de produtividade e, desta forma, aumentar sua participação na renda." (FURTADO, 1983 p. 104) Nessas condições, os padrões de consumo de B voltam a afastar-se dos de A, ao mesmo tempo em que se ampliam a dotação de capital por pessoa ativa, o horizonte de possibilidades técnicas e a diversificação dos padrões de consumo superiores.

> Contudo, se se intensifica o processo nessa direção, a maior concentração da renda tenderá a se traduzir em aumento relativo da massa de recursos a inverter. Para evitar que se eleve o coeficiente de liquidez e que a taxa de remuneração do capital desça abaixo de certos níveis, os empresários terão que voltar-se para os canais da difusão do progresso técnico, o que reduz a dotação marginal do capital por pessoa ativa, intensifica relativamente a procura de mão-de-obra e reativa o primeiro processo referido. (FURTADO, 1983, p. 104)

Nessas condições, as pressões dos trabalhadores por aumentos salariais na fase de expansão são em si mesmas benéficas ao sistema, pois, ao modificar a composição da demanda, fazem com que a acumulação se realize de acordo com o horizonte de possibilidades já conhecidas. Como o processo de distribuição de renda é autointensificado, a consequente elevação da taxa de salário acima da produtividade do trabalho induzirá a introdução de invenções poupadoras de mão de obra, e assim por diante. Trata-se, portanto, de uma dinâmica em que essas duas forças sociais (empresários capitalistas e trabalhadores assalariados), com capacidade efetiva de exercer "poder econômico", "se estimulam e limitam mutuamente" de acordo com "limites estabelecidos pelo próprio sistema", (FURTADO, 1983, p. 105)[22] determinando uma evolução alternada do desenvolvimento, com momentos, opostos e complementares, de concentração e de distribuição da renda em favor dos assalariados.[23]

Assim, concorrência e luta de classes se articulam na determinação da dinâmica do desenvolvimento, pautada esta pela inovação e amplamente dependente de fatores de ordem cultural.

Perspectiva histórica

No capítulo 11 da TPDE, Furtado analisa o processo histórico do desenvolvimento, partindo de uma classificação das formas de apropriação do excedente em dois tipos, que convivem sempre, de alguma forma, em diferentes sociedades: um baseado na cobrança de tributos, como no caso da expansão militar de Roma sobre povos dominados, e outro vinculado à expansão das atividades comerciais. No primeiro caso,

[22] Trata-se, em todo caso, de forças "distintas em sua natureza" (antagônicas, diria Marx), pois "o regime de propriedade, implícito nas regras do jogo, resulta de um processo histórico em que se cristalizou certo quadro institucional, cuja imagem varia de acordo com o grupo social que o observa." (FURTADO, 1983, p. 105)

[23] Furtado (1983, p. 105-6) termina a exposição do modelo analisando os limites das duas tendências que constituem essa dinâmica virtuosa. Para nós, o que foi dito até aqui é suficiente.

> [...] a cúpula dominante [que se apropria da maior parte do excedente] podia estar dissociada das atividades econômicas, inexistindo qualquer conexão entre as preocupações das elites dirigentes e os problemas diretamente ligados ao sistema produtivo. (FURTADO, 1983, p. 117)

A novidade, no segundo caso, é que "o lucro comercial reverte em benefício de um grupo integrado no processo econômico." (FURTADO, 1983, p. 119)

O autor exemplifica a coexistência dos dois tipos para o caso da Grécia antiga, em que a apropriação baseada na escravidão convivia com "o sistema de apropriação com base no lucro comercial, auferido principalmente no intercâmbio com as colônias", gerando um conflito entre os dois tipos de elite, que estava na base da instabilidade política das cidades gregas. Para nossos interesses, importa mais a "retomada do desenvolvimento" na Europa do século XI, após o período de "involução econômica" feudal, inaugurado no século VIII. Citando Pirenne, o autor lembra que "o desenvolvimento recomeçou, a partir dos séculos X ou XI [...] [graças às] modificações fundamentais que a eclosão do maometanismo trouxe às linhas do comércio bizantino", (FURTADO, 1983, p. 120) que se volta para as costas da Itália, a partir de onde se constituirá uma cadeia de entrepostos comerciais, que atingirá todo o continente europeu, através do leito dos grandes rios.

> Tem-se aí um caso típico de expansão de uma economia comercial, a qual encontra grande receptividade, em razão da existência de um excedente virtual de produção, isto é, das características mesmas da economia feudal européia [...]. Esta economia comportou-se como se estivesse preparada para receber as correntes de comércio, as quais vinham possibilitar melhor utilização dos recursos já existentes, e uma diversificação do consumo, sem exigir maiores modificações no sistema produtivo. Destarte, as correntes

> comerciais constituíram um fenômeno exógeno no mundo feudal. (FURTADO, 1983, p. 120-1)

Decorre daí que os dirigentes das atividades comerciais formariam uma nova classe (a burguesia) "totalmente dissociada das elites dominantes no mundo feudal." Com o tempo, ao contrário do que ocorrera em Roma, onde "a integração política provocou o comércio e o desenvolvimento", na Europa, "o comércio e a interdependência entre regiões vizinhas provocarão a integração política".

> Os Estados nacionais surgirão na Europa, destarte, não como uma aglutinação das unidades feudais, e sim como uma armadura para proteger e regulamentar a nova sociedade de base urbana que se estava formando. Ao contrário do que ocorrera nas cidades gregas, onde as elites comerciais permaneceram em choque com os grupos escravistas que detinham o poder político, na Europa a classe burguesa pôde, quando conveniente, tomar partido nas guerras entre os senhores feudais e precipitar a ruína do regime político dominante. (FURTADO, 1983, p. 121-2)

O caráter exógeno do desenvolvimento do comércio, não superpondo uma estrutura política à existente, faz surgir uma nova economia, separada inclusive geograficamente da velha agropecuária de subsistência e a ela contraposta, mas não por uma oposição total de interesses. Ao contrário, "a economia urbana veio abrir, ao senhor feudal, a possibilidade de diversificar o seu consumo", dando vazão ao **excedente** de produção que, numa sociedade fechada como a feudal, se dirigia à construção de castelos, armamento e sustentação de um séquito crescente e bem nutrido. Assim também, "o advento das linhas de comércio provocou o desenvolvimento das atividades agropecuárias, vale dizer, o aumento da produtividade nos campos", de modo que, já no século XII, certas regiões da Europa vão-se especializando na produção de vinho, de linho, de

trigo etc. Ou seja, a nova economia não veio para substituir simplesmente a antiga, mas para induzir esta a transformar-se de uma economia rural fechada para "um sistema que dedicava parte de sua produção ao mercado externo." (FURTADO, 1983, p. 122)

O sistema das **corporações**, por outro lado, representa, para o autor, um compromisso entre os artesãos e a classe comerciante hegemônica nas cidades, que impede a concorrência no nível interno, com forte controle sobre o nível de preços e a produção, numa organização basicamente feudal, enquanto que o comércio externo era regido pelas normas do *laissez-faire*, representando a classe dos grandes comerciantes, o fator dinâmico da economia urbana. Segundo o autor, a evolução para a economia industrial se fará a partir do setor de mercado externo, com o surgimento de um novo sistema de organização da produção, que tende a reduzir o salário real dos artesãos, transformado-os em operários, e que acabará finalmente com o sistema das corporações, na segunda metade do século XVIII. O autor resume assim os marcos mais relevantes do processo de **formação da economia industrial europeia**:

> A estabilização da fronteira econômica provoca a intensificação da concorrência; esta leva a tensões crescentes que aceleram a aglutinação do sistema político, a formação de economias nacionais e provoca o surgimento da política mercantilista de proteção das burguesias nacionais; para manter suas linhas de comércio, particularmente as de exportação de tecidos entre regiões vizinhas, os comerciantes exigem dos mestres-artesãos, organizadores da produção, custos mais e mais baixos; surge, em conseqüência, uma classe de artesãos-empresários cuja subsistência depende de permanente vigilância com respeito aos custos de produção; a política de redução de custos leva à organização de grandes unidades de produção – as fábricas – e a uma enorme pressão sobre os salários reais; por outro lado, essa política de redução de custos induz a progressivos

> aperfeiçoamentos na técnica de produção. Abre-se, assim, um caminho de possibilidades extraordinárias. (FURTADO, 1983, p. 127)

Note-se em operação, nesse trecho, de forma exemplar, a teoria do poder econômico do autor, referida anteriormente, em que grupos hegemônicos conseguem alterar os parâmetros do modo de vida de uma sociedade, influenciando o comportamento dos demais e provocando, assim, a mudança estrutural sobre a qual se consolidará a nova cultura, neste caso, a civilização industrial. O título da sessão iniciada em seguida é justamente "**um novo horizonte cultural**" e é disto precisamente que se trata. Furtado (1983, p. 127) enfatizará os seguintes aspectos:

1. A grande valorização da pesquisa empírica, de modo que o eterno desejo humano de conhecimento do mundo físico e metafísico se incorpora, com a Revolução Industrial, ao elemento motor do desenvolvimento econômico, o que não ocorrera, por exemplo, na Grécia antiga, em que "a elite comerciante permaneceu como que enxertada no organismo social, onde continuou prevalecendo o complexo ideológico da elite agrícola-escravista."[24]

2. Essa valorização das ciências naturais está vinculada a um segundo aspecto fundamental, que é a recorrente incorporação de novos recursos ao processo produtivo, de modo que os métodos de produção estarão cada vez

[24] Furtado (1983, p. 127) aponta, por outro lado, que não basta o desenvolvimento das economias comerciais, na medida em que estas podem explorar simplesmente a linha de menor resistência da expansão da fronteira econômica, como aconteceu com fenícios ou portugueses, que chegaram, uns à Inglaterra e outros às Índias, mas mantiveram as atividades produtivas "demasiado pouco interdependentes para que a organização da produção chegasse a ter um significado fundamental para eles. Por outro lado, as formas de produção hierarquizadas ou burocratizadas, que tenderam a prevalecer nas culturas não-européias, não criaram a competitividade e as possibilidades de rápida acumulação características do regime de *laissez-faire*, que engendrará o capitalismo industrial."

> mais baseados no uso de equipamentos e outras formas de capital, o que significa que o empresário não dependerá mais, para aplicar reprodutivamente os seus recursos, de uma fronteira em expansão.

A relação capital-trabalho também se modifica. Poderíamos colocar a questão em termos marxistas, lembrando que aqui acaba o período da acumulação primitiva de capital. Furtado (1983, p. 128), na sequência, coloca a questão nos seguintes termos:

> A aplicação desses capitais significará incremento de produtividade, aumento da renda global e, portanto, expansão do mercado interno. Baixando os seus custos sem cortar na folha de salários, o empresário poderá baratear os seus produtos sem reduzir, concomitantemente, a renda dos operários. Dessa forma, os lucros que afluem às mãos da classe empresária industrial serão aplicados, de maneira crescente, no próprio sistema industrial.

É a partir desse momento, podemos dizer, que aquela dinâmica virtuosa da luta de classes, segundo Furtado (1983, p. 128), que vimos acima, pode finalmente estabelecer-se. Se quisermos reforçar nossa interpretação marxista, devemos enfatizar que o aspecto central do novo sistema econômico está no "papel da organização e da técnica de produção". Mas aqui também podemos sentir o eco da crítica, anteriormente citada, ao "modelo de Marx":

> E não é somente isso: inovar nas técnicas de produção significa, via de regra, abrir oportunidades ao capital – que sob a forma de lucro está afluindo às mãos do empresário – de reincorporar-se ao sistema produtivo. A eficiência produtiva e o avanço da técnica constituem, portanto, no novo sistema econômico, a fonte do lucro do empresário e a oportunidade de aplicação remunerativa desses lucros.

Ou seja, as decisões dos capitalistas definem, em nível macro, a medida em que o excedente por eles apropriado será reinvestido no próprio sistema produtivo, sob a forma de novos equipamentos, aperfeiçoamento da técnica ou novos recursos naturais incorporados. Se isso justifica a posição do empresário, questionando de alguma forma a radicalidade de Marx – interessado em dar um fundamento científico à doutrina da luta de classes, deixando em segundo plano a dinâmica da concorrência –, é discutível. A sequência do raciocínio de Furtado (1983), em todo caso, está perfeitamente de acordo com Marx:

> Cabe, assim, à técnica papel central na economia industrial. E como a técnica não é outra coisa senão a aplicação ao sistema produtivo do conhecimento empírico ou científico do mundo físico, pode-se afirmar que a economia industrial só encontra limites de expansão do lado da oferta, na própria capacidade do homem para penetrar no conhecimento do mundo em que vive.

Na sequência, o autor se refere explicitamente às consideráveis "**consequências culturais** dessa transformação do papel do agente que se apropria do excedente":

> À diferença daqueles que legitimavam a apropriação de parte do excedente com a propriedade da terra ou com o aventureirismo em terras alheias, o empresário industrial tende a formar de si mesmo uma imagem de 'criador de progresso'. Graças a ele novas oportunidades de emprego estão sendo criadas e novas formas de ascensão social tendem a surgir. (FURTADO, 1983)

Ao contrário de uma economia comercial, em que o empresário pode, em consequência, por exemplo, de um esgotamento das possibilidades de expansão da fronteira econômica, aplicar seus recursos em inversões improdutivas, ou entesourar, a lógica de

uma economia industrial obriga ao desenvolvimento, pois a renda do empresário não pode ser conservada em forma líquida e entesourada indefinidamente. A reprodução exige.

> É por esta razão que, no sistema industrial, a produção já está organizada de acordo com o que se supõe será a forma por que se utilizará a renda, tidas em conta as possibilidades de intercâmbio externo. Para funcionar sem dificuldades, o sistema não somente exige que seja utilizada a totalidade da renda mas, também, que essa renda seja utilizada mais ou menos de determinada forma. Está aí a causa da grande instabilidade das economias industriais. (FURTADO, 1983, p. 130)

Deixando de lado as questões aí envolvidas, relativas a desproporções, à necessidade de ajustes, à dinâmica cíclica das economias industriais ou ao planejamento, "forma superior de organização" das mesmas, o que cabe destacar é que "a economia industrial de livre empresa, para utilizar plenamente sua capacidade produtiva, necessita transformar permanentemente em nova capacidade de produção uma certa massa de renda." (FURTADO, 1983 p. 130) Trata-se, portanto, de **um sistema fadado à expansão**. A existência de um excedente estrutural de mão de obra, nos primórdios da economia industrial, permitirá que o seu desenvolvimento se caracterize pelo "aumento substancial da participação da indústria de bens de capital – sobretudo da indústria de equipamentos – no produto nacional", acarretando "alterações na distribuição da renda, em benefício dos grupos que auferiam lucros", que puderam se apropriar da maior parte dos ganhos de produtividade. (FURTADO, 1983, p. 32)

Essa primeira fase de expansão da economia industrial se encerraria com o esgotamento daquele excedente estrutural de mão de obra, reduzindo a elasticidade da oferta da mesma, melhorando o poder de barganha da classe trabalhadora, "o que deveria pressionar no sentido de reduzir a participação das indústrias de bens de

capital no produto. Tal situação configurou-se com absoluta clareza, na Inglaterra, já no começo da segunda metade do século [...]" XIX. Essa situação indicava, segundo Furtado (1983, p. 133), uma tendência de restar recursos do setor de bens de capital em favor do de bens de consumo, "com redistribuição da renda a favor dos assalariados, e redução do ritmo de crescimento", o que foi evitado pela Inglaterra, ao lançar-se em uma grande ofensiva internacional:

> [...] teve inicio, então, a fase de total liberalização do comércio inglês, das maciças exportações de capital, que mantinham a indústria de equipamento funcionando a plena capacidade, e da ofensiva comercial sob a forma do audacioso imperialismo vitoriano.

Este ponto é interessante, pois trata, entre outras coisas, da explicação de Furtado para o imperialismo, em diálogo com "as teorias marxistas do 'capitalismo imperialista'" – título do apêndice ao capítulo 18, onde o autor retoma o **problema da realização**. Uma contradição óbvia, segundo o autor, do modelo dos clássicos, inclusive Marx, é ver o capitalismo como um sistema "dotado de um poderoso mecanismo de acumulação, baseado na apropriação do excedente pela classe capitalista (que se empenha em invertê-lo) e no progresso técnico", (FURTADO, 1983, p. 189) ao mesmo tempo em que se pretende que a taxa de salário não seja afetada pela acumulação, sendo a oferta de trabalho totalmente elástica.

Já vimos a crítica que o autor faz à ideia marxiana de exército industrial de reserva e a sua própria solução para a dinâmica do desenvolvimento, em que a luta de classes desempenha um importante papel. Neste ponto, ele se refere às duas soluções presentes no pensamento marxista, que implicam, ambas, "uma doutrina do expansionismo capitalista", a saber, "a ampliação do espaço em que operam os capitalistas (exportação de capitais) e a destruição dos capitalistas uns pelos outros (concentração do capital)." (FURTADO, 1983)

À primeira solução, de Rosa Luxemburgo,[25] que fazia a acumulação capitalista depender da destruição das áreas do globo onde ainda imperam relações de produção pré-capitalistas, opõe-se uma segunda, que parte de Hilferding, quem, pensando a realidade alemã, sobretudo do final do século XIX, articula a tendência à concentração do capital, a política protecionista dos Estados nacionais e a constituição do capital financeiro:

> Temos, assim, por um lado, a grande concentração econômica em mercados protegidos, o que cria a possibilidade de uma política interna de preços altos e gera taxas de lucro excepcionalmente elevadas; por outro temos as limitações à expansão internacional na forma da tradicional exportação de mercadorias. Ora, a flexibilidade do capitalismo monopolista encontra uma solução para esse problema mediante a instalação de empresas por trás das barreiras protecionistas. (FURTADO, 1983, p. 190)

Lênin se apropriaria dessa perspectiva, supondo que a exportação de capital é uma característica do capitalismo que denominará monopolista, deixando em segundo plano a questão do protecionismo:

> Ao contrário de Hilferding, que via na saída para o exterior uma manobra para transpor as barreiras aduaneiras e continuar o processo produtivo a fim de aplicar e remunerar uma massa crescente de capital, Lenine via aí uma forma de apropriar-se de fontes de matérias-primas, de impor certo tipo de comércio a povos débeis, de adquirir colônias [...]. Desta forma, Lenine utilizou o essencial das idéias de Hilferding

[25] "Para ela, o processo de acumulação deveria ser observado em escala mundial. Destruídas as formas pré-capitalistas dentro de um país, os capitalistas desse país tenderiam a avançar para as áreas de atraso relativo, prosseguindo além-fronteiras a tarefa de liquidação dos modos pré-capitalistas de produção que já haviam concluído intramuros. A acumulação, ou seja, a expansão da economia capitalista seria inseparável da destruição de formas pré-capitalistas de produção." (FURTADO, 1983, p. 189-90)

> para elaborar a tese de que a expansão colonialista do século XIX era a decorrência do próprio desenvolvimento do capitalismo, o qual, na sua forma superior, assumiria a forma de imperialismo. (FURTADO, 1983, p. 190-1)

Furtado (1983, p. 192) reconhece a verossimilhança da explicação de Lênin naquele momento, mas critica, sobretudo, o fato de que na base do seu raciocínio estava "uma tese que já em sua época conflitava com a evidência histórica: a economia de um país capitalista não se poderia desenvolver mediante a expansão de seu próprio mercado interno." Com isto, aponta, volta-se ao ponto de partida de Rosa Luxemburgo. Para arrematar a crítica a uma e outro, Furtado (1983, p. 192) recorre a Marx:

> O próprio Marx, ao sugerir que a concentração de capital constitui uma saída para evitar o declínio da taxa de lucro, estava abrindo a porta a uma constatação de alcance bem maior: o capitalismo não tende a reproduzir-se tal qual ele é, e sim a modificar permanentemente suas estruturas em função de objetivos fundamentais ligados aos interesses da classe capitalista. Em outras palavras, **a evolução do capitalismo** não decorre de uma necessidade histórica, inelutável como uma lei natural; ela **se realiza condicionada por decisões que são tomadas em função de valores definidos por grupos dominantes.**

E segue, reafirmando *en passant* a importância das decisões de investimento dos capitalistas para a mudança estrutural:

> Falar em tendência ao declínio da taxa de lucro, como algo virtual, vem a ser a mesma coisa que afirmar que, se os capitalistas não dispusessem da possibilidade de orientar o progresso técnico – introduzindo novos processos produtivos que modificam a eficiência dos recursos e a disponibilidade relativa de fatores –, de introduzir novos produtos e de condicionar os hábitos dos consumidores, o sistema

> tenderia rapidamente a perder suas características atuais. (FURTADO, 1983)

Já vimos também a crítica de Furtado à lei de tendência de Marx, mas é interessante voltar ainda um pouco ao tema aqui. Referendando a ideia de Hilferding de que as transformações estruturais do capitalismo preparam a empresa para atuar em nível internacional, insiste em que

> [...] a razão última que induz a empresa a atuar no estrangeiro é a perspectiva de uma taxa de lucro mais alta. Portanto, não é necessário que a sua taxa de lucro esteja em declínio, bastando que as perspectivas de lucros mais altos surjam em outras áreas. (FURTADO, 1983, p. 192)

Não se critica o fato histórico da tendência à queda da taxa de lucro que se verificava no momento vivido por Marx, mas a teoria que eleva esse fato à condição de lei, de condição inerente ao desenvolvimento capitalista.

Vale retornar, nesse sentido, à página 133, bem na sequência do trecho a pouco citado, e verificar a explicação do próprio Furtado para o fenômeno do imperialismo, que recorre também, de alguma forma, à tendência:

> Na fase mais avançada do processo de industrialização – quando a oferta de mão-de-obra se torna pouco elástica – o desequilíbrio entre a capacidade de produção de bens de capital e a possibilidade de absorção dos mesmos permanece como força virtual e opera como fator propulsor do desenvolvimento. Visto de outro lado, este fenômeno apresenta-se da seguinte forma: a oferta de poupança tende a crescer mais rapidamente que a do fator trabalho, o que cria forte pressão no sentido da redistribuição da renda a favor dos trabalhadores. Essa redistribuição acarretaria, entretanto, uma baixa na taxa de lucros e desencadearia uma série de

> reações, tendentes a reduzir o volume das inversões e frear o processo de desenvolvimento. (FURTADO, 1983, p. 133)

A tendência à queda da taxa de lucro que, prosseguindo, levaria o sistema a "perder suas características atuais", em consequência da relativa inelasticidade da mão de obra, decorrente de um processo extensivo de desenvolvimento, exigia uma saída, seja aumentando a elasticidade da oferta de trabalho, seja reduzindo a importância relativa da produção de bens de capital, permitindo uma distribuição da renda a favor dos trabalhadores.

> Ao fato de haverem as economias capitalistas logrado solucionar esse problema, deve-se que a participação dos lucros no produto tenha permanecido estável e também se haja mantido uma elevada taxa de acumulação na fase de escassez de mão-de-obra. As grandes exportações inglesas de capital de fins do século passado [XIX] e começos do atual [XX] constituíram um simples período de transição, que teve a virtude de permitir o refinamento de soluções mais definitivas. Surgiram estas da própria tecnologia, progressivamente orientada no sentido de cumprir o papel do antigo excedente estrutural de mão-de-obra. (FURTADO, 1983, p. 133)

Resolve-se, assim, a questão de Marx, sem qualquer argumento subconsumista ou estagnacionista, mas com base numa análise bem mais sofisticada sobre desproporções decorrentes do processo de acumulação e historicizando radicalmente o problema da tendência. O imperialismo aparece, assim, como uma solução provisória, que mantém o nível de expansão do sistema, mas a solução definitiva – pode-se dizer, sistêmica – será dada pelo próprio desenvolvimento tecnológico. Com o esgotamento do excedente estrutural de mão de obra, há uma reversão na dinâmica interdepartamentos:

> A tendência persistente para a criação de um excedente de capacidade produtiva no setor de bens de capital provoca

> redução dos custos de inversão, no setor de bens de consumo, onde são utilizados em sua grande maioria os equipamentos. Na medida em que os equipamentos mais baratos vão sendo utilizados nas indústrias de bens de consumo [...] a rentabilidade desse setor tende a aumentar, com respeito ao conjunto da economia. Ora, a maior rentabilidade no setor de bens de consumo significa, em última instância, que uma fração maior dos bens de consumo produzidos não é consumida pelos operários dessa mesma indústria, podendo, portanto, ser utilizada no setor de bens de capital. (FURTADO, 1983)

Quando o setor de bens de capital não está em expansão, apresenta-se uma tendência à elevação do salário real, que incide mais fortemente sobre esse mesmo setor, cuja rentabilidade está sendo afetada pelo excesso de capacidade. O autor deduz daí que as técnicas mais avançadas (com maior densidade de capital por trabalhador)

> [...] encontram condições relativamente mais favoráveis nas indústrias produtoras de bens de capital [...] Crescendo a sua produtividade física mais intensamente que nas indústrias de bens de consumo, os preços dos equipamentos tendem a declinar em termos de produtos manufaturados de consumo, o que induz a substituir, nas indústrias de bens de consumo, mão-de-obra por equipamentos. Daí resulta uma tendência a aumentar o grau de mecanização em todo o sistema, isto é, a aumentar a densidade de capital por pessoa ocupada. (FURTADO, 1983, p. 133-4)

Resultado:

> [...] **o rápido avanço da técnica nas indústrias de bens de capital permitiu conservar a forma de distribuição da renda entre capitalistas e assalariados**, que cristalizara no período de absorção da economia pré-capitalista [...] na fase

> subseqüente, em que a oferta de mão-de-obra seria pouco elástica. (FURTADO, 1983, p. 134)

O desenvolvimento técnico foi orientado, assim, para "permitir combinação de fatores em que entravam quantidades crescentes de capital por homem ocupado." (FURTADO, 1983) A evolução da técnica foi determinada, portanto, pelas condições históricas da transição de uma situação em que a classe trabalhadora não dispunha de nenhum poder econômico para outra em que esse poder se estabelece a partir do esgotamento do excedente estrutural de mão de obra. A **cultura material** do capitalismo, que fundamenta a **dinâmica do desenvolvimento** antes referida, será profundamente influenciada por essas condições históricas particulares. Nos termos de Furtado:

> Essa técnica, na forma em que se apresenta hoje, incorporada aos equipamentos industriais, resulta, portanto, de um lento processo de decantação, no qual influíram de maneira fundamental condições específicas de algumas nações, sobretudo da Inglaterra e dos Estados Unidos da América, que sob vários pontos de vista constituíram um só sistema econômico, durante grande parte do século XIX. (FURTADO, 1983, p. 134)

É esse específico processo histórico, determinado pelas condições particulares em que se encontravam "os atuais países industrializados de livre-empresa", que determinará a orientação do progresso técnico, o perfil da demanda global "com seu desdobramento estratégico em procura de bens de consumo e investimento" e seus reflexos no aparelho produtivo e, pode-se já deduzir, nos estilos de vida, padrões de comportamento, valores que constituem, a partir de então, a cultura capitalista no seu sentido mais amplo. Ao menos no que se refere aos citados países. Veremos em seguida como se coloca a questão para os países subdesenvolvidos.

Antes disso, é importante verificar a posição do autor a respeito da aceleração das taxas de crescimento dos países de capitalismo industrial a partir de 1950, retomando a situação anterior a 1913, em que, não obstante as flutuações cíclicas, observam-se "taxas de crescimento a longo prazo bem superiores à que constatamos para as economias pré-industriais." (FURTADO, 1983, p. 136) Mesmo no conturbado período entre 1913 e 1959, "marcado por duas grandes guerras e uma profunda e prolongada depressão, a taxa de crescimento das economias industriais foi relativamente elevada." A partir de 1950, nota-se uma "nítida tendência de aceleração, a qual nem sempre é visível à primeira vista em razão da importante redução havida na jornada de trabalho." (FURTADO, 1983, p. 137) Os dados são eloquentes, mas o que interessa aqui é conhecer a explicação de Furtado para o fenômeno:

> A aceleração referida pode ser atribuída à crescente quantidade de recursos que as sociedades industriais passaram a dedicar ao fomento da ciência e à criação de novas tecnologias. Contudo, também se pode atribuir parte dessa aceleração ao fato de que as economias referidas ainda se encontram na fase de **superação do subdesenvolvimento**. Essa **fase intermediária** somente estará superada quando os sistemas econômicos alcançarem **homogeneidade técnica**, isto é, quando apresentarem o mesmo grau de assimilação do progresso técnico em todos os seus segmentos (tidas em conta as diferenças de idade dos equipamentos, a partir de um critério de obsolescência), e quando a produtividade já não puder aumentar como simples decorrência de eliminação do atraso no aperfeiçoamento do fator humano. (FURTADO, 1983, p. 137)

A partir daí, passa a vigorar plenamente a dinâmica do desenvolvimento antes discutida:

> A partir dessa situação de pleno desenvolvimento, a aceleração do crescimento da produtividade somente poderá ocorrer se se intensificar o processo de invenção ou se modificações estruturais, tais como alterações na distribuição da renda, permitirem elevar a taxa de difusão das inovações técnicas. A **homogeneização dos padrões de consumo** surgiria como a situação limite, a partir da qual a difusão das inovações já não poderia ser intensificada, passando o desenvolvimento a depender estritamente do fluxo de invenções. (FURTADO, 1983, p. 137-8)

Estas observações são importantes para a conclusão da análise do modelo de desenvolvimento, pois explicitam o problema teórico da finalização do processo, ligado à superação da **heterogeneidade estrutural**, característica fundamental do subdesenvolvimento como se verá em seguida.

O modelo de base de Furtado para o subdesenvolvimento

O subdesenvolvimento, para Furtado, é uma condição histórica decorrente da expansão da economia industrial europeia, analisada no item anterior. Essa expansão se dará, para o autor, em três direções:

1. Dentro da própria Europa Ocidental, nos termos já discutidos, primeiro em condições de oferta elástica de mão de obra e, em seguida, através do progresso técnico que dá flexibilidade a um sistema econômico que já incorporara parte significativa da economia pré-capitalista, tornando inelástica a oferta de trabalho.

2. Deslocamento, para além do espaço europeu "de mão-de-obra, capital e técnica, onde quer que houvesse terras ainda desocupadas e de características similares às

da própria Europa", graças a diferentes fatores, como o ouro, na Austrália ou no Oeste norte-americano, aliado à revolução nos transportes marítimos. "Mas importa ter em conta que esse avanço da fronteira não se diferenciava, basicamente, do processo de desenvolvimento da própria Europa do qual fazia parte, por assim dizer: as economias australiana, canadense ou estadunidense, nessa fase, eram simples prolongamentos da economia industrial européia." Inclusive em termos culturais, pois os colonos, que emigravam da Europa, levavam consigo as técnicas e os hábitos de consumo. Além disso, como "só se estabeleciam onde existia uma base de recursos naturais muito favorável, explica-se que suas populações hajam alcançado, desde o início, elevados níveis de vida, comparativamente aos dos países europeus." (FURTADO, 1983, p. 141-2)

3. A terceira linha de expansão é aquela formada por regiões já ocupadas, por vezes densamente povoadas, formando um conjunto heterogêneo de economias pré-capitalistas.

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre essas estruturas variou de região para região, ao sabor das circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista [limitado, às vezes, à abertura de linhas comerciais, outras à exploração de fontes de matérias-primas...] e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas dualistas, uma parte das quais tendia a organizar-se à base da maximização do lucro e da adoção de formas modernas de consumo, conservando-se a outra parte dentro de formas pré-capitalistas de produção. **Esse tipo de estrutura sócio-econômica dualista está na origem do fenômeno do subdesenvolvimento** contemporâneo. (FURTADO, 1983, p. 142)

Assim, o subdesenvolvimento é "um **processo histórico autônomo, e não uma etapa** pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento." No caso típico da implantação de uma exploração mineira, por exemplo, o impacto na estrutura pré-existente dependerá do nível de salário (bastando ser um pouco superior ao nível pré-existente de remuneração, dependente das condições de vida anteriores), do volume da população (normalmente bem superior às necessidades da empresa que se implanta, beneficiada ainda por medidas de profilaxia e outras que reduzem a taxa de mortalidade) e dos impostos que sejam pagos. Uma situação, segundo o autor, até certo ponto idêntica à

> [...] primeira fase do desenvolvimento da economia capitalista, quando o sistema artesanal pré-existente ia sendo destruído e absorvido [...] Entretanto, a similitude é aparente, pois a empresa capitalista que penetra em uma região de estrutura econômica pré-capitalista não se vincula, efetivamente, a esta última, pelo simples fato de que a massa de lucros por ela gerados não pertence à economia local. (FURTADO, 1983, p. 142)

Na medida em que as decisões de investimento e consumo capitalista dependem do empresário, e o consumo assalariado, do nível global de emprego, "sempre que o núcleo capitalista existiu como uma cunha controlada de fora, pouco se modificaram as estruturas", dependendo o seu impacto do volume de mão de obra absorvido pelo setor capitalista. A isso, Furtado chama **capitalismo bastardo**. Em todo caso, esclarece, se não há mudança estrutural, há sim mudanças na composição da demanda global da economia subdesenvolvida em questão e também uma tendência de urbanização e de criação de uma "infra-estrutura de serviços básicos de mais alto padrão técnico." (FURTADO, 1983, p. 143-144)

Mas há um segundo caso, em que a atividade exportadora é controlada principalmente por capitais nacionais, como no caso da economia cafeeira no Brasil.[26] Na verdade, "a experiência brasileira surge como um caso especial, no qual se conjugam o controle por grupos nacionais da produção exportável, a abundância de recursos naturais",[27] o que facilitaria a reinversão dos lucros na própria atividade cafeeira, facilitando a absorção da economia de subsistência pré-existente, o financiamento da imigração europeia e, com isso, a expansão da economia monetária e a "formação de um mercado interno de dimensões relativamente grandes", (FURTADO, 1983, p. 145) abrindo caminho para os investimentos industriais. A diversificação desse novo setor industrial leva à constituição de um tipo de economia subdesenvolvida de grau superior (**fase superior do subdesenvolvimento**), capaz de produzir internamente parte dos equipamentos requeridos pelo processo de desenvolvimento.

Não cabe entrar aqui na análise do conhecido processo de substituição de importações, a forma que adquire a industrialização nessas economias, segundo o modelo da CEPAL. O importante é que

> [...] a maior preocupação do industrial local é a de apresentar um produto similar ao importado e adotar métodos de produção que o habilitem a competir com o importador de artigos estrangeiros. Assim sendo, os processos produtivos que se afiguram mais vantajosos são aqueles que permitem

[26] Furtado (1983, p. 144) cita ainda um caso intermediário, nas repúblicas centro-americanas, onde se daria tanto "o efeito de incrustração de empresas estrangeiras – no caso das plantações de banana – [... quanto o] efeito de uma expansão controlada por capitais nacionais – no caso das plantações de café". Em todo caso, "o resultado não foi muito distinto. Uma vez esgotadas as possibilidades de expansão do setor cafeeiro, a experiência demonstrou que os novos capitais nele formados tendiam antes a expatriar-se que a buscar outros campos de aplicação dentro da economia onde se formavam."

[27] A elasticidade da oferta de fatores era dada pela abundância de terras, mas também pela capacidade de utilização, numa primeira etapa, da mão de obra escrava semiutilizada da região mineira decadente, depois pela imigração europeia e, finalmente, pela absorção de excedentes de mão de obra do Nordeste e de Minas Gerais.

> reproduzir com exatidão os artigos importados, e não os que permitam uma transformação mais rápida da estrutura econômica pela absorção do setor de subsistência. (FURTADO, 1983, p. 146)

Nessas condições, a estrutura ocupacional não se modifica, não é eliminado o dualismo – característico também das primeiras fases da industrialização nos países centrais, mas que neste caso se torna uma "característica estrutural e permanente" (FURTADO, 1983, p. 151) – e não se reduz a dependência externa, nem a heterogeneidade estrutural, **as duas características essenciais do subdesenvolvimento**. O fundamental, para nossos objetivos, é que "uma economia subdesenvolvida não deve ser considerada isoladamente do sistema de divisão internacional do trabalho em que está inserida" e que, "**em suas raízes, o subdesenvolvimento é um fenômeno de dominação, ou seja, de natureza cultural e política**." (FURTADO, 1983, p. 148)

Se, inicialmente, o subdesenvolvimento decorre de vantagens comparativas decorrentes da especialização geográfica, num momento em que, como decorrência da Revolução Industrial, constituía-se o sistema de divisão internacional do trabalho, ampliando-se a demanda por bens primários, a própria especialização transformará os países "periféricos" em "importadores de *novos bens de consumo*, fruto do progresso tecnológico nos países 'cêntricos'." (FURTADO, 1983, p. 181) É isso que, segundo o autor, a lei das vantagens comparativas dos clássicos, válida então de um ponto de vista estático, deixava na sombra.

> Ora, o aumento de produtividade média no país 'periférico' não se traduzia [...] em aumento significativo da taxa de salário; mas [...] trazia necessariamente consigo elevação dos gastos em consumo e modificação qualitativa do padrão de vida da minoria proprietária e dos grupos urbanos profissionais e burocráticos. Desta forma, desenvolvimento (ou

> melhor, *progresso*, na concepção vulgar) passou a confundir-se com **importação de certos padrões culturais, ou seja, com a *modernização* dos estilos de vida.** (FURTADO, 1983, p. 181)

Forma-se, assim, um grupo social que não passava, em todo caso, de um décimo da população nacional, com hábitos de consumo e estilos de vida semelhantes aos dos países em que ocorria a revolução tecnológica. A industrialização periférica, por substituição de importações, acabará incorporando, em decorrência, o padrão técnico, o coeficiente de capital dos países centrais, de modo que "**o 'dualismo' que se formara no plano cultural (padrões de consumo em permanente mutação e importados versus padrões de consumo tradicionais) tenderá a projetar-se na estrutura do sistema produtivo**", (FURTADO, 1983, p. 182) situação que tende a perpetuar-se.

> Desenvolvimento 'periférico' passa a ser, portanto, a diversificação (e a ampliação) do consumo de uma minoria cujo estilo de vida é ditado pela evolução cultural dos países de alta produtividade e onde o desenvolvimento se apoiou, desde o início, no progresso tecnológico. Mais precisamente: o principal fator causante da elevação de produtividade na economia periférica industrializada parece ser a diversificação do consumo das minorias de altas rendas, sem que o processo tenha necessariamente repercussões nas condições de vida da grande maioria da população. (FURTADO, 1983, p. 182)

O Estado pode, através da sua política fiscal, promover mudanças no perfil da demanda e na estrutura do sistema produtivo, mas em geral a sua atuação tem sido, segundo o autor, no sentido de reforçar a natureza dual dos processos de modernização e industrialização na periferia. A assimetria da evolução das economias centrais e periféricas faz com que as primeiras, que controlam o progresso tecnológico, acabem por impor padrões de consumo para as segundas, que se tornam, assim, dependentes.

> Assim, na economia dependente existirá, sob a forma de um 'enclave' social, um grupo culturalmente integrado nos subsistemas dominantes. **O dualismo tem, portanto, desde o início, uma dimensão cultural, a qual se traduz, em termos econômicos, numa descontinuidade na 'superfície' da procura.** É a industrialização 'substitutiva de importações' que transfere essa descontinuidade para a estrutura do aparelho produtivo. Para o economista que observa uma economia subdesenvolvida como um sistema fechado, esse fenômeno se apresenta como um '**desequilíbrio ao nível dos fatores**', decorrente da 'inadequação' da tecnologia. Escapa-lhe que o referido fenômeno é, fundamentalmente, uma decorrência das formas de comportamento ligadas ao quadro estrutural da dependência. (FURTADO, 1983, p. 183)

O dualismo se define, portanto, de início, no plano cultural – ou seja, de acordo com a citação anterior da página 148 da TPDE, em termos de dominação, que é de natureza cultural e política – transferindo-se para o dos processos produtivos, graças ao funcionamento de mecanismos explicáveis pelo conceito, anteriormente exposto, de poder econômico. Assim, a teoria do subdesenvolvimento de Furtado – que não se separa da sua teoria do desenvolvimento, formando ambas um constructo único, capaz de explicar os mecanismos e tendências de expansão da civilização industrial – é uma teoria da dependência, entendida como dependência cultural. (BOLAÑO, 2013) Além disso, integra perfeitamente a problemática das relações centro-periferia, como a da luta de classes, ao definir aquilo que denomina, nesta altura, como dualismo, em termos de capacidade de acesso a padrões de consumo importados, decorrente da forma específica do processo de modernização na periferia.

Pequena advertência sobre polêmicas e estagnação

O motivo desta apresentação do modelo de base de Furtado foi apenas relacionar os principais elementos articuladores da sua teoria com o objetivo de explicitar a existência de um conceito de cultura que fundamenta toda a sua contribuição. Veremos no capítulo segundo que se tratava de uma concepção antropológica de cultura. Não se trata de um estudo exaustivo, portanto, do pensamento de Furtado, em todos os seus aspectos, nem importa entrar na análise das polêmicas que o mesmo suscitou. Assim, a ideia de dualismo, criticada em texto célebre de Oliveira (1977), foi pontuada aqui e poderia ter sido considerada em termos da sua evolução ao longo da obra de Furtado, que a superará em algum momento, apresentando uma versão mais sofisticada do problema de fundo a que esta obra se referia, como se verá em trecho citado no capítulo quarto adiante. Tema importante para a história do pensamento, mas irrelevante para os nossos objetivos específicos.

O debate sobre a estagnação, que dividiu opiniões no seu momento, é um caso especialmente importante para os estudos históricos, que marca uma ruptura na evolução do pensamento latino-americano. Bielschowsky (1988) lembra que, no início dos anos 1960, a suposição de uma tendência das economias latino-americanas à estagnação era uma ideia-força que anunciava uma reorientação geral do pensamento cepalino, o qual apresentava duas explicações principais para a mesma, uma exposta em um texto de 1963, de Prebisch (insuficiência de capital), e outra, que prevalecerá entre os economistas brasileiros (insuficiência de mercado), sugerida em 1962 por Aníbal Pinto e formulada pela primeira vez no campo brasileiro por Maria da Conceição Tavares (1973), no seu ensaio clássico de 1963, que constitui a primeira parte do seu livro mais conhecido.

Mas a tese será desenvolvida, nos anos seguintes, sobretudo por Furtado, ainda que, até 1964, "tudo o que ele apresentou nessa direção foram, dispersos em seus textos, alguns elementos analíticos

que iriam compor a nova fase." (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 494) A interpretação propriamente estagnacionista do autor estaria contida, segundo Bielschowsky, em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, *Um projeto para o Brasil* (FURTADO, 1968b, 1966) e, de forma mais completa, *Desenvolvimento e estagnação na América Latina: um enfoque estruturalista*. (FURTADO, 2007b) Não creio, ao contrário do que parece entender Mantega (1984), que a tese estagnacionista seja inerente ao modelo de Furtado, mesmo porque não estava sequer presente no modelo original de 1961. (*Desenvolvimento e subdesenvolvimento*)

Em todo caso, os textos de Furtado referidos no parágrafo anterior tiveram grande influência no debate latino-americano, e seria a mesma Maria da Conceição Tavares, em artigo fundamental, escrito em parceria com José Serra e incluído também no livro de 1973 citado, a fazer a crítica, evidentemente, à formulação mais elaborada da tese, feita por Furtado, mas que constituía, de fato, unanimidade no pensamento crítico e de esquerda em economia no Brasil ao final do processo de substituição de importações, à exceção, como lembram tanto Bielschowsky como Mantega, de Ignácio Rangel.

> Diferenças de interpretação à parte, tanto a explicação estagnacionista, pela via da má alocação dos recursos, como a de insuficiência de mercados tinham mensagens semelhantes: a plena retomada do processo de crescimento e desenvolvimento na América Latina pressupunha reformas institucionais profundas que viabilizassem a redistribuição da renda. Ambas revelavam, portanto, a percepção de que se estava diante de um grave impasse, pouco havendo a escolher entre a alteração da estratégia de desenvolvimento e a condenação à estagnação. (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 495)

A crítica de Conceição Tavares deve ser entendida, portanto, como a autocrítica de toda uma geração que será, como também

aponta Bielschowsky (1988, p. 495), "[...]o ponto de partida para uma longa história de análise da dinâmica econômica brasileira que a própria Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado e vários outros economistas empreenderiam daí para a frente." Tem razão, portanto, Claudio Salm (2011), ao evidenciar a inexistência de ruptura teórica de Serra e Tavares, no seu célebre texto com Furtado.

UMA TEORIA ANTROPOLÓGICA DA CULTURA

Influências: de Freyre a Herskovits

Já tive a oportunidade de citar em outra ocasião (BOLAÑO, 2013), mas repito aqui o trecho das *Aventuras de um economista brasileiro*, em que Furtado (1997, t. 2a, p. 16) reconhece a influência que sofreu "da sociologia norte-americana, em particular da teoria antropológica da cultura, com a qual tomei contato pela primeira vez por intermédio do livro de Gilberto Freyre, *Casa grande e senzala*", aos 17 anos de idade, esclarecendo, não obstante, que

> [...] olhando retrospectivamente, vejo com clareza que o livro de Freyre pouco ou nada me influenciou no que respeita a sua mensagem substantiva, isto é, no que se refere à interpretação do processo histórico brasileiro. Sua importância esteve em que nos revelou todo um instrumental novo de trabalho.

Esse instrumental novo, a teoria antropológica da cultura, estava presente, portanto, no pensamento de Furtado desde as suas primeiras leituras, ainda na adolescência. Mais ainda, a sua ideia de Cultura antecede a Economia, como confessou a Cristovam Buarque

na entrevista de 1991, no seu apartamento de Paris, citada no primeiro capítulo deste trabalho, em que deixa claro que a escolha da Economia como matéria privilegiada de estudo se deveu a seu caráter de ciência social aplicada, a mais adequada aos seus propósitos de atuação sobre a realidade de um Brasil marcado pelo atraso.

Em *A fantasia organizada*, Furtado (1997, v. 1, p. 190) lembra da viagem que fez aos Estados Unidos, como membro da CEPAL, percorrendo centros de pesquisa, com o objetivo de "tomar pé no que outros estavam fazendo em áreas conexas ou mesmo naquela em que estávamos garimpando." Vejamos a sua conclusão geral:

> Esses contatos rápidos em alguns centros universitários deixaram-me entrever a riqueza das pesquisas em curso em áreas correlacionadas com a temática geral do desenvolvimento. Também nesse setor, a universidade norte-americana alcançara plena maturidade e, pela amplitude do horizonte que abarcava e escala de recursos que aplicava, era de prever uma avalanche de coisas novas para breve. (FURTADO, 1997, t. 1, p. 197)

No entanto,

> [...] no campo propriamente da economia, as coisas iam mais devagar. Os mo delos de crescimento ainda não haviam entrado na moda com suas sofisticadas variantes de função de produção. O pesado corpo da ciência econômica, concebido para funcionar em um universo onde a dimensão tempo inexiste, oferecia grande resistência. (FURTADO, 1997, t. 1, p. 197)

E segue:

> Mas a fortaleza estava sob assédio. Em torno dela pipocavam ideias novas vindas da história econômica, da demografia, da antropologia, da sociologia, da história da ciência e das técnicas. Em pouco tempo mais, cristalizaria o paradigma

> do desenvolvimento, e um caudal de pesquisa que se esterilizava em áreas saturadas encontraria novo canal por onde desaguar. Ao ganhar nitidez esse paradigma, impor-se-ia a necessidade de romper fronteiras e buscar a interdisciplinaridade, de afrouxar as camisas de força do funcionalismo, de recolocar o problema epistemológico da relação entre fins e meios nas ciências sociais. (FURTADO, 1997, t. 1, p. 197)[28]

Entre todos os contatos que fez na ocasião, o que mais o entusiasmou foi precisamente o antropólogo Melville Herskovits, da North Western University, de Chicago, estudioso do processo de mudança cultural, interesse declarado de Furtado (1997, t. 1, p. 194): "posto que **o subdesenvolvimento é uma manifestação cultural**, era natural que antropólogos nos houvessem antecipado no terreno que agora explorávamos, não sendo pouco o que com eles tínhamos que aprender." Dito isto, o autor vai ao **núcleo do pensamento cepalino**:

> No centro do pensamento de Prebisch estava a ideia de que o desenvolvimento da periferia tinha como motor a difusão do progresso técnico. Por trás dessa tese havia dois problemas a elucidar: o da emergência de um foco de criatividade tecnológica em determinada cultura, e o da natureza do processo de difusão dos valores. As ideias mais aceitas na

[28] Note-se que ele "estava convencido de que na CEPAL havíamos avançado em terra ignota e que ocupávamos posições de vanguarda." Apesar de reconhecer que em breve "seríamos envolvidos por forças avassaladoras, que soçobraríamos quando deflagrasse o potencial de pesquisa que se estava armando nos Estados Unidos", não tinha dúvidas de que "havíamos ganhado um pequeno avanço e ninguém me convencia de que a deusa Fortuna não estivesse de nosso lado." (FURTADO, 1997, t. 1, p. 197-198) Em todo caso, não obstante o avanço dos estudos sobre desenvolvimento nos Estados Unidos, na década de 1960, o autor teve a oportunidade de observar *in loco*, depois de 1964, que "ninguém se atreveria a afastar-se do paradigma dominante, temendo uma inevitável desqualificação acadêmica. Até então não me apercebera do verdadeiro terrorismo que exerce na economia a escola de pensamento dominante. Trabalhar fora do paradigma do equilíbrio geral era auto-desqualificar-se. Aqueles que tentavam recuperar o conceito clássico de *excedente* deviam aceitar a etiqueta de marxista, com as implicações que isso trazia, porquanto o marxismo não era tido como uma forma de conhecimento científico. O dogma implícito era que a ciência não é normativa, portanto prescinde de juízos de valor. Esse **positivismo** impregnava o estudo e o ensino da economia." (FURTADO, 1997, t.3b, p. 153-4)

> época eram as de Schumpeter sobre o papel do empresário inovador, fulcro da criatividade tecnológica e motor de todo processo de rápida transformação que caracteriza o mundo contemporâneo. Mas pouco se havia pensado sobre a lógica da difusão. (FURTADO, 1997, t. 1, p. 194)

Ora, o subdesenvolvimento não é outra coisa, para Furtado, senão o resultado da propagação da civilização industrial. É nesse sentido que ele avalia a contribuição de Herskovits:

> A exemplo de outros antropólogos de sua geração, ele se inclinava a sobrepor uma 'lógica da cultura' à história, o que o levava a ver na inovação (e na descoberta) mais uma resposta do que uma mutação. Estava longe de deslizar para o determinismo cultural, mas dava ênfase à preexistência de uma 'base cultural', sem o que a inovação não seria absorvida e tampouco a mudança cultural se apresentaria ordenada. Do mesmo ponto de vista, assegurava que a difusão também seguia uma linha de menor resistência, de alinhamento com respeito à orientação preexistente. No caso de uma sociedade de classes, com cortes culturais nítidos, o processo de difusão interna de valores dar-se-ia nas mesmas linhas. (FURTADO, 1997, t. 1, p. 194-5)

É interessante ainda a referência à ideia, que Herskovits herda de Ralph Linton, de que "as culturas têm uma área de preocupação dominante, de máxima percepção, cujo estudo é essencial para a compreensão da sua dinâmica." (FURTADO, 1997, t. 1, p. 195) A **religião** seria a área focal dos povos da África Ocidental. No seu diálogo com Herskovits, Furtado (1997, t. 1, p. 195) aponta que a forte religiosidade da população negra brasileira se explicava pela dureza da luta pela sobrevivência "numa sociedade que os reprimia e mutilava. Ele redarguiu que, embora isso fosse verdade, não foi por acaso que a criatividade dos negros brasileiros se refugiara na esfera religiosa." Furtado (1997, v. 1, p. 195) tira daí duas conclusões:

> Esse diálogo com o professor Herskovits fez-me pensar que a criatividade religiosa das populações brasileiras de origem africana, estimulada em luta secular pela sobrevivência, constitui elemento fundamental na formação da nossa cultura. Por outro lado, a corrente dominante da cultura brasileira teve sua área focal crescentemente deslocada para a inovação tecnológica, principalmente através de empréstimos de outras culturas. Essa **dicotomia** de orientação na área de percepção mais aguda da cultura não podia ser ignorada. **Para pensar o Brasil era necessário começar pela antropologia.**

Bem mais adiante, no mesmo livro, referindo-se ao seu ensaio *Interpretação histórico-analítica do desenvolvimento econômico*, condensado de conferências proferidas em 1953, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), aponta que o seu interesse então era "**encontrar fórmulas metodológicas que permitissem conjugar os recursos da história e da análise**", seguindo, sem ainda haver tomado conhecimento dela, uma tendência próxima da Escola dos Anais, de busca do "entrosamento da história com as ciências sociais, partindo destas últimas, enquanto os membros dessa escola partiam da primeira." (FURTADO, 1997, t. 1, p. 284) O ponto de partida do referido ensaio – que compõe o vasto material que acabará formando *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* e a TPDE – era a afirmação, incluída no célebre artigo de comentário a Nurkse, de que "a apreensão do fenômeno do desenvolvimento exigia um enfoque mais amplo do que nos permitia a análise econômica, pois estávamos lidando com um amplo processo de mudança cultural, 'força criadora das civilizações'." (FURTADO, 1997, t. 1, p. 285) E segue:

> E avançava a ideia de que, se há mudança, é porque existe a possibilidade de escolha, o que pressupõe uma margem na disponibilidade de recursos, um excedente com respeito ao estritamente necessário à sobrevivência da coletividade.

> **O ponto de partida teria de ser, por conseguinte, uma teoria do excedente social**. Paul Baran pouco tempo depois chegaria a uma conclusão similar partindo de outro enfoque metodológico. (FURTADO, 1997, t. 1, p. 285)

E explica:

> A ideia de excedente social esteve na base do pensamento dos economistas clássicos, inclusive Marx, mas desapareceu a partir da introdução do conceito de equilíbrio geral. Na tradição clássica, o conceito de excedente é utilizado na teoria da distribuição, particularmente para explicar a renda da terra. Meu enfoque era muito mais amplo, pois pretendia utilizar o mesmo conceito para explicar o processo de mudança social. Se os prisioneiros de guerra fossem comidos, haveria aumento do consumo, mas não formação de excedente; transformados em escravos, seu trabalho geraria um excedente, abrindo a possibilidade de acumulação e, portanto, de mudança. (FURTADO, 1997, t. 1, p. 285)

É a constatação de que "somente certas formas de dominação social canalizam o excedente para a acumulação" que leva o autor a interessar-se pela relação entre organização social e formação do excedente. Também "a busca da diversificação do consumo, estimulada pelo contato de culturas, desempenha papel importante no processo de mudança." Enfim, as diversas formas de apropriação e uso do excedente expressam "a variedade de caminhos que trilha o homem no seu esforço de criatividade" e explicam "as distintas curvas descritas pelas civilizações." (FURTADO, 1997, t. 1, p. 286)[29]

[29] Assim, por exemplo, "a mudança de uma corrente de comércio pode secar a fonte de um excedente e modificar a curva de uma civilização, mas não existe progresso nem declínio necessariamente. O feudalismo, geralmente apresentado como organização social mais avançada do que a escravidão, também pode ser visto como 'uma forma regressiva' tendo surgido na área do Império Romano do Ocidente quando se desorganizaram os meios de transporte, atrofiou-se o comércio e se reduziu consideravelmente o consumo urbano. Seria específico da economia feudal o fechamento que lhe foi imposto, impossibilitando-o de utilizar plenamente sua capacidade produtiva." (FURTADO, 1997, t. 1, p. 286)

Poderíamos aqui voltar ao conceito de poder econômico, explicitado no capítulo primeiro, na medida em que, "destarte, era importante conhecer a origem e a dimensão do excedente social, e também o comportamento dos grupos sociais que dele se apropriam." Para nossos interesses, neste ponto, é mais importante verificar que, no momento da gênese do método histórico-estrutural, o seu formulador estava empenhado justamente em defender uma visão interdisciplinar do problema do desenvolvimento, com ênfase na necessidade de incorporação de um paradigma antropológico de inovação e de difusão cultural, para o que lança mão do velho conceito de excedente, numa perspectiva mais ampla.

Dependência cultural e teoria do excedente

É interessante retomar a questão partindo do artigo *Entre inconformismo e reformismo*, produzido por encomenda do Banco Mundial, para uma obra sobre os pioneiros do desenvolvimento. Faz parte da sua obra autobiográfica, mas, de fato, é um texto bastante teórico, em que Furtado parte da explicitação, mais uma vez, no mesmo sentido referido a pouco, da semelhança entre a busca da Escola dos Anais e a do estruturalismo latino-americano.

> Eles buscavam ajuda nas ciências sociais e nós, partindo destas, a buscávamos na história. Minha indagação partia da ideia de que o subdesenvolvimento, por sua especificidade, estava fora do alcance explicativo das teorias do crescimento econômico. (FURTADO, 1977, t. 3 p. 11)

A necessidade de superar a simples "dinamização a-histórica de modelos macroeconômicos, na linha keynesiana ou na neoclássica", que caracterizavam a teoria do crescimento econômico do pós-guerra, leva o autor a definir nos seguintes termos o ponto de partida da sua contribuição:

> O comportamento diacrônico das comunidades humanas confirma um elemento de intencionalidade que se traduz pelo exercício de opções. Ora, um **horizonte de possibilidades**, uma margem de escolha pressupõe a disponibilidade de meios acima do necessário para reproduzir-se. Os meios excedentários de que dispõe uma comunidade podem assumir a forma de um estoque, utilizado de uma só vez, mas também podem apresentar-se como um fluxo, a exemplo do que ocorre com a abertura de linhas de comércio. Esses meios excedentários, que abrem graus de liberdade, são na realidade a base do processo acumulativo. Assim, o retorno ao conceito de excedente social, introduzido pelos fisiocratas na metade do século XVIII, constitui meu ponto de partida para situar o desenvolvimento econômico em seu contexto histórico. (FURTADO, 1997, t. 3a, p. 12)

Partindo das anomalias da economia brasileira, cuja análise exige categorias que não se encaixam no paradigma hegemônico da ciência econômica da época, o autor define mais uma vez o estruturalismo latino-americano, diferente do estruturalismo francês, pelo empenho em destacar os parâmetros não econômicos dos modelos macroeconômicos – o que "é particularmente pertinente com respeito a sistemas econômicos heterogêneos, social e tecnologicamente, como é o caso das economias subdesenvolvidas." O que produz esse enfoque latino-americano é "a visão global derivada da história, ao apoiar-se no conceito de sistema de forças produtivas." Mais uma vez, é feito o reconhecimento ao pensamento marxista, que coloca em primeiro plano "a análise das estruturas sociais para compreender o comportamento dos agentes econômicos." Trata-se, no total, de um "esforço visando ampliar o quadro conceptual a fim de abranger os condicionantes internos e externos do sistema de decisões", (FURTADO, 1997, t. 3a, p. 16-17) que conduziu à **teoria da dependência**.

Já tive a oportunidade de discutir este tema em extensão, em artigo incorporado a Bolaño (2013). Não vou repetir os argumentos aqui, mas vale a pena citar os trechos em que, na sequência, Furtado (1997, t. 3, p. 39) confirma explicitamente algumas das conclusões lá tiradas. Em primeiro lugar, o autor agrega, em nota, uma série de referências, para deixar claro que "foram meus estudos sobre a dinâmica da demanda e a modernização na reprodução do subdesenvolvimento que me orientaram para a ideia de dependência, **primeiro cultural e depois tecnológica**." De fato, como tratei de mostrar naquela ocasião, a teoria da dependência de Furtado é anterior a todas as outras mais conhecidas e é, diferentemente delas, uma teoria da dependência cultural, diferente das teorias da dependência cultural posteriores, baseadas em autores como Fernando Henrique Cardoso, Enzo Falletto, ou André Gunder Frank, entre outros. Na verdade, como defendo, a retomada da teoria da dependência cultural de Furtado nos dias de hoje seria de grande interesse para os estudos de Comunicação. O fundamental, nesse sentido, é o seguinte:

> Fora do quadro da dominação colonial, o fenômeno da dependência se manifestou de início no plano cultural, mediante a transplantação de padrões de consumo que puderam ser adotados graças ao excedente gerado no quadro das vantagens comparativas estáticas obtidas no comércio exterior. É o forte dinamismo do segmento modernizado do consumo que projeta a dependência no plano tecnológico e a inscreve na estrutura produtiva. (FURTADO, 1997, t. 3a, p. 18)

A saída dessa situação – em que o aparelho produtivo aparece fraturado em uma parte modernizada, voltada para a importação ou a produção substitutiva de bens sofisticados – torna-se muito difícil, pois a dependência (cultural e tecnológica) tende a reproduzir-se de forma ampliada:

> Na medida em que os padrões de consumo da minoria que se apropria do excedente devem acompanhar o estilo de vida dos países que lideram o progresso tecnológico (e que se instalaram em elevado nível de capitalização), qualquer tentativa visando 'adaptar' a tecnologia será repudiada. Quando se tem em conta que a situação de dependência está sendo permanentemente reforçada, mediante a introdução de novos produtos (cuja produção requer o uso de técnicas cada vez mais sofisticadas e dotações crescentes de capital), é evidente que o avanço da industrialização dá-se de forma simultânea à concentração da renda. (FURTADO, 1997, t. 3a, p. 18)

Isto posto, a "ideia sintetizadora de minhas reflexões de economista sobre a história" se traduz na dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento, presentes no livro que está na origem da TPDE, referida esta em nota, cujos aspectos centrais Furtado (2009) se propõe a resumir nos dois itens seguintes do artigo, a saber, "**uma teoria do excedente social**" e "o sistema centro-periferia". Segundo Furtado (2009, p. 19), o desenvolvimento da capacidade de ação do homem depende de uma mistura de inventividade e acumulação, entendida esta última como meio de transmissão das técnicas incorporadas, seja diretamente no homem, seja nos instrumentos e coisas de que este se utiliza.

> Quando se limita à difusão de técnicas já conhecidas e comprovadas, o desenvolvimento se confunde com a acumulação. Mas circunscrever o estudo do desenvolvimento à acumulação é perder de vista que as técnicas não são outra coisa que formas de comportamento cuja racionalidade não é independente de fins preestabelecidos. A substituição do cavalo pelo automóvel não é apenas uma evolução do sistema de transporte: é a transformação de um estilo de vida. Falar de difusão ou transmissão de tecnologia é, portanto, um eufemismo, pois o que se está difundindo nesse caso é uma forma de viver, o que implica na desarticulação do

> sistema de valores preexistente na sociedade receptora das novas técnicas.

Voltamos, assim, ao tema da difusão da civilização industrial, entendido como "adoção por todos os povos da terra do que se convencionou chamar de *padrões de modernidade*, ou seja, a forma de viver engendrada pela industrialização nos países que a lideram." Com isso, perdem nitidez, por um lado, o papel da criatividade no desenvolvimento e, por outro, a relação entre acumulação e "os valores que presidem a vida social. Essa simplificação oculta a existência de modos de desenvolvimento hegemônicos que monopolizam a inventividade no nível dos fins em benefício de certos países." Para o autor, a teoria do excedente se articula com a teoria da estratificação social e ao "estudo das formas de dominação que engendram as desigualdades na repartição do produto social, ou definem as opções a tomar na utilização do excedente." (FURTADO, 2009, p. 19-20) A elevação da produtividade, decorrente da divisão social do trabalho, do intercâmbio, da especialização, não é condição suficiente para a produção do excedente, pois só se pode falar em um horizonte de opções, na medida em que

> [...] os sistemas de dominação social limitam a satisfação de necessidades básicas que a população considera como ainda não satisfeitas de todo. É a estratificação social que permite a emergência do excedente, ou seja, de recursos com usos alternativos, abrindo o caminho à acumulação. Portanto, **os recursos que permitem o desenvolvimento das forças produtivas são os mesmos que tornam possível mobilizar a população para a guerra e que engendram as desigualdades sociais.** (FURTADO, 2009 p. 20-21)

Assim, a acumulação assumirá as mais diversas formas, nas diferentes culturas, servindo tanto à estratificação social e à manutenção do sistema de poder quanto ao progresso técnico. Por que uma ou outra opção é privilegiada, para o autor, "transcende as teo-

rias do desenvolvimento e invade o estudo comparativo das culturas, particularmente nos seus aspectos morfogenéticos." O fato é que o mesmo problema pode receber inúmeras soluções e "é nessa diversidade que se manifesta a originalidade de uma cultura." (FURTADO, 2009, p. 21)

Segue-se uma exposição sobre as **duas formas básicas de apropriação do excedente** (autoritária e mercantil), referidas brevemente no capítulo anterior, no item *Perspectiva histórica*, mas que já tive também a oportunidade de analisar com mais detalhe em outra ocasião, (BOLAÑO, 2013, capítulo 1) tomando a exposição feita em *Prefácio a Nova Economia Política* (FURTADO, 1977) e comparando -a com as definições de Sohn-Rethel (1989) entre sociedades de apropriação unilateral e recíproca. No texto ora em exame, a questão é posta nos seguintes termos:

> O caso mais extremo do excedente gerado autoritariamente é a escravidão. Os sistemas impositivos têm origem idêntica, o que não impede que eles hajam evoluído no sentido da legitimação pelo consenso dos indivíduos tributados. Formas mais sutis de extração autoritária do excedente são as normas que regem as profissões hereditárias, que freiam a mobilidade geográfica das pessoas, que impedem a circulação de bens, que restringem o acesso à terra arável e à água. Formas ainda mais sofisticadas são os **sistemas de patentes**, o **controle da informação**, o controle do acesso às escolas de prestígio etc. (FURTADO, 1997, t. 3a, p. 21)

A outra forma primária de apropriação do excedente (mercantil) "também gera a estratificação social, mas o seu ponto de partida não é a dominação e sim o aumento da produtividade criado pela especialização, possibilitada pelo intercâmbio", que "pode existir no quadro de relações simétricas, ou seja, entre parceiros totalmente independentes um do outro." (FURTADO, 1997, t. 3a, p. 22)

> É verdade que todo intercâmbio pressupõe um fluxo de informações cujo controle por um ou outro dos que o praticam rompe a simetria da relação. Mas neste caso a apropriação do excedente envolve um elemento de autoridade. Em todas as sociedades complexas as duas formas primárias referidas apresentam-se combinadas das maneiras mais variadas. No mais das vezes, a forma autoritária alimenta os canais da comercialização [...].[30] Nem sempre é fácil saber onde termina uma forma e onde começa outra. (FURTADO, 1997, t. 3a, p. 22)[31]

Em todo caso, ao contrário da via autoritária, maciçamente hegemônica ao longo da história, "a via mercantil gera ela mesma recursos que alimentam o excedente".[32] A **revolução burguesa** é definida como "a ascensão da classe mercantil européia a posições de força que lhe permitirão desmantelar o sistema tradicional de apropriação autoritária do excedente, ou pelo menos colocá-lo em posição de dependência." (FURTADO, 1997, t. 3a, p. 23) Com isso,

> [...] a atividade mercantil, antes limitada à circulação de bens, tende a verticalizar-se, abarcando a totalidade do processo produtivo. A atividade produtiva deixa de ser um conjunto

[30] É o caso paradigmático da produção agrícola de base escravista voltada para o intercâmbio no mercado internacional, elemento central da acumulação primitiva. (NOVAIS, 1979)

[31] "É o caso, por exemplo, da renda de um agente que ocupa uma posição estratégica, ou está na vanguarda tecnológica [...]. Como separar o critério mercantil do autoritário no caso da exploração monopolista de um serviço público? Que dizer do especulador que, mediante a manipulação da informação, obtém um ganho de capital com a valorização de ativos?" (FURTADO, 1997, t. 3a, p. 22) Quase não resisto a entrar na discussão sobre a ideia de informação, que Furtado maneja neste e nos outros trechos citados há pouco. Trabalhei o tema em Bolaño (2000, 2007, 2013) e meu colega Alain Herscovici.

[32] Vale agregar: "o intercâmbio não se funda apenas na especialização: requer a estocagem de produtos, o transporte destes a distâncias maiores ou menores, meios de proteção etc. Toda uma infraestrutura de meios de transporte, armazenagem e de segurança está por trás das operações de comércio. Tal infraestrutura e os bens cuja utilização é transferida no tempo, em função das exigências do comércio, constituem uma imobilização do excedente. Esse excedente utilizado como meio para extrair outro excedente, seja como instrumento do intercâmbio, seja como vetor das técnicas de produção, denomina-se **bens de capital**." (FURTADO, 1997, t. 3a, p. 23)

> de relações estáveis entre pessoas [...] para transformar-se numa 'combinação de fatores' em grande parte intercambiáveis e sujeitos a cotações de mercado. Porque tudo é intercâmbio, a apropriação mercantil do excedente generaliza-se, o que permitirá considerar um número crescente de atividades humanas como sendo de natureza econômica. (FURTADO, 1997, t. 3a, p. 23)

Ao contrário da apropriação autoritária, em que "a técnica se integrava na herança cultural, que era transmitida de geração a geração no âmbito de atividades que prolongavam a vida familiar", as atividades mercantis baseiam-se no cálculo de preços, custos, tudo com base no denominador comum, universalmente aceito, que é a moeda. "A ideia de produtividade não passa da expressão desse cálculo. Ora, se a produtividade pode ser aumentada, mediante engenho e arte, é que a atividade mercantil produz riqueza". Por outro lado,

> Nas sociedades em que a atividade produtiva está regida por critérios mercantis, o nível de emprego da população já não é assegurado pela organização social, como ocorria na época em que se herdava o ofício ou o direito de acesso à terra arável. A segurança individual somente poderá ser recuperada mediante um grande esforço de organização das massas trabalhadoras e do acesso destas às estruturas de poder que tutelam o sistema econômico. (FURTADO, 1997, t. 3a, p. 24)

Conclusão:

> A evolução da sociedade capitalista compreende, portanto, duas fases perfeitamente definidas. A primeira está assinalada pela desarticulação das formas de dominação social apoiadas na apropriação autoritária do excedente e de ascensão da classe mercantil à posição de hegemonia. A segunda é definida pela **emergência da organização das massas**

> **assalariadas** como elemento de crescente importância nas estruturas de poder. (FURTADO, 1997, t. 3a, p. 24)

No segundo item mencionado (o sistema centro-periferia), o autor retoma a análise histórica da expansão da civilização industrial, a partir do seu primeiro núcleo, consolidado na Inglaterra da segunda metade do século XVIII. A evolução do processo, que tende à **unificação da cultura material** em todo o mundo, não difere da apresentação que o autor faz em diferentes ocasiões, inclusive na TPDE, em trecho resenhado no capítulo anterior, na análise do modelo de Furtado (1980) para o subdesenvolvimento, com intuito classificatório, ou, mais detalhadamente, em perspectiva histórica, na *Pequena introdução ao desenvolvimento*, que tive a oportunidade de resenhar no artigo que forma o quarto capítulo de Bolaño (2013): ampliação (para a Europa Ocidental) e complexificação do núcleo inicial, ocupação dos territórios de clima temperado de baixa densidade demográfica e, finalmente, ampliação dos circuitos comerciais, levando a uma divisão internacional do trabalho que inclui o resto do mundo, constituindo-se o subdesenvolvimento, que não se trata de uma necessidade imanente, inelutável, da expansão capitalista, mas, uma vez instaurado, torna-se funcional:

> Esse fato histórico iria condicionar a evolução subsequente das estruturas do sistema. Graças a ele, a acumulação no centro seria ainda mais rápida, aprofundando-se o hiato que o distancia da periferia. Daí que as estruturas sociais hajam sido cada vez mais diversas. Dada a forma histórica que assumiu a expansão do capitalismo industrial, já não seria possível defini-lo com base exclusivamente na ideia de **generalização da forma mercantil de apropriação do excedente**. Também é inerente à sua morfologia atual um sistema de **divisão internacional do trabalho** que reflete e reforça relações de dominação-dependência. (FURTADO, 1997, t. 3a, p. 27)

Na verdade, aquela divisão internacional do trabalho "é fruto da iniciativa do núcleo industrial em seu empenho de ampliar os circuitos comerciais existentes e criar novos." A iniciativa se mantém no núcleo gerador do progresso técnico, mas as transformações se darão, de forma diferenciada, por toda parte. A constituição da periferia, nas regiões onde as mudanças foram moldadas do exterior, é definida pelo autor como um processo de **aculturação**, em que jogará um papel fundamental, "como vetor dos valores culturais do núcleo industrial em expansão", a forma em que é utilizado o **excedente retido na periferia.** (FURTADO, 1997, t. 3a, p. 28)[33] Não é necessário avançar mais aqui na análise que o autor desenvolve em seguida das relações centro-periferia e dos problemas deixados pela modernização e pela industrialização retardatária da periferia.

Voltaremos de forma mais sistemática à teoria do excedente de Furtado (1977) adiante, ao analisar, em detalhe, o *Prefácio a nova economia política*.

Antropologia e marxismo

O trabalho em que Furtado explicita mais a teoria antropológica que maneja é justamente aquele em que o seu modelo é apresentado em termos mais diretamente marxistas, em diálogo não apenas com Marx, mas com Lênin e um número importante de autores dessa tradição, dos quais se apropria criticamente. Refiro-me à *Dialética do desenvolvimento*, produzido com o objetivo declarado de "quebrar um tabu em torno dos chamados 'clássicos do marxismo'", (FURTADO, 1997, t. 2b, p. 277) publicado no conturbado período imediatamente anterior ao golpe militar de 1964.

[33] O autor fala em quatro possibilidades "perfeitamente caracterizadas": (a) apropriação exclusivamente em benefício do centro; (b) apropriação em parte por um segmento da classe dominante local; (c) por grupos locais que o utilizam para ampliar a própria esfera de ação; (d) ou pelo Estado. A combinação dessas formas típicas definirá as diferentes situações encontradas na periferia.

Dados os limites a que me propus, desprezarei, no que segue, não sem pesar, pois se trata de um trabalho hoje pouco citado do autor, toda a segunda parte, dedicada ao diagnóstico da crise brasileira, bem como a discussão dos referidos "clássicos", concentrando-me naquilo mais diretamente ligado aos nossos interesses de pesquisa imediatos. Por outro lado, trabalharei não apenas sobre o livro de 1964, mas também sobre um texto escrito em 1980, incluído em *Os ares de mundo*, (FURTADO, 1990, t. 3b, p. 303) como abertura do capítulo IV (*Do utopismo à engenharia social*), intitulado *A herança ideológica*.

O ponto de partida é o mito do paraíso perdido, "comum a tantas culturas", e a relação entre felicidade e revolução, cuja gênese vai buscar em Platão, para quem esta última tem o significado de "retorno a si mesmo" e representa a necessidade de uma ruptura radical: a destruição da ordem existente, incompatível com a estrutura natural do homem, para a construção de uma nova ordem social harmônica. A **modernidade** reverte essa perspectiva, projetando para o futuro o horizonte utópico. "A idealização do futuro substitui a do passado" e o conceito de revolução "continua a traduzir uma ruptura com o presente, mas essa ruptura já não é vista como destruição, e sim como as dores do parto de um novo mundo." (FURTADO, 1990, t. 3b, p. 303)

Trata-se de um processo característico da história europeia, cuja evolução social, a partir do século XVI, "assumiu a forma de ascensão de uma classe que fundava seu poder e prestígio na posse de novas riquezas". O acesso a essas riquezas "passa pela transformação das riquezas existentes em instrumento de produção", de modo que "as decisões que se tomam no presente dependem em grande medida da visão que se tem do futuro." Estamos de pleno na teoria da acumulação e do excedente de Furtado, à qual ainda voltaremos com mais detalhe. O importante aqui é que, por um lado, se acumular significa privilegiar o futuro, isso "só tem sentido se se crê no **progresso** [...]; se se pensa que o uso futuro dos bens produzidos

no presente trará maior satisfação do que o [seu] uso imediato." (FURTADO, 1997, t. 3b, p. 24) Por outro lado, a **racionalidade** que tende a prevalecer numa sociedade em que "o sistema de dominação se funda na acumulação" é tal que

> [...] tendem a prevalecer as leis da acumulação, ou seja, os critérios de racionalidade, os quais têm sua expressão formal no espírito de análise: na decomposição de um todo em ingredientes simples e imutáveis e na visão do todo como o agenciamento mecânico desses ingredientes. A partir desse enfoque, a sociedade é vista como um agregado de fatores de produção e de agentes de consumo, todos dotados de comportamento perfeitamente formalizável em **modelos de base analítica.** (FURTADO, 1997, t. 3b, p. 24)

Note-se, desde já, que é contra essa perspectiva nomotética da ciência (econômica) que Furtado valoriza a dialética de Hegel no primeiro capítulo do livro de 1964. Em todo caso, "a subordinação das estruturas sociais às leis da acumulação é decorrência do controle pela classe dominante dos instrumentos de produção", pois, para que aqueles critérios de racionalidade penetrem no tecido social, é necessária uma diferenciação da atividade econômica que só se faz possível com "a emergência da nova estrutura social em que grande parte da população depende para sobreviver da venda da capacidade de trabalho", (FURTADO, 1997, t. 3b, p. 24) como esclarece perfeitamente Marx, quem, em outro momento, merecerá o seguinte elogio:

> O estudo da *mercadoria*, que aparece no primeiro tomo de *O Capital*, é certamente uma das contribuições mais originais da obra de Marx. Aí se põe em evidência a importância na formação social capitalista de mascarar o caráter social do

> trabalho e de apresentar a apropriação privada do seu fruto como regulada por leis naturais. (FURTADO, 1977, p. 47)[34]

Esse caráter ideológico que a subordinação do trabalho transformado em mercadoria força de trabalho implica é valorizado por Furtado, porque está vinculado a um tema de importância para ele, como é o da **consciência de classe**, presente em diferentes momentos da sua obra. Na sequência do trecho citado anteriormente, sobre a venda da força de trabalho, a questão também está posta:

> Ora, o traço de maior relevo dessa nova estrutura social é a precariedade da situação do trabalhador no que respeita a seus meios de subsistência, a qual se traduz em um estado permanente de insegurança. A luta contra essa insegurança desempenhará papel fundamental na evolução dessas sociedades, explicando os antagonismos sociais, produzindo consciência de classe, retroagindo sobre a estrutura de poder. (FURTADO, 1990, t. 3b, p. 304-5)

O modelo de análise derivado dessas preocupações não chega a ser muito diferente daquele que vimos no primeiro capítulo, mas é significativa a substituição da ideia de dinâmica pela de dialética do desenvolvimento. E aqui nem estamos no livro de 1964 ainda, mas num texto produzido, como disse, em 1980. A problemática da luta de classes e da consciência de classe na determinação da dinâmica, ou da dialética, do desenvolvimento permanece. O interessante é que

---

[34] Mesmo a crítica que vem em seguida ["as inferências que ele faz desse ponto são, contudo, de interesse exclusivo para o estudo da ideologia burguesa e a alienação do trabalhador. Ao descer à análise econômica, Marx permanece preso ao esquema ricardiano, tentando relacionar diretamente o valor (produto do trabalho social) ao esforço individual do trabalhador, medido em horas" – (FURTADO, 1977, p. 47)], de extrema relevância para o tema, da maior atualidade, da quantificação do valor, à qual não cabe, lamentavelmente, retornar neste trabalho, pode ser amenizada se voltarmos à citada defesa da dialética hegeliana, dada a necessidade de totalização dos processos históricos nas ciências sociais, do capítulo primeiro da *Dialética do desenvolvimento*.

> [...] é nessa sociedade dominada pelo princípio da racionalidade e marcada pelas lutas das massas trabalhadoras contra a insegurança que se cristaliza o mito da felicidade engendrada por formas sociais capazes de abrir espaço à plena realização das potencialidades do homem. (FURTADO, 1997, t. 3b)

Sobre esse mito, novas formas de consciência surgirão que não teriam sido possíveis em outras condições:

> [...] por um lado, emerge a ideia de que a acumulação conduzirá à abundância, portanto, à liberação do homem das constrições do mundo natural. Por outro, a de que as lutas sociais produzidas pela insegurança são anunciadoras de uma próxima liberação das massas, do fim da exploração do homem pelo homem. (FURTADO, 1997, t. 3b, p. 305)

Pode-se dizer que Furtado aplica a Hegel (e a Saint Simon) o princípio fundamental do materialismo histórico de que o ser social determina a consciência, analisando o seu pensamento como expressão daquela realidade histórica:

> À medida que as relações entre os homens assumiam a forma contratual de relações mercantis, o tecido social se fazia mais transparente, prestava-se mais à análise. Assim, a visão do progresso era apreendida em dupla dimensão: como acumulação de bens materiais e como penetração de critérios de racionalidade na vida social, avanço da Razão na História, na linguagem de Hegel. (FURTADO, 1997, t. 3b, p. 305)

A ideia de que "a historia da humanidade não seria outra coisa senão esse processo de ascensão da razão" que "brota do permanente esforço do homem para compreender o que existe e para transformar o mundo com base nessa compreensão", algo muito maior que uma simples sequencia de eventos, "essa visão é inseparável da história social da Europa." (FURTADO, 1997, t. 3b, p. 306)

Com a Revolução Francesa, "velhas estruturas sociais se rompem com brutal rapidez e um novo mundo sobe à superfície com seus elementos essenciais já constituídos [...]. Um mundo de aparências foi subitamente substituído por outro de realidades. No sentido hegeliano, deu-se a unidade entre a razão e a realidade." (FURTADO, 1997, t. 3b, p. 306) A crítica a Hegel é posta, finalmente, nos seguintes termos:

> Mesmo que se deva reconhecer no pensamento de Hegel uma percepção da correspondência entre o espírito analítico e a maneira como se transformava a sociedade sob impulso da difusão da racionalidade mercantil, esse pensamento somente mantém sua coerência como sistema a partir de seus fundamentos idealistas. **Nele o conceito de homem não tem bases antropológicas, e sim metafísicas.** (FURTADO, 1997, t. 3b)

Na *Dialética do desenvolvimento*, Furtado valoriza o aspecto metodológico da contribuição de Hegel, que teria o mérito de "formular os princípios de **uma lógica do processo histórico**", constituindo "o ponto de partida do mais importante movimento de renovação do pensamento social do século XIX", ao definir o princípio de que o mundo não está formado por "coisas acabadas, e sim por um conjunto de processos e de que somente uma lógica do desenvolvimento nos poderá capacitar a compreender esses processos, denominando a essa lógica de dialética." Mais, "o impulso criador da história está no **conflito de forças contrárias**, mas é porque existe um equilíbrio móvel dessas forças que os processos históricos apresentam um 'sentido'", do qual Hegel derivava sua concepção de "necessidade histórica". Furtado reconhece, mas não está preocupado com o idealismo: "o fato de Hegel, em sua ânsia de integrar um sistema filosófico, [...] buscar no desenvolvimento de uma suposta Ideia Absoluta, o fundamento da dialética, não tinha maior

significação do ponto de vista da **validade desta como método**." (FURTADO, 1964, p. 13-14)

No resumo que faz do livro de 1964, em *A fantasia desfeita*, Furtado (1997, t. 2b, p. 278-279) sintetiza nos seguintes termos o problema: "a essência do pensamento dialético está na ideia simples de que o todo não pode ser apreendido pelo estudo isolado de suas partes, contrapondo-se ao enfoque analítico" da ciência. Se o método dialético é considerado de pouca valia para as ciências exatas, ele é importante para a compreensão dos processos históricos porque, neste caso, a **totalidade** "não pode ser reconstituída a partir da análise da multiplicidade de fenômenos que a integram." No texto de 1964, ele aponta que

> Lukács captou este ponto muito bem quando afirmou que o problema central da dialética é o conhecimento da totalidade do fenômeno histórico [...] a oposição de contrários somente tem significação como oposição das partes ao todo, do todo às partes e do todo a ele mesmo no curso de uma totalização. (FURTADO, 1964, p. 16)

E segue:

> A ideia de interdependência das distintas instituições existentes em uma determinada etapa histórica, formulada por Hegel, derivava-se da concepção da história como um todo. O esforço de Marx se dirigiu no sentido de identificação das forças primárias que, atuando dentro desse todo, provocavam a cadeia de reações sob cuja forma se apresenta o processo de desenvolvimento histórico. No ponto mais baixo dessa cadeia, Marx identificou as relações de produção [...], função da tecnologia disponível [que] constituem em seu conjunto a estrutura econômica da sociedade; os demais segmentos da estrutura social estariam condicionados por aquela infraestrutura econômica. (FURTADO, 1964, p. 16)

A essência da hipótese de Marx "significa apenas que, dentre os fatores determinantes de uma estrutura social, o mais irredutível deles é o nível da tecnologia." O **modelo de base e superestrutura**, "formulado a um elevadíssimo nível de abstração, pela qual se reduzem as múltiplas variáveis que interferem no processo histórico a uns quantos elementos", representa, para Furtado (1964, p. 16-17), uma "**audaciosa simplificação**" que permitiu a Marx formular "o primeiro modelo dinâmico da realidade social, dando à dialética uma extraordinária eficácia como instrumento explicativo dos processos históricos", um modelo a dois setores, "o mais simples de todos os modelos dialéticos", dividindo a sociedade em duas classes, permitindo "penetrar na análise da história em uma fase em que as ciências sociais ainda estavam em formação e quando praticamente não se dispunha de elementos empíricos que possibilitariam em nossos dias a reconstituição de amplos processos históricos." Eis o ponto em que **as Ciências Sociais se encontram com Marx**:

> O esforço de elaboração teórica das ciências sociais nos últimos decênios orientou-se, fundamentalmente, no sentido de construção de modelos capazes de proporcionar uma percepção totalizante dos processos históricos, e neste sentido houve um amplo reencontro com os elementos básicos do pensamento dialético, na forma em que este foi desenvolvido por Marx. Com efeito, ao colocarem-se os conceitos de cultura e de organização social no centro das preocupações da antropologia e da sociologia, abriu-se o caminho para concepções totalizantes afins com o pensamento dialético. (FURTADO, 1964)

Segue citando Malinowsky sobre a necessidade da antropologia de ultrapassar o tratamento isolado dos traços de uma cultura, concluindo que, nas tentativas de projetar no tempo as inter-relações que constituem as culturas, "caminhou-se para a formulação de

uma teoria das mudanças sociais". Em seguida, refere-se a Ogburn e à diferença entre cultura material e cultura não material, chegando a mostrar que, nos dias de hoje, "a base material e científica da cultura parece estar crescendo muito mais rapidamente que a parte não material." (FURTADO, 1964, p. 18) Assim, esse modelo antropológico se apresenta num nível de abstração tão elevado como o da base e superestrutura de Marx, podendo todas as qualificações feitas a ele serem aplicadas ao anterior.

> O que existe de fundamental e comum aos dois modelos é a constatação de que, sendo a cultura um conjunto de elementos interdependentes, toda vez que em determinadas condições históricas avança a tecnologia e se desenvolvem as bases materiais, todos os demais elementos serão chamados a ajustar-se às novas condições, ajustamentos esses que darão origem a uma série de novos processos, com repercussões inclusive sobre a base material. (FURTADO, 1964, p. 19)

Segue discutindo o conceito já mencionado, de Herskovits, de foco cultural, para concluir que "enquanto estivermos nesse terreno, permaneceremos dentro do marco da hipótese simplificada que formulou Marx partindo da concepção dialética da história." Também no caso dos modelos de equilíbrio dinâmico que trabalham com a ideia de sistema, inclusive Myrdal, considerado como "um passo adiante", com seu modelo de causação social e seu princípio cumulativo, que não dispensa a existência de um "fator básico", explicar um processo de desenvolvimento exigirá sempre "introduzir um elemento exógeno, ou seja, modificar um dos parâmetros estruturais. Parecia haver um consenso de que esse parâmetro em permanente modificação nas sociedades modernas é a técnica." Assim, por mais que se tenha avançado na formulação de modelos, "sempre partimos para sua construção de algumas hipóteses intuitivas sobre o comportamento do processo histórico como um todo." (FURTADO, 1964, p. 22) E arremata:

> E a mais geral dessas hipóteses é a que nos proporciona a dialética, pela qual o processo histórico é aquilo que necessariamente se encontra em desenvolvimento. **A ideia de desenvolvimento surge como uma hipótese ordenadora do processo histórico** – como 'síntese de várias determinações, unidade da multiplicidade', na expressão de Marx – a partir da qual é possível realizar um esforço eficaz de identificação de relações entre fatores e de seleção desses fatores com vistas à reconstrução desse processo através de um modelo analítico. (FURTADO, 1964)

E termina o primeiro capítulo apontando a necessidade de avançar em relação a Marx:

> Uma hipótese simplificadora como a que formulou Marx [...] teve extraordinária importância como ponto de partida para o estudo da dinâmica social. Até o momento presente essa hipótese não foi substituída por outra de maior eficácia explicativa, ao nível de generalidade a que foi formulada. Contudo, é necessário reconhecer que a esse nível de generalidade quase nenhum valor apresenta um modelo analítico como instrumento de orientação política. E **o objetivo da ciência é produzir guias para a ação prática.** (FURTADO, 1964)

No capítulo segundo, Furtado (1964, p. 24) retomará a crítica ao conceito antropológico de mudança social, defendendo evidentemente aquela ideia de desenvolvimento como hipótese ordenadora do processo histórico, numa perspectiva dialética. Para ele, "a crítica ao caráter teleológico da concepção de Marx – na qual se assinalava um conceito valorativo de progresso implícito – provocou no pensamento econômico uma séria distorção", esvaziando o conteúdo histórico dos fenômenos econômicos e a "quase impossibilidade" de tratá-los "como processo, no contexto da mudança social." **O conceito de mudança social**, por sua vez, surge no campo da antropologia como reação, justamente, "contra o caráter determinista

ou teleológico das ideias de evolução e progresso, caras ao século XIX." Assim:

> Concebendo **a cultura como um processo**, em que surgem modificações em um fluir permanente, os antropólogos passaram a preocupar-se com os fatores responsáveis por essas mudanças, estudando em detalhe, para uma determinada cultura, os elementos mais sujeitos a mudança. Esses estudos tanto restabeleceram o interesse pelos aspectos históricos da herança social como levaram a uma compreensão mais aguda da interdependência entre os distintos elementos materiais e não materiais que integram a cultura. Demais, a percepção dessa interdependência funcional levou à compreensão da **cultura como um *sistema*** e abriu a porta às tentativas de aplicação de instrumentos de análise mais aperfeiçoados no estudo do comportamento desses sistemas. (FURTADO, 1964, p. 24)

Essa preocupação com o comportamento dos sistemas culturais leva à "introdução de modelos analíticos dinâmicos no estudo dos sistemas sociais", promovendo, para a sociologia e a antropologia, "o reencontro necessário com a teoria econômica", beneficiando, ao mesmo tempo, esta última, ao promover "a volta a formas de pensamento historicistas." "As mudanças sociais têm sua explicação básica na introdução de **inovações**, que podem ser de origem endógena na cultura, ou serem tomadas de empréstimo de outras culturas." (FURTADO, 1964, p. 24) A introdução de inovações, ao afetar os elementos básicos que definem uma cultura e suas inter-relações, provocam reações, tendentes eventualmente a restabelecer "os valores iniciais das variáveis básicas", como quando um conflito numa aldeia leva à morte de um chefe, que é logo substituído, restabelecendo as condições de um equilíbrio que se mostra, assim, estável. O caso das **inovações tecnológicas** que afetam a cultura material é especial porque elas tendem a provocar reações em cadeia, apresentando, portanto, um caráter dinâmico, de modo que

sua melhor representação é como "*fluxo* permanente de transformações na cultura material", (FURTADO, 1964, p. 25) com repercussões em toda a estrutura social.

Mas o modelo de rápidas mudanças tecnológicas – levando inclusive a "**tensões psico-sociais**"[35] "tem sua validade historicamente condicionada", (FURTADO, 1964, p. 26) sendo "derivado da história social européia e é dele que inferimos o **conceito de desenvolvimento econômico, caso particular de mudança social que nos aproxima da visão hegeliana da História como dotada de sentido**." (FURTADO, 1997, t. 2b, p. 280) Nas economias de industrialização recente, que constituem o **subdesenvolvimento**, "**um processo de rápida mudança na cultura não material teve muitas vezes um papel determinante**." (FURTADO, 1964, p. 26) Assim,

> As inovações absorvidas de outras culturas nas atitudes e hábitos, provocaram, via de regra, uma total modificação nas expectativas de importantes camadas da população, o que pode dar lugar a uma cadeia de reações com repercussões em toda a estrutura social. Contudo, uma vez iniciadas as modificações no sistema produtivo, as reações em cadeia decorrentes deram lugar a um novo processo tendente a aproximar-se do modelo referido anteriormente. (FURTADO, 1964, p. 26)

Retornamos, assim, ao modelo original de Furtado para o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, mas aqui se enfatizam as contradições decorrentes de um possível impacto "psico-social" das mudanças de hábitos e atitudes (cultura não material) de "camadas importantes da população", inseridas em um processo que, uma vez iniciado, tende a aproximar-se daquele sofrido pelo modelo

[35] Problema cuja essência Marx captara "quando afirmou que em determinadas condições históricas a superestrutura ideológica pode atrasar-se com respeito ao desenvolvimento das forças produtivas transformando-se num freio a esse desenvolvimento, situação em que se abriria uma época de revolução social." (FURTADO, 1964, p. 26)

clássico de desenvolvimento, instaurando, potencialmente, pode-se deduzir já daqui, uma situação "pré-revolucionária", como a que o autor discutirá ao analisar o caso do Brasil, na segunda parte do livro, à qual não voltaremos neste trabalho.

Mais importante é notar a preocupação em **romper "com o preconceito antievolucionista da antropologia**", (FURTADO, 1997, t. 2b, p. 280) com o apoio de Hegel e de Marx, problematizando o conceito de mudança social, à luz de uma redefinição daquele de desenvolvimento, em linha com o que já foi apontado até aqui, de extrema atualidade:

> Se bem o conceito de mudança social haja sido introduzido pelos antropólogos e sociólogos dentro da preocupação antievolucionista de retirar à história, todo *sentido*, o conceito hegeliano de um movimento histórico em certa direção necessária – transferido para Marx com a dialética –, apresenta-se de alguma forma revigorado na teoria do desenvolvimento econômico, como um caso particular do processo de mudança social. (FURTADO, 1964, p. 26-7)

O **desenvolvimento**, então, deve ser definido como

> [...] ***um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas.*** (FURTADO, 1964, p. 27)

Pode-se resumir a argumentação subsequente através do seguinte trecho do texto de 1988:

> Da ideia de mudança social parte-se para a de conflito, resistência à mudança, e para conflito entre classes quando existe a propriedade privada dos meios de produção. O aumento do produto, que decorre da introdução de inovação tecnológica, assume a forma de **excedente**, cuja utilização

> abre **opções** à comunidade. Também a esse respeito, a propriedade privada dos bens de produção desempenha papel fundamental, orientando o excedente, total ou parcialmente, para a acumulação. (FURTADO, 1997, t. 2b, p. 280)

Termino esta discussão sobre o livro de 1964 – cuja leitura completa seria do maior interesse, sobretudo para entender como Furtado maneja a ideia de consciência de classe, além do debate que estabelece com Lênin e outros teóricos marxistas, avançando, inclusive, uma teoria da revolução própria – com uma única citação que enfatiza a questão da cultura no contexto da citação anterior:

> Como os conflitos subjacentes a essa luta de classes decorrem do próprio mecanismo de apropriação do excedente que permite o crescimento da capacidade produtiva, seria equivocado imaginar que ela entorpece o desenvolvimento econômico de uma sociedade. As agudas tensões psico-sociais que caracterizam as fases de transição das economias pré-capitalistas para as capitalistas resultam muito menos da luta de classes em si do que da pressão que dessa luta advém para a mais rápida **eliminação dos padrões culturais superados** e sem quaisquer relações funcionais com o sistema produtivo capitalista. (FURTADO, 1964, p. 29)[36]

Voltamos, nestas duas últimas citações, à teoria do excedente de Furtado, que será discutida melhor quando analisarmos em detalhe o seu modelo teórico de 1977 adiante.

[36] O que tem consequências sobre a formação da consciência dos agentes: "[...] as formas de organização social, assim postas em cheque, correspondem a um sistema de interesses criados sem qualquer apoio na nova realidade econômica. E a defesa desses interesses tende a ser tanto mais encarniçada quanto os seus agentes estão incapacitados para captar subjetivamente a nova realidade social em formação, na qual não existe espaço para acomodá-los." (FURTADO, 1964, p. 29)

Antropologia filosófica e marxismo

Até aqui já deve ter ficado clara a engenhosa articulação entre o conceito antropológico de mudança social e aquele de desenvolvimento, de origem econômica, o que responde a uma necessidade crucial, de ordem epistemológica, determinada pela busca de Furtado, de uma ciência orientadora da prática política (reformista), visando à transformação da realidade. A definição de desenvolvimento como hipótese ordenadora do processo histórico retira o caráter idealista da dialética hegeliana, exigindo, por outro lado, para a incorporação do conceito de mudança social, a crítica ao "preconceito antiteleológico" da antropologia, permitindo recuperar a perspectiva de Hegel e Marx do processo histórico como totalidade. Pode-se, assim, compatibilizar o uso da dialética para a definição de uma lógica totalizadora do processo histórico, com a aplicação rigorosa dos métodos da ciência analítica na abordagem de problemas sociais, sem cair nas armadilhas da razão instrumental.

> A razão que está implícita na visão analítica do mundo é a razão instrumental, que se refere à coerência entre os fins e os meios de alcançá-los. A partir de Kant, essa razão, fundamento dos meios, fora rejeitada como deformação empirista, a qual seria fruto do desconhecimento de que o homem tem *fins* que não são apenas os da natureza [...]. Existem fins que apenas se compreendem no quadro da cultura, isto é, a partir de uma visão mais ampla do homem do que a que nos proporcionam as leis da natureza. Na percepção de **Kant, a própria ideia de razão implica a de fins**. O avanço do seu pensamento, com respeito ao racionalismo, consistiu em assinalar que os fins apreendidos pela razão não devem ser vistos como exteriores ou superiores a ela. Em realidade, o método dito transcendental não é outra coisa senão essa crítica imanente da razão que se julga a si mesma. (FURTADO, 1997, t. 3b, p. 306-7)

Numa sociedade voltada para a acumulação, como é o capitalismo, os meios tornam-se fins. O conhecimento do mundo, por exemplo, torna-se instrumento para a acumulação de riqueza e poder, e não mais um fim em si mesmo, como ocorreria em outras culturas. A própria riqueza torna-se um fim em si, no movimento tautológico do capital, diria Marx, de valorização do valor. Para Furtado (1997, t. 3b, p. 307), nesse ponto, "a atividade criadora na sociedade passa a subordinar-se ao processo acumulativo" e não à satisfação das necessidades humanas.

> Como corolário, a satisfação das necessidades humanas tende a ser vista como um processo que contribui para o bom funcionamento do sistema produtivo, ou seja, para que se mantenha a acumulação. Cumpre-se a **subordinação dos fins aos meios**. Se o homem cria no plano dos meios – com vistas à eficácia na ação – é porque na busca de um sentido para a própria vida ele é compelido a criar no plano dos fins, realizando dessa forma suas virtualidades. Canalizar o impulso criativo em função de esquemas preestabelecidos é negar a capacidade de autotransformação, que é o especificamente humano. (FURTADO, 1964)

E segue:

> A ciência moderna, expressão última do espírito analítico, armou o homem de meios cada vez mais poderosos para transformar o mundo. Mas essa força transformadora confinou-se num espaço cultural rarefeito, porquanto a capacidade do homem para inventar valores finais que ampliam a visão de si mesmo e do mundo começava a declinar à medida que a criatividade se ia subordinando ao processo acumulativo. (FURTADO, 1964, p. 308)

E conclui:

> A ideia de mundo dentro da qual cristalizou a ideia de progresso, bússola dos grandes movimentos sociais modernos, tem seus suportes últimos no idealismo kantiano – que vê na razão humana um processo criador de fins – e no espírito analítico, que reduz o homem ao quadro da natureza, à qual sempre teriam pertencido os fins que regem a cultura. Mas se os fins não são simples secreção da razão humana nem o homem apenas o *locus* de uma razão com fins exteriores a ela mesma, é que a própria visão do homem deve ser reconsiderada. (FURTADO, 1964, p. 308)

Daí deriva importantes questões:

> Como pensar a felicidade humana sem antes tentar responder à pergunta de Kant: que é o homem? **Como escapar às múltiplas formas de reducionismo que nos impôs o espírito analítico sem cair num simples idealismo? Há espaço para uma antropologia que se funde numa visão global do homem?** (FURTADO, 1964)

Questões centrais de uma **antropologia filosófica**. Furtado recupera, em seguida, Fourier, comparando-o a Hegel e apontando as influências que teve sobre Marx por ter percebido "com agudeza que os conflitos da vida social não são outra coisa senão manifestações das potencialidades humanas." (FURTADO, 1964) Não vamos voltar a isso aqui, mas é importante registrar outras questões que propõe Furtado a partir dessa leitura, questões que o afligem também no momento em que reivindica a necessidade de uma antropologia filosófica:

> Como se relacionam as estruturas da sociedade e do homem no processo de **invenção da cultura** e que papel cabe nesse processo ao impulso do homem para renovar suas aspirações e sua capacidade de criar meios de satisfazê-las?

> Podem as estruturas sociais castrar esse impulso à autotransformação e reduzir o homem a simples peça de um mecanismo cuja finalidade lhe escapa? (FURTADO, 1964, p. 309)

Marx é apresentado, pouco adiante, como aquele que faz "a síntese do pensamento social crítico da primeira metade do século XIX."

> Esse trabalho intelectual realizou-o Marx em permanente diálogo com a filosofia idealista alemã, particularmente com Hegel, que ele supunha haver superado. Mas o seu empenho em abandonar o enfoque idealista hegeliano não o impede de conservar a ideia de que a história é um processo pelo qual o homem avança para liberar-se. Ele se inclui, portanto, entre os pensadores que viram na rápida acumulação provocada pelo capitalismo industrial a via de acesso à liberação do homem. O futuro encerraria uma promessa de salvação. (FURTADO, 1964, p. X)

E segue referindo-se ao deslocamento de Marx "das armações conceituais caras aos filósofos idealistas para focalizar a realidade social", lançando mão da "nova ciência econômica fundada por Ricardo." Assim,

> [...] demonstrava-se a mesma coisa que Hegel – o progresso da razão na história – a partir da observação direta e sistemática da realidade social. A visão global do homem continuava impregnada de idealismo e os métodos utilizados prenunciavam o reducionismo científico. (FURTADO, 1964)

Essa posição sobre a relação de Marx com Hegel será defendida nas páginas subsequentes, em que cita extensamente Marx e também o *Anti-Dühring*, de Engels. A antinomia que poderia existir entre a ideia do desenvolvimento não linear de uma história marca-

da por conflitos sociais crescentes com "[...] o postulado do avanço da razão teve solução no plano teórico graças ao apelo a **uma antropologia filosófica** cuja expressão mais acabada é Feuerbach" e que constituiria "a pedra de toque da teoria social" nos manuscritos de Marx de 1844.[37] "Esse ponto de partida será abandonado em benefício de **uma visão estritamente sociológica do homem**." (FURTADO, 1964, p. 313-314) Furtado (1964, p. 313) vê nessa mudança, um empobrecimento:

> Ao descobrir a profundidade das transformações provocadas no tecido social pela generalização do trabalho assalariado – a coisificação em mercadoria do trabalho humano – Marx inclinou-se a reduzir a realidade do humano a suas dimensões sociais. O homem outra coisa já não é senão um 'ente social' [...] Esse empobrecimento da ideia do homem conduzirá ao abandono do conceito de alienação, que pressupõe a coexistência do social com o não social no indivíduo [...] pelo de 'fetichismo', que aparece em *O Capital* [...], [o que] reflete a prevalência definitiva do enfoque sociológico.

A solução de Marx, supondo o desenvolvimento das forças produtivas como o motor da história, seria uma teoria do processo de acumulação que carregaria uma "visão ricardiana do processo social". Mas Marx superpôs a essa perspectiva uma teoria em que

> [...] as ações conflitivas entre classes se desenvolveriam dentro de um conjunto de relações sociais estruturadas a que ele chamou de modo de produção. A capacidade dessa

[37] "O homem somente atingirá sua plenitude como homem quando lograr liberar-se da natureza e das constrições sociais que decorrem diretamente de sua submissão à ordem natural. O motor desse processo de liberação é o desenvolvimento das forças produtivas, o qual encontra uma linha de menor resistência na divisão social do trabalho, que, por seu lado, engendra a alienação do indivíduo. Tudo se passaria como se o homem devesse atravessar um vale de lágrimas em sua caminhada para o paraíso. A cooperação entre os homens forma-se, portanto, num quadro de constrições naturais, e a história é o fruto do esforço permanente dos homens para liberar-se dessas constrições." (FURTADO, 1997, t. 3b, p. 314)

> estrutura para resistir às pressões geradas pelas referidas ações conflitivas seria limitada. Alcançado certo ponto de tensão, as energias desprendidas já não podiam ser adequadamente canalizadas e da consequente ruptura do sistema de relações sociais emergia um novo modo de produção. (FURTADO, 1964, p. 315)

Na sequência, Furtado (1964, p. 315) atacará a convicção de Marx de que o capitalismo seria sucedido por um modo de produção socialista, a qual não se fundaria na teoria dos modos de produção, mas numa "doutrina *ad hoc*, que não era de natureza sociológica, segundo a qual cabia à classe operária um determinado papel histórico." Não importa. Tampouco a discussão sobre o voluntarismo e a aceleração da história em Babeuf e Lênin. Retenho apenas, das últimas citações, a valorização da teoria dos modos de produção que, em Marx, está no texto sobre as formações pré-capitalistas que citarei novamente adiante, pois é ele que faz o entroncamento com a antropologia e a teoria do excedente. É bem nessa linha que vai a antropologia marxista e também Furtado, como se verá. O mais importante neste ponto é reafirmar a crítica ao **reducionismo sociológico** de Marx em relação a Hegel. Furtado (1964, p. 320) volta ao tema algumas páginas adiante:

> O pensamento de Marx, ao servir de ponte entre o voluntarismo revolucionário e a visão da história como avanço da razão, contribuiu para desviar a atenção do conteúdo dessa ordem futura da gênese de novos valores. O futuro que nasceria da revolução seria inevitavelmente melhor que o presente. Ora, a tradução da visão hegeliana da história em termos de teoria social **significa deixar de lado os elementos antropológicos nela implícitos, a redução do homem a seus condicionantes sociais**. Conforme a interpretação que nos dá Hegel, em sua *Estética*, da *Antígona* de Sófocles, o homem é e será um animal conflitivo, pois, sendo todo

> processo de socialização necessariamente parcial, a atividade humana sempre está aberta à liberdade.

E segue:

> Programar o homem como ser social não significa esgotar o projeto humano. Os conflitos, que surgem no indivíduo, podem ter projeções sociais, o que faz do homem um ser potencialmente em revolta. **É essa dimensão antropológica do pensamento hegeliano que se perde de vista à medida que a ideia de *ruptura* se circunscreve à esfera das relações de produção**: a emergência de um modo de produção fundado na socialização dos meios de produção implicaria reconstruir todo o tecido social. A visão do homem que estava implícita na teoria da *ruptura* de Platão era certamente mais rica: para tornar-se efetiva, a *ruptura* devia destruir pelo menos duas matrizes da vida social: o sistema de propriedade e o sistema familial. Marx subestima a significação deste último. (FURTADO, 1964, p. 320-1)

E logo adiante:

> Marx foi categórico: 'uma formação social não desaparece jamais antes de que se desenvolvam todas as forças produtivas que nela podem ser contidas'. Mas se Lênin deu ao marxismo o caráter dogmático que o fez tão eficaz como instrumento de mobilização social foi porque simplificou a teoria da transição dos modos de produção, extremando o **reducionismo sociológico**. (FURTADO, 1964, p. 321)

Frente à insistência de Furtado sobre a antropologia, a antropologia filosófica e tudo o que vem sendo discutido neste capítulo, soam inconvincentes certas referências de Mallorquin (2005, p. 191), como esta, sobre *Dialética do desenvolvimento*: "o livro já demonstra o que será a parte mais vital do seu estruturalismo: uma concepção decididamente sociológica e histórica das sociedades.", Seria muito mais

adequado dizer que o aspecto mais vital do seu estruturalismo é **uma concepção decididamente antropológica e histórica da cultura**.[38]

Não pretendo, com isto, abrir polêmica, nem muito menos entrar em temas específicos de sociologia da cultura e antropologia, muito menos de antropologia filosófica. Ademais, já foi apontada a influência reconhecida de Mannheim sobre Furtado (1966) e tem toda razão Mallorquin (2005, p. 212) ao enfatizar a sua visão neokantiana, como, por exemplo, quando, analisando *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, afirma: "a busca da autodeterminação impõe que se recupere a noção (neokantiana) dos critérios valorativos implícitos em cada comunidade, base para impulsionar qualquer tipo de meta ou planificação econômica." O autor voltará ainda ao tema, na leitura de *Desenvolvimento econômico: um mito*, e chega a afirmar, ao referir-se a *Dependência e criatividade*, (FURTADO, 1974, 1978) que, "além da vertente weberiana" da explicação do capitalismo "pela difusão da racionalidade instrumental", "vemos também que a interpretação de Furtado supõe uma espécie de antropologia filosófica." (MALLORQUIN, 2005, p. 212)

Ora, em que pese a questão estar posta, particularmente no livro de 1964, sobre o pano de fundo de um debate sobre as relações entre Hegel e Marx (e o marxismo), a definição dessa "espécie de antropologia filosófica" por Furtado é feita, como vimos, por referência direta a Kant, o precursor da disciplina, desenvolvida posteriormente, a partir dos anos 1920, por autores como Scheller, Plessner ou Gehllen. (RABUSKE, 1999) Gábor Gángó (2009, p. 16, 14) analisa *A antropologia pragmática* (1798), de Kant, fruto do "único

[38] Não resisto a voltar à observação que fiz em artigo que compõe Bolaño (2013) a respeito do reconhecimento de Furtado (1980), na *Pequena introdução ao desenvolvimento*, do célebre livro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2004) como a obra básica na elaboração da teoria da dependência "de um ângulo sociológico", não sem reivindicar (com toda justeza) a paternidade do conceito, ainda que de forma extremamente sutil e elegante, ao citar a sua TPDE. Eu relaciono esse reconhecimento com as qualidades intrínsecas do texto de Cardoso e Faletto (2004) como recorte particular (sociológico) no interior daquela ciência social global a que Furtado se dedicava, o que ficará explícito no livro de 1977 que analisarei em seguida.

curso de Kant cujo texto foi publicado por ele mesmo – sob o título de *Antropologia em sentido pragmático*, no ano acadêmico de 1795/96", onde desenvolve as fundamentais **ideias de formação e de ação**. "O que está no centro da *Antropologia* é a disposição natural do homem. É o homem que vive no mundo da cultura quem se torna objeto do conhecimento."[39]

A questão é complexa e não cabe tratá-la aqui.[40] Mas há um aspecto que interessa deixar registrado, ligado ao fato de que a cultura é definida, "antes de tudo", na *Antropologia*, como **uma cultura burguesa do tempo livre**:

> Nas *Lições sobre a enciclopédia filosófica* [...], por certo, Kant sublinhava que 'não tudo o que entretém [...] tem um valor, senão aquilo que contém os verdadeiros fins. Mas lá mencionava unicamente exemplos daquilo que entretém de uma maneira fútil. Na *Antropologia*, pelo contrário, avança na direção da explicação do papel do entretenimento em relação

[39] Em 1794, segundo o autor, Kant fala em três "modos" de definir o homem: (a) por referência à "'*animalidade* do homem enquanto *ser vivo*"; (b) a "sua *humanidade* enquanto ser vivo e, ao mesmo tempo, *racional*"; (c) "sua *personalidade* enquanto ser racional e, ao mesmo tempo, *responsável*". "Quatro anos mais tarde, a *Antropologia* se decidiu [...] pela segunda definição – que em si possui duas partes – para submetê-la a um exame exaustivo", uma fisiológica, do homem como ser vivo, e outra pragmática, do homem como ser racional. É nesse terreno intermediário entre natureza e razão que se define, portanto, a antropologia. "Poder-se-ia dizer que a antropologia descreve um estágio intermédio do caminho que conduz à cultura." (GÁNGÓ, 2009, p. 15)

[40] Embora Kant estivesse em diálogo com as correntes antropológicas contemporâneas, fazendo muitas referências, nos seus textos mais iniciais, "ao contexto polêmico da antropologia de Platner", apresentando ainda "passagens estreitamente aparentadas com as perspectivas de Herder", (GÁNGÓ, 2009, p. 17) na *Antropologia* ele "se distanciou em boa medida dos debates da sua época", que pretendia "interpretar a formação como um processo de aproximação ao modelo ideal-transcendente do homem", optando por destacar "os traços paradoxais da cultura que estão ancorados nas particularidades naturais do homem". Mas, além de fenômeno paradoxal, a cultura é também uma construção precária em que as paixões contrárias à razão se cristalizam. "Essas paixões possuem também funções de conformação da cultura e se referem à determinação especificamente humana do homem: enquanto contrário à razão, a paixão é uma disposição que pode ser característica unicamente de um ser racional." (GÁNGÓ, 2009, p. 18) A partir daí poder-se-á discutir todos os temas centrais da filosofia de Kant, o que está obviamente fora dos limites deste trabalho, inclusive o da **comunicação**, ou da comunicabilidade do saber, que também interessou a Mannheim (apud BOLAÑO, 2011), mas não especialmente, salvo melhor juízo, a Furtado.

> com os fins do homem. No melhor dos casos, o avanço da cultura prepara os homens para desfrutar das ciências e das artes e para que possam, pois, apropriar-se delas mais facilmente. (GÁNGÓ, 2009, p. 18-19)

Daqui já poderíamos derivar para a análise (sociológica) dos bens culturais e, no limite, da economia da cultura, para a qual Furtado contribuiu, seja na qualidade de intelectual, seja de homem público quando da sua passagem pelo Ministério da Cultura. Mas isso ficará para bem mais adiante.

Breve parêntese sobre a parte maldita

Já deve estar bem claro o significado da interdisciplinaridade proposta por Furtado e a importância, nesse sentido, das contribuições da antropologia empírica e da filosófica. Antes de entrar na discussão do trabalho, bem mais complexo, em que o autor procurará dar um passo além, ao propor, não um enfoque interdisciplinar, mas a "busca de uma teoria social global, na qual entronquem a teoria da reprodução da população, a teoria das decisões intertemporais (acumulação), a teoria da estratificação social e a teoria do poder", (FURTADO, 1977, p. 11) busca para a qual é central, mais uma vez, a teoria do excedente, devemos lembrar, rapidamente, a intrigante proposta de George Bataille (2009) de fundar uma "economia geral", que parte também de um conceito de excedente definido em termos antropológicos.

No prefácio da edição argentina de 2009, Julián Fava faz uma boa síntese, que nos ajudará a ir mais diretamente ao ponto. O projeto de Bataille é, como aponta Fava, ao mesmo tempo materialista e monista, partindo da ideia de que toda a vida sobre a Terra, animal ou vegetal, é manifestação de uma única força produtora de um excedente destinado à destruição. Mais precisamente, ele parte do "fato elementar" de que "o organismo vivo, dentro da situação que

determinam os jogos da energia na superfície do globo, recebe em princípio mais energia que a necessária para a manutenção da vida." (BATAILLE, 2009, p. 34) Essa

> [...] energia (a riqueza) excedente pode ser utilizada para o crescimento de um sistema (por exemplo, de um organismo). Se o sistema não pode crescer mais [...] é necessária a perda sem benefício, o gasto, voluntário ou não, glorioso, ou ao menos, de maneira catastrófica.

No homem, desde que ele se constitui, pelo trabalho, essa força aparece domesticada, subordinando os meios atuais à utilidade futura. Mas o homem produz muito mais energia do que a que necessita, destruindo-a inutilmente. Bataille encontra no conceito de *potlatch*, de Marcel Mauss, um gasto improdutivo com uma função social.

> Bataille recupera, assim, a constituição de uma propriedade positiva da perda, da qual derivam a honra, a nobreza, a posição na hierarquia, toda a constelação que dá a essa instituição seu valor significativo. Essa figura do *potlatch* é o núcleo para pensar a passagem da 'economia restringida', que só leva em conta as atividades humanas que se inscrevem sob a égide da utilidade, a escassez, a conservação e o lucro, a uma 'economia geral' que permita dar conta das operações de perda, luxo, desperdício e *don*. (FAVA, 2009, p. 13, tradução nossa)[41]

[41] Bataille recupera, así, la constitución de uma propriedad positiva de La perdida, de la cual derivan el honor, la nobleza, el rango em la jerarquia, toda la constelación que Le da a esa institución su valor significativo . Esta figura del *potlatch* es El núcleo para pensar el pasaje de la "economia restringida", que solo tiene em cuenta las actividades humanas que se inscriben bajo la égida de la utilidad, La escassez, la conservación y la ganância, a uma "economia general" que permita dar cuenta de las operaciones de perdida, lujo, derroche y Don. (FAVA, 2009, p. 13)

Aí se incluem todos os gastos que escapam à utilização racional dos fatores, o gasto livre, o sacrifício. Para Fava (2009, p. 17), *A parte maldita* é uma exposição radical do "desdobramento das forças do homem sobre a superfície do globo" em que a triple dimensão religiosa, erótica e artística abre um "mais além da utilidade", que "em sentido estrito é um mais aquém: a intimidade perdida ou os instantes soberanos." O interessante é que em *A parte maldita* desenvolvem-se as bases para uma filosofia da história em que se articulam

> [...] o gasto improdutivo e o principio da utilidade sob três formas: as 'sociedades de consumo', quer dizer, as sociedades primitivas, nas que predomina o gasto improdutivo; as 'sociedades de empresa', nas quais o excedente de produção é absorvido pela 'empresa militar ou religiosa' (por exemplo: os impérios teocráticos); e finalmente a sociedade moderna burguesa ou capitalista, na qual o gasto improdutivo não só é questionado – no gesto pelo qual a burguesia se descola da velha casta aristocrática – senão que a premissa fundamental é a reprodução do capital. (FAVA, 2009, p. 17-18)[42]

As sociedades, como os seres vivos, em geral, produzem necessariamente um excedente para além do que é necessário à sua subsistência É o uso que se faz desse excedente o que determina a "lei geral da economia", de qualquer economia.

> O excedente é a causa da agitação, das mudanças de estrutura e de toda a história. Mas existe mais de uma saída, entre as quais a mais comum é o crescimento. E o próprio

[42] [...] o gasto improdutivo e o principio da utilidade sob três formas: as 'sociedades de consumo', quer dizer, as sociedades primitivas, nas que predomina o gasto improdutivo; as 'sociedades de empresa', nas quais o excedente de produção é absorvido pela 'empresa militar ou religiosa' (por exemplo: os impérios teocráticos); e finalmente a sociedade moderna burguesa ou capitalista, na qual o gasto improdutivo não só é questionado – no gesto pelo qual a burguesia se descola da velha casta aristocrática – senão que a premissa fundamental é a reprodução do capital. (FAVA, 2009, p. 17-18)

> crescimento tem muitas formas, cada uma das quais, ao final, encontra algum limite. Ao obstaculizar-se, o crescimento demográfico se faz militar, é constrangido à conquista: uma vez atingido o limite militar, o excedente tem as formas suntuárias da religião como saída, os jogos e os espetáculos que derivam deles ou o luxo pessoal. Continuamente, a história registra o freio, logo a retomada do crescimento. É um dos estados de equilíbrio em que a vida suntuária acrescentada e a atividade belicosa reduzida oferecem ao excedente sua saída mais humana. Mas esse estado dissolve a sociedade pouco a pouco e a devolve ao desequilíbrio. Nessas condições de mal estar, uma sociedade, desde o momento em que possa, se compromete em uma empresa suscetível de acrescentar suas forças. Então, a sociedade está disposta a refundar suas leis morais, dispõe de excedente para novos fins que excluem repentinamente as outras saídas. (FAVA, 2009, p. 124)[43]

Se a civilização islâmica encontrou na atividade guerreira um princípio de expansão, condenando todas as formas de vida pródiga, mas encontrando rapidamente os seus limites, a economia industrial capitalista, envolta em "uma excitação desordenada, mostra-se condenada a crescer, ainda que já careça dessa possibilidade." Para isso foi necessário superar o pensamento moral da Igreja, que

[43] O excedente é a causa da agitação, das mudanças de estrutura e de toda a história. Mas existe mais de uma saída, entre as quais a mais comum é o crescimento. E o próprio crescimento tem muitas formas, cada uma das quais, ao final, encontra algum limite. Ao obstaculizar-se, o crescimento demográfico se faz militar, é constrangido à conquista: uma vez atingido o limite militar, o excedente tem as formas suntuárias da religião como saída, os jogos e os espetáculos que derivam deles ou o luxo pessoal. Continuamente, a história registra o freio, logo a retomada do crescimento. É um dos estados de equilíbrio em que a vida suntuária acrescentada e a atividade belicosa reduzida oferecem ao excedente sua saída mais humana. Mas esse estado dissolve a sociedade pouco a pouco e a devolve ao desequilíbrio. Nessas condições de mal estar, uma sociedade, desde o momento em que possa, se compromete em uma empresa suscetível de acrescentar suas forças. Então, a sociedade está disposta a refundar suas leis morais, dispõe de excedente para novos fins que excluem repentinamente as outras saídas. (FAVA, 2009, p. 124)

se opunha ao livre desenvolvimento das forças produtivas. "A produção, segundo a moral cristã, é um serviço cujas modalidades (as obrigações, os cargos e as prerrogativas) estão **determinadas pelos fins** (pelos clérigos que, em suma, são os juízes) e não por um movimento natural." (FAVA, 2009, p. 125, 135) Retomando o significado da Reforma para a reversão dessa lógica, o autor mostra que:

> [...] na origem da sociedade industrial, fundada sobre o primado e a autonomia da mercadoria – da coisa – encontramos uma vontade contraria de colocar o essencial [...] por fora do mundo da atividade, do mundo das coisas [...]. A religião e a economia são, num mesmo movimento, liberadas daquilo que as endivida uma com a outra, a primeira é liberada do cálculo profano e a segunda, dos limites dados de fora. (FAVA, 2009, p. 147)[44]

A lógica da mercadoria, da coisificação, "o reino da coisa" sustentava-se, assim, também sobre a "propensão natural à servidão." A "vontade de poder pura (de crescimento sem outro fim que o crescimento) [...], aparentemente oposta ao espírito servil, no fundo não era mais do que o seu complemento." Por outro lado, "o espírito rigoroso, aferrado ao desenvolvimento das ciências e das técnicas" servirá à necessidade de destruição das sobrevivências do mundo antigo, em benefício do capital que, ele mesmo, tolera certos privilégios que obstaculizam o desenvolvimento. (FAVA, 2009, p. 156, 158)

No que se refere ao excedente, "sem dúvida nenhuma, a mudança mais consequente [...] foi sua consagração primordial ao desenvolvimento dos equipamentos." (FAVA, 2009, p. 172) E segue, em termos bem próximos de Furtado: "o que chamamos 'acumulação'

[44] [...] na origem da sociedade industrial, fundada sobre o primado e a autonomia da mercadoria – da coisa – encontramos uma vontade contraria de colocar o essencial [...] por fora do mundo da atividade, do mundo das coisas [...]. A religião e a economia são, num mesmo movimento, liberadas daquilo que as endivida uma com a outra, a primeira é liberada do cálculo profano e a segunda, dos limites dados de fora. (FAVA, 2009, p. 147)

significa que grande quantidade de indivíduos afortunados rechaçou os gastos improdutivos de um estilo de vida faustuoso e empregaram suas possibilidades na aquisição de meios de produção." Em Furtado, a categoria acumulação é mais geral, mas o problema da acumulação capitalista é precisamente esse. Há uma inversão e a **lógica dos meios** passa a imperar.

Em Bataille (2009, p. 173), na medida em que essa inversão bloqueia a válvula de escape do consumo improdutivo, do desperdício puro e simples da energia excedente, o sistema tenderá a um crescimento metastático, que colocará a guerra como solução sempre à espreita. Para o autor, o movimento operário e a política de esquerda, ao interromper a produção por meio da greve, por exemplo, ou, quando tem as suas reivindicações atendidas, ao reduzir o tempo de trabalho, ou ao aumentar o salário, reduz não apenas a parte do excedente destinada ao luxo dos capitalistas, mas também aquela que seria acumulada, de modo que, no final das contas, faz com que uma parte maior da riqueza seja destinada ao gasto improdutivo. Assim, "a esquerda que conhecemos tem em geral um sentido, se não de desencadeamento, ao menos de distensão", estimulando, "em princípio, um movimento generoso e o gosto por viver sem espera."

Não assim na União Soviética, onde se instala uma "acumulação comunista" destinada a cobrir um atraso secular. A rivalidade econômica entre Estados Unidos e União Soviética é "a da produção excedente contra a da produção insuficiente – a produção chegada ao ponto da maturidade (em que longe de deixar lugar aos gastos de consumo, multiplica o excedente) contra a acumulação da primeira fase que reduz ao mínimo o consumo." (BATAILLE, 2009, p. 262) O autor toma as análises de Perroux sobre o Plano Marshall para apresentar uma alternativa em que o excedente potencialmente destrutivo, de um lado, se transfere para o outro, como *don*, mas não é o caso de entrarmos aqui nesses detalhes. Em todo caso,

> [...] o crescimento da riqueza tem por resultado uma excitação maior que a descarga. Isto não quer dizer: a fabricação de canhões conduz à guerra, nem nada assim preciso, mas: a construção de fábricas exige que, de alguma maneira, uma atividade improdutiva seja subtraída ao princípio que preside a construção. O desejo dos homens não pode, aqui, mais do que traduzir uma verdade esquecida: que o consumo [*consumation*] é o aspecto maior; o aspecto fundamental, a acumulação (com vistas a produções maiores) é um aspecto secundário, transitório, a acumulação modifica quantitativamente e de maneira passageira o sentido de uma atividade encaminhada ao instante de resolução em que a riqueza se perde, se gasta, se consome. (BATAILLE, 2009, p. 232-3)

Nesse sentido, pode-se sintetizar a filosofia de base antropológica de Bataille (2009, p. 212) no seguinte trecho:

> Os seres que somos não estão dados de uma vez por todas, aparecem expostos para um crescimento de seus recursos de energia. Na maior parte do tempo, fazem deste crescimento, mais além da simples subsistência, seu objetivo e sua razão de ser. Mas nessa subordinação ao crescimento, o ser oferecido perde sua autonomia, subordina-se ao que será no futuro graças ao crescimento dos seus recursos. De fato, o crescimento deve situar-se com relação ao instante em que se resolverá em puro gasto. Mas esta é justamente a passagem difícil. A consciência, de fato, opõe-se a isso no sentido em que busca aferrar-se a qualquer objeto de aquisição, a *alguma coisa*, não ao *nada* do puro gasto. Trata-se de chegar ao momento no qual a consciência deixará de ser consciência de *alguma coisa*. Em outros termos, tomar consciência do sentido decisivo de um instante em que o crescimento (a aquisição de *alguma coisa*) se resolverá em gasto é exatamente a *consciência de si*, quer dizer, uma consciência que já não tem *nada por objeto*.

Furtado não vai tão longe. Para ele, o essencial é reverter a lógica dos meios e buscar os verdadeiros fins do humano, que se encontrarão numa cultura liberada dos constrangimentos impostos pelo desenvolvimento capitalista, tal como veio se propagando pelo planeta a partir do seu núcleo originário. Voltarei a isso adiante. Antes, vale retomar o seu projeto de uma ciência social global, tal como exposto no *Prefácio a nova economia política*.

Excedente e a grande teoria[45]

Já me referi acima à pretensão de Furtado (1977, p. 11), no texto que ora nos ocupa, de sentar as bases para uma ciência social global, o que vai além da mera interdisciplinaridade. A proposta adota "a forma de *prefácio* e *índice* de um livro que não existe", com o objetivo de "chamar a atenção para a situação atual de carência de uma teoria geral das formações sociais." Essa preocupação com uma teoria geral das formações sociais é recorrente tanto no marxismo como na antropologia, formando um campo de diálogo para o qual o conceito de excedente é chave. Já vimos um pouco da solução de George Bataille no item anterior.

Darcy Ribeiro (1968), na introdução a *O processo civilizatório*, traça uma genealogia das teorias da evolução sociocultural, iniciando por *Ancient Society*, de Lewis Morgan, publicado em 1877, mas inclui também o texto de Marx sobre as formações pré-capitalistas, redigido entre 1857 e 1858, embora publicado só em 1939, como fonte clássica, que influenciou a reelaboração do esquema de Morgan feita por Engels, em *Origens da família, da propriedade privada e*

[45] Referência a Mallorquin, (2005) que define o trabalho de Furtado (1977, 1978) que será analisado neste e no próximo item, ao lado de *Criatividade e dependência na civilização industrial*, que retomarei no próximo capítulo, como constitutivos do momento da "grande teoria", em que Furtado se afastaria do paradigma estruturalista, retomado, não obstante, logo em seguida, na *Pequena introdução ao desenvolvimento*, (1980) ao qual também voltarei adiante.

do Estado, publicado pela primeira vez em 1884. Segundo Ribeiro (1968, p. 16),

> [...] poucos aspectos das teorias de Marx foram tantas vezes revistos por ele próprio e por Engels, e também por outros estudiosos marxistas, do que estas seriações de etapas da evolução sociocultural. Eles próprios as encaravam, provavelmente, como tentativas pioneiras [...].

E traça a seguinte avaliação:

> Embora trabalhando com a melhor bibliografia da época e capacitados para tirar dela o máximo proveito, Marx e Engels não podiam suprir lacunas só posteriormente preenchidas pelos estudos arqueológicos, etnológicos e históricos. Entretanto, mesmo passado um século, as anotações de Marx sobre este campo – *As formações pré-capitalistas* – constituem uma das formulações teóricas mais ousadas e fecundas de que se dispõe. Lamentavelmente, o próprio Marx não retomou o tema posteriormente, cabendo a Engels rever os antigos estudos comuns com base na bibliografia publicada mais tarde, principalmente na contribuição de Morgan. Os estudos marxistas posteriores encaminharam-se para uma orientação cada vez mais unilinear e dogmática [...]. Só recentemente, com a publicação das *Formações* de Marx (1966), estes estudos foram retomados com maior amplitude de visão. (RIBEIRO, 1968, p. 16-17)

Seria interessante retomar a contribuição do próprio Darcy, que trabalha conceitos antropológicos importantes para Furtado, como inovação, difusão, aculturação, mas deixemos isso para outra ocasião. Tampouco temos espaço para avançar na rica tendência de estudos históricos na matéria, inaugurada pelo clássico prefácio de Hobsbawn (1986) às *Formações*, de Marx, incluindo o fundamental

trabalho de Perry Anderson (1998, 2004).[46] O fato é que o interesse de Furtado em propor uma teoria geral das formações sociais coloca-o como uma possível nova referência para esse diálogo entre antropologia e marxismo. Tanto mais porque essa proposta aparece claramente formulada como crítica da economia política. E mais, como crítica ao próprio estruturalismo latino-americano que ele ajudou a fundar:

> A análise econômica corrente, fundada numa concepção funcionalista dos processos sociais, é reconhecidamente insuficiente para captar aspectos fundamentais dos sistemas econômicos [...] fatos da maior significação ocorrem 'no plano das estruturas', sendo praticamente invisíveis para o analista econômico. O trabalho da escola estruturalista latino-americana orientou-se, desde os anos cinquenta, no sentido de explicitar, desenterrando-as da matriz estrutural, elementos que permitem demonstrar a especificidade do subdesenvolvimento [...]. O progresso assim obtido realizou-se a partir de determinado sistema de enunciados gerais que poderíamos chamar de tradicional, porque muito próximo da análise econômica convencional. Tratava-se de 'transformar parâmetros em variáveis', o que muitas vezes é simples decorrência do enriquecimento do fluxo de informação. Ora, o esforço de teorização dentro desse quadro encontra-se, há bastante tempo, em fase de rendimento decrescente: o aumento no fluxo de informação tem sido considerável, em termos relativos, mas sua eficácia no plano explicativo, bem modesta. (FURTADO, 1977, p. 13-14)

Trata-se, portanto, de um reconhecimento dos limites da ciência econômica: "a dificuldade maior para continuar avançando na construção teórica advém de limitações impostas pelos enunciados gerais que delimitam o horizonte especulativo." (FURTADO, 1977,

[46] Também seria fundamental retomar os trabalhos de Krader (1974, 1983) sobre Marx e a etnologia, mas tudo isso deve ficar para uma próxima ocasião.

p. 14) É preciso, portanto, ultrapassar as fronteiras e superar os próprios limites do estruturalismo latino-americano. "Quando, na década de 1980, o 'estruturalismo interdisciplinar' de Furtado retorna como eixo central de seu pensamento, vemos que estão incorporados os conceitos tratados aqui: 'acumulação' e 'excedente'", (MALLORQUIN, 2005, p. 260) como se verá na *Pequena introdução ao desenvolvimento*.

Na verdade, o conceito de excedente não é novo na obra de Furtado, mas, na leitura de Mallorquin, que se detém numa minuciosa análise da gênese dos textos, trata-se agora de um retorno,[47] em que o conceito se reveste de uma qualidade nova, tendo em vista o objetivo já referido de integração das teorias da acumulação, da estratificação social e do poder. Por isso Furtado apresentaria, no livro em exame, duas definições de excedente:

> [...] uma entidade que se cria no processo de trabalho e, portanto, condição de existência de qualquer tipo de formação social. Esta acepção (clássica) do conceito de excedente às vezes será intercambiada por uma perspectiva que explica e privilegia sua origem a partir de certas relações assimétricas de poder e desigualdade. (MALLORQUIN, 2005, p. 263)

Ao quadro teórico mais amplo que se busca corresponde um conceito de acumulação mais abrangente. Para Furtado (1977, 15), na medida em que se trata, na economia política clássica, de explicar a riqueza das nações, a acumulação deve ser vista como fluxo (formação de capital, investimento) – como "tendeu a prevalecer entre os clássicos mais influentes", inclusive Marx, e entre os neoclássicos – e como estoque (capital acumulado, capacidade de produção) – que o autor encontra no debate clássico sobre o trabalho

[47] "A noção de 'excedente' na obra de Furtado aparece precocemente – podemos apreciá-la em *A economia brasileira* [...] e em um ensaio derivado desse texto, *O processo histórico do desenvolvimento* [...] – tendo sido utilizada para explicar a formação do capitalismo. Esta categoria aparecia em sua acepção clássica e também funcionava para explicar o desenvolvimento das mais variadas sociedades." (MALLORQUIN, 2005, p. 262-3)

produtivo, em Malthus e em John Stuart Mill. "Na fase keynesiana, a vitória da linha de pensamento baseada no estudo dos fluxos foi tão completa que o próprio conceito de riqueza chegou a ser abandonado."

A divisão é necessária para entender as relações entre acumulação e **progresso técnico**. Na acumulação no sistema produtivo, o progresso técnico assume "a forma de assimilação de processos produtivos mais eficazes", o que garante a continuidade do processo no tempo, por motivos essencialmente técnicos, ligados ao horizonte de possibilidades tecnológicas, enquanto no caso da acumulação fora do sistema produtivo, "o progresso técnico se apresenta sob a forma de modificação no estilo de vida de grupos da população" e está vinculado a fatores de ordem social. "Quanto mais concentrada a renda, mais a acumulação fora do sistema produtivo requer modificações no estilo de vida, ou seja, a introdução de novos produtos." (FURTADO, 1977, p. 15) Nas economias subdesenvolvidas, o atraso na primeira forma tem impactos conhecidos na assimilação do progresso técnico.

Retomando a crítica da economia política, o autor observa que os seus conceitos correntes (investimento, poupança, consumo etc.) "foram concebidos para o estudo da acumulação geradora de um *fator de produção*, ou seja, criadora de um instrumento de poder de importância decisiva na apropriação do produto social", o que gera ambiguidades quando da sua transposição para o nível macroeconômico, responsável pelos impasses das teorias do desenvolvimento. "Tentarei demonstrar que o conceito de **excedente**, cuja ideia central está nos fisiocratas e nos primeiros clássicos ingleses, constitui um ponto de partida mais sólido para o estudo da acumulação global". O abandono progressivo desse conceito no século XIX "reflete o propósito de fundar uma ciência econômica *pura*, ou seja, com validade explicativa independentemente do conhecimento das estruturas sociais." (FURTADO, 1977, p. 16, 17)

E segue: "partiremos de um dado derivado da abundante informação que devemos à pesquisa antropológica e histórica." Este é o ponto de partida: a universalidade de diferentes formas de **divisão do trabalho** (sexual, etária, familiar, social mais ampla), acompanhada do suposto, "de fácil comprovação", de que a especialização aumenta a eficácia do trabalho, o que – "sempre que as condições de ambiente não são tão desfavoráveis" quanto as de situações especiais, como o que "no século passado os antropólogos chamaram de comunismo primitivo", lembra o autor, citando Herskovits – virá acompanhado de crescimento demográfico, que se pode considerar como a primeira manifestação de existência de um excedente social. "O crescimento demográfico, por seu lado, cria novas possibilidades de divisão do trabalho." À parte este "caso especial" – de produção do excedente pelo crescimento demográfico –, "são as desigualdades dos níveis de consumo dos membros de uma coletividade que constituem a indicação irretorquível da existência de um excedente. Portanto, **a teoria do excedente constitui a face econômica da teoria da estratificação social**." (FURTADO, 1977, p. 17-18)

> As relações sociais engendradas pela especialização ao nível das atividades produtivas se concretizavam em operações de troca, que são por natureza simétricas, ao passo que a diferenciação funcional fora das atividades produtivas dá origem às relações assimétricas que estão na base das estruturas hierárquicas. (FURTADO, 1977, p. 18)

Insinua-se já aqui o tema, que voltará adiante, da separação entre apropriação mercantil e autoritária do excedente. O autor apoia-se mais uma vez em Herskovits para afirmar que, apesar das evidências de casos em que a especialização ocorre "fora das atividades produtivas [...] sem acarretar modificações significativas na estrutura social", as relações de tipo hierárquico são as mais porque, "entre as formas de especialização que primeiro se manifestam

por toda parte, estão aquelas ligadas à manipulação do poder (chefes guerreiros) e do sobrenatural (sacerdotes e curandeiros)." Por outro lado, embora a **estratificação social** pressuponha a divisão do trabalho ao nível das atividades produtivas, ela "deve ser considerada como um processo autônomo, como um dado primário na explicação da existência de um excedente." (FURTADO, 1977, p. 19)

> Admitimos, portanto, a existência de dois processos básicos: a divisão social do trabalho e a estratificação social. O primeiro não é causa suficiente para que exista um excedente e o segundo não poderia existir na ausência do primeiro. Em síntese: o tema da teoria do excedente são as formas inigualitárias de apropriação do fruto do aumento da produtividade do trabalho. (FURTADO, 1977, p. 19)

Assim, o nível do excedente de uma dada sociedade é determinado pela produtividade do trabalho e pelo grau de desigualdade social (perfil da distribuição da renda), impondo-se a questão-chave da quantificação da desigualdade, a que o autor se dedica em seguida, apontando a existência, hoje, de uma diversidade de formações sociais capitalistas, fruto de fatores de ordem histórica que atuam sobre a formação do excedente, sua destinação, ou a estrutura das forças sociais que participam da luta pela apropriação. Para nossos interesses, vale registrar apenas a crítica à ambiguidade do conceito de subdesenvolvimento, "que insinua a ideia de transitoriedade, ou de algo que existe necessariamente *antes do desenvolvimento*", (FURTADO, 1977, p. 25) o que não o leva a abandonar, antes pelo contrário, as diferenças essenciais entre ambos os processos.

A simples existência de um excedente coloca a sociedade diante de um "horizonte de opções". Nessas condições, a sociedade não permanecerá a mesma. "O excedente não constitui apenas a base do crescimento do todo social: a forma como ele é utilizado repercute na estrutura do todo." O desenvolvimento assim entendido é resultado da "interação de forças antagônicas". A esse respeito, o autor

reconhece a fecundidade do enfoque marxista da luta de classes, ou seja, dos "**conflitos sociais que afetam diretamente o custo de reprodução da população** e, portanto, definem o montante relativo do excedente", mas, se isso é válido "no quadro das condições históricas que vêm condicionando, no correr do último século e meio, o comportamento da classe operária na Europa", que vem tendo "acesso a parte dos frutos dos aumentos da produtividade social",[48] não se pode generalizar essa condição, estendendo-a para a luta de classes que levou a burguesia ("desde o início, um componente do sistema de dominação social", ocupando "posições na frente de luta pela apropriação do excedente") a "participar hegemonicamente do poder na Europa do século dezoito." (FURTADO, 1977, p. 26)[49]

Assim, é preciso reconhecer um segundo tipo de "**antagonismos relacionados com a destinação final do excedente**". Se os antagonismos do primeiro tipo "modificaram-se qualitativamente com a emergência do modo capitalista de produção, alcançando papel histórico preeminente", eles têm sido menos relevantes e vêm frequentemente subordinados aos segundos nas "economias capitalistas que enveredaram pelo subdesenvolvimento." (FURTADO, 1977, p. 26)

> Mas em todas as sociedades os conflitos e lutas em torno da apropriação do excedente são fator decisivo das transformações sociais, particularmente daquelas que respondem pela orientação geral do desenvolvimento econômico. Esses

[48] Note-se aí o reconhecimento do **poder econômico** da classe trabalhadora industrial, o que fica ainda mais claro no seguinte trecho: "o comportamento no tempo do custo de reprodução da população reflete a evolução da produtividade do trabalho e a capacidade da massa trabalhadora para modificar, em benefício próprio, a utilização do produto social." (FURTADO, 1977, p. 21) Trata-se precisamente da definição de poder econômico apresentada aqui no capítulo primeiro.

[49] "Ainda assim, o conceito de **luta de classes** traz em si dois elementos de importância decisiva no estudo da dinâmica social: a) a ideia de que a definição do nível do excedente e a repartição deste entre subgrupos dominantes expressam o resultado de antagonismos; e b) a ideia de que tais antagonismos aumentam de importância quando os elementos que deles participam formam grupos estáveis, o que se deve à tomada de consciência pelos seus membros da existência de interesses específicos comuns." (FURTADO, 1977, p. 26)

> conflitos e lutas incluem desde as guerras internacionais até a simples concorrência entre firmas, passando pelas diversas formas de arbitragem do Estado como manipulador do sistema de crédito, de preços etc. **O estudo deste segundo tipo de confrontação nos permite aprofundar o conhecimento das estruturas internas de dominação e das relações externas de dependência**. (FURTADO, 1977, p. 27)

Os conceitos assim definidos, de acumulação e excedente, permitem explicar não só as economias pré-capitalistas, em que "o excedente é apropriado *in natura* e diretamente utilizado pelos que dele se beneficiam" – situação em que conceitos como lucro ou mais-valia, adequados para "economias em que a realização de parte do excedente requer a mediação de um fluxo monetário", são "de escassa aplicabilidade" – mas também as "formas 'pós-capitalistas' [...] centralmente planificadas, nas quais a dimensão relativa do excedente e também sua destinação surgem explicitamente como uma resultante da ação direta do Estado." (FURTADO, 1977, p. 27)[50] Em diferentes momentos da sua obra, Furtado analisará casos de sociedades pré e pós-capitalistas.

Furtado (1977, p. 28-29) define três formas gerais que assume o excedente numa sociedade complexa: aquelas "ligadas ao processo de aperfeiçoamento das próprias faculdades do homem como elemento do sistema de produção, incluindo-se aí as diversas formas de equipamento que ampliam e aceleram a capacidade criadora do indivíduo"; aquelas relacionadas "à acumulação em meios de pro-

[50] O conceito de excedente permite também "**superar a dicotomia rígida consumo-investimento (poupança)** que está na base de toda a análise econômica." Neste caso também se trata de avançar reconhecendo o papel central do conflito na dinâmica econômica: "Ao agregar os gastos de consumo de um indivíduo (o essencial e o supérfluo), ou de uma coletividade (os dos pobres com os dos ricos), como se se tratasse de uma massa homogênea, a análise econômica corrente projeta uma sombra sobre os aspectos da realidade cujo conhecimento é essencial para a compreensão das transformações sociais. As opções abertas a uma sociedade – o campo dentro do qual tomam decisões os que exercem, controlam ou contestam as distintas formas de poder – somente podem ser percebidas mediante o estudo dos conflitos e interações que estão na base da formação do excedente e que condicionam sua utilização final." (FURTADO, 1977, p. 28)

dução criados pelo homem" e as que "se ligam diretamente à estratificação social, ou seja, se destinam a assegurar a reprodução, simples ou ampliada, das desigualdades sociais." Esta última forma "exerce influência decisiva" nas outras duas, ou seja, "a composição do excedente é em grande parte um reflexo do **sistema de dominação social**, o que significa que sem um conhecimento da **estrutura de poder** não podemos avançar no estudo do desenvolvimento das forças produtivas." O poder é aqui definido como "a capacidade que tem um grupo social de forçar a formação de um excedente e/ou dele apropriar-se."

Se, até aqui, a história e a antropologia fornecem o dado imediato para a observação da divisão social do trabalho, da estratificação social e suas relações, é "o estudo das estruturas de poder, que acompanham toda estratificação social, [que] constitui a principal fonte de informação sobre o processo de formação e aplicação do excedente." (FURTADO, 1977, p. 29) Para o autor,

> [...] todo poder tem uma dimensão política (uso da coação) e outra econômica (formação-aplicação do excedente), mas as relações entre uma e outra nem sempre são facilmente perceptíveis, quando as observamos através do espesso **quadro institucional** que as disciplina.

Os pontos mais relevantes que constituem a estrutura de poder seriam o controle do acesso (1) à terra e outros recursos naturais escassos, (2) aos meios de produção, (3) ao crédito, (4) às profissões liberais, (5) aos órgãos decisórios e representativos do Estado, (6) à informação, (7) à criatividade. E afirma:

> É esta uma simples enumeração das formas correntes como se exterioriza o poder. Em todas as culturas existe um segundo plano de controle, que permeia todo o processo de socialização do indivíduo e assume a forma de um **sistema de valores**, cujos principais vetores de transmissão são **a religião**

> **e a família**, graças ao qual o custo social da repressão pode ser consideravelmente reduzido. (FURTADO, 1977, p. 29)[51]

Não vamos entrar aqui na análise daqueles pontos, que o autor desenvolverá em seguida, dando especial atenção ao tema das sociedades anônimas e corporações, cuja história rastreia desde o século XVI, mas é importante retomar a **crítica da economia política** que ele faz nesse ponto:

> O grande alcance ideológico da ciência econômica, no sentido de contribuir para facilitar o desenvolvimento das forças produtivas no quadro do capitalismo, radica em que ela contribui para ocultar o elemento de poder que existe nas decisões econômicas, assimilando-as a 'automatismos' ou 'mecanismos', cujas leis deviam ser 'descobertas' e escrupulosamente respeitadas. (FURTADO, 1977 p. 30)[52]

No caso das corporações, o autor lembra que bastou uma decisão da legislatura estadual de Nova York, em 1811, permitindo que pessoas privadas organizassem sociedades anônimas sem a autorização do Estado, para que se formasse "a ficção de que esse patrimônio, o capital, tinha plena autonomia como *fator de produção*, existindo independentemente das pessoas que o utilizavam como instrumento de poder." (FURTADO, 1977, p. 31)

> Ao pretender derivar o sistema de preços de um esquema abstrato de mercado e não de um estudo concreto da estrutura do aparelho produtivo e das forças que respondem pela apropriação do excedente, a ciência econômica incapacitou-se para formular uma teoria do lucro, mola central do

[51] Seria preciso incluir aí a Indústria Cultural no sentido mais amplo do termo.

[52] Em nota, Furtado (1977, p. 30) faz a crítica à visão atomizada do processo econômico nos clássicos, tomando especialmente Say, e lembra que a primeira reação a essa perspectiva foi a de Freidrich List, em 1841. "O conceito de **forças produtivas** por ele introduzido foi retomado por Marx, vindo a constituir um dos elementos fundamentais da construção teórica deste último", e do próprio Furtado.

> processo de acumulação capitalista. Coube a Schumpeter demonstrar que essas empresas não são 'peças de um mecanismo' e que é exatamente o elemento de monopólio, que nelas sempre existe, a razão de ser do dinamismo do sistema. (FURTADO, 1977, p. 31)

A descoberta schumpeteriana é interpretada com base no conceito de poder econômico de Furtado (1977, p. 31-32): "esse elemento de monopólio consiste no *poder* que tem a empresa de transformar o contexto social onde atua, mesmo que aparentemente procure a ele adaptar-se." Em seguida, as atividades produtivas são divididas em três categorias, as duas primeiras (responsáveis, respectivamente, pela reprodução da população e das desigualdades sociais) relacionadas aos dois tipos de conflito social acima definidos e uma terceira – que opera no caso de reprodução ampliada de uma formação social – formada pelas atividades "que têm por objetivo simplesmente elevar a produtividade social", inseparável das duas primeiras, mas que, para fins de análise, deve ser considerada por separado, "pois uma elevação da produtividade pode ter diferentes efeitos na formação socioeconômica." (FURTADO, 1977 p. 32)

Teoria do excedente e teoria do capitalismo

Não vou entrar aqui na discussão sobre **as duas formas de apropriação do excedente (autoritária e mercantil)** que se segue, mesmo sendo do maior interesse para os objetivos da minha pesquisa, pois mostra, em operação, o uso de categorias importantes, como foco cultural, sistema de cultura, ou sistema global de cultura, autonomia cultural, porque já tive a oportunidade de fazê-lo em outro contexto (BOLAÑO, 2013), em que tratei ainda de traçar comparações com as definições de Sohn-Rethel (1989) de sociedade de apropriação unilateral e recíproca. Em todo caso, a classificação não é diferente daquela apresentada no trabalho de 1987 de Furtado,

acima discutido e já presentes na TPDE, na discussão sobre o processo histórico do desenvolvimento, apresentado aqui no capítulo primeiro, onde se formula, basicamente, a ideia de convivência de **dois sistemas de cultura**, a que voltarei adiante. Neste ponto, prefiro, tomando o anterior por assentado, aprofundar um pouco mais a questão em outro sentido e apresentar uma divergência em relação à interpretação de Mallorquin sobre o tema, especialmente no que se refere ao paralelo que faz com Marx.

Não tenho dúvidas de que Furtado, em diferentes momentos, trata de marcar a diferença de sua análise em relação a Marx, mas é excessivo dizer que "parece negar a contribuição do marxismo para a concepção que sustenta". Segundo o autor, "outra possível genealogia da noção do excedente bem poderia ser P. Baran", o que Furtado não nega. Vimos acima uma citação em que esse autor é citado e o próprio Mallorquin (2005, p. 271) reconhece que "Furtado utiliza tal noção alguns anos antes de Baran." E nota, com razão, a semelhança entre Furtado e Marx a esse respeito, mas o faz de forma canhestra, tentando traçar um paralelo entre a divisão apropriação autoritária/apropriação mercantil de Furtado com aquela, de Marx, que opõe ao capitalismo as formações sociais pré-capitalistas que "apropriam-se do mais-trabalho por mecanismos 'extra-econômicos' [enquanto] no capitalismo este processo é automático, isto é, consequência das formas específicas de posse que separam o trabalhador dos meios de produção."

Na verdade, em Furtado, como em Bataille, conforme vimos, a separação a que se refere o autor pode ser entendida como uma diferença entre lógica dos meios e lógica dos fins, de maneira, aliás, muito similar à concepção de Marx, que imputa às formações pré-capitalistas a lógica M-D-M, do valor de uso, ao contrário do capital, que se move segundo a forma tautológica do valor que se valoriza. Mas a classificação de Furtado em exame está ligada a outra preocupação, mais próxima de Sohn-Rethel que de Marx, e procura precisamente construir uma distinção analítica a partir da qual entender

como, em cada momento histórico determinado, as duas perspectivas, ligadas a dois tipos fundamentais de dominação, mesclam-se para constituir uma específica formação social. Nesse sentido, tanto Furtado como Sohn-Rethel tratam de aperfeiçoar instrumentos de análise perfeitamente compatíveis, neste caso, com Marx.

Mas Mallorquin (2005, 271-272, nota) procura essa compatibilidade em outro lugar. Para ele,

> [...] o processo de constituição do modo de produção capitalista está determinado por duas possíveis rotas. Por um lado, vemos uma forma de apropriação do mais trabalho que não requer transformações do processo de trabalho sob um 'só teto', ou sua centralização, o que Marx denominou subsunção *formal* do trabalho pelo capital. Aqui o capital 'controla' a elaboração dos bens adiantando matérias-primas ou simplesmente fazendo uso de sua situação de monopólio – como capital comercial – para vender as mercadorias e lhes outorga um preço de conveniência. Por outro lado, existe outra via: a subsunção *real* do trabalho, que em termos históricos pode ser visto como um processo posterior à estrutura antes descrita, mas não necessariamente. A subsunção real é já um modo de produção especificamente capitalista, em que os produtores aparecem organizados sob um mesmo processo de trabalho, recebendo um salário, sem a posse em separação de alguma das condições do processo de trabalho, ou dos meios de produção, como seria o caso da produção mercantil simples.

Em outra nota, insiste, citando aparentemente Marx, mas sem apresentar a referência, em "subsunção real do trabalho pelo capital." (MALLORQUIN, 2005, p. 273, nota) Ora, a expressão correta é "subsunção do trabalho **no** capital". Não se trata de mero sinônimo de subordinação. A subsunção formal, em Marx, é, antes de tudo, a forma geral da subsunção, característica essencialmente da manufatura, mas pressupõe sempre a relação salarial. Ela é apenas

formal, por outro lado, na medida em que a subordinação ao capital não chegou ainda a eliminar o controle que o trabalhador tem sobre o processo de trabalho no pré-capitalismo. Passa a ser real no momento em que, com a introdução da máquina ferramenta, a relação sujeito-objeto se inverte, libertando-se o capital de todos os constrangimentos físicos e morais que o controle do processo pelo trabalho lhe impunha. Em ambos os casos, a força de trabalho está incorporada no capital como uma das suas partes, mas mantendo sempre, no interior dessa unidade, a sua identidade (capital variável). Essa espécie de incorporação subordinada, chamada subsunção, quando passa de meramente formal a real, em nível geral, é o que caracteriza a Revolução Industrial, a passagem da manufatura à grande indústria, instaurando o modo de produção especificamente capitalista.

As críticas de Mallorquin (2005, p. 274, nota) neste ponto estão baseadas, portanto, em primeiro lugar, numa interpretação equivocada do problema da subsunção do trabalho de Marx. Em segundo lugar, o *tour de force* para aplicar essa categorização equivocada na interpretação da proposta de Furtado não funciona. Ele cita, por exemplo, o seguinte trecho de Furtado:

> [...] o modo capitalista de produção, se o observamos bem, não é outra coisa que a aplicação à organização da produção da forma mercantil de apropriação do excedente. O intercâmbio que antes se realizava em nível de produtos acabados, estende-se agora ao plano da tarefa.[53]

Para Mallorquin, este trecho mostraria que "Furtado insiste sobre a tese marxista da subsunção real do trabalho por parte do capital (sic), e aparentemente sem sabê-lo."

Ora, não é esta a questão. O que Furtado quer dizer é que, com o capitalismo, a lógica do cálculo mercantil, como vimos acima, invade

[53] Na edição do livro de Furtado que estou utilizando, o trecho se encontra na página 40.

o terreno da produção, de modo que, na balança de forças entre a classe que comanda o processo produtivo e a que se apropria do excedente através do intercâmbio, é esta última que passa a definir, daí por diante, os termos do acordo geral que estará sempre na base dos diferentes modos de regulação social, para usar a expressão francesa. Isso não tem nada a ver com o problema da subsunção. Pode ocorrer numa economia mercantil escravista, como no capitalismo financeiro. É claro que a problemática da subsunção está presente e é importante, ainda que não nos termos propostos por Mallorquin, mas não é essa a preocupação de Furtado.

Por outro lado, a suposição de que a forma salarial é o que caracteriza a passagem da subsunção formal à real duplica o erro. Assim, quando afirma que

> [...] é verdade, como diz Furtado, que no passado uma situação de monopólio entre mercadores de longas distâncias permitiu o controle da venda de mercadorias e, indiretamente, o processo de elaboração destas pela via do endividamento dos produtores, mas isso não supõe necessariamente uma relação salarial. (MALLORQUIM, 2005, p. 272)

não está formulando nenhuma crítica, como imagina, a Furtado, pois este não está pressupondo a relação salarial. No mesmo parágrafo, Mallorquin (2005, 272) afirma: "embora a proposta queira estabelecer a constituição da origem do excedente e do capital como processo de acumulação, sua conceituação não implica a existência de relações sociais assalariadas."

Ora, já vimos que o conceito de acumulação de Furtado (diferentemente do de Bataille) é mais amplo que o de acumulação capitalista.[54] O específico do capitalismo não é a acumulação, tal como

[54] Páginas antes, Mallorquin (2005, p. 262) dá muitas voltas à ideia de Furtado de "acumulação fora do sistema produtivo", ligada à de acumulação/estoque, que vimos acima, tendendo a entendê-la como algo específico do subdesenvolvimento, quando se trata simplesmente de saber como se materializa a riqueza que é transferida no tempo sob diferentes formas, como patrimônio, infraestrutura, bens de capital...

Furtado (1987, t. 3a, p. 23) a define, mas a inversão de valores que a transforma de meio em fim da organização social. Naquela suposta situação passada do parágrafo anterior, pode haver subordinação da produção – comandada por uma classe, por exemplo, de proprietários de escravos – a uma classe de mercadores, com excedente, acumulação, inclusive com bens de capital – que são definidos, como vimos, como aquela parte do excedente utilizada para a extração de outro excedente, "seja como instrumento do intercâmbio, seja como vetor das técnicas de produção" (citado mais extensamente em nota acima) –, sem relação salarial, sem subsunção e sem modo de produção capitalista.

O próprio Furtado (1977, p. 37) afirma, ao analisar a contribuição de Max Weber para a compreensão do fenômeno do capitalismo, ligando "sua existência à satisfação das necessidades de um grupo mediante operações lucrativas e por meio de empresas", que, ao pressupor a existência do trabalho livre, "pois somente assim seria possível 'um cálculo racional do capital'", aquele vai longe demais, pois "o cálculo racional do capital é perfeitamente compatível com formas servis de trabalho." E conclui: "é para evitar essa confusão e ao mesmo tempo assinalar que a predominância do trabalho livre constitui marco decisivo na evolução do capitalismo que introduzimos a diferença entre 'capitalismo' e 'modo de produção capitalista'."

Capitalismo, para Furtado (1977, p. 36, 37), no texto em análise, é uma formação social em que o excedente é utilizado para a produção de outro excedente, de modo que "o controle do excedente permanece incorporado aos processos econômicos, de intercâmbio ou diretamente produtivos." Por outro lado, "o capitalismo deve ser entendido como uma **formação sócio-política**, ou seja, como uma estrutura de poder que impõe as relações sociais nas quais o excedente mais facilmente se transforma em capital." Volta aqui à crítica da economia política e em termos bem marxistas:

> A desconcentração de poder que caracteriza a formação sócio-política capitalista produz a ficção de que o 'político' e o 'econômico' são de natureza distinta e que a apropriação do excedente não se funda no exercício de um poder e sim na prestação de um 'serviço', na eficiência, na aceitação de riscos e coisas similares. Protegido por essa cortina ideológica, o sistema de poder evoluiu e assumiu formas sofisticadas, em benefício da autonomia de decisão dos grupos que controlam o processo de acumulação. (FURTADO, 2005, p. 38)

E conclui:

> A extensão às atividades diretamente produtivas da forma de apropriação do excedente surgida no quadro do intercâmbio constitui um salto qualitativo na evolução do capitalismo. Esse salto traduziu-se na emergência do **modo capitalista de produção**, conforme a feliz expressão usada por Marx [que, segundo Braudel, citado por Furtado em nota na página anterior, ignorou o conceito de capitalismo, cujo uso seria muito recente, posterior a 1870]. (FURTADO, 2005, p. 38)

Pode-se supor, portanto, que capitalismo seria anterior ao modo de produção capitalista. Só com a referida extensão da forma de apropriação mercantil às atividades produtivas o primeiro se tornaria modo de produção. Deduz-se que a referida "formação sócio-política" seria a materialização da lógica mercantil numa estrutura de poder que convive secularmente com outra formação sócio-política, aquela que tradicionalmente se ocupa dos processos de produção, com base em relações hierárquicas, a que o autor denomina via autoritária de extração e apropriação do excedente. Assim, "as operações de intercâmbio, por si mesmas, não requerem modificações ao nível da organização da produção", (FURTADO, 1977) o que explica a longa convivência das duas formas de organização, sendo a via autoritária base tradicional das operações de intercâmbio. Mas,

ao estimular a especialização, elevando a produtividade social e tornando interdependentes os produtores individuais, "ou grupos de produtores, o intercâmbio coloca os intermediários em posição de força. Uma vez criada a situação estrutural de interdependência, os intermediários podem impor condições" e empenham-se, a partir de certo ponto, em reduzir a margem de manobra dos antigos produtores, tratando de assumir o "controle direto do sistema de produção." (FURTADO, 1977)

Aí sim se coloca o problema da subsunção do trabalho, embora Furtado (1977) prefira não se referir a ele nesses termos.[55] Não vamos nos deter na descrição do processo histórico que o autor faz em nota, citando o caso da indústria têxtil lanífera europeia, mas vale lembrar que

> [...] a pressão dos comerciantes fez-se no sentido de romper os privilégios das corporações de artesãos, o que conseguiram inicialmente deslocando as atividades produtivas para as zonas rurais. O segundo passo consistiu em reunir os

[55] Na verdade, ele reluta em aceitar essa perspectiva, ao afirmar, por exemplo, que "não foi porque se visse privado de instrumentos de trabalho que o artesão foi eliminado e sim porque, não estando orientado para o aumento da eficiência, não podia resistir à concorrência do modo capitalista de produção." (FURTADO, 1977, p. 41) Ao acabar a capacidade política de resistência das corporações, impedindo a instalação de manufaturas à base de trabalho assalariado, "a penetração do modo capitalista de produção fez-se com extraordinária rapidez no setor manufatureiro." É claro que a eficiência está relacionada à divisão do trabalho no interior da fábrica e, portanto, com o problema da subsunção. Ao invés de se referir a Marx, no entanto, Furtado prefere recuperar a contribuição de Max Weber, que teria percebido "o fundo desse problema quando observou que o sentido da divisão do trabalho mudou fundamentalmente quando os comerciantes começaram a controlar a produção; as corporações de ofício dividiam o trabalho verticalmente, não tanto para que o artesão tivesse uma visão global do produto como hoje se idealiza, mas para que o produto permanecesse mais tempo em suas mãos; ao passo que os comerciantes controladores da produção buscaram de imediato a especialização técnica, que permitia reduzir o tempo de produção." Em todo caso, isso não o impede de observar que "na medida em que o capitalismo [...] estendeu-se às atividades diretamente produtivas, tendeu a aumentar a rigidez estrutural do sistema econômico", eliminando a garantia de sobrevivência da massa da população, promovendo a dependência e o embrutecimento que "não passaram despercebidos aos observadores da época." E aqui também aparece um tema caro tanto a Marx como a Furtado (1977, 41-42): "a **consciência de classe** que formam os trabalhadores na luta contra o desemprego e as formas mais brutais de exploração viria a constituir fator decisivo na evolução subsequente da formação social."

> artesãos com seus auxiliares em um mesmo local, o que permitia coordenar o trabalho, ganhar tempo e ensaiar a divisão do trabalho em tarefas.

A especificidade desse capital mercantil em transição para industrial, que enfrenta forte resistência da classe dos artesãos, é justamente a relação salarial:

> Ora, concentrações de trabalhadores do tipo *ergastérios* existiam desde a antiguidade. A novidade estava em fazê-las com trabalhadores assalariados, eliminando toda intermediação no processo de apropriação do excedente entre o comerciante e a massa trabalhadora. A partir desse momento, a estrutura de poder que está por trás da apropriação do excedente passava a apoiar-se tão somente no controle do capital. (FURTADO, 2005, p. 39)

Note que estamos ainda no pré-capitalismo, naquele período de transição em que o capital, nos termos de Marx, cria a cooperação e avança no controle dos processos produtivos com a implantação da divisão manufatureira do trabalho a que Furtado se refere no último trecho citado, da página 38 do livro em exame. É a isto precisamente que Marx chama subsunção formal, caracterizada pela subordinação formal do trabalho, através da relação salarial, que garante a incorporação da força de trabalho ao processo produtivo como parte do próprio capital.

Neste ponto, Furtado (1977) faz um reparo à definição de Marx que evidentemente está na base da sua própria análise: "ao introduzir o conceito de modo capitalista de produção, Marx o ligou à existência do *capital* em geral e não do capital utilizado para extrair um excedente ao nível da atividade produtiva." Sendo que a mais valia, origem do capital, pressupõe, por sua vez, a produção capitalista, constitui-se um "círculo vicioso", que Furtado (1977) considera como uma dificuldade do modelo de Marx que, para resolvê-la, "retomou a ideia de Adam Smith de 'acumulação prévia', que

chamou de 'acumulação primitiva'." Furtado (1977, p. 40) explicita então nos seguintes termos o que podemos considerar uma contribuição ao pensamento marxista em relação à análise desse processo histórico particular:

> Ocorre entretanto que a acumulação sem que o produtor fosse separado dos meios de produção teve uma longa história, alcançando ocasionalmente elevados níveis e conhecendo períodos de recuo. O problema fundamental consiste, portanto, em identificar as condições históricas que permitiram à classe mercantil impor essa separação, forçando a classe senhorial e as corporações de ofício a aceitar novas relações de produção. Trata-se de aprofundar no conhecimento da história européia e não de derivar leis gerais da acumulação ou da evolução das relações de produção.

Não voltarei aqui à crítica de Furtado a Marx, já apresentada no capítulo primeiro. Em todo caso, vale dizer que se trata aqui, mais do que o questionamento à lei geral da acumulação capitalista, de uma discussão sobre a relação entre teoria e história, perfeitamente compatível, a meu juízo, com o marxismo. Na questão específica, a posição de Furtado (1977, p. 39) fica clara no seguinte trecho:

> Não há dúvida que essa modificação na relação de forças em favor da burguesia esteve ligada ao aumento relativo do capital mercantil no processo geral de acumulação. Mas interessa frisar que foi essa prévia modificação na relação de forças no plano do sistema de poder que permitiu à burguesia estender o seu controle às atividades produtivas. Em outras palavras: não foi a evolução das forças produtivas que trouxe a difusão do modo capitalista de produção; foi a modificação na posição de força da burguesia, tornada possível pela acumulação do capital mercantil, que a capacitou para atacar o duplo *front* da agricultura feudal e da manufatura

> artesanal e corporativa e precipitou a evolução das forças produtivas.

É o processo de **difusão**, mais uma vez, o que interessa. Difusão que parte das "regiões em que primeiro se firmou sua predominância", mas se faz "de forma muito irregular em razão da diversidade dos fatores políticos e culturais que ofereciam resistência à destruição das estruturas pré-existentes." (FURTADO, p. 44) Daí deriva dois elementos fundamentais na gênese das estruturas do capitalismo.

Primeiro: o das diferentes formas de **integração do trabalho**. Não havia para as massas a opção entre integrar-se ao mercado de trabalho ou permanecer nas atividades tradicionais, na medida em que elas se encontravam "em processo de rápida desorganização, decorrência de transformações na estrutura de poder." Assim, "mais do que uma classe assalariada, forma-se uma população de assalariados, com uma complexa estratificação, cuja conformação varia em função de fatores culturais e históricos", (FURTADO, 1977, p. 42-43) com impactos sobre a **formação da consciência de classe**:

> [...] as linhas de solidariedade que aglutinam os subgrupos dessa população estão longe de obedecer a regras fixas, o que explica a multiplicidade de discursos ideológicos. Demais, o marco nacional e mesmo o regional, dentro de um país, tenderam a prevalecer sobre os cortes engendrados pelas relações de produção,

o que prejudica a constituição de uma consciência internacionalista e aponta para o tema central, já referido acima, dos **dois sistemas de cultura** que formam a base da civilização europeia, como visto também no capítulo primeiro:

> A estrutura de classes que de maneira geral veio a predominar na Europa industrializada tem as suas raízes num processo histórico caracterizado pela coexistência de dois

> sistemas de cultura (o senhorial e o burguês) que se limitavam mutuamente e abriam espaço à ação individual. O individualismo europeu, ou melhor, a forma como penetram os critérios de racionalidade na vida pessoal e se dessacralizam as relações do indivíduo com as instituições públicas, somente encontra explicação se se tem em conta esse **dualismo** cultural que se apresenta na própria base da civilização europeia. (FURTADO, 1977)

É interessante a comparação que vem a seguir com o caso do Japão:

> A importância da **herança cultural** na configuração da nova formação social resultante da penetração do modo capitalista de produção quiçá em nenhuma parte seja tão transparente como no Japão. Na sociedade japonesa essa mutação se realizou sem modificação nos critérios tradicionais de formação de grupos sociais. A consciência de integrar um grupo hierárquico que projeta a imagem protetora da família tende a prevalecer sobre a consciência de pertencer a uma classe constituída de indivíduos com os mesmos atributos profissionais. Daí que até hoje as organizações sindicais sejam no Japão associações de pessoas que trabalham numa mesma empresa, à qual os trabalhadores, via de regra, se ligam por toda a vida. (FURTADO, 1977)[56]

[56] Interessante também é a consequência teórica dessa constatação: "que a empresa japonesa constitua uma organização em que a unidade de propósito prevalece sobre uma nítida definição de funções e responsabilidades, e por essa forma alcance grau eminente de eficiência, constitui clara evidência de que a concepção de racionalidade que Sombart e Max Weber imaginaram ser a essência mesma do capitalismo está longe de esgotar as possibilidades deste." (FURTADO, 1977, p. 42-3) Em *A nova dependência*, Furtado retorna ao tema, ao questionar a tese "de que as contradições próprias da economia capitalista tendem a agudizar-se." O livro, que não faz parte do nosso corpus, é uma análise estritamente econômica da crise por que passava a economia brasileira no momento em que foi escrito. Sua análise, neste ponto, não obstante, recorre mais uma vez aos componentes culturais da sua teoria. Assim: "difundindo-se em culturas bem distintas daquelas em que se afirmou originalmente – tal o caso do Japão, onde inexiste o individualismo que emergiu na Europa com a revolução burguesa – o capitalismo recuperou o seu antigo vigor." Logo adiante, insiste: "o Japão constitui caso de autêntica mutação na evolução do capitalismo. Aí combinam-se as

Segunda derivação da análise da difusão do capitalismo: o problema das **disparidades estruturais entre países**, relacionadas ao "reforçamento de estruturas tradicionais em certas regiões, numa época em que estruturas desse tipo sofriam forte erosão nas áreas onde se firmara a predominância do modo capitalista de produção." (FURTADO, 1977, p. 44) Sem entrar nos detalhes da análise histórica que o autor realiza no item sobre "o excedente no quadro das relações econômicas internacionais" e seguintes,[57] é preciso lembrar que, do "contato entre **uma cultura orientada para a expansão e a inovação** e outras orientadas para a tradição, surgiu um forte efeito de dominação da primeira sobre as segundas, que tenderam a aspirar a reproduzir os padrões de consumo da primeira", o que decorre em grande medida do fato de que

> [...] a cultura que primeiro se apoiou no modo capitalista de produção instalou-se num mais rápido processo de acumulação, o que significava *inter alia* poder impor pela força o intercâmbio e com ele os seus produtos. Em síntese: a formação de um sistema de divisão internacional do trabalho foi não apenas uma questão de abertura de novas linhas de comércio, mas também, e de maneira principal, a **imposição de padrões de cultura**, os quais condicionam

virtudes da descentralização executiva, da fluidez na circulação da informação e do sistema de incentivos aos agentes – características do capitalismo clássico – com uma grande disciplina social interna e uma considerável unidade de direção externa. De tudo isso resulta um sistema que opera com uma coerência que só se obtém mediante um elevado grau de planificação." (FURTADO, 1982, p. 52-53) Nesse momento, o autor não enxerga a crise iminente da economia japonesa, mas isso não invalida o fundamento dessas argutas considerações, ainda mais se considerarmos a possibilidade de adequá-las a uma análise do atual caso chinês, a cujos inícios, aliás, Furtado chegou a referir-se em outra ocasião, enfatizando a questão da autonomia cultural, em páginas de grande interesse ainda hoje. (FURTADO, 1997, t. 3b)

[57] Tampouco vou entrar no item "a medição do produto social e o sistema de preços", embora se trate de uma questão de extrema relevância, chave para a compreensão da crítica da economia política de Furtado e do seu diálogo com Marx, que incorpora também, por certo, a questão da centralidade da cultura no pensamento econômico do autor, mas que exigiria um aprofundamento em temas relacionados à problemática geral do valor e distribuição, que não pode ser tratada com o devido cuidado nos limites deste trabalho. Certamente voltarei a ele em uma próxima ocasião.

> subsequentemente o processo de acumulação, pois a industrialização nessas regiões se realizaria para 'substituir' importações. (FURTADO, 1977, p. 54-55)

Voltamos assim a um ponto já conhecido. É interessante notar que o modo capitalista de produção, adotado pioneiramente, fornece à cultura inglesa uma espécie de vantagem de precedência, pois é o capitalismo inglês, e não outro, que se expandirá em primeiro lugar, levando com ele, por exemplo, a língua inglesa e todo um sistema de valores e estilos de vida que lhe são próprios.[58] As disparidades estruturais decorrentes dos diferenciais nos níveis de acumulação e da forma desta lá "onde a **dominação cultural** antecedeu à penetração do modo capitalista de produção" fazem com que "o custo de reprodução, ou seja, o nível de vida da massa da população" varie ainda mais que o nível de acumulação. (FURTADO, 1977, p. 55)[59]

A variedade de formas que assumirá o capitalismo está relacionada às especificidades locais – que incluem "vínculos externos preexistentes, herança cultural e sistemas internos de poder, relação entre população e certos recursos naturais etc." – e à **resistência à aculturação**, que, embora não tenha sido até então assunto de interesse dos economistas, é essencial "para a explicação da diversidade que assumem as formações sociais capitalistas atuais." (FUR-

[58] É claro que isso se dá numa situação ainda de "capitalismo nacional", em concorrência com outros capitalismos nacionais, diferentemente do que ocorrerá com o "capitalismo pós-nacional" do período do pós-guerra, quando se consolida a hegemonia norte-americana unificando o centro e ampliando o processo de construção de uma cultura material globalizada. Esse será o tema de um ensaio, incluído no livro em exame, que não será retomado aqui. (FURTADO, 1977) A esse respeito, vide Bolaño (2013).

[59] O advento das empresas multinacionais "contribui para reforçar o sistema de dominação e, portanto, para ampliar o excedente. Concomitantemente, acelera-se a difusão internacional do modo capitalista de produção." Claro que, no momento em que o texto foi escrito, poder-se-ia pensar, tendo em vista, por exemplo, a experiência do Mercado Comum Europeu, na "emergência de uma formação sócio-econômica transnacional, ainda que estruturalmente heterogênea", mas "o mais provável é que os efeitos da transnacionalização se façam sentir principalmente no sentido de uma difusão mais rápida dos sistemas de cultura dominantes e do reforçamento das respectivas estruturas de poder." (FURTADO, 1977, p. 58)

TADO, 1977, p. 59) Poderíamos, certamente, a partir daí, retomar os inúmeros casos nacionais específicos estudados por Furtado ao longo da sua vida, dos diferentes países latino-americanos à Mongólia, passando pela Europa, ou a China, e os experimentos de "engenharia social" do leste europeu, mas podemos nos contentar aqui com o seguinte:

> É dessa ótica que cabe estudar o colonialismo do século dezenove, sempre ligado a uma ofensiva de aculturação e de desorganização das estruturas sociais dos povos submetidos. O mesmo se pode dizer com respeito à ascensão do latifundismo na América Latina, no período que se sucedeu à consolidação dos novos estados nacionais. (FURTADO, 1977)

O que segue poderia vir da pena de qualquer dos grandes autores dos chamados estudos pós-coloniais: [60]

> Do ponto de vista das populações, a mudança do modo de produção significa frequentemente a introdução de um elemento de insegurança com a ruptura ou diluição de vínculos de solidariedade comunitários e familiares. Mas sem essa ruptura não seria possível obter a rígida disciplina de trabalho que buscavam os novos organizadores da produção. (FURTADO, 1977, p. 59)

Ora, estamos diante justamente daquilo que venho chamando de **dupla contradição**, inerente ao capitalismo. Explicitei isso, por exemplo, em *Indústria cultural, informação e capitalismo*, (BOLAÑO, 2000) no capítulo segundo, no qual trato o problema da constituição histórica da Indústria Cultural como um processo também de

[60] Não posso desenvolver o argumento aqui, mas é inegável o interesse que deveria despertar a perspectiva de Furtado aqui discutida para o diálogo da economia política da comunicação com os chamados estudos pós-coloniais, para além dos estudos culturais latino-americanos, na linha da reconstrução epistemológica do campo da Comunicação num sentido crítico, como tive a oportunidade de sinalizar em Bolaño (2013).

subsunção do trabalho (cultural), mas a questão já estava posta, no capítulo primeiro, na proposição do conceito de acumulação primitiva do conhecimento, reinterpretando os capítulos históricos do livro primeiro d'*O Capital*, de Marx. Em ambos os casos, explicita-se a dupla contradição capital-trabalho/economia-cultura. Não é o caso de avançar aqui nessa discussão, mas não resisto a apontar o apoio que a perspectiva de Furtado oferece a essa posição. Toda a análise histórica de Furtado, da América Latina à Mongólia, o prova.

Por outro lado, pode-se dizer que a sua ideia, que viemos trabalhando, de dois sistemas de cultura que se confrontam não se limita ao desenvolvimento da civilização europeia, mas é uma **chave metodológica** para entender a análise de Furtado da difusão da civilização industrial, como no caso acima citado do Japão.[61] No caso do

[61] Na verdade, a presença desse enfoque metodológico é muito ampla na obra de Furtado e poderia ser estudada nos seus diferentes trabalhos históricos, desde a FEB, por exemplo, quando se refere ao desenvolvimento das "colônias do norte dos Estados Unidos" nos séculos XVII e XVIII, como "parte integrante de um sistema maior dentro do qual o elemento dinâmico são as regiões antilhanas produtoras de artigos tropicais" etc., ou na discussão sobre a economia cafeeira que, diferentemente da açucareira "esteve formada por homens com experiência comercial", etc. (FURTADO, 1980, p. 28, 115) Em ambos os casos, é fundamental a intersecção de duas mentalidades, uma de tipo senhorial, de extração autoritária do excedente, e outra mercantil, que se tornará hegemônica com a transição para o capitalismo. Note-se que se trata, em ambos, de processos anteriores à expansão da civilização industrial, ainda que, no segundo, a mutação, quando ocorrer, será já vinculada àquele processo de difusão. Em outro contexto, Furtado volta ao tema, comparando o caso brasileiro com outros latino-americanos: "o café se desenvolveu fora das estruturas latifundiárias estabelecidas em fases anteriores, pela iniciativa de indivíduos de mentalidade mercantil. Assim, a atividade econômica que foi o ponto de apoio do Estado brasileiro em sua fase de formação e consolidação surgiu diretamente como uma atividade agrícola-exportadora, o que lhe facultou apresentar uma frente perfeitamente consolidada de interesses agrários e mercantis, à semelhança do ocorrido no Chile. O latifúndio tradicional, de economia principalmente de subsistência, seria sempre marginal no sistema de poder que se formou no Brasil. Entretanto, como a nova agricultura de exportação se estruturou em grandes unidades, formou-se entre ela e os velhos latifúndios uma solidariedade fundamental, que possibilitou a estes conservar o controle do poder local nas regiões respectivas, cabendo àquela o controle hegemônico do poder nacional." (FURTADO, 2007, p. 84-5) Também os processos específicos de aculturação decorrentes da difusão da civilização industrial, a que nos estamos referindo acima, são casos de negociação entre os dois sistemas de cultura. Mas não é objetivo deste texto analisar os trabalhos mais propriamente de análise histórica de Furtado (nem mesmo dedicar maior atenção às partes mais específicas de análise histórica dos textos mais teóricos que formam o nosso corpus), o que só poderá ser feito, de forma extensa, numa próxima ocasião.

latifundismo na América Latina no século XIX, é "a expressão do poder de grupos ligados ao capitalismo internacional em expansão" o que se vincula com as possibilidades de ampliação do excedente, não só pela especialização que a nova divisão internacional do trabalho produzira, mas também pelo aumento da produtividade física do trabalho e redução do custo de reprodução da população. Assim:

> Nenhuma relação existia, portanto, entre o desenvolvimento prévio das forças produtivas e a nova forma de organizar a produção. **A evolução ao nível do sistema de dominação constitui a chave** para compreender a difusão do modo capitalista de produção e as forças particulares que assumirão as formações sociais. **Graças ao excedente retido localmente, as formas de vida de uma parte da população se iam modernizando, o que criava uma expectativa de *progresso*, portanto a necessidade de prosseguir com o esforço de implantação da nova ordem social.** (FURTADO, 1977, p. 59)

A dependência cultural aí envolvida, pela modernização dos estilos de vida de certas camadas da população, que em certos casos se amplia, dada a rápida urbanização que o avanço das economias, como a cafeeira no Brasil, beneficiadas inicialmente pela nova divisão internacional do trabalho, ao promover expectativas de progresso que não se cumprem para a maioria da população – pois as transformações são muito mais rápidas nos padrões de consumo do que nas forças produtivas, implicando sempre, portanto, um atraso relativo, que se traduz em desemprego disfarçado, subemprego, marginalidade social, insegurança, desigualdades sociais –, coloca na ordem do dia o "risco de eclosão revolucionária", como vinha ocorrendo "no último meio século" (FURTADO, 1977, p. 60) e, podemos dizer, até hoje. Isso explica o deslocamento das energias revolucionárias, "ao contrário de previsões repetidamente feitas a partir dos primeiros economistas clássicos", para a periferia.

Mas as revoluções sociais na periferia observadas pelo autor estão carregadas de ambiguidade:

> Elas se legitimam na luta contra as desigualdades sociais e o estado de insegurança e miséria em que se encontram grandes massas de população. Os novos sistemas de poder nascem, portanto, com um compromisso histórico que é 'desenvolver o país', eliminar o atraso no desenvolvimento das forças produtivas. Manifesta-se, em consequência, uma **tendência implacável** para reproduzir os métodos comprovados de organização da produção capitalista, matriz de um processo de estratificação social e de condicionamento mental, portanto de formas de desigualdade que se autolegitimam. (FURTADO, 1977, p. 61)

A tendência de reforçar, nessas condições, formas de apropriação autoritária para o desenvolvimento das forças produtivas, ainda que aumentem a eficiência, via planificação centralizada, no sentido de acelerar a acumulação, são inaptas para fomentar a criatividade.

CRÍTICA DA CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL

Como já apontado na introdução, *Criatividade e dependência na civilização industrial* (FURTADO, 1978) representa um ponto de corte na história das preocupações de Furtado com a cultura nos três sentidos referidos, com toda propriedade, por Rodriguez (2009), sendo, portanto, fundamental para a apreensão, em toda extensão, do seu conceito de cultura. O fato é que, de posse de todo o *background* econômico, antropológico e filosófico explicitado nos capítulos anteriores, Furtado se empenhará, nos trabalhos gestados, segundo ele, naquele ano acadêmico em Cambridge, de que se falou também na introdução, e que se desdobrarão ao longo dos anos 1970, a elaborar, como insiste Mallorquin, a grande teoria que, para este último, se explicita no *Prefácio*, que viemos a analisar, e em *Criatividade e dependência*.

Já tive a oportunidade de analisar esse fundamental trabalho de Furtado com certo cuidado no livro que complementa este trabalho (BOLAÑO, 2011e, 2014, 2013) – ao qual procurarei não me referir aqui, para evitar repetições – e num artigo intitulado *Indústria e criatividade: uma perspectiva latino-americana*, que será, este sim, a espinha dorsal do terceiro item deste capítulo. Antes de entrar no

seu estudo, porém, é importante considerar outro trabalho prévio fundamental, como é *O mito do desenvolvimento econômico*, (FURTADO, 1974) em que também a questão ecológica é posta em evidência, não pela primeira vez na obra de Furtado, aqui também ligada, como veremos no primeiro item, à questão da cultura. Mas a própria questão cultural é posta, no segundo ensaio do livro de 1974, de forma que não podemos deixar de considerar e o faremos com detalhe no segundo item.

Ao final do capítulo, discutirei ainda a síntese desses anos, como define Mallorquin à *Pequena introdução ao desenvolvimento*. (FURTADO, 1980)

O mito do desenvolvimento: ecologia e cultura

Wilson Cano é quem tem insistido no pioneirismo de Furtado na reflexão sobre a problemática ecológica do desenvolvimento. Já me referi (BOLAÑO, 2013) a um artigo (CANO, 2007) em que o autor se refere à *Operação Nordeste* (FURTADO, 2007) e ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e localiza em 1972 as críticas de Furtado ao relatório do Clube de Roma, (BRASIL, 1967) publicadas no *Mito do desenvolvimento*. (FURTADO, 1974) Mas Cano já vinha trabalhando esse aspecto da contribuição de Furtado desde, pelo menos, 1999, quando publicou a primeira versão de *Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil*, ampliado e republicado em Cano (2002). Referindo-se ao GTDN e à *Operação Nordeste*, trata-as como

> [...] competente 'análise econômica e ecológica' da economia do semiárido, feita em época em que a degradação ambiental ainda não estava em moda. Furtado mostra o anacronismo da expansão açucareira, empurrando a economia de subsistência para o agreste e para o semiárido (onde predomina o latifúndio pecuário) e, com isso, aumentando o

> desmatamento, tornando cada vez mais precário o regime de precipitação das chuvas e, assim, diminuindo ainda mais a capacidade produtiva do solo para a produção alimentar. (CANO, 2002, p. 124) [62]

O projeto de Furtado, com base num diagnóstico evidentemente mais complexo, partindo dessa constatação – de reforma agrária na zona da mata e colonização dos vales úmidos e do Maranhão – "era social e economicamente correto: expandir a oferta de alimentos para apoio à industrialização, incorporar ao mercado o homem rural e desconcentrar a renda rural, além de enfrentar a questão ecológica do semiárido." (CANO, 2002, p. 134)[63] Mas também na *Pré-revolução brasileira*, ao falar sobre a boa atuação de Arrojado Lisboa à frente da Inspetoria das Secas, criada em 1909, e logo sobre os avanços que representou, na fase posterior à Revolução de 1930, a liderança de José Augusto Trindade e, logo, de Guimarães Duque, considera, entre outras coisas, que houve uma passagem "da miragem da erradicação das secas para a adaptação do homem ao meio, num quadro ecológico no qual as longas estiagens se integram necessariamente." (FURTADO, 1962, p. 56)

Fica claro que "levar adiante um plano de irrigação significa preparar um novo tipo de agricultor" (FURTADO, 1962, p. 57) e que o fundamental é exercer aquela **criatividade política e institucional** que, como vimos, constitui, para Rodriguez (2009), uma das três dimensões do seu conceito de cultura, patente na parte talvez mais vívida das suas memórias, quando descreve a sua saga à frente do grande projeto de transformação da economia nordestina, até a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

[62] "Excetuando-se a isso as plantas xerófilas, as quais, contudo, são cultivadas em solos pobres, com baixo nível técnico e suscetíveis de substituição por outros produtos similares não xerófilos, produzidos em outras regiões." (CANO, 2002, p. 124)

[63] O ponto frágil foi a superestimação das possibilidades do algodão arbóreo (uma xerófila), justamente no momento em que a evolução tecnológica do algodão herbáceo e outras fibras sintéticas estava por acontecer, o que, em todo caso, não podia ser previsto então.

(SUDENE) e tudo o que se sucedeu, até a sua retirada para o exílio após o golpe militar de 1964. (FURTADO, 1997, t. 2b)

Na *Análise do 'modelo' brasileiro*, há todo um capítulo dedicado ao tema "fatores institucionais e ecológicos na formação das estruturas", onde se pode ler, por exemplo, que:

> Se se passam por alto as consequência a longo prazo no que concerne a destruição dos recursos naturais de um país, o cultivo nômade permite maximizar a produtividade da mão de obra nas regiões tropicais se a taxa de interesse for alta e as terras forem abundantes. Quando as terras já não são tão abundantes, como ocorre em certas regiões do Brasil, o período em que as terras ficam em descanso tende a ser cortado, com a consequente aceleração da degradação dos solos, os quais são finalmente destinados ao pastoreio extensivo. (FURTADO, 1997, t. 2a, p. 111-2, tradução nossa)[64]

Mas é em *O mito do desenvolvimento econômico* que a questão da ecologia adquire maior importância no pensamento de Furtado, muito além da consideração das especificidades da economia do semiárido nordestino ou da pecuária itinerante. Trata-se do primeiro dos quatro livros gestados em Cambridge e representa um importante ajuste de rota em relação à sua produção anterior. O próprio autor, na apresentação, escrita ainda naquela cidade inglesa, compara-o com *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*, publicado um ano antes, em 1973, mas fruto de observações feitas em Yale, durante sua estadia em 1964-1965, "época em que se manifestavam nitidamente tendências

[64] Si se pasan por alto las consecuencias a largo plazo que entraña la destrucción de los recursos naturales de un país, el cultivo nómade permite maximizar la productividad de la mano de obra en las regiones tropicales, si la tasa de interés es alta y las tierras son abundantes. Cuando las tierras ya no son tan abundantes, como ocurre en ciertas regiones del Brasil, el período en que las tierras quedan en descanso tiende a ser acortado, con la consecuente aceleración en la degradación de los suelos, los cuales son finalmente destinados al pastoreo extensivo. (FURTADO, 1997, t.2a, p. 111-2)

policêntricas na economia mundial". Ao contrário, os ensaios que compõem *O mito do desenvolvimento*

> [...] são fruto de observações feitas principalmente a partir da Europa, no decorrer dos últimos cinco ou sete anos, período em que as verdadeiras consequências do segundo conflito mundial, no plano econômico, se manifestam com plenitude, mediante a afirmação definitiva das grandes empresas no quadro de oligopólios internacionais, o crescimento explosivo do mercado financeiro internacional, a rápida industrialização de segmentos da periferia do sistema capitalista no quadro de novo sistema de divisão internacional do trabalho. As tendências a uma **crescente unificação do sistema capitalista** aparecem agora com muito maior clareza do que era o caso na metade do decênio de 60. (FURTADO, 1974, p. 10)

Este é o contexto em que foram produzidas as três obras analisadas neste capítulo e também o *Prefácio*. *O mito* é o primeiro deles e representa um ajuste, um amadurecimento, complemento importante daquele modelo de base apresentado aqui no capítulo primeiro. Como em outras partes deste trabalho, não me deterei no terceiro ensaio, dedicado ao caso brasileiro, nem no último, sobre "objetividade e ilusionismo em economia", que bem poderia ser comparado com o capítulo seis (e outros) da *Pré-revolução brasileira*, avançando para a discussão de aspectos epistemológicos da ciência econômica, que são, aliás, uma constante na obra do autor, mas não é esse o nosso objetivo.

Do primeiro ensaio, dedicado às *Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de predomínio das grandes empresas*, vamos tomar apenas o ponto de partida: a discussão do célebre relatório do MIT para o Clube de Roma, em 1972, cujo mérito seria apresentar, pela primeira vez, "um conjunto de dados representativos de aspectos fundamentais da estrutura e de algumas tendências gerais daquilo

que começa a se chamar de **sistema econômico planetário**." (FURTADO, 1974, p. 15-17) Num momento em que "a economia norte-americana tende a ser crescentemente dependente de recursos não renováveis produzidos no exterior", o estudo tem o mérito de abandonar a "ideia de que a fronteira externa do sistema é ilimitada", ou seja, "a hipótese de um sistema aberto no que concerne à **fronteira dos recursos naturais**." Ou seja, "a novidade está em que o sistema pode ser fechado em escala planetária, numa primeira aproximação, no que concerne aos recursos não renováveis." Mas o problema é posto, por Furtado (1974, p. 13-14, 19), no interior de uma discussão mais geral sobre o mito, entendido como um conjunto de hipóteses que não podem ser testadas e cuja principal função seria "orientar, num plano intuitivo, a construção daquilo que Schumpeter chamou visão do processo social." O mito em questão – "prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa" –, de grande impacto nas ciências sociais, se resume na ideia de que "o desenvolvimento econômico, tal como vem sendo praticado pelos países que lideram a revolução industrial, pode ser universalizado." Obviamente, as conclusões do relatório do Clube de Roma – ainda que Furtado denuncie "o irrealismo do modelo e, consequentemente, a irrelevância das conclusões cataclísmicas apresentadas", o que não importa aqui – põem em cheque essa ideologia, ao constatar a existência de limites do desenvolvimento no plano ecológico em nível global. Mas a crítica de Furtado (1974, p. 14), de partida, ao mito do desenvolvimento envolve outras questões:

> Com o campo de visão da realidade delimitado por essa ideia diretora, os economistas passaram a dedicar o melhor de sua imaginação a conceber complexos esquemas do processo de acumulação de capital no qual o impulso dinâmico é dado pelo progresso tecnológico, enteléquia existente fora de qualquer contexto social. Pouca ou nenhuma atenção foi

> dada às consequências, no **plano cultural**, de um crescimento exponencial do *stock* de capital.

E segue:

> As grandes metrópoles modernas com seu ar irrespirável, crescente criminalidade, deterioração dos serviços públicos, fuga da juventude na anti-cultura, surgiram como um pesadelo no sonho de progresso linear em que se embalavam os teóricos do crescimento. Menos atenção ainda se havia dado ao impacto no meio físico de um sistema de decisões cujos objetivos últimos são satisfazer interesses privados.

O problema, portanto, é complexo e se apresenta em dois planos, o cultural/social e o ecológico. Em relação a este último, Furtado (1974, p. 17) insiste em que o problema mais geral está ligado "ao caráter predatório do processo de civilização, particularmente da variante desse processo engendrada pela revolução industrial", pois "a criação de *valor* econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico." E explica:

> A maioria deles transforma energia livre ou disponível, sobre a qual o homem tem perfeito comando, em energia não disponível. Demais das consequências de natureza diretamente econômica, como seja o encarecimento das fontes alternativas de energia, esse processo provoca elevação da temperatura média de certas regiões do planeta, cujas consequências a mais longo prazo dificilmente poderiam ser exageradas. A atitude ingênua consiste em imaginar que os problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los. (FURTADO, 1974, p. 18)

O ensaio se dedicará mais extensamente à discussão da nova estrutura do sistema, partindo de uma importante periodização do

processo que leva da Revolução Industrial à unificação da cultura material do capitalismo e à globalização, passando pela análise do fenômeno das transnacionais, valendo-se da teoria do oligopólio para situar os países periféricos no novo contexto e as opções que este lhes abre. Não há espaço aqui para avançar por esse caminho. A conclusão é que, no quadro estrutural do capitalismo então observado, "o processo de acumulação tende a ampliar o fosso entre um centro, em crescente homogeneização, e uma constelação de economias periféricas, cujas disparidades continuam a agravar-se." (FURTADO, 1974, p. 68) Assim, à homogeneização dos padrões de consumo no centro contrapõe-se uma crescente discrepância de padrões de vida entre uma minoria privilegiada e a massa da população nos países periféricos.

Nessas condições, as projeções a respeito das pressões do desenvolvimento sobre os recursos não reprodutíveis do Clube de Roma pareciam alarmistas. Segundo o Furtado (1977, p. 70), as pressões sobre aqueles recursos podem ser de dois tipos: (a) o chamado "freio malthusiano", referente à "disponibilidade de terra arável a ser utilizada no contexto da agricultura de subsistência", cujos efeitos só se propagam quando a população tem a possibilidade de emigrar, e (b) a elevação do nível de consumo, ligada à orientação geral do processo de desenvolvimento. O modelo de concentração de renda, ao fazer com que o crescimento dependa mais da introdução constante de novos produtos e menos da difusão dos produtos conhecidos, agrava a pressão sobre os recursos não renováveis, implicando estratégias de obsolescência precoce. O primeiro tipo de pressão "é localizado e cria seu próprio freio", o segundo "é cumulativo e exerce pressão sobre o conjunto do sistema."

As projeções alarmistas do Clube de Roma, referidas essencialmente ao segundo tipo de pressão, podem ser aceitas, segundo o Furtado (1977, p. 70), "como uma primeira aproximação válida. O que não se pode aceitar é a hipótese [...] segundo a qual os atuais padrões de consumo dos países ricos tendem a generalizar-se em

escala planetária", o que estaria em contradição com a orientação do crescimento então vigente, que implicava ampla exclusão das massas dos países periféricos. Não cabe entrar nos detalhes do argumento. Mas o modelo que apresenta a possibilidade da ruptura cataclísmica do sistema, pela pressão sobre os recursos naturais, não deixa de ser interessante, pois demonstra de forma cabal que

> [...] o **estilo de vida** criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. (FURTADO, 1977, p. 74-5)

O **mito do desenvolvimento** econômico, que tanta importância teve

> [...] para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender* a *necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo, (FURTADO, 1977, p. 75)

é, portanto, "simplesmente irrealizável" e desvia as atenções "da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento*." (FURTADO, 1977, p. 75) Aqui estamos, não apenas, mais uma vez, portanto, frente à contradição entre a lógica dos meios e a lógica dos fins, mas diante da reivindicação de outra coisa que não o desenvolvimento seguindo o caminho da difusão da cultura material do capitalismo.

Duas alternativas são apresentadas, além da manutenção do modelo de exclusão: (a) o reforço das burocracias que controlam os estados periféricos, levando a uma melhora persistente dos termos de intercâmbio em favor da periferia, em beneficio da minoria, e (b) "modificações políticas de fundo, sob a pressão das crescentes massas excluídas dos frutos do desenvolvimento", o que se traduziria em uma substantiva reorientação do processo de desenvolvimento.

> Esta terceira possibilidade, combinada com a melhora persistente nos termos de intercâmbio, corresponde ao **mínimo de pressão sobre os recursos**, assim como a persistência das tendências atuais à concentração da renda engendra o máximo de pressão. (FURTADO, 1977, p. 74)

Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais

Este é o título do segundo ensaio do livro ora em exame, uma preciosa síntese que referenda, mais uma vez, a interpretação das ideias do autor sobre dependência cultural que apresentei em um dos textos incluídos em Bolaño (2013), e que retomei aqui, no capítulo segundo, referindo-me a certos trechos da obra autobiográfica. O ponto de partida é a reafirmação da definição do subdesenvolvimento como consequência da expansão da Revolução Industrial, definida como "aceleração do processo de acumulação de capital e o aumento na produtividade do trabalho ocorridos entre os anos 70 do século XVIII e os anos 70 do século XIX." (FURTADO, 1977, p. 77) A implantação da divisão internacional do trabalho definida no contexto da hegemonia do capitalismo industrial inglês, ao fazer valer, no início, a lei das vantagens comparativas, habilitou as elites locais dos países da periferia a "seguir de perto os padrões de consumo do centro, a ponto de perderem contacto com as fontes

culturais dos respectivos países." (FURTADO, 1977 p. 80) Mas é claro que se a referida lei "proporcionava uma justificação sólida da especialização internacional", ela

> [...] deixava na sombra tanto a extrema disparidade na **difusão** do progresso nas técnicas de produção como o fato de que o novo **excedente** criado na periferia não se conectava com o processo de formação de capital. Esse excedente era principalmente destinado a financiar a difusão, na periferia, dos novos **padrões de consumo** que estavam surgindo no centro do sistema econômico mundial em formação. (FURTADO, 1977, p. 79)

Consequência:

> A existência de uma classe dirigente com padrões de consumo similares aos dos países onde o nível de acumulação de capital era muito mais alto, e impregnada de **uma cultura cujo elemento motor é o progresso técnico**, transformou-se, assim, em fator básico na evolução dos países periféricos. (FURTADO, 1977, p. 80)

Nessas condições, "não tem fundamento antepor a análise ao nível da produção, deixando em segundo plano os problemas da circulação, conforme persistente tradição do pensamento marxista", sendo

> [...] indispensável focalizar simultaneamente o processo de **produção** (realocação de recursos dando origem a um excedente adicional e forma de apropriação desse excedente) e o processo de **circulação** (utilização do excedente ligada à adoção de novos padrões de consumo copiados de países em que o nível de acumulação é muito mais alto), os quais, **conjuntamente, engendram a dependência cultural** que está na base do processo de **reprodução das estruturas** sociais correspondentes. (FURTADO, 1977, p. 80)

Ainda que a **matriz institucional** que determina as relações de produção internas seja a chave para compreender como se dá a apropriação do excedente, a forma de utilização deste, que "condiciona a reprodução da formação social, reflete em grande medida o processo de **dominação cultural** que se manifesta ao nível das relações externas de circulação." O conceito de **modernização** é então definido justamente como "esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos", (FURTADO, 1977, p. 81) o que inclui, enfatiza, formas de **consumo civil, mas também militar**. E agrega:

> [...] quanto mais amplo o campo do processo de modernização [...], mais intensa tende a ser a pressão no sentido de ampliar o excedente [...] mediante expansão das exportações, ou por meio de aumento da '**taxa de exploração**', vale dizer, da proporção do excedente no produto líquido. (FURTADO, 1977, p. 81)

Só mais adiante, "em fase mais avançada quando os respectivos países embarcam no processo de **industrialização**", esse processo anterior de modernização mostrará toda a sua influência, pois a substituição de importações implica que "a tecnologia incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim o perfil da demanda (o grau de diversificação do consumo) do setor modernizado da sociedade." (FURTADO, 1977, p. 82)[65] Assim, a **dependência cultural implica**, num momento subsequente, **dependência tecnológica**, que se materializa na matriz industrial nacional e impacta profundamente todo o campo econômico, condicionando a **luta de classes**:

[65] As primeiras indústrias instaladas antes disso "concorrem com a produção artesanal e se destina[vam] a produzir bens simples destinados à massa da população", (FURTADO, 1974, p. 81) sem vínculos entre elas, não chegando a constituir, por isso, o núcleo de um sistema industrial.

> [...] ao impor a adoção de métodos produtivos com alta densidade de capital, a referida orientação cria as condições para que os salários reais se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja, para que a taxa de exploração aumente a produtividade do trabalho. (FURTADO, 1977, p. 82)

Assim:

> O comportamento dos grupos que se apropriam do excedente, condicionado que é pela situação de **dependência cultural** em que se encontram, tende a agravar as desigualdades sociais, em função do avanço na acumulação. Assim, a reprodução das formas sociais, que identificamos com o subdesenvolvimento, está ligada a formas de comportamento condicionadas pela dependência. (FURTADO, 1977, p. 82)

É d**o desejo das elites nacionais** de reproduzir os padrões de consumo do centro, responsável pela rápida diversificação do consumo, que decorre a orientação da tecnologia, determinando, "mais do que a existência de uma oferta elástica de mão de obra [...], o diferencial entre o salário industrial e o salário no setor de subsistência", ponderado pelo grau de organização dos distintos setores da classe trabalhadora. Em outros termos, dado aquele nível de organização, "a dimensão relativa do excedente apropriado pelos grupos privilegiados reflete a pressão gerada pelo processo de modernização." (FURTADO, 1977 p. 82-3)

Vale a pena retornar à questão, posta no capítulo primeiro, da semelhança entre Furtado e Marx no reconhecimento dos fatores extraeconômicos que determinam a economia capitalista na sua essência. Em *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*, falando sobre a segunda fase do desenvolvimento capitalista no centro ("durante a qual os problemas criados pelos ajustamentos superestruturais ganham considerável importância";

FURTADO, 1973, p. 11), em que já não existe o excedente estrutural de mão de obra dos seus inícios, criando-se condições para a classe trabalhadora apropriar-se de uma parte dos ganhos de produtividade do sistema, Furtado (1973, p. 11-13) nota a existência de

> [...] uma tendência persistente à melhoria das condições de luta da classe trabalhadora, abrindo-lhe acesso aos frutos do desenvolvimento, tanto pela elevação dos salários reais como pela redução do número de horas da jornada de trabalho.

Ora, são justamente esses, os dois fatores extraeconômicos que determinam a taxa de exploração e, portanto, de apropriação do excedente pela classe capitalista, em Marx, como vimos então, os responsáveis pela dinâmica do desenvolvimento nas economias centrais, em Furtado, relacionada com a interação entre inovação e difusão, como também vimos no capítulo primeiro. No caso do subdesenvolvimento, essa mesma dinâmica não funciona por causa da dependência cultural. Dependência que pode existir mesmo na ausência de empresas transnacionais, pois "o que importa não é o controle do sistema de produção local por grupos estrangeiros e sim a utilização dada àquela parte do excedente que circula pelo comércio internacional." Mesmo a propriedade pública das empresas não resolve necessariamente o problema "se o país em questão se mantém em posição de **satélite cultural** dos países cêntricos do sistema capitalista e se encontra numa fase de acumulação de capital muito inferior à alcançada por estes últimos." (FURTADO, 1974, p. 84)

A questão da **autonomia cultural** é, portanto, central, e Furtado a coloca em diálogo com Marx, num parágrafo esclarecedor. Primeiro, apresenta um desafio à imaginação, perfeitamente válido nos dias de hoje: "pode-se ir ainda mais longe e formular a hipótese de que um tipo semelhante de colonização cultural vem desempenhando importante papel na transformação da natureza das

relações de classe nos países cêntricos." (FURTADO, 1974, p. 84) E segue com Marx:

> A ideia formulada por Marx, segundo a qual um processo crescentemente agudo de luta de classes, no quadro da economia capitalista, operaria como fator decisivo na criação de uma nova sociedade, essa ideia para ser válida requer, como condição *sine qua non*, que as classes pertinentes estejam em condições de gerar visões independentes do mundo. Em outras palavras: a existência de uma ideologia dominante (que, segundo Marx, seria a ideologia da classe dominante em ascensão) não deveria significar a perda total de autonomia cultural pelas outras classes, ou seja, a colonização ideológica destas. (FURTADO, 1974, p. 84-5)

Aí está condensada a problemática da hegemonia, da dominação ideológica, da resistência e todas as questões de fundo que dividem vastas áreas dos campos da Comunicação, dos Estudos Culturais, da Economia Política da Comunicação etc. Fica clara, aliás, a distância de Furtado das perspectivas deterministas das teorias da Dependência Cultural, como tive a oportunidade de enfatizar em artigo incluído em Bolaño (2013). Aliás, fica claro, a meu ver, que não há crítica a Marx nesse trecho, mas um desafio aos marxistas para que não deixem de considerar a questão da hegemonia e da contra-hegemonia em termos de **autonomia cultural de classe**, da classe trabalhadora:

> Marx, no seu *18 Brumário*, quando atribui papel importante aos *paysans parcellaires* – nos quais se teria apoiado Luis Bonaparte –, afirma claramente que eles não haviam tomado consciência de si mesmos como classe; contudo, constituíam uma classe, no sentido de que podiam servir de fator decisivo nas lutas pelo poder, porque 'opunham seu gênero de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes sociais'. **Entre as condições objetivas para a existência de**

> **uma classe, portanto, estaria a autonomia cultural.** (FURTADO, 1974, p. 85)

Em seguida, um segundo desafio à nossa imaginação:

> Ora, nos países capitalistas cêntricos, essa autonomia cultural, no que se refere à classe trabalhadora, foi consideravelmente erodida. O acesso da massa trabalhadora a formas de consumo antes privativas das classes que se apropriam do excedente criou para aquela um horizonte de expectativas que condicionaria o seu comportamento no sentido de ver, na confrontação de classes, mais do que um antagonismo irredutível, uma série de operações táticas em que os interesses comuns não devem ser perdidos de vista. (FURTADO, 1974, p. 85)

Este é precisamente o contexto de análise do surgimento e expansão da Indústria Cultural (BOLAÑO, 2000) até hoje, elemento central, embora não, por certo, o único, na construção da hegemonia ao longo do século XX. Em sentido inverso, se as relações entre produção e consumo passam por complexas instâncias de intercâmbio simbólico e controle social, a dinâmica capitalista se verá também influenciada pela estrutura dos seus meios de comunicação de massa, veiculadores da publicidade, da propaganda e viabilizadores de complexas formas de interação social, como as dos atuais sistemas de redes digitais, entre eles a internet, que não podem deixar de ser considerados na definição das estruturas de poder nos dias de hoje. (BOLAÑO et al., 2011) Sobre a incorporação do pensamento de Furtado na análise desses fenômenos, ver Bolaño (2013).

Em seguida, o autor se volta para o caso dos países periféricos, apontando que "o processo de colonização cultural radica originalmente na ação convergente das classes dirigentes locais [...] e dos grupos que, a partir do centro do sistema, controlam a economia internacional", conexão que abre o caminho a "todas as formas de '**intercâmbio desigual**' que historicamente caracterizam as relações

entre o centro e a periferia do sistema capitalista", mas que não podem ser entendidas isoladamente. Os aspectos centrais da questão encontram-se na "forma como o excedente é utilizado na periferia sob o impacto da colonização cultural." (FURTADO, 1974, p. 85)

A colonização cultural, por outro lado, pode ocorrer mesmo naquelas áreas do globo, como a Austrália ou o Canadá, em que os salários puderam subir significativamente, atingindo níveis similares aos do centro. Nesse caso, a modernização levará à dependência – pela disparidade entre o nível de consumo e a "acumulação de capital no aparelho produtivo, porquanto a elevação de produtividade, que dá origem ao excedente, resulta da utilização extensiva de recursos naturais no quadro de vantagens comparativas internacionais" (FURTADO, 1974, p. 86) – sem subdesenvolvimento,[66] o que mostra que a dependência é fenômeno mais geral que este.[67]

Por outro lado, "a situação de dependência está sendo permanentemente reforçada, mediante a introdução de novos produtos" e "a industrialização, nas condições de dependência, de uma economia periférica requer intensa absorção de **progresso técnico** sob a forma de novos produtos e das técnicas requeridas para produzi-los." (FURTADO, 1974, p. 88-89) Nessas condições,

---

[66] Algumas dessas economias puderam realizar processos precoces de industrialização, como o Canadá. A Argentina é um caso particular dentro dessa categoria, em que fatores históricos atrasaram a industrialização, que acabou assumindo o modelo de substituição de importações (consequência da crise do setor exportador), comum a toda a América Latina. (FURTADO, 1974)

[67] Por outro lado, se "a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível no quadro da dependência", o mesmo "não se pode dizer do processo inverso." A rápida diversificação do setor de consumo torna a dependência dificilmente reversível. Com a industrialização substitutiva, o aparelho produtivo tende a dividir-se em dois segmentos, um tradicional, produtor de bens para a exportação ou mercado interno, e outro "constituído por indústrias de elevada densidade de capital, produzindo para a minoria modernizada", configurando o chamado 'desequilíbrio ao nível dos fatores', conceito que o autor critica, pois não se trata de simples inadequação da tecnologia absorvida, na medida em que "os bens que estão sendo consumidos não podem ser produzidos senão com essa tecnologia e [...] às classes dirigentes que assimilaram as formas de consumo dos países cêntricos não se apresenta o problema de optar entre essa constelação de bens e uma outra qualquer". Trata-se, portanto, mais uma vez, de uma questão de dependência cultural e de poder. (FURTADO, 1974, p. 87)

> [...] e na medida em que avança essa industrialização, o progresso técnico deixa de ser o problema de adquirir no estrangeiro este ou aquele equipamento e passa a ser uma questão de ter ou não acesso ao **fluxo de inovação** que está brotando nas economias do centro. (FURTADO, 1974, p. 89)

A **conclusão**, não necessária, segundo o autor, é que "a dependência, antes imitação de padrões externos de consumo mediante a importação de bens, agora se enraíza no sistema produtivo e assume a forma de programação pelas subsidiárias das grandes empresas, dos padrões de consumo a serem adotados." (FURTADO, 1974, p. 90)

Mais uma vez, não é o caso de desenvolver a questão aqui, mas vale perguntar se não estaríamos, neste momento, com a massificação da internet e tudo que está por trás dela, vivendo o paroxismo dessa situação, em que o próprio consumo cultural adota essas características, muito além da mera adoção de formatos mais ou menos globais da velha Indústria Cultural, cujo paradigma é a TV de massa. A lógica da inovação nas indústrias culturais e da comunicação, nos setores convergentes, na informática de massa, como nas indústrias ligadas às biotecnologias, ou nas chamadas indústrias criativas, tudo aponta para formas de dependência cultural, que só confirmam a posição de Furtado expressa na seguinte conclusão:

> O controle local, ao nível da produção, não significa necessariamente menos dependência, se o sistema pretende continuar a reproduzir os padrões de consumo que estão sendo permanentemente criados no centro. Ora, a experiência tem demonstrado que os grupos locais (privados ou públicos) que participam da apropriação do excedente, no quadro de dependência, dificilmente se afastam da visão do desenvolvimento como processo mimético de padrões culturais importados. (FURTADO, 1974, p. 94)

Esse é particularmente o caso, vale explicitar, dos oligopólios nacionais que controlam as indústrias culturais e da comunicação.

Criatividade e dependência na civilização industrial

Para Furtado (1978, p. 38), **inovação e criatividade** estão relacionadas com a capacidade que têm determinados grupos sociais de impor seus interesses aos demais, promovendo uma **ruptura no plano da racionalidade**.[68] O exemplo de maior transcendência seria o surgimento da sociedade industrial – resultado de um processo iniciado no século XVI, com a constituição do mercado mundial –, quando "as atividades econômicas assumiram considerável autonomia e passaram a desempenhar papel determinante em todas as dimensões da cultura." **Civilização industrial** é aquela em que a tecnologia é a "expressão final da criatividade humana", substituindo-se a "todos os demais recursos de poder", e se define como

> [...] a resultante de certa orientação da criatividade humana, orientação que favorece a acumulação e conduz à reprodução de certas estruturas sociais. O produto da criatividade assim orientada é a técnica moderna, ingrediente nobre do processo de acumulação. Aqueles que a controlam ocupam posições dominantes na luta pelo excedente. Enfrentar essas posições na esfera internacional, mediante a utilização de combinações adequadas de outros recursos, ou da massa

[68] Trabalhei mais extensamente o conceito de ruptura no plano da racionalidade no primeiro capítulo de Bolaño (2013). Repito aqui apenas a definição de Furtado (1978, p. 17), para tê-la presente: "A ruptura no plano da racionalidade ocorre quando o agente está capacitado para modificar o meio em que atua, apresentando no seu comportamento um fator volitivo criador de novo contexto. O campo do possível amplia-se e a racionalidade passa a requerer uma visão mais abrangente da realidade. Assumindo a criatividade, o agente impõe a própria vontade, consciente ou inconscientemente, àqueles que são atingidos em seus interesses pelas decisões que ele toma. Implícito na criatividade existe, portanto, um elemento de poder. O comportamento do agente que não exerce poder é simplesmente adaptativo."

> crítica de certos deles, é a essência da luta contra a dependência. (FURTADO, 1978, p. 116)[69]

Rodriguez sintetiza de forma lapidar a essência do problema:

> [...] a 'civilização industrial' tem seu traço essencial na extensão da **racionalidade instrumental** a partir de e baseada na racionalidade econômica, isto é, do âmbito da cultura material. A criatividade que se inscreve nesta última incide, em maior ou menor medida, nos rumos que toma a criatividade nos distintos âmbitos da cultura não-material [...]. Mas, além deste condicionamento geral, a racionalidade econômica dá origem à consolidação e ao relativo predomínio dos 'valores materiais' [...]. A acumulação do capital (expressão sintética da racionalidade econômica) e, estreitamente ligada a ela, a magnificação do consumo (expressão sintética dos valores materiais) acabam plasmando-se como os grandes fins da 'civilização industrial'. O traço maior da mesma consiste, portanto, nessa **transmutação dos meios em fins.** (RODRIGUEZ, 2009, p. 427)

Assim,

> [...] os meios inscritos na cultura material passam a ser vistos como os únicos fins possíveis ou relevantes, obscurecendo e debilitando ao extremo a ampliação do universo de valores, onde se situam os altos fins que dão sentido, enriquecendo-a, à experiência humana (RODRIGUEZ, 2009, p. 427),

o que estaria na base de uma "**crise civilizatória**". (RODRIGUEZ, 2009, p. 428)

[69] "O vetor do fruto dessa criatividade é a acumulação nos instrumentos de trabalho, nas infraestruturas que produzem os efeitos de conjunto, no homem sob a forma de competência para atuar e em particular para produzir novos conhecimentos." (FURTADO, 1978, p. 116)

A introdução de critérios de **racionalidade instrumental** determinaria a existência, na Europa Ocidental, Estados Unidos ou Austrália, de um "estilo de civilização" marcado pela industrialização, urbanização e secularização, que servirá de modelo para outros processos de "modernização", no Japão da restauração Meiji, na Rússia bolchevique, ou na América Latina da industrialização por substituição de importações. Há, portanto, dois momentos na dinâmica de expansão da civilização industrial, o primeiro, fundacional, marcado por uma ruptura gestada ao longo de mais de dois séculos, culminando com a dupla revolução de que fala Hobsbawn (1981), e o segundo, de adaptação, difusão da nova ordem para todo o mundo.

Em todos os casos "**não apenas a força física, mas também a capacidade intelectual do homem tende a subordinar-se crescentemente a critérios mercantis**." A especificidade cultural da revolução burguesa é precisamente o "crônico avanço da técnica", ou seja, "a subordinação de todas as formas de atividade criadora à racionalidade instrumental" (FURTADO, 1978, p. 83):

> Assim, a **pesquisa científica** foi progressivamente posta **a serviço da invenção técnica**, que por seu lado está a serviço da busca de maior eficiência do trabalho humano e da diversificação dos padrões de consumo. [...] Mas, na medida em que se transforma em atividade ancilar da técnica, reduz-se o seu escopo como experiência fundamental humana. **Algo similar ocorreu com a criatividade artística, progressivamente colocada a serviço do processo de diversificação do consumo.** (FURTADO, 1978, p. 83)

Por outra parte, como já citei na introdução, "todo objeto de uso final, que não procede diretamente da natureza, é fruto da invenção humana, é um *objeto de arte*. Seu fim é enriquecer a existência dos homens", (FURTADO, 1978, p. 84) de modo que cultura material e cultura espiritual formam, num determinado nível de abstração,

uma totalidade. Rodriguez resume bem essa relação, referindo-se, com muita propriedade, à *Dialética do desenvolvimento* (FURTADO, 1964) – analisada, aqui, no capítulo segundo –, explicitando a problemática do **conflito social**:

> Conforme se reconhece, é na cultura material onde tendem a surgir as tensões que alimentam a conflituosidade social. Mas também se admite que em diversos âmbitos da cultura não material vão se conformando ideias e valores por meio dos quais os homens adquirem uma visão de si mesmos e de seu entorno e, com ela, uma percepção consciente dessa conflituosidade. Posto em outros termos, no suceder de distintos planos da cultura não material vai se configurando a consciência crítica, já aludida, em que os conflitos sociais tomam corpo e encontram expressão. (RODRIGUEZ, 2009, p. 417)

O conflito é inerente ao modelo de Furtado, como já vimos, e está relacionado com a existência de **valores que se excluem**. Isto, no plano das "construções abstratas" – que constituem um dos componentes-chave do **método** das ciências sociais –[70] das "primeiras obras", em que Furtado já coloca o problema das relações entre cultura e desenvolvimento, considerando-as "de uma perspectiva abstrata ou geral", ou "como um sistema e, ao mesmo tempo, como um processo acumulativo." Assim, "a cultura deve ser vista como um todo cujas partes guardam coerência entre si e, portanto, como um sistema cujo significado não se expressa cabalmente no de uma ou alguma de usas partes." Por outro lado, "o método deve considerar tais realidades e precisar suas características, configurando-se ao

[70] No estruturalismo latino-americano se admite que esse método possui uma instância de construção abstrata, isto é, da elaboração de referentes ou paradigmas, ou de "tipos ideais", que por sua própria índole não se encontram imediata ou diretamente associados a realidades históricas concretas. (RODRIGUEZ, 2009, p. 419)

mesmo tempo como histórico-estrutural." (RODRIGUEZ, 2009, p. 415, 419)[71] E nesse aspecto, *Criatividade e dependência* é exemplar.

No capitalismo, a produção é subordinada ao processo de acumulação e à homogeneização dos padrões de consumo que o acompanha.[72] Na criação e difusão histórica da civilização industrial, é fundamental o aspecto de **inovação institucional** (parte da cultura não material), o que inclui a criatividade política e social dos diferentes agentes que dispõem daquela capacidade de promover rupturas no plano da racionalidade. No caso da Europa (em que se incluiriam também as "sociedades formadas pelos europeus nos espaços vazios de clima temperado na América do Norte e Oceania" – FURTADO, 1978, p. 42), a subordinação das atividades produtivas à lógica de um processo acumulativo, comandado por interesses mercantis, representa uma mutação cultural em relação a

> [...] tudo o que havia existido até então. De uma ou outra forma, todas as relações sociais tenderiam a refletir, em graus diversos, a despersonalização inerente à preeminência da acumulação. Tenderiam a ser vistas como coisas, como prolongação do mundo físico. (FURTADO, 1978, p. 39-40)

---

[71] O enfoque é não reducionista e, no caso de Furtado, está relacionado com outra peculiaridade do seu pensamento, que é a "sua arraigada negação de toda forma de determinismo": "no seu entender, a evolução de toda sociedade depende crucialmente de percepções e decisões conscientes de certos atores sociais chave, assim como da determinação e pertinácia com que encaram sua ação. Este depurado **não-determinismo** guarda relação com a importância brindada ao sistema global de cultura, pois a indução e condução das mudanças neste sistema pelos atores sociais resulta indissociável das ideias e valores que os motivam, tanto os mais gerais como os que concernem aos conteúdos econômicos e sociopolíticos destas mudanças." (RODRIGUEZ, 2009, p. 418) Note-se aí implícita a definição de Furtado, de poder econômico, discutida aqui anteriormente e também em Bolaño (2013).

[72] A própria compreensão do funcionamento exato desses objetos exige uma *expertise*, tornando-os misteriosos para o usuário comum. Ademais, a maior parte deles é concebida prevendo já sua difusão, dentro da lógica inovação-difusão que caracteriza, para o autor, a dinâmica da acumulação capitalista. (FURTADO, 1983) Note-se que há aí também una certa irracionalidade, na medida em que a inovação secundaria já não é propriamente "invenção de cultura", mas basicamente imitação e adaptação a padrões hegemônicos.

É interessante a referência ao tema da **coisificação** e inclusive às implicações epistemológicas que esta formulação teria.[73] Mas o mais importante no momento é entender o significado profundo da ruptura para Furtado (1978, p. 40):

> A acumulação sempre constituiu, em todas as sociedades, um dos sustentáculos do sistema de dominação social. [...] O que singulariza a revolução burguesa é a utilização crescente do excedente como instrumento de controle do sistema de produção. [...] A ascensão da burguesia é mais um processo de geração de novas formas de poder que a assunção de novos grupos sociais às formas tradicionais. [...] O desvio do excedente das obras de prestigio e do consumo conspícuo para o sistema de produção vem a ser a mola mestra do processo de reestruturação do sistema de poder.

Daí o autor deriva as **características fundamentais da modernidade europeia**, a secularização, a racionalização, o conhecimento fundado na observação do mundo empírico, a liberação do indivíduo e sua indução à iniciativa, a complexidade das estruturas que conformam a sociedade civil (na definição de Hegel), a democratização. Um aspecto essencial é a funcionalidade que detecta na **luta de classes** para a estabilidade do sistema, o que já estava posto, em outros termos, na TPDE, como vimos. Para o autor, o crescimento da taxa real média de salário, que acompanha quase sempre o au-

[73] Sobretudo se nos recordamos da ruptura ontológica (corpo-mente, razão-mundo) que, partindo da separação entre o sagrado e o humano, própria da civilização judaico-cristã, funda a ciência moderna ocidental, como nos recorda Edgardo Lander (2005), citando Apffel-Marglin, um "tipo muito particular de conhecimento que pretende ser des-subjetivado (isto é, objetivo) e universal". Nas ciências sociais, essa tendência está ligada ao eurocentrismo e ao conceito de raça, de que nos fala Quijano. (2005, p. 230) É interessante verificar a possibilidade de articular a crítica à modernização de Lander e Quijano com aquela de Furtado, implícita neste texto. Assim, por exemplo, a explicação de Quijano da expansão da relação salarial na Europa, enquanto na América se introduzia a escravidão e a servidão, formando o conjunto, o novo sistema de controle do trabalho pelo capital mercantil, é perfeitamente compatível, a meu juízo, com a análise histórica de Furtado (1984) sobre a formação da cultura brasileira, principalmente se consideramos também o meu conceito de "acumulação primitiva do conhecimento" em seus dois sentidos. (BOLAÑO, 2000)

mento da produtividade média do trabalho, não se explica sem a organização eficiente e a combatividade historicamente demonstrada pelas massas trabalhadoras, de modo que,

> [...] na forma histórica que assumiu, o capitalismo industrial apresenta duas características relevantes: (a) grande concentração do poder econômico e (b) organização das massas assalariadas de elevada eficácia. A concentração do poder econômico, longe de levar à 'espoliação das massas', como parecera aos primeiros teóricos do capitalismo monopolista, tendeu a transformar-se em força estimuladora da acumulação mediante a redução dos riscos e da instabilidade. (FURTADO, 1978, p. 21)

Outra característica da civilização industrial é um aprofundamento do processo acumulativo, que leva a uma maior complexidade na **divisão do trabalho** social, em suas duas dimensões: **sincrônica** (entre os tipos de trabalho num dado momento) e **diacrônica** (entre as diferentes gerações de trabalhadores ao longo do tempo). "A acumulação é somente o vetor que permite, mediante a inovação, introduzir as modificações no sistema de produção e nas estruturas sociais que chamamos de **desenvolvimento**."[74] E volta ao tema da desumanização:

> Por outro lado, se a produção por trabalhador está aumentando, é porque a sociedade está se transformando para absorver um fluxo crescente de produtos finais. Desenvolvimento é, portanto, um processo de recriação das relações sociais que se apoia na acumulação. [...] Se a acumulação se transforma em um fim em si mesma (quando passa a constituir a base do sistema de dominação social), o processo de criação de novas relações sociais se transforma em

[74] Nesse sentido, "a **tecnologia** não é outra coisa senão o conjunto de transformações no sistema produtivo e nas relações sociais que têm na acumulação seu vetor." (FURTADO, 1978, p. 50)

> um simples meio para alcançá-la. A inexorabilidade do progresso levando à desumanização do indivíduo na civilização industrial é um desdobramento desse processo histórico. (FURTADO, 1978, p. 48)

O que ocorre nas sociedades que tiveram **acesso à modernização por via indireta**,[75] como é o caso da América Latina, é que, como vimos nos capítulos anteriores, o progresso tecnológico é introduzido via importação de bens de consumo pelas elites locais, com impactos em toda a organização da economia nacional, na organização do espaço e em todos os níveis de organização da cultura (material e espiritual), sem impacto imediato sobre os processos de produção e sem a instauração da dinâmica concentração (inovação) – desconcentração (difusão) que caracteriza o capitalismo europeu, conforme explicitado na análise da TPDE, no capítulo primeiro acima. À fase posterior de industrialização por substituição de importações corresponde "um importante papel na reprodução dos setores sociais que tiveram aceso, ainda que por via indireta, aos valores materiais da civilização industrial." (FURTADO, 1978, p. 49)

Há uma dependência, portanto, óbvia no caso das *maquiladoras*, ou das indústrias montadoras em que se dá uma divisão internacional do trabalho em que "os agentes locais têm apenas uma vaga ideia do que estão produzindo", mas inclusive quando se imagina que a indústria foi totalmente nacionalizada, "os agentes locais se integram em um equipamento estruturado no tempo e no espaço, cabendo as tarefas mais 'nobres' de fabricação dos equipamentos e de concepção destes e dos produtos finais a outros agentes localizados no exterior." (FURTADO, 1978, p. 49-50) Repõe-se, então, a dependência cultural que tende a ampliar-se e a reproduzir-se, na

[75] No livro em exame aparece a seguinte definição: "a assimilação indireta da civilização industrial consiste exatamente em financiar essas formas de acumulação, implícitas na 'modernização' dos estilos de vida, com um excedente extraído de exportações originárias de uma agricultura extensiva ou da alienação de recursos não renováveis." (FURTADO, 1978, p. 65)

medida em que a indústria nacional permanece estruturalmente vinculada a economias mais avançadas e em permanente expansão.

Isto se deve, vale repetir, ao fato de que o acesso indireto à civilização industrial "significou a introdução dessas transformações ao nível da demanda final (sob a forma de **modernização**)", (FURTADO, 1978, p. 49) o que exige que o aparato produtivo se adapte a essa demanda sofisticada, ou seja, a esse consumo conspícuo das velhas elites locais, modernizado por influência externa, sem relação com o sistema preexistente de forças produtivas e muito menos com as necessidades da maioria da população nacional, ou seja, sem transferir, como no caso clássico, o excedente para a produção, reestruturando o sistema de poder. Com o que, muitas das características de que se falou antes da civilização industrial europeia (democracia, aumento do poder de negociação das massas assalariadas etc.) não se reproduzem necessariamente por estas latitudes.

Não é possível, nos limites deste trabalho, entrar, para além do que já foi dito, na análise histórica da expansão da civilização industrial feita por Furtado ao longo do livro em exame. É pena, pois se trata da expressão mais acabada da operação do modelo do autor na interpretação do processo histórico, centrado no seu conceito de cultura, articulado nos três planos que Rodriguez enfatiza, mas veremos, no próximo capítulo, outro exemplo desse tipo de análise, aplicado ao caso brasileiro. Retomarei então também parte do capítulo sétimo do livro de 1978. Além dele, no que segue, desprezarei toda a interessante comparação entre Japão, União Soviética e América Latina, que aparece em diferentes capítulos, especialmente no terceiro, bem como todos os casos nacionais e a análise do sistema internacional do capítulo sexto, sobre a "dependência num mundo unificado", uma abordagem precoce da globalização, como a que é feita também nos seus outros trabalhos dos anos 1970, em que dedica boa parte do seu esforço ao estudo da internacionalização das empresas norte-americanas e, em especial, no *Mito do desenvolvimento* que, como vimos, avança numa perspectiva do capitalismo

como sistema planetário, ao explicitar o problema ecológico que começava a ganhar relevo naquele preciso momento.

Filosofia, ciência e arte

O último capítulo de *Criatividade e dependência* (*Em busca de uma visão global*) começa com a retomada da discussão sobre os dois sistemas de cultura, cuja articulação, da forma como se deu, definiu a especificidade da civilização europeia, como já visto acima, explicitando o fato de que ambos se confrontam, mas também se alimentam mutuamente, e as disparidades entre, por exemplo, uma Prússia onde, em pleno século XVIII, à burguesia era proibido o acesso à terra, e outras regiões do continente em que "a burguesia deixara de ser simples satélite do sistema tradicional de poder dois séculos antes." O autor explicita o caráter não determinista do processo, de modo que, por exemplo, a Reforma, que nas suas origens era um movimento de restauração dos valores tradicionais, ao romper a unidade religiosa num momento em que "outras forças estavam gerando tensões", acabou se tornando "fator de orientação do impulso criador e pôs em marcha uma formidável renovação cultural." (FURTADO, 1978, p. 154)

Da mesma forma, a assimilação da herança cultural grega – que, na sua versão aristotélica, servira para "reforçar a concepção hierárquica e autoritária do mundo" – pela irradiação da sua redescoberta, a partir de Veneza, numa ótica platônica, "assume as dimensões de uma revolução cultural", quando se passa a entender "a natureza como sistema dotado de uma estrutura racional, escrita em caracteres geométricos, segundo a expressão de Galileu." (FURTADO, 1978, p. 155) Com a passagem do empirismo ao formalismo, afirma, citando Koyré, as matemáticas passam de instrumento a matriz da física e "a mecânica passa a ser um ramo das

matemáticas." (FURTADO, 1978, p. 154)[76] A essência do fenômeno é que

> [...] a aplicação dos critérios de racionalidade à organização da produção não era outra coisa senão a quantificação de todos os ingredientes da produção, vale dizer, a redução do processo da produção a esquemas 'geometrizáveis' [...]. Desta forma, o núcleo central da estrutura social – a organização da produção – tendeu a ser moldado pelas técnicas do pensamento quantitativo [...]. O segmento da realidade social estruturado com base nos critérios de racionalidade tendeu a expandir-se, vendo-se nessa expansão a manifestação da Razão na História. (FURTADO, 1978, p. 154, p. 156)[77]

O principal a ressaltar neste ponto é, na linha das duas últimas notas de rodapé, que "**a visão do mundo a partir do qualitativo foi relegada ao plano da consciência pré-racional ou ingênua, ou foi desviada para a esfera não acumulativa da intuição artística**" (FURTADO, 1978, p. 154)

---

[76] Note-se, em favor da perspectiva que defendo, de aproximação entre Furtado e Sohn-Rethel (BOLAÑO, 2013), que este último também recorre a Koyré num capítulo sobre a ciência galileana, fazendo questão de afirmar que o considera "um dos mais ilustres expoentes da história da ciência considerada como história das ideias." (SOHN-RETHEL, 1989, p. 122 da edição espanhola de 1979) A referida subordinação da mecânica à matemática não é outra coisa senão o avanço da abstração que constitui o elemento central do processo estudado por Sohn-Rethel. Furtado (1978, p. 154-5), por sua vez, no texto em exame, falando sobre a recepção europeia de Arquimedes só na metade do século XVI e das "partes realmente originais do tratado das seções cônicas de Apolônio" só um século depois, interpreta o fato em chave materialista histórica, em termos que bem poderiam ser assinados pelo alemão: "certo: a simples descoberta desses textos não pode ser considerada causa suficiente da eclosão de conhecimentos que ocorre no século compreendido entre a atividade criadora de Galileu e a de Newton. Copérnico praticamente não conheceu os matemáticos gregos e seu trabalho não é mais do que uma reelaboração da informação já contida na obra de Ptolomeu. Mas na época de Copérnico já se haviam realizado as viagens de circunavegação e o interesse prático pelo conhecimento astronômico havia aumentado consideravelmente. Era natural, portanto, que alguém se desse conta de que as doutrinas que prevaleciam na época estavam entravando o avanço de um conhecimento que se fazia cada vez mais necessário."

[77] Trata-se, afinal, referendando o que se disse na nota anterior, sempre do problema da abstração/quantificação que está na base da mutação cultural iniciada já no século XII, como tive a oportunidade de confirmar, citando Crosby e Le Goff, ao lado de Sohn-Rethel e avançando para uma explicação própria da Terceira Revolução Industrial (BOLAÑO, 2002), já proposta em outros trabalhos (o primeiro deles, BOLAÑO, 1995).

e que "**a racionalidade instrumental instala-se no cerne da prática social.**[78] Este é o contexto que permitiria ao neoplatonismo galileano de revestir a forma de '**revolução científica**'."[79] A **revolução burguesa** é vista, assim, como "a implantação do tipo de dominação social conducente à mercantilização dos ingredientes da produção, vale dizer, à estruturação do processo da produção em função de critérios de racionalidade instrumental." (FURTADO, 1978, p. 154, 157) Estão imbricados, portanto, no mesmo processo, elementos de duas ordens, **conhecimento e poder**.

Em relação a este último, o "controle de terras e homens" é substituído pelo das técnicas "que asseguram a eficiência na organização da produção, como base da estrutura de poder." Na medida, por outro lado, em que setores fundamentais da organização social são regulados a partir de critérios de racionalidade, subordinando-se a normas não necessariamente evidentes para os implicados, "os fundamentos da legitimidade do sistema de dominação social se modificam, como observou Marx e depois Marcuse." A questão é posta logo adiante nos termos do conceito de poder econômico que

[78] É interessante notar que, para Furtado (1978, p. 157), "a difusão da racionalidade instrumental no tecido social (a *racionalização* a que se refere Weber) é menos decorrência da prática do intercâmbio e do uso da moeda – da extensão do 'mundo da mercadoria' – do que da subordinação do conjunto das relações sociais à acumulação." Fica a questão em aberto sobre uma possível contradição em relação aos termos de Sohn-Rethel, ao contrário do proposto nas duas notas anteriores, embora se tratem de questões bem diferentes. Enquanto o alemão está preocupado em mostrar que a abstração real precede a abstração no pensamento, de acordo com o princípio materialista fundamental (o ser social determina a consciência), Furtado, no trecho citado, faz uma crítica dirigida diretamente a Weber, que teria exagerado na ênfase ao intercâmbio e à moeda, dando margem a interpretações simplificadoras como a que ele atribui a Oscar Lange. Assim, "nas sociedades capitalistas de forte acumulação a *racionalização* avança bem mais rapidamente do que nas de acumulação lenta. Por outro lado, nas sociedades em que a civilização industrial penetrou por outra via que não o capitalismo – mas que se dotam de forte mecanismo de acumulação – o processo de *racionalização* apresenta-se com igual virulência".

[79] Em todo caso, é preciso lembrar que "o comportamento racional com respeito a um fim predeterminado é comum a todas as culturas porquanto decorre da prática do trabalho produtivo. Neste caso, as regras da lógica fluem naturalmente de uma comparação entre os fins propostos e os resultados obtidos. Desta forma, a técnica pode ser concebida como uma extensão do organismo humano: das mãos, dos braços, do cérebro." (FURTADO, 1978, p. 157)

conhecemos de Furtado: "a ascensão na estrutura de poder de grupos sociais, que estão em condições de impor à sociedade um forte ritmo de acumulação, será acompanhada da ampliação da área social submetida à racionalidade instrumental." Assim, "tudo se passou como se a prática social estivesse preparando o homem para assimilar a **visão abstrata do mundo** que correspondia aos novos conceitos da ciência galileana." (FURTADO, 1978, p. 158)

Mas só com Kant, um século depois de Newton, se daria a **ruptura epistemológica** em que

> [...] o conhecimento científico – mais precisamente a dinâmica newtoniana – assume postura de paradigma. Em torno dele desenvolve-se um duplo esforço: para dotar a metafísica de fundamentos *científicos* e para descobrir invariâncias nos processos sociais que permitam tratar a história com os métodos comprovados das ciências naturais. (FURTADO, 1978, p. 160)

Voltamos, assim, ao tema desenvolvido no capítulo segundo, da posição de Kant no pensamento de Furtado. O seguinte trecho poderia estar diretamente na sequência do nosso raciocínio naquela altura:

> Se, como pensava Kant, a razão prática prevalece sobre o entendimento e os imperativos morais são categorias *a priori*, o aperfeiçoamento das regras de convivência social não será outra coisa senão a plena realização das faculdades humanas. Entre essas faculdades do sujeito transcendental kantiano e a visão hegeliana da História como transformação do caos em ordem racional existe perfeita continuidade. Não obstante as duras críticas que faz ao racionalismo do século dezoito, o historicismo inscreve-se no mesmo quadro de busca de um ponto de apoio que desempenhe as funções dos antigos dogmas e ao mesmo tempo refira-se à razão. (FURTADO, 1978, p. 163)

Mas aqui a recepção de Kant e Hegel está mediada por Nietzsche, quem "percebeu essa continuidade, daí tê-lo considerado simples ilusão que afastava o homem da confrontação consigo mesmo", (FURTADO, 1978, p. 163) o que complica evidentemente o nosso trabalho. Alfredo Bosi, no prefácio à edição de 2008 de *Criatividade e dependência*, aponta convergências entre Furtado e a crítica da cultura da Escola de Frankfurt, "apesar das diferenças de linguagem". Assim,

> [...] o uso da expressão 'racionalidade instrumental' é sintomático dessa convergência com o estilo de pensar de Adorno, Horkheimer e Marcuse [...]. Entretanto, transparece no discurso de Furtado o sentimento de respeito profundo pelos grandes criadores da ciência moderna. (BOSI, 2008, p. 23-4)

Incorporando criticamente Marcuse e Habermas,

> [...] afirma que a contribuição da ciência moderna no processo de modernização induziu a uma interpretação que gerou uma explicação da natureza e da sociedade a partir das ciências naturais, quando a dessacralização da natureza e a secularização da sociedade foram consolidadas a partir de práticas sociais que refletiam as exigências da acumulação. (LIMA, 2008, p. 35)

Coincidindo com Bosi, prossegue Costa Lima (2008, p. 35): "Marcuse, por certo, radicaliza esta linhagem de pensamento, ao estabelecer o caráter ideológico à ciência e às tecnologias modernas. Nesta discussão, é mister observar que o perfil cartesiano de Furtado se sente mal." Não vou retomar aqui a discussão de fundo (secundária) de Furtado com os frankfurtianos, mas vale citar o seguinte trecho, polemizando com Marcuse, que apoia a posição tanto de Lima como de Bosi:

> [...] se a orientação da ciência e da técnica está historicamente condicionada, a ciência em si mesma e o essencial de suas aplicações já comprovadas pela experiência constituem uma ampliação da capacidade do homem para pensar e agir de validade permanente. (FURTADO, 2008, p. 159)

> No impasse, Furtado recorre a Nietzsche, que, segundo nosso economista, percebeu como poucos a contradição inerente à nossa civilização. A obra de Nietzsche é, sobretudo, preocupação com os valores, ou melhor, tenta redefinir os valores, num mundo em que estes valores se perderam e que se ordena em razão dos meios, do pragmatismo, do utilitarismo. Celso Furtado, neste ponto, desenvolve uma reflexão em torno do nascimento da tragédia, que tem sua percepção centrada nessa supremacia que acabou predominante na civilização ocidental, de **subordinar os meios aos fins. O culto à razão**, no apolíneo, é a **fonte da perda de sentido do homem moderno, que leva ao empobrecimento da vida** [...]. Neste ponto, o nosso economista busca resgatar as dimensões da liberdade e, sobremaneira, da criatividade, da responsabilidade diante da própria obra. (LIMA, 2008, p. 35-6)

A interpretação de Bosi (2008, p. 30) é semelhante:

> Não estranhe o leitor os trechos em que Celso Furtado se reporta ao pensamento de Nietzsche para conformar a sua proposta de libertação integral do homem contemporâneo. A sua aspiração pode ser assim formulada: que a atual submissão dos fins do ser humano aos meios seja revertida em prol de uma transmutação dos valores que regem a barbárie do consumismo de massas e a insensibilidade dos detentores do capital internacional.

E é verdade:

> A denúncia obstinada de todas as formas de moral, que prevalecem em nossa civilização, era em Nietzsche o reverso de um desesperado empenho em forçar o homem contemporâneo a assumir a própria liberdade, capacitando-se para auto-transformar-se. Desta forma, nele ligam-se as ideias de **liberdade** e de **criatividade.** (FURTADO, 1978, p. 162)

A economia de mercado, ao descentralizar as decisões e generalizar a competição, estimula a iniciativa e a inventividade individuais, gera um fluxo permanente de inovações e coloca "a serviço da satisfação das necessidades humanas a vontade de poder do homem: eis o projeto de ordem social subjacente à economia de mercado que alcançou plena maturidade no século dezenove." Para isso, subordina a criatividade à lógica dos meios, "pois o conceito de necessidade humana não possui significado preciso e é definido à conveniência desses meios. Dessa forma, **a liberdade assume o caráter de instrumento**." (FURTADO, 1978, p. 164) As consequências são de toda ordem: "a **criação científica** tende a subordinar-se às conveniências da **inovação tecnológica**", esta, à acumulação de capital e a própria arte responderá a essa lógica. Assim,

> Os **objetos de arte** ao serem inseridos no mercado adquirem um valor de troca que tende a prevalecer sobre sua mensagem intrínseca. A celebridade deixa de ser um meio de assegurar ao artista a comunicação com o mundo exterior para transformar-se em fonte de valor de troca para a sua obra. Sendo manipulada essa celebridade, o criador tem que submeter-se às regras de sua lógica. Regras que podem ser tirânicas, pois impõem a conformidade com estereótipos que facilitam a identificação do autor ou requerem um alucinante esforço renovador sem outra justificação que as exigências do *marketing*. (FURTADO, 1978, p. 164)

Aqui nos encontramos a meio caminho já entre Frankfurt e uma **Economia Política da Comunicação e da Cultura**. Na sequência, no entanto, embora a referência seja a Nietzsche, a perspectiva é totalmente frankfurtiana:

> A criatividade artística – expressão da liberdade em uma de suas formas mais nobres – transforma-se em instrumento de ativação do processo de acumulação. Neste contexto adquire inescapável significação a pergunta de Zaratrusta: liberdade para quê? Quanto mais avança a acumulação, mais o sistema necessita de criatividade e mais liberdade se subordina à lógica daquela, a qual exclui toda possibilidade de visão global. Não sendo possível entender o sistema globalmente, tampouco será possível alcançar uma efetiva consciência crítica, que corresponde ao exercício pleno da liberdade. (FURTADO, 1978, p. 164-5).[80]

Se "a criatividade com liberdade corresponde a um ato de afirmação pessoal que vincula moralmente quem cria a sua obra", tanto **na ciência como na técnica**, a atividade criadora se descaracterizou, "o que explica o estado de **desgarramento moral** de muitos cientistas contemporâneos. A incapacidade do homem de simplesmente entender o que criou constitui a manifestação mais dramática de sua **alienação**, no sentido de **perda de identidade**." (FURTADO, 1978, p. 164)[81] Dois exemplos são dados, um deles, o do grande *black-out* no estado de Nova York em 1965, tem uma relação direta

[80] "Essa situação de homens que são chamados a exercer uma liberdade de forma quase alucinante, mas que se sabem prisioneiros num labirinto borgiano, não é estranha à forma negativa – no sentido de excludente de percepção globalizante – de muito do que de mais relevante deu a arte deste século: da visão fragmentária de um Joyce à desarticulação da imagem dos cubistas e à percepção essencialmente analítica da massa sonora no dodecafonismo." (FURTADO, 1978, p. 165)

[81] É tentador, a partir daqui, retomar as questões referentes à problemática da **subsunção do trabalho intelectual**, que desenvolvi em diferentes ocasiões, pois o próprio Furtado sugere, ao falar de casos "terrificantes desse extravio, de obnubilação da consciência crítica", exemplo tomado do desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, que constituem o núcleo da minha hipótese. (BOLAÑO, 1995, 2002)

com a problemática atual da **economia política da internet**.[82] O outro é o dos riscos da tecnologia nuclear. Em ambos, trata-se de pôr em marcha um "processo de difusão de uma técnica que o homem ainda não controla completamente", numa situação em que, pelo fato de que a lógica da acumulação se sobrepõe a tudo, ele "tem consciência dos problemas engendrados pelas decisões que está tomando e de antemão se sabe incapaz de enfrentá-los. É livre para se ver na engrenagem, mas não suficientemente para dela escapar." (FURTADO, 1978, p. 166-167)

Poderiam **a ciência e a técnica** resolver os problemas que elas mesmas estão engendrando? Por trás dessa ideia, diz Furtado, "aponta a orelha da **ideologia do progresso**", que não difere em essência da ideologia do desenvolvimento.[83] O problema, para o autor,

[82] "Pelo fato de que os computadores *solucionam* certos problemas com velocidade infinitamente maior do que o homem seria capaz de fazê-lo, ocorre que, operando em sistemas que não são rigorosamente fechados, eles podem *criar* problemas que o homem não tem a possibilidade de *resolver* com a velocidade requerida para evitar uma escalada catastrófica de decisões em direção imprevista. Engrenagens constituídas de outras engrenagens acionando novas engrenagens[...]."(FURTADO, 1978, p. 165) Um problema fundamental tanto das redes telemáticas como do sistema financeiro, tal como eles acabaram por se configurar a partir daquele preciso momento em que o livro foi escrito. Mas já em seu livro de 1973, ao analisar as novas tendências da economia mundial, Furtado (1973, p. 61) se refere ao "avanço das **técnicas de manipulação da informação**" como viabilizadoras das necessidades renovadas de direção e controle da grande empresa capitalista que, apoiada no novo intervencionismo estatal, se organiza sob a forma de conglomerado, concentrado em nível funcional e geográfico, seguindo uma lógica basicamente financeira, de administração de uma diversificada carteira de investimentos que abarca os mais diversos mercados (da produção de helicópteros à criação de galinhas). Assim, "**a teoria da informação e os reursos da cibernética, apoiados no avanço da eletrônica**, tornaram possível a operação de centros de decisão, cuja eficácia tende a ampliar enormemente as possibilidades de concentração do poder econômico. Sem as novas técnicas de decisão, o processo de conglomeração, tanto no plano funcional como no geográfico, tenderia rapidamente a apresentar rendimentos decrescentes." Essa lógica financeira e de concentração, vinculada à expansão do grande capital oligopolista, que está na origem dos atuais desenvolvimentos, conhecidos da economia e da sociologia das redes, não se alterou, mas também foi amplamente obnubilada, para usar a expressão do autor, pelo fascínio que as tecnologias da informação e da comunicação, em processo de massificação, provocam, criando em muitos casos a tendência a enxergar exclusivamente o potencial contra-hegemônico que, de fato, toda tecnologia da comunicação possui.

[83] Já discutimos aqui, com certo detalhe, a crítica de Furtado (1978, p. 74) à noção de progresso e inclusive a ideia, repetida no capítulo cinco do livro em exame, de que "apoiada em uma teoria da história que obteve grande impacto ao preencher evidente lacuna das ciências

"não está propriamente na ciência e na tecnologia e sim na visão do mundo que domina uma civilização, contexto que condiciona a criatividade do homem." (FURTADO, 1978, p. 170) Sem entrar na discussão sobre epistemologia que se segue, vale citar a conclusão: "a revolução cognitiva que seria necessária para modificar num rumo positivo, no sentido de desalienante, a rota de nossa civilização, implicaria em restaurar o saber como um fim em si mesmo, em **restabelecer o primado da sabedoria sobre o do conhecimento.**" (FURTADO, 1978, p. 173)[84]

Política, ecologia e feminismo

Mas o próprio estranhamento do homem contemporâneo – que se expressa através do trabalho de artistas como Giorgio de Chirico, Fellini, Kafka, Hesse – indica que existe uma capacidade de reação. Nesse sentido, é preciso precaver-se em relação ao lado reverso do racionalismo: as "grandes vagas de idolatria que assinalam este século", quando, desorientado, o homem tende a sobrevalorizar a segurança, voltando-se submisso para o Estado (e aqui cita novamente Nietzsche), abdicando do "**único espaço em que na civilização**

---

sociais [...], a ideologia do 'socialismo científico' desempenhou papel da maior relevância na difusão da civilização industrial em áreas em que fora débil ou nulo o processo da revolução burguesa." Da mesma forma, "a ideia de desenvolvimento serviu para afiançar a consciência de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência." A "ideologia do desenvolvimento se distingue da do progresso por um economicismo mais estreito, inserido no quadro da dependência externa." Enquanto uma "foi o cimento de uma superideologia que injetou um fio de solidariedade entre grupos sociais que fatores econômicos objetivos de monta levavam a conflitar", a outra, "como *performance* internacional, apresenta-se dissociada das estruturas sociais, simples expressão que é de um pacto entre grupos internos e externos interessados em acelerar a acumulação. Portanto, tem um conteúdo estreitamente economicista."

[84] Na linha da crítica da metodologia científica, que "reduz a realidade ao que se pode exprimir mediante o número e a relação", lembra que "o conhecimento da realidade que nos proporciona a ciência não é mais do que uma fração do conhecimento possível", o que certamente aponta para um tema importante do atual debate epistemológico, como o das chamadas "epistemologias do sul." (SANTOS; MENESES, 2010)

industrial floresceu autêntica atividade criadora, que é a política." (FURTADO, 1978, p. 168)[85]

E é na política que Furtado deposita as suas esperanças, numa política de **rejeição radical das formas de vida criadas pela civilização industrial**, como foi o caso, na sua época, do movimento ludista, surgido entre os trabalhadores do norte da Inglaterra, submetidos ao duro regime de trabalho "das minas de carvão, da metalurgia, da indústria têxtil, da construção naval". Destruído por feroz repressão, foi suplantado pelo movimento operário surgido em Londres, "onde predominava a pequena indústria e o semiartesanato", que não formulava "uma crítica global ao sistema, limitando-se a reivindicar melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora: redução da jornada de trabalho, proteção de crianças e mulheres e outras medidas orientadas para a elevação do salário real", (FURTADO, 1978, p. 178) o que, sendo "inerente à dinâmica do capitalismo industrial", de que tratamos no capítulo primeiro, não poderia deixar de reforçar a lógica do sistema. Assim,

> Canalizadas as novas forças políticas para a luta pela elevação do salário real, estava eliminada a possibilidade de formação de uma consciência crítica, de uma visão global. A ascensão, dentro dos padrões estabelecidos pela lógica da acumulação, passava a refletir uma aspiração comum, um consenso por cima de todos os antagonismos. (FURTADO, 1978, p. 178-9)

A crítica radical tanto à ideologia do progresso aí implícita como ao "socialismo científico" poderia muito bem, por um lado, ser pen-

[85] A esse respeito é interessante a referência que o autor faz à invenção da **greve** e da sociedade anônima, considerando-as formas sociais que se configuram como invenção cultural num plano em que "é mais difícil estabelecer a linha demarcatória entre fins e meios. A invenção de novos tipos de associação entre os membros de uma sociedade e a institucionalização das relações (de cooperação ou conflituais) entre indivíduos são a expressão da capacidade criadora do homem em uma de suas formas mais nobres." A greve, em particular, é vista como uma "instituição *sui generis* que faz possível o uso controlado da violência fora do Estado." (FURTADO, 1978, p. 87)

sada nos termos de autores como Anibal Quijano, (2005, 2010) que vincula a problemática da colonialidade do poder e do saber com o sistema de controle global do trabalho, ou mesmo dos estudos chamados pós-coloniais e inclusive feministas, como Anne McClintock (2010), que mostra as profundas relações entre classe, raça e gênero na criação do regime de vigilância do sistema imperial da Inglaterra vitoriana.[86] Por outro lado, e é isto o que interessa ao autor no trabalho em exame, o exemplo do ludismo está posto justamente para explicitar a necessidade de superar o caráter unidimensional da luta puramente sindical, no sentido da construção de **um sistema global de cultura alternativo**. Furtado vê com especial simpatia o movimento ecologista. Assim, na sequência do último trecho citado, diz o autor:

> Foi contra esse consenso paralisante que surgiu o movimento ecologista, ao qual se deve atribuir uma significação mais do que simbólica. Ao reintroduzir na política a iniciativa das associações diretas, ele reivindica para o homem a pluridimensionalidade como ator político. Essa parece ser a última chance de conter a invasão do poder burocrático: reinjetar a consciência dos fins concernentes ao todo social nas motivações políticas do cidadão. (FURTADO, 1978, p. 179)

Há nesta asserção dois elementos importantes da preocupação de Furtado com a construção daquela alternativa global. Por um lado, a **crítica à burocratização**. O ressurgimento da **atividade política direta** pelas mãos do movimento ecologista "poderá ser o ponto de partida para a neutralização das forças que estão produzindo a burocratização da vida política nas sociedades industriais." Para o autor, "todo processo de concentração do poder engendra burocratização, que outra coisa não é senão a tomada de consciência do

[86] Explorei um pouco mais essa perspectiva de articulação entre Furtado e Quijano (2005) em Bolaño (2013). Para uma boa introdução aos estudos pós-coloniais, numa perspectiva latino-americana, ver Mellino (2008).

poder por aqueles que têm o controle dos instrumentos desse poder." (FURTADO, 1978, p. 176) O problema não é propriamente a existência da burocracia, mas "evitar que os instrumentos de um sistema de poder venham a comandar os seus fins."[87] Por outro lado, a questão ecológica explicita a **irracionalidade** intrínseca à racionalização característica da sociedade capitalista:

> Que os homens hajam tomado tanto tempo para perceber que a lógica do sistema capitalista – no qual a administração dos recursos não renováveis está subordinada a interesses privados – leva a um implacável empobrecimento da vida em um de seus aspectos fundamentais, que é o das relações do homem com a natureza, ficará como o maior **paradoxo de uma civilização que pretendeu ter na razão o seu princípio unificador.** (FURTADO, 1978)

O otimismo do autor em relação ao movimento ecologista vem do fato de que, "uma vez formada a consciência desse problema, tudo indica que ele tenda a ocupar posição de crescente relevo na vida política." E agrega:

> [...] é que por essa via se reintroduzem na cidade forças que de há muito dela haviam sido excluídas, e com elas as formas de associação direta que canalizam para a arena política **o máximo de iniciativa dos indivíduos**, ao mesmo tempo em que se reduzem ao mínimo o **risco de manipulação que engendra o tratamento técnico da informação**. (FURTADO, 1978)

[87] Segundo Furtado (1978, p. 176-7), poucas vezes na história esse dilema pode ser resolvido com êxito e cita o caso do mandarinato chinês, que combina "meritocracia com um código de honra inspirado em Confúcio no qual se incluía o princípio de não acumulação de bens. Essa combinação de mérito com abstenção de disputar o poder econômico numa sociedade não voltada para a acumulação produziu um sistema de controle social praticamente indestrutível." O autor cita ainda o caso do sistema de Mahomé II, conquistador de Constantinopla, que valeria comparar com a análise do sistema maometano feita por Bataille (1948), na obra citada aqui no capítulo segundo, ou com aquela de Darcy Ribeiro (1973), entre outros, também referidos acima, o que evidentemente está totalmente afastado dos objetivos deste trabalho.

O autor vê também a "tomada de consciência pelas mulheres da posição subalterna que lhes corresponde na sociedade industrial" como anunciadora de "possível metamorfose no processo político". Em suma, "como no caso da ecologia, **a problemática feminista** escapa à visão do mundo que se apoia apenas na consciência de classe." O problema da mulher é visto pelo autor, nos marcos da civilização industrial, como decorrência do fato de que o aumento da produtividade que acompanha a implantação da racionalidade instrumental e a acumulação, "longe de liberar tempo aos membros da sociedade para outras formas de atividade [,] traduz-se em ampliação de potencial de força de trabalho." (FURTADO, 1978, p. 54, 179, 180)

A incorporação da mão de obra feminina ao mercado de trabalho, na medida em que "o processo de reprodução da população continua a realizar-se essencialmente no âmbito [da] **família**", faz com que recaia sobre as mulheres um peso considerável, gerando tensão social. "O exíguo espaço da família reduzida, no qual se manifestam os efeitos de muitas dessas tensões, degrada-se como instrumento de transmissão da herança cultural e de relacionamento entre as gerações." (FURTADO, 1978, p. 180) Daqui poderíamos, mais uma vez, partir para a discussão, em Raymond Williams (1979), por exemplo, das transformações da família frente à expansão do capitalismo, ligadas à constituição, no século XX, da **Indústria Cultural** e, em especial, da TV de massa, a partir dos anos 1950. E Furtado segue, de fato, também, de alguma forma, por essa via, ao afirmar, em seguida, que a continuidade do processo de acumulação "requer permanente transformação dos estilos de vida, no sentido da diversificação e sofisticação." E segue:

> Daí que haja surgido toda uma panóplia de técnicas sociais visando condicionar a 'massa de consumidores', cujas 'necessidades' são programadas em função dos respectivos níveis de renda, idades, disponibilidade de tempo 'ocioso' etc. A discriminação de preços, que permite compartimentar o

> mercado em função da renda dos consumidores, corresponde de alguma forma a níveis diversos de custos reais, seja causado pelos maiores gastos de propaganda, de apresentação, de atendimento subsequente, seja também pelos maiores gastos em 'pesquisa e desenvolvimento' e pela produção em escala reduzida de artigos de 'prestígio'. (FURTADO, 1978, p. 55)

Estamos de pleno aqui, mais uma vez, na Economia Política da Comunicação e da Cultura:

> O produto vendido na rua do Faubourg-St.-Honoré ou na Quinta Avenida tem um custo social maior do que outro que satisfaz a mesma necessidade mas é apresentado num mercado de subúrbio. Por trás desse maior custo social existe um mais alto nível de acumulação. É perfeitamente claro que quando um produto 'sofisticado' se difunde já não será produzido em escala subótima, já não requererá tanta acumulação. Mas é a discriminação entre consumidores que permite ao sistema de incentivos alcançar sua máxima eficiência. (FURTADO, 1978, p. 55)

Os **fundamentos da crítica da Indústria Cultura**l, em sua relação com a chamada sociedade de consumo, articulando as estratégias de diferenciação da grande empresa capitalista com aquelas de distinção social e as de segmentação de públicos, pela mediação da publicidade, **que estão na base da EPC**, (BOLAÑO, 2000) aparecem claramente, ainda que não explicitamente, na sequência, num trecho de grande atualidade:

> Posto que o acesso aos produtos mais 'sofisticados' está restringido à minoria de alta renda, o processo de ascensão social tende a confundir-se com a subida na escala de diversificação do consumo. Mas, se a lógica da acumulação leva a deslocar toda a escala para cima, a passagem ao degrau superior tende a ser aparente. A reprodução das desigualdades

> é, portanto, a contraface do sistema de estímulos. O fluxo de inovações na esfera do consumo torna fictícia a ascensão social, mas a difusão de certas inovações permite que se diversifiquem os padrões de consumo da grande maioria da população. (FURTADO, 1978)

E conclui:

> A interdependência entre o sistema de estímulos, que opera ao nível dos indivíduos, e o fluxo de inovações, que estimula a acumulação, faz que a civilização industrial tenda implacavelmente a manter a sociedade estratificada em função de padrões de consumo. (FURTADO, 1978)

A análise segue, nas páginas seguintes, pela crítica aos sistemas de controle social via incentivos e pela crítica, mais uma vez, das ideologias do progresso e do desenvolvimento, até retornar àquela segunda fase da evolução do capitalismo europeu, em que, após o desmantelamento do quadro institucional anterior, a institucionalização dos conflitos sociais tende a reduzir as desigualdades. Embora isso seja certo, tendo havido, de fato, um deslocamento "para cima de toda a escala de posições sociais", os processos que acabo de citar farão com que a luta pela redução das desigualdades conduzisse "apenas a formas mais diversificadas de consumo". E mais: "**essa evolução do consumo é um subproduto do processo de reprodução das desigualdades sociais e exclui outras formas de elevação do nível de vida, concebíveis em função de outros projetos de transformação social**." (FURTADO, 1978, p. 58)

O movimento feminista, dizia, como o ecológico, faz parte da construção de um novo projeto de transformação social. "Tanto a desigualdade de remuneração com respeito aos homens, como o reconhecimento social do autosserviço (em grande parte ligado à reprodução da espécie) são problemas que concernem às **mulheres de todos os estratos sociais**", sendo o primeiro deles "similar ao da exploração das **minorias raciais**, ou de populações não socialmente

integradas, como os '**expatriados**' que atualmente formam uma parcela da força de trabalho em quase todos os países da Europa ocidental." (FURTADO, 1978, p. 180) Neste caso, o problema, para o autor, está no fato de que a igualdade das remunerações exige a igualdade de acesso e isso deve ser conquistado, pois "ninguém cede poder espontaneamente". Trata-se, enfim, de criar "novos recursos de poder para mudar uma relação de forças." (FURTADO, 1978, p. 180) Poderíamos certamente voltar aqui às chamadas políticas de discriminação afirmativa.

O segundo problema é mais de natureza social do que econômica. Furtado descarta por inverossímil a hipótese de reversão ao passado (da família patriarcal, podemos dizer, ainda que o autor não use a expressão neste ponto). A solução aventada passa pela "redução da carga que recai presentemente sobre os ombros das mulheres" pelo compartilhamento da produção dos autosserviços "dentro de um esquema mais amplo de divisão de trabalho no âmbito de comunidades cujos membros mantenham entre si algum vínculo pessoal significativo." Com isso, mulheres e homens poderão optar por "dividir o tempo e a atividade criadora entre autosserviços e serviços externos." Não basta remunerar a jornada de trabalho da mulher nas atividades domésticas, pois assim não se "modifica o fundo do problema, que é o da insuficiência do âmbito da família reduzida para o desempenho de certas funções." E conclui: "às crianças se deve dar a oportunidade de conviver efetivamente com pessoas que lhe dedicam afetividade, e isto somente é obtido dentro de um grupo social maior e multigeracional, à semelhança da família ampliada." (FURTADO, 1978, p. 181)

Arte, liberdade e emancipação

Aos dois temas apresentados no item anterior como "indícios de que as atividades políticas, antes confinadas a questões ancilares do processo de acumulação, começam a aflorar em outras plagas" an-

tecede uma discussão sobre a atividade artística. (FURTADO, 1978, p. 181) Os três temas são considerados por Furtado, como "pontos nevrálgicos" da civilização industrial, pois

> [...] estão em causa a alimentação da criatividade em sua área mais nobre, que é a atividade artística, as relações do homem com a natureza e o suporte social da espécie. Nos três casos os conflitos emergentes assumem a forma de rejeição das estruturas de enquadramento social, de afirmação da pessoa humana, de reinvenção da liberdade. Tudo se passa como se o homem houvesse desesperado de 'aperfeiçoar' as engrenagens que criou, de criticar a razão a partir da própria razão, de defender-se da técnica com mais técnica. E para mudar de rumo volta às próprias origens, retoma contato com suas dimensões secretas, assume a plena lucidez. E toma pé no fundamental, na essência do humano, que é a ânsia de ser livre. (FURTADO, 1978, p. 181)[88]

Preferi deixar para o final a questão da arte, por tomá-la em separado, pois ela retornará no próximo capítulo. Na verdade, o essencial já foi posto acima. O "frenesi criador" da sociedade industrial, em que "os homens são expostos, em uma fração de suas vidas, a mais inovações do que conhecera a humanidade em toda sua história anterior", exerce-se no espaço limitado da racionalidade formal, de modo que "a criação não cumulativa – por natureza mais dependente da consciência de valores finais – tendeu a minguar nesse contexto cultural condicionado por uma percepção fragmentária do homem." (FURTADO, 1978, p. 86) No campo da arte,

[88] O avanço da **religiosidade** é tratado pelo autor como um movimento contraditório: "transformada em abrigo protetor, a atividade religiosa assume a forma de diluição dos contornos da individualidade, de renúncia à liberdade. Mas, se iluminada por uma visão global do processo, ela pode contribuir para o reforçamento das linhas de defesa de um último reduto da liberdade, ali onde se pretende estreitar o espaço cultural em que se exerce a ação criadora do homem." (FURTADO, 1978, p. 170)

> **[...] a tendência de subordinar os fins aos meios levou a substituir a visão global ligada ao conceito de estilo pela percepção analítica que conduz ao conceito de linguagem**. Linguagens formalizadas em uma terminologia analítica transposta da matemática invadiram os manuais de composição musical. Uma concepção da pesquisa inspirada no reducionismo científico tendeu a ocupar espaço crescente nas academias de arte. Por outro lado, as criações artísticas de épocas anteriores foram isoladas de seu contexto, desvinculadas do espírito da época que as produziram, conforme as exigências dos processos de difusão comercial. (FURTADO, 1978, p. 86)[89]

Este último movimento, de isolamento das obras de arte antigas do seu contexto, para efeito comercial, está ligado, por sua vez, a mudanças nas formas de apropriação do excedente, facilitadas pela posse de um patrimônio. Assim, "a *valorização* de bens imóveis, de objetos de arte e muitas outras coisas artificialmente tornadas raras passa a ser um poderoso instrumento de drenagem do excedente social." E segue num sentido já apontado acima, em outro trecho: "um pintor antes desconhecido e que é promovido à celebridade verá os seus quadros subirem consideravelmente de valor de troca." (FURTADO, 1978, p. 98) E sintetiza, generalizando:

> Mais avança a acumulação e mais diversificado se faz o produto final, mais difícil é traduzir o produto social em componentes que podem ser referidos ao conceito de produtividade física do trabalho. A manipulação dos valores finais pelos grupos que mantêm o monopólio de certas formas de

[89] E segue: "quiçá haja sido o romantismo a última visão global do homem que emergiu no mundo ocidental. Essa visão projeta uma personalidade que corajosamente assume o próprio destino ao mesmo tempo que busca manter-se em harmonia com a natureza. Goethe, em sua *Ifigênia*, ao inverter o espírito da primeira Ifigênia de Eurípides e sobrepor a criatura humana às forças transcendentais do destino, fez de obra-prima do classicismo o vetor dessa nova imagem do homem que por um século definiria o rumo da criatividade artística na Europa. (FURTADO, 1978, p. 86-7)

> criatividade, ou simplesmente a propaganda comercial e/ou o controle patrimonial, pesa de forma crescente no processo de apropriação do excedente. Desta forma modifica-se a arena na qual operam as forças tradicionalmente responsáveis pela distribuição de renda. (FURTADO, 1978, p. 98)

O sistema de crédito, operando com base em garantias patrimoniais, acentua essa tendência, enquanto o fenômeno inflacionário torna a engrenagem "patrimônio-crédito-incremento do patrimônio" em um "poderoso instrumento de captação do excedente e concentração da riqueza." (FURTADO, 1978, p. 98) Aqui estamos frente a um problema essencial, sobre o qual se estabeleceu uma viva polêmica desde o momento da constituição da Economia Política da Comunicação, sem que se considerasse, até hoje, a contribuição de Furtado. (BOLAÑO, 2000) Não há espaço aqui para entrar na questão. Orgulho-me, em todo caso, da modesta contribuição deste trabalho em trazer à tona essas importantes páginas, precursoras da EPC brasileira. Certamente terei ocasião de voltar ao tema em outro contexto.

Bem mais adiante, o autor toma a criação artística como reveladora das rachaduras da civilização industrial. Vale seguir em detalhe o argumento:

> Em todas as culturas a arte constituiu uma linguagem privilegiada: a forma de transmissão de mensagens que alcançam a mais ampla gama da sensibilidade humana. A música e a poesia desempenharam papel fundamental no desenvolvimento da mente do homem, preparando-o para utilizar outros instrumentos, como a prosa e sistemas de símbolos que permitem o formalismo científico. Mediante as artes, a cultura é realimentada a partir da energia potencial contida no inconsciente coletivo, desempenhando o artista o papel de condensador dessa energia. (FURTADO, 1978, p. 174)

Não resisto a comentar que, em outro contexto, me referi à energia que se estabelece entre o artista e o seu público (BOLAÑO, 2000) como elemento crucial na subsunção do trabalho cultural e seus limites, tema fundamental do debate no interior da EPC em nível internacional. No meu caso, a questão faz parte de uma definição própria do conceito de mediação, de grande importância no campo da Comunicação, como se poderá notar em Bolaño (2013). Agora posso afirmar que coincido com Furtado nesse particular. O próprio Furtado (1978) emenda o raciocínio anterior com a seguinte observação:

> Como não perceber que na fase de ascensão do racionalismo (metade do século dezessete a fins do dezoito) essa arte por excelência apta para transmitir mensagens abstratas, que é a música, conheceu a sua época de ouro? As mensagens de J. S. Bach, por seu conteúdo essencialmente religioso, são pré-renascentistas, e pelo material melódico que utilizam, em sua reação protestante contra a tradição gregoriana, são de raízes populares. Mas em sua forma, nada se lhe pode comparar em pureza abstrata.

Mas o autor não avança além disso na discussão sobre a abstração, partindo diretamente para a questão-chave da EPC, sem nomeá-la, do trabalho artístico e cultural no século XX, em termos já postos acima em trecho anterior:

> A incorporação do objeto artístico e do artista ao processo de acumulação é demasiado evidente e já não requer elaboração suplementar: a notoriedade do artista é condição necessária para que suas obras alcancem um elevado valor de troca, e a posse de um objeto artístico de alto preço pretende exprimir o seu valor de uso. Como a influência do artista – a eficácia da mensagem que ele transmite – depende de seu prestígio, e este é inseparável do mecanismo do mercado, o

> impacto do artista na sociedade está estritamente canalizado. (FURTADO, 1978, p. 175)

Pouco adiante, afirma:

> A reação dos artistas a essa transformação do objeto artístico em algo transcendente, com uma significação em si mesmo independentemente de quem o vê, assumiu a forma de destruição das fronteiras da arte. Foi o aparecimento da *não -arte* com Dada. A arte pobre, a *arte mínima*, o *collage*, os *ready-made* de Marcel Duchamp são a manifestação de uma revolta contra a sacralização dos objetos de arte para fins de *marketing*. (FURTADO, 1978, p. 175)

E segue:

> Mas a reação não se fez esperar. Essa ampliação das fronteiras da arte também abria novas possibilidades ao negócio artístico, que agora cobria uma superfície muito mais ampla. Se 'arte é o que os artistas dizem que é arte', o que se necessita é de artistas de grande celebridade. A assinatura de um grande artista é suficiente para fazer surgir de qualquer coisa, objetos artísticos de alto valor de troca. (FURTADO, 1978, p. 175)

E mais:

> Mas alguns artistas, na ânsia de preservar sua autonomia criadora transferiram a luta para um outro plano. Foi o que fizeram uma Lygia Clark e um Keith Arnatt ao negarem totalmente o objeto e assumirem a arte em tanto que pessoa humana. O artista retoma, assim, a tradição do sábio antigo, do santo, que encarnavam a sua autêntica criação. Elimina-se a fronteira entre o criar artístico e o criar a vida. Abandonando o velho conceito de objeto único, nos diz Pierre Restany, o artista inventa uma nova linguagem. Ao mesmo

> tempo ele rompe uma peça mestra na engrenagem da civilização industrial. (FURTADO, 1978, p. 175)

A questão toda é bastante complexa e não há espaço para retomar aqui temas que tive a oportunidade de discutir com certo cuidado em outros momentos. Em todo caso, vale dizer que o ponto de partida de Furtado não é diferente daquele dos autores da Economia da Comunicação e da Cultura francesa, com a qual entrei em diálogo, sobretudo em Bolaño (2000), mas ele não se afasta da análise dos mercados de arte sem avançar sobre o tema da subsunção do trabalho cultural, ou da produção cultural industrializada, que, sem embargo, está presente de alguma forma em suas reflexões em trechos citados no item anterior, que qualifiquei como precursores da EPC brasileira, no que se refere ao nível macro de análise. No caso da análise micro destes últimos trechos, como o trabalho foi produzido em Paris pouco antes do aparecimento dos primeiros trabalhos da escola francesa, seria interessante levantar a hipótese de possíveis influências. Em ambos os casos, o problema é tratado a partir de considerações sobre a posição do artista individual na estrutura do sistema artístico, vinculado ao conceito burguês da obra de arte única.

À primeira vista, as críticas que tive a oportunidade de fazer à escola francesa, não obstante, não se aplicam a Furtado, pois ele se refere várias vezes à questão do valor de troca dos bens culturais, como vimos, sem em nenhum momento aventar a possibilidade de o valor desse bem ser determinado pela utilidade. Estabelece, isso sim, um elemento de notoriedade que atuaria sobre o valor de troca. Eu preferiria dizer sobre o preço do bem cultural, que se afasta assim do valor numa medida fundamental, devido à existência desse elemento de ordem especulativa a que se pode chamar "valor simbólico". A inclusão do problema, em nível macro, pelo autor, no campo da luta pela apropriação do excedente a partir de um patrimônio, é perfeitamente adequada à minha perspectiva.

No que se refere à problemática da subsunção do trabalho, Furtado se restringe a analisar a influência da expansão da forma mercadoria na percepção do artista individual e os impactos sobre a sua obra. Reconhece, à maneira dos franceses, a existência de uma "sacralização" da obra, mas não se refere ao conceito burguês de unicidade, ligando-a diretamente ao *marketing*, ou seja, podemos dizer, ao contexto histórico da Indústria Cultural. O seu interesse, em todo caso, é outro, a saber: detectar, no interior da produção artística não industrializada, a que se limita neste ponto, os indícios de um mal estar tendente a romper com o sistema de alienação, no sentido daquele sistema global de cultura alternativo de que se falou acima. Por isso, no último trecho citado, referenda a ideia de romper a fronteira entre o criar artístico e o criar a vida, abandonando o velho conceito de objeto único. E arremata:

> A arte que não se concretiza em *objeto* constitui a expressão de uma forma de liberdade pura. Assim, a dança autêntica foi sempre concebida como uma forma de liberdade corporal. **Em uma civilização em que tudo está submetido à lógica dos meios, pode haver mensagem mais revolucionária do que a ideia de fundir o criar com o viver?** (FURTADO, 1978, p. 177-8)

Estaríamos aqui diante de uma perspectiva de puro dispêndio de energia criativa sem finalidade, como a válvula de escape para dissipação da pressão acumulada, no sentido de Bataille anteriormente exposto? Não será esse o sentido da comparação entre esse tipo de atitude artística com aquele dos movimentos feminista e ecologista nos trechos há pouco citados? Do ponto de vista da teoria, esta parece ser, em todo caso, a solução mais radical apresentada por Furtado.

De volta à teoria do desenvolvimento

A *Pequena introdução ao desenvolvimento*, último dos grandes trabalhos acadêmicos da sua produtiva década de 1970, tem a estrutura de um manual, apresentando menor nível de profundidade e de interesse para os nossos propósitos aqui, embora seja um excelente material para complementação, em cursos de graduação, da leitura da TPDE, especialmente se acompanhado do livro de 1974. O capítulo quarto é especialmente interessante, pois se propõe a apresentar, resumidamente, os conceitos fundamentais da teoria do desenvolvimento: estrutura, forma, processo, inovação, progresso técnico, poder, criatividade... O ponto de interesse, para nós, é uma definição posta já no primeiro parágrafo da introdução do livro:

> [...] **a ideia de desenvolvimento** está no centro da visão do mundo que prevalece em nossa época. **Seu substrato é o processo de invenção cultural**. A partir dessa ideia, o homem é visto como um fator de transformação do mundo, portanto de afirmação de si mesmo, o que só é possível coletivamente. Na base de toda reflexão sobre o desenvolvimento "existe, explícita ou implicitamente, **uma teoria geral do homem**, uma antropologia filosófica. É à pobreza dessa teoria que se deve atribuir o frequente deslizamento para o reducionismo econômico e sociológico. (FURTADO, 1980, p. 177)

O autor considera **três dimensões do conceito de desenvolvimento**: "a do incremento da eficácia do sistema de produção, a da satisfação de necessidades elementares" – considerando a ambiguidade já discutida acima do conceito de necessidades humanas – "e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos." Na definição desta última dimensão, a mais ambígua, segundo o autor, se expressa claramente, mais uma vez, o conceito de **poder econômico**. Furtado (1980, p. 16) insiste em que a referida ambi-

guidade, ligada à divergência, entre os diferentes grupos sociais, sobre as aspirações de outros, faz com que a percepção dessa terceira dimensão como tal dependa de um discurso ideológico, de modo que "a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são inconcebíveis sem preparação ideológica."

A **questão ecológica** é retomada neste ponto, quando lembra que "o aumento da eficácia do sistema de produção [...] não é condição suficiente para que sejam melhor satisfeitas as necessidades elementares da população", havendo casos em que a introdução de técnicas sofisticadas leva à "degradação das condições de vida de uma massa populacional." (FURTADO, 1980, p. 17) E logo avança num tema de extrema atualidade hoje:

> A visão corrente do desenvolvimento pretende ignorar que a criação de valor, no sistema capitalista, envolve um custo maior do que aquele que figura nas contabilidades privada e pública. Não é demais assinalar que a *ação produtiva* do homem tem cada vez mais como contrapartida, processos naturais irreversíveis, tais como a degradação da energia, tendentes a aumentar a entropia do universo. O estímulo às técnicas apoiadas na utilização intensiva de energia, fruto da visão a curto prazo engendrada pela apropriação privada dos recursos não renováveis, agrava essa tendência, fazendo do processo econômico uma ação crescentemente predatória. (FURTADO, 1980, p. 17)[90]

[90] O problema da **entropia** é melhor explicitado por Furtado, em *O mito do desenvolvimento*, através de uma citação, em nota, de um trecho de uma conferência pronunciada em 1970, na Universidade do Alabama, por Georgescu-Roegen, "um dos poucos economistas que tem se preocupado seriamente com esse problema". Vale a pena reproduzir a citação: "Alguns economistas se têm referido ao fato de que o homem não tem capacidade para criar ou destruir matéria ou energia – verdade que decorre da primeira lei da termodinâmica. Contudo, nenhum dentre eles parece haver-se colocado a seguinte questão: 'em que então consiste um processo econômico?' [...] Consideremos o processo econômico como um todo e observemo-lo estritamente do ponto de vista físico. Vê-se de imediato que se trata de um processo parcial, circunscrito por uma fronteira através da qual matéria e energia são intercambiadas com o resto do universo material. A resposta à questão em que consiste esse processo é simples: ele nem produz nem consome matéria-energia; limita-se a absorver e a rejeitar matéria-energia de forma contínua. Podemos estar certos de que mesmo o mais

Voltando ao plano mais geral, o fato é que a criatividade ligada ao referido processo de invenção cultural pode ser exercida em duas direções: a da **técnica** ("criatividade com respeito aos meios", "deriva diretamente da ação") e a dos **valores**:

> Ora, a inovação também pode ocorrer na própria esfera dos fins que persegue o homem individual ou coletivamente. Neste caso o conceito de **eficiência** já não tem aplicação [...] [A] invenção ao nível daquilo que para o homem são os objetivos mesmos da vida deita raízes em todos os vãos da personalidade humana. Está ligada à visão interior que os seres humanos têm de si mesmos, visão que alimenta a criatividade artística, a meditação mística, a busca do conhecimento como um fim em si mesmo. (FURTADO, 1980, p. 44)

Voltando à introdução, "tem-se por evidente que o homem não está em equilíbrio com o meio: necessita transformá-lo para realizar-se individual ou coletivamente", (FURTADO, 1980, p. IX) o que o impede de adaptar-se simplesmente ao **tempo cosmológico**, "que pode ser apreendido globalmente com respeito ao passado como ao futuro", e está implícito nos modelos em que se baseia a "análise econômica corrente." (FURTADO, 1980, p. 42) Mas, se para apreender o comportamento do sistema solar em suas dimensões de passado e futuro bastam noções de estrutura e causalidade, "na apreensão da realidade social essas noções básicas são fundamentais, mas estão longe de ser suficientes", pois o homem é um agente ativo e seu comportamento envolve um elemento intencional que interfere sobre o contexto, colocando "as ciências sociais

---

ardoroso partidário da tese segundo a qual os recursos naturais nada têm que ver com a criação de valor concordará finalmente em que existe alguma diferença entre o que entra e o que sai do processo referido [...] Do ponto de vista da termodinâmica, a matéria-energia entra no processo econômico num estado de baixa entropia e sai dele num estado de alta entropia" (FURTADO, 1974, p. 17-18) Furtado cita ainda um livro do autor, de 1971 (*The entropy law and the economic process*, Cambridge, Mass). Desde então, esse debate avançou bastante. Pessoalmente, aprecio o livro de Elmar Altvater (1992) que, por certo, cita vários trabalhos de Georgescu-Roegen. Ver também Altvater (2010; 2011).

num **plano epistemológico irredutível ao das ciências da natureza**." (FURTADO, 1980, p. 43)

Ora,

> [...] **é a inovação na esfera dos fins que nos impede de apreender a realidade social com base no conceito de tempo cosmológico**. A morfogênese social traduz, por um lado, a invenção de novos valores substantivos e, por outro, a ampliação do horizonte de possibilidades com respeito a valores já conhecidos trazida pelo avanço das técnicas. (FURTADO, 1980, p. 44-5)

A inovação no plano da cultura espiritual, portanto, está no centro da problemática do desenvolvimento (ou da mudança social), pois é ela que "engendra a descontinuidade entre futuro e passado." (FURTADO, 1980, p. 43, 45) Assim,

> [...] os fins que perseguem o homem estruturam-se em um **sistema de valores**, o qual dá coerência às distintas formas de ação. A experiência religiosa, como a estética, são fins em si mesmas. Para alcançá-las o homem inventa miríades de meios que devem ser compatibilizados. A invenção de um novo estilo de pintura como o impressionismo abre um novo campo à experiência estética, o que pode ser assimilado a uma ampliação das possibilidades humanas. Cresce, assim, o espaço dentro do qual se estruturam as distintas formas de atividade, **inclusive as econômicas**. (FURTADO, 1980, p. 45)

Mas a atividade criadora no plano dos valores não é fruto do simples acaso, senão que está determinada pela estrutura do sistema de dominação: "a atividade econômica não se organiza a partir de um quadro de *necessidades humanas* previamente identificadas e objetivamente ponderadas, como supunham os clássicos." Assim, "a atividade inventiva implica necessariamente em **heterogeneidade**,

pois é fruto da intenção de modificar o que existe. E são aqueles que exercem **poder** que mais possibilidades têm de exercer essa opção." As **técnicas** de que o homem se vale para aumentar a eficácia das suas ações, por outro lado, tanto se incorporam diretamente ao homem quanto aos instrumentos e só podem ser transmitidas através da **acumulação**, entendida esta, numa primeira aproximação, como "resultado de toda decisão relacionada com o uso do fruto do trabalho, na qual se privilegia o futuro com respeito ao presente." Em outros termos, "o esforço acumulativo que realiza a sociedade tanto assume a forma de **aperfeiçoamento do homem** (neste caso considerado como meio, ou recurso produtivo), como de **aparelhamento desse mesmo homem**." (FURTADO, 1980, p. 46-47)

Se se limita à **difusão de técnicas** já conhecidas e comprovadas, o desenvolvimento se confunde com a acumulação. Mas circunscrever o estudo do desenvolvimento à acumulação é perder de vista que as técnicas não são outra coisa que formas de comportamento cuja racionalidade não é independente dos fins preestabelecidos. A substituição do cavalo pelo automóvel não é apenas uma evolução do sistema de transportes: é a transformação de um **estilo de vida**. Falar de difusão ou transmissão de tecnologia é, portanto, um eufemismo, pois o que se está difundindo nesse caso é uma forma de viver, o que implica na desarticulação do sistema de valores preexistente na sociedade receptora das novas técnicas. A redução do desenvolvimento à acumulação ao nível das forças produtivas mascara as relações de poder presentes na difusão da civilização industrial, ocultando "a existência de modos de desenvolvimento hegemônicos que monopolizam a inventividade ao nível dos fins em benefício de certos países." (FURTADO, 1980, p. 47)

Assim, é preciso ampliar o conceito de acumulação, entendendo-a na sua relação com o horizonte de opções que abre à coletividade, ao liberar capacidade de trabalho no futuro (através de um estoque de víveres, por exemplo) para usos alternativos tão díspares como a guerra, a construção de templos, reuniões de comensais, ou o de-

senvolvimento das forças produtivas. "Assim, a acumulação é condição necessária mas não suficiente para obter o desenvolvimento das forças produtivas", sendo necessário também "um prévio esforço de invenção ou acesso a novas técnicas alhures inventadas. Portanto, o desenvolvimento é sempre tributário de uma atividade criadora." (FURTADO, 1980, p. 47)

A partir daí, o autor deriva para a teoria do excedente, na mesma linha, tal como anunciara na introdução do *Prefácio*, estudado aqui no capítulo anterior. No capítulo cinco, segue nessa linha, retomando o conceito de acumulação, naquele sentido amplo que Mallorquin (2005) não consegue aceitar, entendendo-a, a um tempo, como "cimento da estratificação social e da legitimação do sistema de poder" e como "vetor do progresso técnico." (FURTADO, 1980, p. 51) Ocorre que o capitalismo

> [...] é certamente o primeiro caso de uma sociedade em que a **racionalidade instrumental** constitui ela mesma fonte de legitimidade do sistema de poder e em que a inventividade com respeito aos aspectos operativos da vida social impõem-se sobre todas as outras formas de criatividade. (FURTADO, 1980, p. 52-3)

Logo em seguida esclarece a sua compreensão da acumulação fora do sistema produtivo, de forma, a meu ver, claríssima, ao definir os dois eixos do processo acumulativo:

a. O desenvolvimento das forças produtivas: o aumento da capacidade do sistema de produção concebido em sentido amplo, incluída a sua infraestrutura física e a capacidade humana de operá-lo;

b. A acumulação fora do sistema de produção: na infraestrutura urbana e residencial, nos bens de consumo duráveis, nos monumentos, templos e casas de diversões, nos sistemas de

> segurança, no desenvolvimento da capacidade humana não ligada às atividades produtivas. (FURTADO, 1980, p. 54)

A primeira forma de acumulação corresponde à racionalidade instrumental, a segunda, à lógica dos fins. Vale explicitar ainda a ideia de "acumulação feita nas pessoas", que se destina,

> [...] basicamente, a aperfeiçoar o 'fator humano', portanto, a aumentar a capacidade produtiva do sistema. Contudo, existe uma acumulação no homem que se insere no custo de reprodução da população, como é o caso da educação primária, e outra que decorre do desejo dos indivíduos de desfrutar da cultura como um fim. Este último caso é que se tem em vista, (FURTADO, 1980, p. 54)

diz ele em nota inserida ao final da descrição da segunda forma. É possível, sem dúvida, discordar do todo ou de partes da ideia, mas não há como negar a clareza do argumento, com base no qual o autor realizará em seguida um exercício de modelização, ao gosto dos economistas, que não nos interessa aqui.[91]

Mas é importante observar, na relação que o autor faz, ao final do capítulo cinco, dos agentes que "disputam a apropriação do excedente mediante o controle [direto ou indireto] dos meios de produção", visando não simplesmente maximizar o lucro, ou outros objetivos abstratos comumente definidos pela análise econômica corrente, mas "apropriar-se de parte do excedente social com vistas a ter acesso a posições de privilégio na estrutura de poder ou na

[91] Aliás, estamos tratando de um livro que toma como base o modelo teórico do *Prefácio* e o submete "ao teste da aplicação à problemática do desenvolvimento econômico", porque ela "interessa presentemente aos estudiosos de todas as ciências sociais e da história." (FURTADO, 1980, p. XI) Segue procurando, portanto, uma linguagem comum, mas deixa claro que se trata de um complemento à TPDE, complemento "interdisciplinar", diz o subtítulo da primeira edição, corrigido, posteriormente, para "histórico-estrutural". Seja como for, a bibliografia, como se depreende da leitura do capítulo terceiro, é muito mais centrada no campo da economia, como na TPDE, do que nos outros trabalhos aqui analisados.

escala de bem estar", (FURTADO, 1980, p. 66) ou seja, na relação dos agentes hegemônicos assim definidos, o seguinte:

> [...] a luta pela apropriação do excedente é, em sua origem, um esforço de implantação de certo sistema de dominação social e, em seguida, um empenho para preservar o controle das instituições que asseguram a estabilidade da estrutura social, particularmente, o Estado, a Igreja, os partidos políticos, os ***mass media***. (FURTADO, 1980, p. 66)

Mais adiante, de volta ao tema das duas formas gerais de apropriação do excedente, aponta a questão do **controle da informação** como insumo de poder: "todo intercâmbio pressupõe um fluxo de informação, cujo controle [...] rompe a simetria da relação. Mas neste caso a apropriação do excedente envolve um elemento de autoridade." (FURTADO, 1980, p. 73) Se tomarmos conjuntamente esta questão e a do parágrafo anterior, poderemos ter uma ideia da dimensão do problema que se apresenta, para além de tudo o que já foi apontado antes, para uma Economia Política da Comunicação e da Cultura. Infelizmente, salvo melhor juízo, Furtado não avançou mais por essa via, ainda que a sua contribuição em geral seja perfeitamente compatível com ela.

CULTURA BRASILEIRA, POLÍTICA E ECONOMIA

Conforme adiantei na introdução, trabalharei aqui, em primeiro lugar, com uma série de textos que, embora formem parte de três coletâneas publicadas em três décadas diferentes, (FURTADO, 1984, 1999, 2012) são todos, como também o capítulo VII de Furtado (1978), de que também tratarei aqui, do período que vai da segunda metade dos anos 1970 à primeira dos 1980, pouco antes da nomeação de Furtado a Ministro da Cultura. Por comodidade, apenas nestes casos utilizarei como referência as datas de publicação das coletâneas e não as dos textos originais, mesmo porque algum ficou inédito até recentemente. Eu já havia analisado os dois ensaios de interesse da primeira dessas coletâneas, especialmente o primeiro, num item – que tomei como espinha dorsal das duas primeiras partes deste capítulo – de um trabalho mais extenso sobre comunicação, cultura e desenvolvimento. (BOLAÑO, 2010) Além da problemática da formação da cultura brasileira, serão tratadas questões de interesse mais direto da economia política da comunicação e da cultura, como o das tecnologias da informação e da comunicação, ou as especificidades econômicas dos bens culturais.

Formação da cultura brasileira

Segundo Furtado (1978, p. 137), a reflexão sobre as raízes da cultura brasileira deve partir da especificidade de Portugal no contexto do século XVI, um momento de intensa criatividade cultural na Europa, onde dois poderosos impulsos convergentes formarão "o ponto de partida da ascensão de uma cultura – a européia – a uma posição dominante mundial": o aprofundamento do horizonte de conhecimentos e a expansão do espaço geográfico.

> O primeiro tem como ponto de partida uma nova leitura da cultura clássica e conduz à secularização da vida civil, ao neoplatonismo galileano, que identifica o mundo exterior como estruturas racionais traduzíveis em linguagem matemática, à legitimação do Poder pela eficiência, finalmente à ampliação do espaço em que se pensa o homem. Essa autêntica revolução cultural, que irradia da Itália, abarca todas as manifestações da criatividade, estendendo-se dos estudos de anatomia, com Vessalius, aos de arquitetura, com Bramante. (FURTADO, 1984, p. 18)

Essa expansão progressiva do pensamento racional sustenta-se, segundo o autor, no desenvolvimento, nos dois séculos anteriores, da economia de mercado, "em detrimento das formas feudais de organização econômica e social. O cálculo econômico, que transforma a natureza e o próprio homem em fatores de produção, reforçava a visão racional do mundo exterior e era por esta legitimado." (FURTADO, 1978, p. 18)

> A segunda manifestação cultural de grande poder germinativo assume a forma de avanço da fronteira geográfica mediante a abertura de linhas de navegação intercontinentais. Por esse meio, amplia-se consideravelmente a base do processo de acumulação na Europa e estabelecem-se de forma permanente contatos entre as grandes civilizações contemporâneas

> do Ocidente e do Oriente. O foco de onde parte esse segundo vetor conducente à mundialização da civilização europeia é Portugal. (FURTADO, 1978, p. 18)

Esse avanço de Portugal representa, para o autor, uma "extraordinária **antecipação da modernidade**", na medida em que foi fruto de um projeto de grande magnitude, comandado pelo Estado, que exigia

> [...] um esforço coordenado em múltiplas frentes, pois se tratava de, ao mesmo tempo, desenvolver a técnica de construção de barcos para a navegação de longo curso, formar navegantes e outros especialistas, elaborar técnicas de navegação de alto-mar, acumular conhecimentos cartográficos, abrir novas rotas marítimas e terrestres. (FURTADO, 1978, p. 19)

A ameaça de unificação da Península Ibérica sob o comando de Castela ensejou uma "aliança precoce" entre a monarquia portuguesa e a burguesia de Lisboa que permitiria a consecução desse primeiro ambicioso projeto europeu de expansão comercial "cuja execução só poderia ser assegurada por homens de espírito mercantil." (FURTADO, 1978, p. 135) O autor destaca a figura do infante Dom Henrique que,

> [...] no meio século que antecedeu a sua morte em 1460 [...] dedicou-se exclusivamente a essa tarefa de preparar a exploração do desconhecido, criando para Portugal uma razão de ser na história grande da Europa [...]. A Dom Henrique se aplicam as palavras que Alexandre Koyré utilizou para traçar o perfil de Leonardo da Vinci, em quem se define o espírito do Renascimento: um homem da *práxis*, construtor de instrumentos, para quem o conhecimento não era objeto de contemplação e sim instrumento de ação. (FURTADO, 1978, p. 135)

Na Escola de Sagres, por ele criada,

> [...] emerge um novo espírito orientado para a ideia de *tecnologia*: trata-se de fundar em conhecimentos empíricos adrede recolhidos e criticados à luz da ciência da época, um projeto de ação em grande escala. A preocupação em ampliar os conhecimentos geográficos e em aperfeiçoar e criar instrumentos visando a uma maior eficácia na ação prefigura a mentalidade de engenheiro que é uma das marcas dos tempos modernos. Já no decênio seguinte à morte de Dom Henrique, um representante da burguesia de Lisboa assume a responsabilidade de financiar expedições, ao mesmo tempo que tinha início a exploração comercial da costa africana recém descoberta. Antes de terminado o século, os portugueses haviam estabelecido de forma operacional contacto transoceânico com a Ásia oriental, abrindo uma fase de expansão comercial sem par na história anterior da Europa. A chegada de Colombo, à frente de navios castelhanos, às supostas Índias ocidentais, situa-se nesse mesmo quadro de expansão transoceânica que fora concebido na primeira metade do século quinze, em Sagres. (FURTADO, 1978, p. 135)

A convergência da expansão do conhecimento realizada nesse contexto, em Portugal, com a revolução que vinha ocorrendo na Itália, consistindo "na incorporação ao universo intelectual, no curso de umas poucas gerações, da parte essencial do estupendo conhecimento que havia produzido a cultura grega clássica", (FURTADO, 1978, p. 136) já referida acima, é exemplificada pelo autor com o caso do avanço da cartografia na primeira metade do século XVI:

> Os portugueses da Escola de Sagres não chegaram a conhecer a Geografia de Ptolomeu; contudo, os conhecimentos que iam acumulando começaram a influenciar os cartógrafos italianos a partir da metade do século quinze. Assim, ao difundir-se a obra de Ptolomeu, a reflexão que ela suscita

> beneficia-se da visão mais rica do planeta que estava irradiando de Sagres. A significação dessa confluência de conhecimentos para suscitar novas hipóteses no espírito de homens como Colombo não é difícil de perceber. (FURTADO, 1978, p. 137)

> A cultura brasileira é um dos múltiplos frutos desse processo de mutação que assume a forma de desdobramento da cultura europeia a partir do início do século XVI. Mas tem de particular o haver emergido diretamente de um dos polos do duplo processo germinativo, (FURTADO, 2012, p. 35)

ou seja, daquele processo de articulação entre o Estado e o capital comercial português – que, segundo o autor, prefigura de algum modo também a solução inglesa e holandesa das companhias comerciais, instituições de direito privado que exercem funções públicas,[92] presente também na ocupação, defesa e exploração da América portuguesa. A "permanente preocupação em preservar e ampliar o patrimônio territorial, a despeito dos altos custos incorridos na defesa de vastas áreas sem perspectiva de valia econômica", (FURTADO, 1984, p. 19) se materializará na construção de um sistema de exploração exemplar, baseado em empresas agrícolas voltadas para a exportação, um dos braços do Sistema Atlântico que, articulando África, Europa e América, sob o domínio do grande capital comercial, beneficiário do tráfico negreiro, constituirá uma potente alavanca da acumulação primitiva no Velho Continente,

[92] "O monopólio do comércio das Índias exercido pelo Estado não refletia uma concepção burocrática da organização econômica; todas as pessoas que dele participavam, mesmo em tarefas humildes, beneficiavam-se de seus lucros. O seu objetivo central era o mesmo da grande empresa moderna que, conhecendo perfeitamente os seus mercados, pratica a administração de preços, condição indispensável ao planejamento a médio e longo prazo [...]. A *Corporation*, que no século seguinte será o grande instrumento da expansão comercial de holandeses e ingleses, é uma entidade concebida para desempenhar funções similares às que vinha cumprindo a Coroa portuguesa no comércio transoceânico." (FURTADO, 1978, p. 139)

da qual se beneficiará, finalmente, a Inglaterra da Primeira Revolução Industrial. (NOVAIS, 1979)

Nesse processo, a evolução do mercado de açúcar, segundo Furtado (1978, p. 141), é também "ilustrativa da interação de forças que levaram à dinamização econômica do período", desde a sua produção tradicional na área do Mediterrâneo, especialmente em Chipre, passando pela experiência da Ilha da Madeira, a meados do século XV, baseada em "técnica e soca de cana importadas da Sicília", que enfrentou dificuldades de comercialização. "O fato de que uns poucos decênios depois se inicie a produção no Brasil, em escala muito maior e a uma distância que implicava custos de transporte muito superiores, constitui clara indicação de que ocorrera uma mutação no sistema de comercialização." Todo o esquema receberá apoio financeiro dos holandeses, que instalam em Amsterdã "a grande indústria da refinação do açúcar que abastecerá praticamente todo o mercado europeu até meados do século dezessete." Assim, a oferta encontra a sua demanda e o açúcar passa a competir com a pimenta como principal produto de comércio marítimo. O resultado é espetacular:

> A abertura das novas linhas de comércio e a formação de vultoso potencial de meios de pagamento de aceitação geral são fatores de grande importância. Contudo, foi o aproveitamento desse novo horizonte de possibilidades pela burguesia atlântica, principalmente a dos Países Baixos, que então deslocava os italianos da posição hegemônica, que conduziu a uma mudança no curso geral da história europeia. O processo de ascensão da burguesia na estrutura de poder, que fora interrompido século e meio antes, podia agora retomar a partir de uma plataforma mais alta. (FURTADO, 1978, p. 142-3)

Conhecemos a história: entre o tráfico negreiro, a exploração do ouro americano pela Espanha, a expansão do comércio do açúcar

brasileiro, define-se a "hegemonia política, ao mesmo tempo que os critérios mercantis começam a impor-se ao nível da organização da produção." (FURTADO, 1978, p. 142) O Brasil é peça fundamental de todo o esquema. Aqui se instala a tecnologia mais avançada de produção e comercialização do açúcar, garantindo um monopólio que só será rompido depois que os holandeses, expulsos do Nordeste brasileiro, instalam-se nas Antilhas, com seu capital e o conhecimento de que agora dispunham. O fato é que

> [...] nos albores de nossa história, no século XVI, ocupávamos posição de vanguarda na tecnologia e desfrutávamos de um nível de vida dos mais altos da época. Foi a longa decadência da economia açucareira pela metade do século XVII, que produziu as rígidas estruturas sociais do Nordeste, esse caso extremo de subdesenvolvimento das Américas. (FURTADO, 2012, p. 32)

Dois elementos são fundamentais na **caracterização da cultura brasileira**, nessas condições, segundo Furtado. Por um lado, a constituição do povo brasileiro será extremamente **assimétrica**, tendo em vista que o elemento português não apenas partira de uma importante superioridade técnica, mas, sobretudo, durante todo o período colonial, foi o único que

> [...] continuou a alimentar-se de suas fontes culturais européias. Enquanto isso, os aborígenes e os africanos haviam sido isolados de suas matrizes culturais respectivas e, ao serem posteriormente privados das próprias línguas, perdiam o senso da identidade cultural. (FURTADO, 1984, p. 20)

Por outro lado, "as atividades mercantis, que comandavam todo o processo econômico, permaneceram mediatizadas por agentes metropolitanos", impedindo a formação de uma classe comerciante local capaz de disputar o poder, como ocorreria na América espanhola, onde "emergiu, na época colonial, uma burguesia mercantil,

que estará na origem dos movimentos independentistas que se manifestam em Buenos Aires, Caracas e México em 1810." No Brasil, ao contrário, a própria independência, em 1822, "foi obra de homens, como José Bonifácio de Andrada e Silva, com larga experiência no exercício de funções dentro do Estado português", enquanto as atividades comerciais de maior vulto seguiram em mãos de comerciantes portugueses. Assim,

> [...] na ausência de uma classe mercantil poderosa, tudo dependia do Estado e da Igreja. A criação cultural reflete a preeminência dessas instituições [...]. O quadro histórico em que se forma o Brasil [...] **congela o processo cultural no universo europeu pré-humanismo**.
>
> Durante os três séculos do período colonial desenvolveu-se no Brasil uma cultura que sendo portuguesa em sua temática e estilo, incorpora não apenas motivos locais, mas também valores das culturas dominadas. É na arquitetura e na escultura que se expressa a força maior dessa cultura, o que não deve surpreender posto que o Estado e a Igreja ocupam na sociedade espaço similar ao que haviam ocupado nas sociedades europeias pré-renascentes. (FURTADO, 2012, p. 37)

"Daí que se haja dito com razão ser o Aleijadinho, esse artesão e santeiro, o último grande gênio da Idade Média."[93] O resultado é dramático: "a extraordinária *performance* do processo cultural brasileiro nesse período teve, como contrapartida, **crescente distanciamento de uma Europa em rápida transformação cultural**", (FURTADO, 1984, p. 20-21) onde a eclosão do humanismo "abre um

[93] Em outros termos, "o ciclo barroco brasileiro constitui quiçá a última síntese cultural no espírito da Europa pré-Renascimento. Sua temática e seu poder morfogenético derivam da mesma visão do mundo que nutriu os pintores flamencos do Quatrocentos e da primeira metade do Quinhentos. Com o Renascimento dissolve-se a síntese cultural que encontrara nos círculos concêntricos de Dante sua expressão mais pura. A eclosão do humanismo abre um processo criativo que somente cristalizará em uma nova síntese com o romantismo." (FURTADO, 2012, p. 37)

processo criativo multifacetado, que virá a produzir uma nova visão global do homem conhecida como romantismo." (FURTADO, 1999, p. 62)[94]

A Europa da Revolução Industrial, ao promover um brutal aumento da produtividade do trabalho, intensifica a acumulação e aumenta o nível e a diversificação do consumo, ao mesmo tempo em que a nova divisão internacional do trabalho permite a um país especializado em produção agrícola para exportação "**acesso à moderna tecnologia sob a forma de produtos de consumo**, sem ter que investir para elevar a produtividade física do trabalho." (FURTADO, 1984, p. 22) A **assimetria cultural** da sociedade brasileira, numa situação de expansão da demanda internacional que garantia "vantagens comparativas estáticas criadas pela especialização", facilitava a importação de bens sofisticados por parte de **uma elite cada vez mais identificada com os valores externos**. É isto o que explica "a ruptura cultural brasileira pós-barroco." (FURTADO, 2012, p. 38)

Esse **comportamento imitativo** das elites nacionais, decorrente da adesão à "modernização dependente" terá como corolário a **redução da cultura do povo brasileiro a "uma referência negativa**, símbolo do atraso, atribuindo-se significado nulo à sua herança cultural não européia e recusando-se valia à sua criatividade artística." (FURTADO, 1984, p. 23) Em suma,

> [...] a modernização dependente fez que a **ruptura da síntese barroca** conduzisse a padrões de comportamento imitativos, a um crescente bovarismo e não a [um] novo processo cultural criativo, à diferença do ocorrido na Europa com a

[94] Trata-se do mesmo texto que venho trabalhando como eixo deste item, apenas preferi, neste caso, a versão revisada de *O longo amanhecer.* A versão do livro de 1984 é mais parecida com a do trecho citado na nota anterior. E segue: "o dinamismo desse novo quadro cultural reflete o fundo móvel de uma sociedade competitiva, onde a criatividade tecnológica é um dos principais recursos de poder." (FURTADO, 1984, p. 21; 1999, p. 62)

> passagem da visão de mundo medieval para o humanismo. (FURTADO, 1984, p. 23)

O surpreendente é que

> **desprezado pelas elites, o povo continua seu processo formativo com considerável autonomia**, o que permitirá que as raízes não européias de sua cultura se consolidem e que sua força criativa se expanda menos inibida, em face da cultura da classe dominante. A **diferenciação regional** do Brasil deve-se essencialmente à autonomia criativa da cultura de raízes populares. (FURATDO, 1984, p. 23)

No século XX, o "traço mais saliente do processo cultural brasileiro" será justamente "a descoberta, casual ou buscada, do país real pelas elites." (FURATDO, 1984, p. 23) Um aspecto fundamental da encruzilhada em que se encontrava o país em meados dos anos 1980, quando o texto foi escrito, e que não se alteraram em essência até hoje, ainda que a conjuntura seja muito diferente, é a forma como se organiza a produção simbólica a partir da implantação da grande Indústria Cultural no Brasil.

Perspectivas de mudança

Furtado (1984, p. 31) se refere a esse problema quando afirma que "a **produção de bens culturais** transformou-se em **ciclópico negócio** e uma das leis que regem esse negócio é a uniformização dos padrões de comportamento, base da criação de grandes mercados." A relação entre essa condição e as determinações impostas pela dependência cultural sobre a cultura material podem ser compreendidas a partir da análise da crise brasileira, que constituía o tema mais geral do livro. Essa crise

> [...] não decorre apenas do amplo processo de reajustamento que se opera na economia mundial. Em grande medida, ela é a manifestação de um impasse que se apresentaria necessariamente em nossa sociedade, que pretende reproduzir a cultura material do capitalismo mais avançado privando a maioria da população de bens e serviços essenciais. Como não é possível evitar que se difundam, de uma ou outra forma, certos padrões de comportamento adotados pelas minorias de altas rendas, surgiu no País **uma contrafação de sociedade de massas** em que convivem formas sofisticadas de consumo supérfluo com carências essenciais no mesmo estrato social senão na mesma família. (FURTADO, 1984, p. 29-30)

E segue:

> Somente a **criatividade política** impulsada pela **vontade coletiva** poderá produzir a superação desse impasse. Ora, essa vontade coletiva só poderá surgir se se der um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes de nossa cultura, cujas raízes estão na massa da população. Portanto, o ponto de partida do processo de reconstrução que temos pela frente terá que ser uma maior participação do povo no sistema de decisões. Assim, o desenvolvimento futuro poderá alimentar-se da criatividade de nosso povo e efetivamente contribuir para a satisfação dos anseios mais legítimos deste. (FURTADO, 1984, p. 30)

Critica os detentores do poder pela adoção de uma lógica economicista estreita determinada "pelos interesses de grupos privilegiados e empresas transnacionais", quando o que se necessita é pensar o "**desenvolvimento como reencontro com o gênio criativo de nossa cultura e como realização das potencialidades humanas**." Utopia? "Mas que é a **utopia** senão o fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento de energias contidas

que antecipa a ampliação do horizonte de possibilidades aberto ao homem?". É a formulação de utopias, nesse sentido, "ação de vanguarda [que] constitui uma das tarefas mais nobres a serem cumpridas pelos **intelectuais** nas épocas de crise." Enfim, "**o debate sobre as opções do desenvolvimento exige hoje uma reflexão sobre a cultura brasileira**." Mais uma vez, é preciso "indagar as relações que existam entre a cultura como sistema de valores e o processo de desenvolvimento, entre a lógica dos **fins**, que rege a cultura, e a dos meios, razão instrumental inerente à acumulação", que já conhecemos bem. (FURTADO, 1984, p. 31)

A questão-chave é "como preservar o gênio inventivo de nossa cultura em face da necessidade de assimilar técnicas que, se aumentam nossa capacidade de ação, nossa eficácia, também são vetores de valores que com frequência mutilam nossa identidade cultural?". Antes de tudo, é preciso entender que "**seria equivocado imaginar que as técnicas são neutras**, pois refletem o contexto cultural em que surgem. As artes militares alimentam os instintos belicosos, porém elas já são o fruto de uma civilização guerreira." (FURTADO, 1984, p. 31)[95]

> A civilização material, engendrada pela industrialização, não é outra coisa senão o conjunto de manifestações externas de

[95] Vale citar a sequência desse raciocínio: "ademais, as técnicas se interligam como um sistema de vasos comunicantes. Ora, no mundo atual as técnicas que avançam mais rapidamente, que maiores fontes de financiamento têm à sua disposição, são aquelas ligadas às artes militares. Os demais campos da cultura estão expostos a seus efeitos indiretos, são cada vez mais influenciados pelos avanços que se realizam nessa área privilegiada." (FURTADO, 1984, p. 31-32) É inevitável lembrar-se da origem da **Internet**, a partir de uma demanda do departamento de defesa dos Estados Unidos da América, e a importância cultural que acabou assumindo. (BOLAÑO et al., 2007) Por outro lado, sobre a interligação das técnicas, vale recordar que "la gran industria [...] produce una renovación constante de los medios de producción, donde cada instrumento es apenas una fase de tránsito hacia otros superiores. La acumulación, pues, procede revolucionando sus propios métodos, por lo que la 'producción industrial' incluye la producción de progreso tecnológico." (FIGUEROA, 1986, p. 218) A dependência pode ser entendida, assim, como a subordinação da periferia ao desenvolvimento das forças produtivas que se dá no centro, como insiste Figueroa, enfatizando, corretamente, ao longo do seu livro, a importância do controle do "trabalho geral", em termos marxistas. Sobre o tema, ver também Bolaño. (2011 b, 2011c)

> um processo de criatividade cultural que abarca amplas esferas da vida social. A **panóplia de bens** que tem à sua disposição o membro da **sociedade moderna de consumo** constitui o resultado momentâneo de um longo processo histórico, no qual a reprodução das estruturas sociais, sempre em xeque, se dá num quadro em que a inventividade joga papel decisivo. Se é verdade que prevalece a lógica dos meios na orientação da acumulação – base da reprodução do sistema de dominação social –, também é certo que a ação política dá lugar a confrontações que favorecem a **formação da consciência crítica**. (FURTADO, 2012, p. 48)

Não é assim no caso da **industrialização em condições de dependência**, onde

> [...] as transformações estruturais representam um esforço de adaptação em face do transplante de técnicas geradas em sociedades que se encontram numa etapa mais adiantada do processo de acumulação [...] [N]ão existem evidências de que a industrialização dependente possa conduzir a formas sociais estáveis ou capazes de gerar uma consciência autorreguladora. A crescente **heterogeneidade social**, de que a chamada 'marginalidade urbana' representa um dos sintomas mais alarmantes, parece apontar na direção contrária. À instabilidade intrínseca em gestação responde um **autoritarismo preventivo** crescente, repressor das forças sociais que a industrialização dependente não conseguiu canalizar de forma construtiva. Portanto, em tais sociedades **não existe o esforço de inventividade no plano político, graças ao qual o desenvolvimento é a expressão da capacidade criativa de uma sociedade**. (FURTADO, 2012, p. 48)

Neste ponto, vale a pena seguir um pouco também a leitura que Octávio Rodriguez e Oscar Burgueño (2001, p. 84) fazem dos textos de 1984 em análise. Em primeiro lugar, esclarecem:

> Por trás das pautas de consumo continuamente renovadas, esconde-se uma apreciação especial pelo estrangeiro, a qual consiste na admissão de que o estrangeiro reflete as grandes conquistas do progresso, e de que a essas conquistas estão associadas considerações de destaque e prestígio social. Mas além disso, entende-se que essa apreciação especial do estrangeiro é acompanhada por uma ampla penetração de ideias e valores trasladados de outras culturas, e que em grande medida, tal apreciação expressa e reflete tais ideias e valores.

Não se trata, portanto, de um problema que se esgota no nível da cultura material, mas é no âmbito mais amplo da cultura na sua totalidade que a questão deve ser pensada. O fundamental, como insiste Furtado, é **preservar a identidade cultural**, sem o que "seremos reduzidos ao papel de passivos consumidores de bens culturais concebidos por outros povos." (FURTADO, 1984. 32) O que é muito difícil, seja pela sedução que a referida panóplia de bens, constantemente renovados, exerce, seja especialmente pelo fato de que, no que se refere sobretudo aos grupos dominantes da periferia, essa sedução vai além.

> Muitas das ideias e valores subjacentes na imitação do consumo, assim como na apreciação do estrangeiro que a mesma supõe, dizem respeito à ordem econômica, e também à ordem sociopolítica e ao contexto jurídico-institucional que o preside. Particularmente, adquirem uma influência destacada as ideias e valores relativos a essa ordem e a esse contexto, condicionando os horizontes de mudança que se propõem os distintos grupos sociais da periferia, especialmente os grupos dominantes. Em outras palavras, ao identificar-se cultural e ideologicamente com os centros, estes grupos distorcem e limitam sua visão da transformação mencionada e, consequentemente, orientam sua ação de

> modo a delimitar os alcances possíveis da mesma. (RODRIGUEZ; BURGUEÑO, 2001, p. 84-5)

Nessas condições, a problemática da "inventividade política", que destaquei há pouco, referindo-me inclusive, em nota, à importância que Furtado dá à luta de classes, ganha especial significado. Para superar as dificuldades em relação à necessidade de subordinar a lógica dos meios àquela dos fins, é crucial a organização da **vontade coletiva** na busca da identidade cultural própria. Nesse sentido, a **autonomia cultural** é essencial e, portanto, a **política cultural** é elemento estratégico, estruturador da política de desenvolvimento:

> É certo que um maior acesso a bens culturais melhora a qualidade de vida dos membros de uma comunidade. Mas, se fomentado indiscriminadamente, pode frustrar formas de criatividade e descaracterizar a cultura de um povo. Daí que uma política cultural que se limita a fomentar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e a impor barreiras à inovação. Em uma época de intensa comercialização de todas as dimensões da vida social, o objetivo central de uma política cultural deveria ser a **liberação das forças criativas da sociedade**. Não se trata de monitorar a atividade criativa e sim de abrir espaço para que ela floresça. Necessitamos de instrumentos para remover os obstáculos à atividade criativa. (FURTADO, 1984, p. 32)

Em suma, é preciso defender a **liberdade para criar**, "a mais vigiada e coatada de todas as formas de liberdade", acreditando no "gênio criativo do nosso povo. **A política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural.**" (FURTADO, 1984, p. 32) Ou ainda: "a reflexão sobre a cultura brasileira deve ser o ponto de partida para o debate sobre as opções do desenvolvimento." (FURTADO, 2012, p. 34)

Para Rodriguez e Burgueño (2001, p. 91), a liberação das energias criativas que o reconhecimento da identidade cultural permite

seria a "força propulsora fundamental do que Furtado entende por **desenvolvimento endógeno**." Para os autores esse conceito importante de Furtado, intimamente ligado à questão da identidade cultural, indica a necessidade de "destravar" a criatividade nos três âmbitos considerados, enfatizando, não obstante, o plano da cultura não material estrito senso. Em outro texto, em que reproduz amplamente o mesmo raciocínio – no que nos interessa aqui – do que estamos examinando, Rodriguez desenvolverá a ideia de renovação da agenda do desenvolvimento. Isto é muito importante porque segue na trilha, que também é a minha, de releitura do conjunto do pensamento de Furtado a partir do seu conceito de cultura. Para Rodriguez (2006, p.185), Furtado postula

> [...] a necessidade de contar com uma **política cultural** que detone a criatividade nos três âmbitos da cultura, especialmente no terceiro, pois nele se inserem os fins mais elevados e potencialmente mais mobilizadores do próprio 'desenvolvimento endógeno': aquelas ideias e valores, incluídos certos **valores éticos** chave, que marcam suas grandes orientações e fins mais relevantes.

O objetivo: "abrir caminho [...] a uma firme **correção da heterogeneidade social**." (RODRIGUEZ; BURGUEÑO, 2001, p. 105)

Subculturas urbanas e desenvolvimento

Tanto no texto com Burgueño como no artigo (2006, p. 106), Rodriguez salta dessa asserção para "o tema do subemprego" à luz de umas "notas de classe de Carlos Lessa sobre a Formação do Brasil, ditadas no Instituto de Economia da Universidade do Rio de Janeiro", primeiras versões de 1998 e 1999. Já não se trata, aqui, do pensamento de Furtado, mas de um intento dos autores de resolver a equação entre cultura e desenvolvimento, que passa efetivamen-

te, em Furtado, e com toda razão, pelo reconhecimento da cultura popular, através de um pequeno *tour de force*.

Parte-se da ideia do Professor Lessa de que o subemprego representa formas de sobrevivência, "aproveitando ou autogerando oportunidades de ocupação e remuneração", constantemente renovadas, que expressam "grandes doses de criatividade". Esse exercício de criatividade, por outro lado, não se limita ao âmbito das relações econômicas, mas está inserido em um contexto social complexo, como, aliás, qualquer outra atividade ocupacional. Mas no caso do subemprego, e aqui se situa o aspecto problemático do raciocínio, há uma particularidade:

> [...] as relações que se constituem através do assalariamento são comparativamente escassas; por outro lado, são relativamente amplas aquelas que se dão através do pertencimento a uma variada gama de instituições formal ou informalmente estruturadas: os relacionamentos de tipo familiar, a simples vizinhança, as associações comunitárias ou de bairro, as organizações esportivas ou recreativas, as igrejas e cultos [...] [T]ais pertencimentos constituem em si mesmos manifestações da cultura popular. Ou melhor, é em seu seio e através deles que se vão expressando e enriquecendo variados elementos desse campo específico da cultura [...]. [O] subemprego consiste na concretização de estratégias de sobrevivência apoiadas na criatividade. Mas a criatividade que se plasma em tais estratégias inscreve-se num exercício da criatividade realizado simultânea e indissociavelmente em diversas esferas da cultura não material. Pode-se entender, então, que esse exercício seja portador das principais fontes de um florescimento da cultura popular que se vem fazendo mais e mais visível na América Latina, e que em muitos casos surpreende por sua amplitude e dinamismo. (RODRIGUEZ, 2006, p. 107)

Não quero seguir nesta apresentação.[96] A argumentação é visivelmente frágil e não condiz com o restante da excelente análise até aqui resenhada ou com a importância do trabalho de Rodriguez, pioneiro e principal referência na caracterização do conceito de cultura em Furtado, profundo conhecedor e construtor do estruturalismo latino-americano. Não há interesse em polemizar, mas é interessante verificar como o próprio Furtado enxerga o que ele chama de "**sistemas subculturais urbanos**" na *Pequena introdução ao desenvolvimento*. Não se trata de voltar agora à problemática das relações entre modernização e urbanização, fundamental na obra de Furtado (1980, p. 24), que considera a urbanização intensa e caótica da totalidade dos países subdesenvolvidos como "a manifestação mais visível [do] processo de desestruturação social" decorrente da modernização.

> O conceito de desemprego disfarçado, difundido pelos economistas a começos dos anos 50, constituiu a primeira tomada de consciência do problema, mas foram os estudos sobre *marginalidade urbana*, realizados pelos sociólogos no decênio seguinte, que permitiram melhor equacioná-lo e trazer à evidência a especificidade das estruturas sociais surgidas nesses países de industrialização retardada. (FURTADO, 1980, p. 24)

A ideia de sistema subcultural é definida na sequência:

> As massas demográficas, que a modificação das formas de produção priva de suas ocupações tradicionais, buscam

[96] Fala-se da necessidade de uma "reconstrução cultural", apela-se a uma mestiçagem "inter-racial" específica da América Latina, ou da possibilidade de "renovar uma mescla de culturas fundadas em uma mescla de raças" que seria "portadora de significados e conteúdos éticos de real importância", especialmente a "assunção da igualdade como valor". (RODRIGUEZ, 2006, p. 208) No artigo solo de Rodriguez (2006, p. 205), avança-se ainda na definição dos "conteúdos éticos", referindo-se à "igualdade racial como valor", "igualdade dos seres humanos", incorporação de princípios "constitutivos das religiões superiores" etc.

> abrigo em sistemas subculturais urbanos que só esporadicamente se articulam com os mercados, mas sobre eles exercem uma forte influência como reservatórios de mão de obra. Realizando em grande parte sua reprodução no quadro de um sistema informal de produção, as populações ditas marginais são a expressão de uma estratificação social que tem suas raízes na modernização. (FURTADO, 1980, p. 24-25)[97]

São expressão, vale dizer, de **adaptações estratégicas** recorrentes da parte de uma população dominada que não tem outra alternativa de inserção na modernidade ocidental, dadas as condições objetivas da industrialização sob o subdesenvolvimento, que obstaculizam aquele "processo de criatividade cultural que abarca amplas esferas da vida social" que caracteriza a modernidade europeia, como vimos neste mesmo item, dificultando ao extremo a formação da consciência crítica. Trata-se de um problema absolutamente crucial do subdesenvolvimento, que é preciso atacar nos três âmbitos culturais enfatizados por Rodriguez. Até que ponto e em que sentido as referidas adaptações estratégicas devem ser tomadas em consideração na formulação de uma alternativa no sentido de reforma radical do sistema global de cultura é um problema importante e complexo.

A visão de Furtado pode ser intuída tomando-se, por exemplo, a consideração que fez sobre a greve em trecho do livro de 1978, citado no capítulo anterior, e que ele repete num artigo também da segunda metade dos anos 1970, publicado apenas na última das três coletâneas a que fiz referência ao início deste capítulo:

---

[97] A consequência, bem mais adiante, desse tipo de raciocínio, leva à caracterização de dois padrões de consumo muito diferentes, referentes a dois subgrupos diversos, um "cabalmente integrado nos circuitos da economia de mercado" e outro inserido "parcialmente em atividades de subsistência, principalmente no setor agrícola" ou pertencente ao "complexo mosaico das chamadas atividades econômicas informais." Note-se que não se trata de dualismo: "longe de existir um 'dualismo' na economia periférica, o que a caracteriza é [a] interação entre o mercado organizado de trabalho e o trabalho informal." (FURTADO, 1980, p. 90)

> [...] a invenção e a institucionalização da greve, instituição *sui generis* que possibilita o uso controlado da violência fora do Estado, é um exemplo dessa inventividade política da sociedade pluralista [...] [A] acumulação nessas sociedades tem como objetivo básico preservar um sistema de dominação social, mas ela não consegue se tornar efetiva sem transformações estruturais que a tornam dependente de uma corrente de inovações. (FURTADO, 2012, p. 46)

Duas décadas depois, na *Mensagem aos novos economistas*, fruto de uma palestra proferida na USP em 18 de agosto de 1998, incluída em *O longo amanhecer*, ele é ainda mais contundente:

> [...] **a história do capitalismo é uma história de luta de classes**. É aí que se geram as forças renovadoras. À primeira vista, uma greve parece algo negativo, mas foram as greves que permitiram às sociedades européias se transformarem e se modernizarem. (FURTADO, 1999, p. 87)

É nessa perspectiva que se deve buscar a solução do problema em Furtado. Dos trechos citados há pouco do livro de 1980, ele deriva uma defesa, nos seguintes termos, da interdisciplinaridade e da sua teoria da dependência:

> A *inadequação da tecnologia*, a que se referiram alguns economistas, de um ângulo de vista sociológico, traduziu-se na polaridade modernização-marginalidade. Foi o esforço visando unificar o quadro conceitual dessa problemática que produziu a teoria da *dependência*. Esta se funda na **visão global do capitalismo** – enfocado como um sistema econômico em expansão vertical e horizontal e como uma constelação de formas sociais heterogêneas – que permite **captar a diversidade no tempo e no espaço do processo de acumulação e as projeções dessa diversidade no comportamento dos segmentos periféricos**. (FURTADO, 1980, p. 25)

A relação macro/micro, nesse sentido, é crucial. Grandes são os autores, como Marx, ou o próprio Furtado, que logram compreender essa contradição em toda a sua extensão e profundidade. Boa parte da crítica de Néstor García Canclini e outros autores dos estudos culturais latino-americanos, a partir do seu desvio pós-modernista, nos anos 1980/1990, ao marxismo se faz com base em evidências micro particulares, sem as devidas e complexas mediações.[98] Não é o caso de Rodriguez, preocupado com a "reconstrução" de valores éticos perdidos com a modernização, mas não deixa de intrigar a semelhança entre a sua solução e a visão de García Canclini (2001), cuja exaltação populista a certas estratégias de adaptação das camadas populares, ao mesmo tempo em que descarta ligeiramente soluções mais radicais, já tive a oportunidade de criticar (BOLAÑO, 2013), principalmente porque Rodriguez (2009, p. 643) o toma como referência na discussão da "dimensão cultural do desenvolvimento."[99]

---

[98] Assim, a constatação de adaptações estratégicas em nível microantropológico, de resto interessantes, que as culturas populares realizam como estratégia de sobrevivência são tomadas como evidências para refutar princípios imputados ao "marxismo", conceito estranho tomado assim genericamente, sem qualquer referência bibliográfica, especialmente quando substituído por "certo marxismo", também sem qualquer explicação ou referência, o que torna o diálogo evidentemente difícil.

[99] Trata-se, por certo, de um trecho relativamente curto e despretensioso do livro, em que o autor procura apresentar uma perspectiva neodesenvolvimentista do problema, citando especialmente pesquisas da própria CEPAL, dos anos 2000, mas a leitura exala uma espécie de ideologia pós-modernista. Assim, a globalização, ao ampliar contatos e migrações, criaria um ambiente de identidades que se entrecruzam, novos padrões culturais desterritorializados, "produzindo uma verdadeira reorganização dos cenários culturais, com a emergência de novas identidades e a convivência de várias delas em cada sociedade." (RODRIGUEZ, 2009, p. 644) Citam-se identidades de todo tipo, mas evita-se, como é comum a muitos dos estudos culturais latino-americanos mais recentes, a referência a identidades de classe, ou à categoria trabalho, preferindo-se a ideia de comunidade. Admite-se, sim, a existência de conflitos e inclusive a necessidade de que se expressem, mas o objetivo é sempre "evitar a radicalização". Assim, por exemplo, "quando não se considera o caráter permanente das tradições e dos traços culturais em que se assentam as identidades, os projetos de modernidade [que é o que se pretende acima de tudo] podem conduzir a altos níveis de conflito e fomentar o nascimento de identidades 'antimodernas', entorpecedoras do caráter integrador e socialmente inclusivo que devem assumir modernidade e desenvolvimento." O resultado é uma espécie de instrumentalização da cultura, no sentido oposto ao de Furtado. Assim, "a potencialidade mobilizadora do sentimento de pertença (identidades) é visualizada como uma 'força cultural', concebível como impulso relevante do projeto de desenvolvimento.

Dos trabalhos de Furtado (1980, p. 26) sobre a América Latina e outros países, que não fazem parte do nosso *corpus* de análise, inclusive das impressões de viagem contidas em suas memórias, poderiam derivar-se exemplos de análise micro adequadas à sua ideia de que

> [...] a reflexão sobre o desenvolvimento, ao conduzir a uma progressiva aproximação da teoria da acumulação com a teoria da estratificação social e com a teoria do poder, constitui-se em ponto de convergência das distintas ciências sociais,

como já sabíamos da leitura de seu *Prefácio* e de outros trabalhos analisados aqui no capítulo segundo. Cito apenas três pequenos casos, bem despretensiosos, tirados de *A fantasia organizada*.

Primeiro: quando se refere à "única grande civilização que se desenvolvera cabalmente sem qualquer contato com as outras suas contemporâneas", afirma que "meditar sobre ela é captar as invariâncias do espírito humano, suas estruturas gerais, como diria Lévi-Strauss. Essa civilização fora estrangulada em seu momento de apogeu. O México nasceu desse ato de suprema violência." Em seguida se refere aos descendentes daqueles índios que, como ele, visitavam o Museu Antropológico da Cidade do México, em 1951, notando que "havia um ar de susto, como alguém que descobre nas dobras escondidas da memória coisas inesperadas." (FURTADO, 1997, t. 1, p. 221-222) Observa, assim, o incômodo estranhamento quando a cultura do povo é a ele devolvida como ideologia organizada pelo Estado para servir à construção da nacionalidade.[100]

Alguns anos mais tarde, em 1955, Celso Furtado voltaria ao México, numa comissão da CEPAL, composta de dois mexicanos (Juan

---

Trata-se de fazer deste projeto uma construção compartilhada entre 'integrados' e 'excluídos', nas quais as mudanças pontuais promovidas nas dimensões sociopolítica e cultural convirjam e se retroalimentem." (RODRIGUEZ, 2009, p. 649-650)

[100] García Canclini (2001, p. 170), aliás, faz uma interessante análise do mesmo museu, ou melhor, do novo, magnífico, Museu Antropológico da Cidade do México, inaugurado no bosque de Chapultepec, em 1964.

Noyola e Oscar Soberón), o chileno Osvaldo Sunkel e ele próprio. Impressionava-o a riqueza da herança cultural do país, tanto a pré-colombiana como a da cultura colonial, em que a riqueza das residências dos grandes senhores superava "o que na época possuía de melhor a metrópole espanhola. Contrastava com a modéstia do que produzira como residências a nossa civilização do açúcar, mesmo o nosso século XVIII mineiro." O diálogo que manteve com Noyola é muito interessante. Ele argumentava que de lá surgiria "a grande civilização do Norte do continente americano", dada a admirável "riqueza das raízes culturais mexicanas [...] e o que está realmente sedimentado no homem é indestrutível." (FURTADO, 1997, t. 1, p. 313) Noyola era mais pessimista:

> [...] preocupava-o a dependência de toda a *intelligentsia* para com o poder político, em rápida burocratização [...]. Parecia-lhe que o vazio deixado pelo desgaste dos mitos criados na Revolução estava sendo preenchido por uma metafísica oca da mexicanidade, onde desempenhava grande papel uma visão estética da morte, referida ao trauma deixado pela brutalidade da Conquista na alma do conquistado. (FURTADO, 1997, t. 1, p. 313)

Em conclusão,

> [...] o debate intelectual no México tinha um lado extremamente sofisticado [...]. O quadro era impressionante, mas alguma razão tinha Noyola quando dizia que a *intelligentsia* mexicana estava como solta no ar, sem perceber o que ocorria de mais imediato no país [...]. O México padecia de esquizofrenia, quiçá para defender-se do sutil controle das atividades intelectuais que exerciam agentes do poder público, infiltrados por todos os lados. (FURTADO, 1997, t. 1, p. 314)

A preocupação com o papel da ***intelligentsia*** de **mediadora** no processo de construção da nacionalidade, a partir da herança cultural,

e dos perigos presentes na burocratização, explicita bem a importância que Furtado dá à relação elite-povo, que desenvolverei mais na conclusão deste trabalho, bem como a sua aversão à tecnocracia, como bem esclarece Alfredo Bosi (2010), em trabalho que também retomarei na conclusão.

Segundo: quando fala das comunidades do altiplano equatoriano que

> [...] viviam em estado de vassalagem, presas à terra dos senhores de origem espanhola. Talvez por isso se conservaram unidas, e preservaram muitas das atividades de autosserviço. Em outras palavras: a economia monetária passara por elas contornando-as, roendo-as pelas beiras, mas sem desmantelá-las. A verdade é que os seus membros pareciam gozar de melhores condições de vida do que os índios favelados da periferia de Lima. As circunstâncias permitiram a sobrevivência de estruturas sociais 'arcaicas', em outras partes destruídas pelo 'progresso'. Ora, a partir de certo momento, as comunidades já não se limitaram à estrutura de autosserviço, passando a produzir um excedente monetizado (mediante compras fora). Posto que o excedente monetizado era produto do artesanato, portanto, tinha raízes culturais endógenas, a preservação destas passou a ser essencial para assegurar a renda da comunidade. Assim, devia haver formas de conservação do patrimônio cultural, o que era tanto mais importante quanto a opção que tinham as populações comunitárias de favelar-se nas periferias das grandes cidades. (FURTADO, 1997, t. 1, p. 308)

Impressões de 1954. Trinta e seis anos depois, García Canclini (2001, p. 202-225) descreve outras situações de "culturas populares prósperas", para concluir pelo contrário, convertido às maravilhas da globalização, em 1982, ao encontrar um homem de 50 anos que assistia TV com seu pai numa loja em Teotitlán del Valle e que era capaz de "mover-se com fluidez do zapoteco ao espanhol e ao inglês,

da arte ao artesanato, de sua etnia à informação e os entretenimentos da cultura massiva, passando pela crítica de arte de uma metrópole." Frente a esta situação, o bom Néstor teve uma espécie de iluminação ao compreender "que minha preocupação pela perda de suas tradições não era compartida por esse homem que se movia sem demasiados conflitos entre três sistemas culturais." Uma experiência, pelo que relata, fundamental, que o leva de uma visão estreita do mais puro tradicionalismo folclorista diretamente às delícias do pensamento pós-moderno, sobre o qual Furtado só se manifestou, ao que me consta, uma vez, mas de forma que não deixa lugar a dúvidas:

> [...] no nosso mundo a expressão **pós-moderno** é um disparate completo. Nunca se é completamente moderno, portanto, não se pode ser pós-moderno. Pós-moderno seria um obscurantismo, seria você ter realmente que sair do mundo em que as coisas são transparentes, lúcidas, claras e podem ser explicadas. (FURTADO, 2005, p. 28)

Terceiro: "algum tempo depois" da visita ao Equador, Furtado (1997, t. 1, p. 308) visita o altiplano da Bolívia

> [...] que acabara de ser convulsionado por uma autêntica revolução que varrera a estrutura latifundiária. Quando nos aproximamos das terras de certas comunidades, tínhamos de nos identificar a índios armados que tudo inspecionavam. O estrito controle das comunidades indígenas tivera um efeito bumerangue contra os latifundiários. Os indivíduos expulsos das comunidades pelos senhores das terras foram utilizados pelo partido revolucionário como elemento desestabilizador. Bastou doutriná-los e devolvê-los sub-repticiamente à comunidade sob uma cobertura qualquer. Também neste caso, a preservação das estruturas comunitárias desempenhava importante papel no processo de transformação social.

Caso extremo de inventividade no plano da cultura da parte da *intelligentsia* revolucionária, que serve efetivamente como mediadora legitimada frente à comunidade popular, lançando mão da herança preservada, garantidora de autonomia cultural, para promover a mudança social. Sobre o conceito de **mediação**, definidor do campo da Comunicação, ver Bolaño (2013).[101]

As TIC e a dimensão cultural do desenvolvimento

No texto que vínhamos examinando no item anterior, Rodriguez e Burgueño (2001, p. 92) levantam, a certa altura, a questão do **novo paradigma tecno-econômico**, de forma compatível com o meu próprio pensamento sobre a matéria, questão que levantam em termos de um desafio furtadiano. O paradigma seria caracterizado pelo desenvolvimento das "**tecnologias da informação**: a microeletrônica, a informática e as comunicações", possuidoras de "uma notável aptidão para difundir-se pelos mais variados tipos de atividades, ramos e setores."[102] Caracteriza-se pela

> [...] rapidez e continuidade com que se geram **novos bens e serviços** e se transformam as características e qualidades de muitos outros. A difusão do uso de tais bens se torna explícita nos **padrões de consumo**, ou melhor, na frequência com que estes se modificam. (RODRIGUEZ; BURGUEÑO, 2001, p. 92)

[101] Para uma boa primeira aproximação ao campo da Comunicação, vide Moragas SPÀ (2011). Vide também Melo (1992, 2007), entre outros trabalhos do autor.

[102] Apenas uma pequena observação crítica: o termo "comunicação" parece referir-se a telecomunicações ou a englobar comunicações e telecomunicações sob um mesmo guarda-chuva. Em todo caso, o texto se filia, conforme expresso na sua nota 25, a uma linha de pensamento, representada pelo conhecidíssimo trabalho de Manuel Castells, frequentemente criticado pelo seu determinismo tecnológico. O conceito de paradigma tecno-econômico é vinculado à escola neo-schumpeteriana, mas outros autores importantes também são incorporados, como Luciano Coutinho, ou Chesnay. Para uma boa crítica de Castells, vide Lopes (2008).

Três fatores estão relacionados na expansão do novo paradigma: a natureza das tecnologias, dos agentes concretos envolvidos e de mudanças nas estruturas de mercado. A este respeito, notam os autores que há uma forte tendência à **concentração de capital, o que não reduz a concorrência**, antes pelo contrário:

> Mesmo sob novas condições, em que muitos mercados tendem a constituir-se definitivamente como oligopólios, a concorrência se acirra e aguça: e nela, o próprio progresso técnico passa a ter um papel fundamental. Com efeito, tais condições obrigam as empresas a procurarem umas às outras e a manter padrões de eficiência e competitividade elevados, através da geração e/ou adaptação de processos e produtos e, desse modo, da diferenciação de bens de consumo e de serviços de natureza distinta. Impulsionada pela concorrência, a difusão dos modos de satisfazer necessidades de consumo adquire uma amplitude extraordinária. (RODRIGUEZ; BURGUEÑO, 2001, p. 92-93)

Essa nova onda, podemos dizer, de difusão da sociedade de consumo é impulsionada pela "**revolução das comunicações**" (aqui cita-se Castells, ver nota anterior), a "força principal de impulsão e o meio técnico chave que estão na base de uma tão frequente renovação dos padrões de consumo; a qual, por sua vez, reflete acentuadas **tendências à diversificação e sofisticação dos padrões**." (RODRIGUEZ; BURGUEÑO, 2001, p. 93) O processo se dá em nível internacional, ampliando-se a **liberalização** dos mercados de bens e serviços, a universalização da concorrência e a penetração na periferia dos processos, produtos e padrões de consumo provenientes do centro. Neste ponto, os autores retomam a posição de Furtado a respeito do caráter imitativo do desenvolvimento periférico e a valorização do estrangeiro que essa situação acarreta. A implantação do novo paradigma na periferia é vista então nos seguintes termos:

> **A imitação é facilitada e aguçada pela revolução nas comunicações**. A apreciação especial do estrangeiro acaba por ser validada pela enorme sofisticação dos novos produtos e das necessidades que satisfazem, assim como pela continuidade das mudanças nestas e naquelas. Acentua-se, desse modo, a penetração e a adoção de ideias e valores também estrangeiros, que encontram respaldo nas **expectativas** de aprofundamento contínuo da revolução tecnológica, e por consequência do aumento sustentado e generalizado do bem estar e da riqueza. **Tais expectativas ocultam a priorização exacerbada do consumo e do aumento da riqueza material**. As próprias expectativas e as prioridades que abrigam têm forte presença nos conteúdos dos chamados '**bens culturais**'. Gerados em enorme proporção nos grandes centros, eles nutrem atividades de disseminação e similares que se vão modificando e expandindo, como partes que são de padrões de consumo marcados, também, pela diversificação e a mudança. Aliada à revolução nas comunicações [...], **a capacidade de cooptação de tais bens, oferece forte impulso à transmissão das expectativas e prioridades recém-mencionadas**. (RODRIGUEZ; BURGUEÑO, 2001, p. 93-94)

Independentemente de eventual diferença de enfoque, referente ao que afirmei na nota anterior, temos aqui uma boa descrição da atual problemática das tecnologias da informação e da comunicação numa perspectiva próxima à de Furtado. O fundamental, para a continuidade da nossa discussão, é que

> [...] os bens culturais passam a desempenhar um papel de destaque na penetração de ideias e valores que privilegiam os meios do desenvolvimento, ao passo que por isso mesmo borram os traços de seus grandes fins, isto é, daqueles fins que, segundo Furtado, expressam e favorecem o enriquecimento da cultura não material. (RODRIGUEZ; BURGUEÑO, 2001, p. 94)

Note-se que não estamos longe da ideia de industrialização da superestrutura dos frankfurtianos, ou daquela vitória mais brilhante do capital, com a constituição da Indústria Cultural, no século XX, quando passa a expandir-se uma cultura especificamente capitalista – organizada à base de subsunção do trabalho – a que me referi em Bolaño (2000). O que vivemos hoje, com a internet especialmente, é a radicalização desse movimento, que tem raízes muito antigas. (BOLAÑO, 2002; BOLAÑO et al., 2004, 2013)

Nos termos de Furtado, recuperados pelos autores, parece que os bens culturais, que em princípio serviriam para atender a necessidades vinculadas à dimensão propriamente cultural, à cultura no seu sentido espiritual, acabam se tornando eles mesmos veículos da cultura material que, como vimos, unificou-se no centro a partir da consolidação da hegemonia dos Estados Unidos, no pós-guerra, passando a difundir-se em ondas que, de tempos em tempos, promovem aquele processo de destruição criadora que constitui a essência da inovação no capitalismo. Desde o pós-guerra, pelo menos, esse processo passa pela cultura não material, plenamente incorporada à lógica da produção capitalista. E têm ainda razão os autores quando, em seguida, dão um passo adiante:

> A revolução nas comunicações resulta ainda decisiva para uma difusão de ideias e valores à qual não é alheia a intencionalidade, no sentido de que se busca com eles a realização de objetivos predefinidos, tanto no âmbito econômico como no sociopolítico. Essa difusão é promovida por grandes grupos de interesse que atuam nos dois âmbitos, em conexão e como parte de suas estratégias de concorrência e/ou expansão. Mas a difusão também depende, e de modo crucial, do impulso que lhe dão os grandes centros de poder, cuja ação vem a ser, em boa medida, condicionada pelos interesses daqueles mesmos grupos. As ideias e valores que se difundem a partir dessas fontes são apresentadas como fundamentos racionais de posições geopolíticas, a partir das

> quais estimulam-se alterações nos regulamentos internacionais, em geral mediados pelas instituições e organismos internacionais de maior relevância. (RODRIGUEZ; BURGUEÑO, 2001, p. 94)

Há dois problemas nessa conclusão que vou apenas apontar. De um lado, toda a dominação aparece como vinda de fora, uma perspectiva já amplamente superada no campo da Comunicação. (BOLAÑO, 2013) De outro, faltou um passo decisivo: localizar a contradição dessa estrutura, que é evidente nos usos que em muitos momentos foram dados à rede por diferentes movimentos sociais. Seja como for, a tendência principal está bem definida, pois, se a hegemonia defronta-se sempre, pela sua própria natureza, com a contra-hegemonia, não há como negar, como ocorre com muita frequência, que se trata de um problema de poder econômico, no sentido de Furtado aqui discutido.

O próprio Furtado (1998, p. 37-39) não avança muito nessas questões para além daquilo que já foi exposto acima. Em *O capitalismo global*, por exemplo, dez anos depois, volta a ele, primeiro, no ensaio sobre "globalização e identidade nacional", em que reafirma que "as novas **técnicas de comunicação e de tratamento da informação**" têm um impacto sobre a alocação das atividades produtivas, tendendo a "concentrar em áreas privilegiadas do mundo desenvolvido as **atividades criativas, inovadoras ou simplesmente aquelas que são instrumento de poder**." Por outro lado, "com o avanço da internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos, debilitam-se os sistemas econômicos nacionais [e] as atividades estatais tendem a circunscrever-se às áreas sociais e culturais." **A grande questão** do momento é posta nos seguintes termos: "como preservar a identidade cultural e unidade política em um mundo dominado por grupos transnacionais que fundam seu poder no controle da tecnologia, da informação e do capital financeiro?".

No capítulo sobre "A superação do desenvolvimento", o autor esquematiza as diferentes experiências históricas de intentos nesse sentido e conclui que, "no mundo atual, certas condições devem ser cumpridas pelo país de economia periférica que pretenda superar o subdesenvolvimento", (FURTADO, 1998, p. 54) a saber:

a. um grau de autonomia de decisões que limite o mais possível a drenagem para o exterior do potencial de investimento;

b. estruturas de poder que dificultem a absorção desse potencial pelo processo de reprodução dos padrões de consumo dos países ricos e assegurem um nível relativamente alto de investimento no fator humano, abrindo caminho para a homogeneização social;

c. certo grau de descentralização de decisões empresariais requerido para a adoção de um sistema de incentivos capaz de assegurar o uso do potencial produtivo;

d. estruturas sociais que abram espaço à criatividade num amplo horizonte cultural e gerem forças preventivas e corretivas nos processos de excessiva concentração de poder

Tudo isso depende do "exercício de uma forte vontade política apoiada em amplo consenso social". Mais adiante, discutindo "os novos desafios", lembra-se da luta pelo planejamento e insiste que

> as modificações estruturais deveriam ser vistas como **um processo liberador de energias criativas**, e não como um trabalho de engenharia social em que tudo é previamente concebido. O objetivo estratégico seria **remover os entraves à ação criativa** do homem. (FURTADO, 1998, p. 63)

E completa:

> Eu tinha consciência de que **o verdadeiro desenvolvimento** dá-se nos homens e nas mulheres e tem importante dimensão política. A visão global também me fez perceber, desde meados da década de 70, que a fratura do subdesenvolvimento se faria mais deformadora à medida que se aprofundasse a crise manifesta que aflige a **civilização consumista planetarizada**. Que é inerente a essa civilização um processo depredador, já o sabíamos há muito tempo: as fontes de energia em que se funda o **estilo de vida** que ela estimula caminham para a exaustão, eleva-se a temperatura em nosso ecúmeno e é progressivo o empobrecimento da biosfera. (FURTADO, 1998, p. 63)

Nessa linha, retomando a discussão sobre a conferência conhecida como Rio-92, aponta que

> a ideia nova que começa a despontar é a de responsabilidade dos países que constituem a vanguarda da civilização industrial com respeito às destruições, custosamente reparáveis, causadas ao **patrimônio comum da humanidade constituído pelos bens naturais e pela herança cultural**. (FURTADO, 1998, p. 65)

Em todo o livro, a relação entre cultura e desenvolvimento, nos termos que já conhecemos, é reafirmada, mas no capítulo sete a questão se apresenta de forma sintética e especialmente clara. O ponto de partida é a constatação de que "**a qualidade de vida nem sempre avança com o avanço da riqueza material**", não apenas no sentido de que muitos ficam de fora dos frutos do desenvolvimento, mas, no caso, diz ele, "refiro-me aos segmentos populacionais que, embora conheçam uma significativa elevação do seu nível de vida material, continuam **prisioneiros de estreitos padrões culturais**". (FURTADO, 1998, p. 69) Assim:

> Com efeito, a experiência tem demonstrado amplamente que a elevação do nível de vida material não se faz acompanhar necessariamente de melhora nos padrões de vida cultural, reproduzindo-se via de regra a estratificação social existente no passado. A acumulação de bens desemboca, com frequência, em aumento do desperdício de certas faixas de consumo, não conduzindo a uma efetiva diversificação deste, portanto, sem produzir um real **enriquecimento da vida**. (FURTADO, 1998, p. 69)

Volta em seguida à questão das relações entre fins e meios e enfatiza: "ora, **os fins a que estou me referindo sãos os valores das coletividades, os sistemas simbólicos que constituem as culturas**." (FURTADO, 1998, p. 70) E conclui:

> [...] se a política de desenvolvimento objetiva enriquecer a vida dos homens, seu ponto de partida terá que ser a percepção dos fins, dos objetivos que se propõem alcançar os indivíduos e a comunidade. Portanto, **a dimensão cultural dessa política deverá prevalecer sobre todas as demais**. (FURTADO, 1998, 70)

A questão é posta em seguida em termos dos custos do desenvolvimento. A problemática ecológica é retomada, deixando claro que o seu reconhecimento permitiu aprofundar uma visão crítica, "**explicitando os custos não contabilizados dos processos produtivos**." (FURTADO, 1998, p. 71) O problema da cultura será posto em seguida em termos semelhantes:

> [...] mas o que nos preocupa diretamente é o ponto de vista cultural. **A cultura deve ser observada, simultaneamente, como um processo acumulativo e como sistema**, vale dizer, algo que tem uma coerência e cuja totalidade não se explica cabalmente pelo significado das partes, graças a efeitos de sinergia. (FURTADO, 1998, p. 71)

Nos países de industrialização por substituição de importações,

> **[...]a acumulação de bens culturais é em grande parte comandada do exterior**, em função dos interesses dos grupos que dirigem as transações internacionais: **a coerência interna do sistema de cultura está, em consequência, submetida a pressões destruidoras**. Pensar e mesmo vestir-se de forma disfuncional podem ser estilos de vida levados a extremos; certas formas de urbanização podem conduzir à destruição de um importante patrimônio cultural. Explica-se assim que o desenvolvimento material dos países de economia dependente apresente um **custo cultural particularmente grande**. As descontinuidades entre o presente e o passado não são apenas frutos de rupturas criativas; mais comumente, refletem a prevalência da lógica da acumulação sobre a coerência do sistema de cultura. (FURTADO, 1998, p. 71)

Assim, a política cultural torna-se especialmente importante em sociedades nas quais

> [...] **o fluxo de novos bens culturais possui grande autonomia com respeito ao próprio sistema de cultura, cuja coerência é permanentemente submetida à prova**. Daí a importância do conceito de **identidade cultural**, que enfeixa a ideia de manter com nosso passado uma relação enriquecedora do presente. (FURTADO, 1998, p. 71-2)

E, para que não restem dúvidas:

> Quando nos referimos à nossa identidade cultural, o que temos em conta é a **coerência de nosso sistema de valores, do duplo ponto de vista sincrônico e diacrônico**. Esse é **o círculo maior que deve abarcar a política de desenvolvimento, tanto econômica como social**. Somente uma clara percepção da identidade pode instilar sentido e direção a nosso esforço permanente de renovação do presente e construção

> do futuro. Sem isso, estaremos submetidos à lógica dos instrumentos, que se torna tanto mais peremptória quanto tende a prevalecer a dimensão tecnológica. (FURTADO, 1998, p. 72)

Note-se que a **questão regional**, ligada à caracterização da diversidade cultural brasileira, como mencionado acima, é central e deve ser pensada nessa perspectiva:

> Somente a vontade política pode evitar que a difusão da racionalidade econômica venha transformar um tecido social diversificado num amálgama de consumidores passivos. E essa vontade política entre nós é inseparável do federalismo. O problema institucional maior que se coloca à sociedade brasileira é exatamente esse de estimular a capacidade criativa em todos os segmentos, capacidade que entre nós tem raízes regionais. (FURTADO, 1999, p. 53)

Mas, em todo caso, a identidade nacional – com toda a sua multiplicidade, fundada que é na diversidade, na mestiçagem etc. – é que constitui o substrato do sistema de cultura, cuja coerência interna deve ser preservada acima de tudo. O problema não se resolve, como deve estar claro, pela nacionalidade da propriedade dos meios de difusão de bens culturais, nem mesmo da nacionalidade das produções, pois mesmo as empresas ou os produtos nacionais podem estar perfeitamente integrados à corrente hegemônica de expansão dos valores e dos padrões de consumo e estilos de vida que constituem a cultura capitalista globalizada. A perspectiva de Furtado, embora ele não avance nos detalhes, é fundamental para a crítica das tecnologias da informação e da comunicação, das indústrias culturais, ou da produção de bens simbólicos.

Economia política e política cultural

Na verdade, revisando o que já foi exposto até aqui, veremos que a sua contribuição para a compreensão dos problemas apontados neste e no item anterior, de interesse direto para os estudos de comunicação e de cultura, se dá em pelo menos três níveis: (a) o principal, de caracterização do sistema global de cultura, incluindo todas as questões referentes à dependência cultural, as suas relações com o desenvolvimento e o subdesenvolvimento etc.; (b) o da análise da informação e das tecnologias a ela relacionadas na estruturação dos sistemas de poder; (c) o dos importantes *insights* no campo da economia política da comunicação e da cultura que fui pontuando acima. No agregado, já se pode deduzir que se trata, mesmo não explicitada nesses termos – o que deve ser entendido como um desafio para as novas gerações –, de todo um marco teórico – elaborado em diferentes níveis de abstração, de acordo com o seu método histórico-estrutural e numa perspectiva epistemológica complexa, manejando ferramentas sofisticadas provenientes de diferentes ciências sociais, da economia à antropologia, passando pela sociologia e a ciência política, sobre uma sólida base histórica e filosófica – muito próximo daquilo que hoje definimos como economia política da comunicação e da cultura, especialmente, no caso dele, de uma economia política da cultura preocupada, em última instância, com aquele "verdadeiro desenvolvimento", que exige uma política cultural, no sentido aqui discutido.

O pouco material organizado de que dispomos – à falta ainda de uma pesquisa recorrendo a fontes jornalísticas da época, documentos e entrevistas, para entender melhor as relações entre a sua teoria da cultura e a prática política a ela associada – sobre o período em que esteve à frente do Ministério da Cultura é o que foi felizmente publicado na segunda parte de Furtado (2012, p. 51). As próprias características do material (pequenos discursos, rápidas apresentações de propostas, políticas, eventos), obrigando o autor a sintetizar ao máximo as suas ideias, facilita o acesso às linhas

mestras da sua economia política da cultura, desde os seus princípios mais gerais, como a **definição de cultura** como "a dimensão qualitativa de tudo o que cria o homem", no seu discurso de posse no Ministério, em fevereiro de 1986, até a delimitação das especificidades da economia dos bens culturais. Seguindo, então, com o discurso de posse, "**o que tem sentido profundo para o homem é sempre qualitativo**."[103] É comum, diz o autor, que nos preocupemos com cultura "quando esta se apresenta em suas formas mais significativas, quando o qualitativo nos escolta o espírito". Assim,

> [...] os **objetos de arte**, pelo fato de que incorporam uma mensagem que nos toca a sensibilidade, a imaginação, com frequência respondem a necessidades profundas de nosso espírito, aplacam nossa angústia de seres a um só tempo gregários e solitários. O homem, com seu gênio criativo, dá significação às coisas, e são essas coisas impregnadas de significação que constituem a nossa cultura. (FURTADO, 2012, p. 51)

E segue:

> Em seu esforço para enriquecer a própria vida e a sociedade em que está inserido, o homem cria a cultura. Não esqueçamos que **o homem é um ser em formação e que é por seu próprio esforço que ele avança nesse caminho**. É natural, portanto, que o homem sempre se sinta desafiado, **confrontado ao mistério de si mesmo**. As obras superiores de seu espírito são respostas a esse desafio, mergulhos nesse mistério. (FURTADO, 2012, p. 51)

Mas essa visão ontológica da questão – que, como vimos, bebe em Hegel, mas também se serve de Marx e de Lukács – não se deixa

[103] O que não eliminará a necessidade de produção de estatísticas culturais, das quais o MinC foi pioneiro à sua época, como quando encomendou o estudo *Economia da cultura: reflexões sobre as indústrias culturais no Brasil*, realizado pela Fundação João Pinheiro. (BRASIL, 1988)

limitar a esse plano "superior" da cultura, reconhecendo-a "impregnada em todos os momentos de nossa vida". E mais: "eu diria mesmo que **a dimensão cultural do nosso cotidiano é o mais significativo no que respeita a uma política cultural**." (FURTADO, 2012, p. 52) E logo avança uma ideia fundamental, que certamente seria desqualificada em alguns círculos do campo da Comunicação, por exemplo, citados acima,[104] como pertencente a um "certo marxismo", mas que é fundamental para outros: "a fábrica deve preocupar-nos tanto na formulação de uma política cultural quanto os ambientes de simples diversão."[105] Em seguida, fala também, na mesma linha, da importância do espaço habitacional para a política cultural e conclui: "a preocupação com o cotidiano, ou a dimensão cotidiana da cultura, contém grande parte da resposta à pergunta que formulei: que é cultura?"

> Mas vivemos numa **civilização em rápida transformação**. Numa época de **revolução nas tecnologias da comunicação**. A cultura não é apenas o acervo que recebemos do passado. Por mais importante que seja a defesa da herança cultural, não podemos desconhecer que **a essência do homem** como criador de cultura reside em sua criatividade, em poder **romper com o passado ao mesmo tempo em que dele se alimenta**. (FURTADO, 2012, p. 52-3)

Note-se a importância dada às tecnologias da comunicação (não fala em informação desta vez) na definição da grande transformação pela qual está passando a civilização industrial em nossos dias e o claro reconhecimento da necessidade da política cultural en-

[104] Mas o próprio Professor Jesús Martín-Barbero (1987), em trecho que citei em Bolaño (2013), aponta, de forma mais sóbria, por certo, a necessidade dos estudos culturais afastarem-se do mundo do trabalho, privilegiando outros espaços do cotidiano.

[105] E explica: "na nossa civilização puramente mercantil o homem foi transformado em simples força de trabalho, em instrumento, parte de uma engrenagem regulada mecanicamente. Ora, essa visão da organização do trabalho tende a ser abandonada em benefício de outra em que a qualidade de vida do trabalhador é vista como um fator autônomo de produção, já não prevalecendo contradição entre eficiência e qualidade de vida." (FURTADO, 2012, p. 52)

frentar a tensão entre preservação da herança cultural, que é a base, como vimos, da identidade, e estímulo à criação, à liberdade criativa, também já visto, que implica em questionamento das tradições, sabendo que "**o ato criativo é tanto ruptura como processo que se alimenta da herança cultural, a qual é captada no seu recorte histórico regional, em suas relações com o ecossistema e levando na devida conta a estrutura social em que emerge.**" (FURTADO, 2012, p. 103)

> Como ato de ruptura, a criatividade alimenta-se com frequência da ação de **grupos contestadores** que, em uma sociedade aberta, devem encontrar espaço para atuar. Demais, como a herança cultural e a criatividade se inserem na **pluralidade étnica** do país, o avanço na conscientização das populações negras e indígenas é visto como ampliação do horizonte cultural. (FURTADO, 2012, p. 104)

Quanto à política cultural, nessas condições, não deixa dúvidas: "criar condições para que a criatividade seja exercida em sua plenitude – eis **a essência do que chamamos de democracia**." Cabe ao Ministério "**estimular a criatividade a serviço da melhoria da qualidade da vida do conjunto da população**." Está implícita aí também a ideia de **política cultural como política social**, consequência natural da sua concepção de cultura e desenvolvimento e da sua visão de mundo em geral, como deve ter ficado claro até aqui. Assim, "o que chamamos de política cultural não é senão um desdobramento e um aprofundamento da política social", numa situação em que é preciso modificar "uma tendência estrutural de caráter antissocial", o que requer "uma deliberada ação política", (FURTADO, 2012, p. 62-63) de modo que, embora a economia brasileira seja "dotada de grande vitalidade", o

> [...] **verdadeiro desenvolvimento** – se entendermos por tal a elevação do nível de vida do conjunto da população – depende, entre nós, de um projeto politicamente conduzido.

> Ao Estado cabe mais do que abrir espaço para que atuem as forças do mercado. Tarefa não menos importante é introduzir modificações estruturais que corrijam a tendência à concentração de renda e riqueza. (FURTADO, 2012, p. 63)

Nessas condições, os objetivos maiores da política de desenvolvimento são de caráter social e, mesmo que os instrumentos para tal sejam muitas vezes os econômicos, a política cultural é o que deve definir o sentido último da ação política como um todo, já que o essencial da cultura "reside em que ela é a resposta a problemas permanentes do homem" e, nesse sentido, a capacidade criativa deste é fundamental na luta pela democratização do país, então recém-saído do período militar, e "pelo direito de participar na invenção do próprio futuro". Nesse sentido, a sua missão frente ao Ministério é formulada nos seguintes termos:

> Assim como a cultura é algo em permanente transformação, a nossa tarefa principal consiste em descobrir o futuro nas contradições do presente. O mais difícil é pôr em dúvida aquilo que já está cristalizado em nossas cabeças. A capacidade criativa é algo que está em todos os homens, ainda que seja aproveitada de forma muito desigual. Se na juventude ela se apresenta com toda a força, é porque nessa fase da vida com mais frequência somos capazes de duvidar daquilo que está estabelecido. A reconhecida capacidade criativa de nosso povo decorre em boa medida de sua própria juventude. (FURTADO, 2012, p. 55)

A política cultural está relacionada com aquela "ordem superior" de **necessidades** – que transcendem as necessidades essenciais (alimentação, vestimenta, habitação, proteção à vida), ou aquelas "também quase instintivas" (desejo de convivência, comunicação, afetividade e segurança) – definidas como "especificamente humanas", tais como "o desejo de conhecimento do mundo e de si mesmo, o sentimento estético, a pulsão criativa, que se projeta na aspiração

de modificar o mundo exterior". (FURTADO, 2012, p. 63) Para ter credibilidade, uma política cultural, que diz respeito a esse terceiro nível de necessidades, pressupõe

> [...] uma política econômica e social que assegure o emprego, o crescimento da economia e a satisfação das necessidades básicas da população. Mas não tem fundamento imaginar que somente as sociedades que já satisfizeram suas necessidades de base instintiva têm aspirações de ordens superiores. Não se pode desconhecer que o desenvolvimento cultural contribui para a tomada de **consciência** do atraso acumulado na própria satisfação das necessidades básicas e da urgência de que sejam introduzidas mudanças estruturais na matriz do sistema econômico. Assim, **a reforma agrária está sendo realizada entre nós como resultado da conscientização de amplos grupos sociais, o que por seu lado se deveu a avanços no plano cultural**. (FURTADO, 2012, p. 64)

Fica para uma próxima ocasião a relação dessa referência à reforma agrária com as reflexões de Furtado sobre o Nordeste e sobre a sua luta pela criação da SUDENE, em textos dos anos 1960, ou na obra autobiográfica, quando se refere, por exemplo, às Ligas Camponesas, ou ainda na sua defesa do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). Em todos os casos evidencia-se tanto aquela dimensão político-institucional da sua definição de criatividade, a que nos referimos acima, seguindo Octavio Rodríguez, quanto a criatividade nesse sentido do próprio Furtado como ator político, não só à frente do MinC. O que interessa aqui é a sua definição de política cultural:

> A **política cultural** consiste em um conjunto de medidas cujo objetivo central é contribuir para que o desenvolvimento assegure a progressiva realização das potencialidades dos membros da coletividade. Ela pressupõe um clima de liberdade e a existência de uma política abrangente dos poderes

> públicos que dê prioridade ao social. Essas condições são suficientes para que a atividade cultural brote da própria sociedade, para que se manifeste e desabroche o gênio criativo dos indivíduos. (FURTADO, 2012, p. 64)

Essa é a perspectiva por trás, por exemplo, da sua política de incentivos fiscais à cultura, diferente daquelas que o Brasil adotou posteriormente. (BOLAÑO; MOTA; MOURA, 2011) Mas se trata de condições necessárias, não "suficientes para que se obtenha um desenvolvimento cultural. Igualmente necessária é uma ampla difusão dos valores, a fim de que estes se incorporem efetivamente ao viver da população." (FURTADO, 2012, p. 64-5) Cabe também, na definição da política cultural, a defesa dos bens culturais, frágeis por natureza, e aqui retoma a relação entre estes e os bens naturais, ambos prejudicados pelo avanço da acumulação capitalista. "E, por último, não devemos perder de vista que vivemos **um processo de crescente interação dos sistemas de cultura**, sob o impacto do formidável desenvolvimento da **indústria cultural**." É uma pena que o autor tampouco avance mais na discussão desse objeto-chave da economia política da comunicação e da cultura, embora a questão esteja posta de forma justa, enfatizando, neste caso, o impacto da unificação cultural a partir do centro na organização dos sistemas nacionais de comunicação e cultura, sem margem a dúvidas.

Na sequência do raciocínio, prefere levantar duas questões referentes às dimensões da política cultural. De um lado, a "**especificidade do fenômeno cultural, cuja dimensão qualitativa é determinante**. As técnicas correntes de análise a ele não se aplicam, pois, graças a fenômenos de sinergia, o todo quase sempre supera a adição das partes." Trata-se, mais uma vez, das especificidades do bem cultural a que a economia política da comunicação e da cultura se dedica, de cuja importância Furtado já tinha plena consciência nos anos 1970, como vimos acima. De outro, faz questão de diferenciar a política cultural da **política educacional**, voltada esta para a

socialização dos indivíduos, devendo o Estado nela interferir para universalizá-la e corrigir desigualdades.

> O ensino das chamadas belas artes também se integra no processo de socialização. Mas o essencial da atividade cultural está na criatividade, que se alimenta da ruptura do estabelecido. Neste caso, o papel do Estado tem de ser de outra ordem, pois toda pretensão de monitoramento pode produzir resultados inversos aos que se buscam. Isto não significa que o Estado deva ausentar-se, limitar-se a assegurar a liberdade de criação artística, de produção e consumo de bens e serviços culturais. Essa é a tendência nos países de elevado grau de desenvolvimento, com um avançado processo de homogeneização nos padrões culturais de vida. (FURTADO, 2012, p. 66)

No caso de um país como o Brasil, uma política que se limitasse a isso desperdiçaria o potencial criativo dos indivíduos e "as desigualdades no acesso aos valores culturais tenderiam a aumentar, na ausência de uma ação de apoio e estímulo da parte do poder público." Longe de se substituir à sociedade, o Estado deve "aplicar-se em criar as condições que propiciam a plenitude das iniciativas surgidas dessa sociedade", algo muito diferente, portanto, de apoiar, através das leis de incentivos, as empresas oligopolistas do setor cultural , inclusive estrangeiras, como passará a ocorrer de forma generalizada no Brasil após o retorno das políticas de incentivo fiscal, ainda no governo Collor, e até hoje. (BOLAÑO; MOTA; MOURA, 2011) O projeto do ministro Furtado, ao contrário, tinha os seguintes objetivos explícitos: (a) "preservação do patrimônio e da memória culturais"; (b) estimular a "criatividade de nosso povo"; (c) defender a "identidade cultural do país"; (d) democratizar o "acesso aos valores culturais. Na busca de convergência entre o crescimento econômico e a realização da cidadania, **é a política cultural que**

fornecerá o elemento de utopia de que precisamos." (FURTADO, 2012, p. 66)

Política cultural e cultura brasileira

No texto de apresentação do balanço das ações do MinC em 1987, Furtado retoma e reproduz muito do que foi apresentado no discurso de posse, analisado no início do item anterior, onde já se referira ao Brasil como um caso em que **a identidade nacional nasceu no plano cultural**,

> [...] pois se é verdade que, entre nós, o Estado antecedeu à nação, mais razão existe para afirmar que a Cultura antecipou-se à existência do Estado. Já no século XVII apresenta-se entre nós o embrião de uma personalidade cultural. Pensemos na força que apresenta nossa criatividade cultural no século XVIII, quando éramos uma simples constelação de feitorias. (FURTADO, 2012, p. 53)

No texto de 1987, preocupado também com "preservar o gênio inventivo da cultura brasileira diante da assimilação de técnicas que, se aumentam nossa eficácia, são por vezes vetores de valores que podem mutilar nossa identidade cultural", de modo que "já não basta intensificar a acumulação; mais importante ainda é abrir espaço à participação e ativar a criatividade", (FURTADO, 2012, p. 77) volta à "tarefa 'trabalhosa' e 'espinhosa' de" definir a identidade cultural brasileira.

> A cultura brasileira nasceu marcada por um **duplo esforço de adaptação**: do homem europeu aos trópicos, e de povos de origem profundamente diversa – ameríndios e africanos – à dominação europeia. Daí o espírito de compromisso, o aparente conformismo que aos estrangeiros se afigura ser o traço mais saliente do brasileiro. Menos visível na

> formação da cultura brasileira foi o fato de que os povos oprimidos constituíram-se naqueles que mais contribuíram para a configuração do modo de ser brasileiro. Esses povos concentraram toda a sua criatividade em artes que, como a música e a dança, requeriam menor suporte material. Só lhes coube um papel subalterno no desenvolvimento da civilização material, já que lhes estava vedado o acesso a formas artísticas que pressupõem a acumulação de riquezas. (FURTADO, 2012, p. 77-8)

O movimento de 22, ainda marcado "por nossa tradicional visão esteticista da cultura" teria sido já

> [...] um grito de alerta para a necessidade de afirmação da nossa identidade nacional. O negro real passou a substituir o negro idealizado, o índio real, o silvícola criado pelos indigenistas. O interesse pelos problemas reais do país passou ao primeiro plano das preocupações de intelectuais de prestígio. E se fez mais lúcida a consciência de que havíamos vivido de costas para nossa herança cultural. A Semana de Arte Moderna foi sem dúvida o grande gesto de ruptura que encetou uma nova visão de nossa identidade cultural, mas o histórico processo de alienação de nossas elites, de perda de contato com as próprias raízes, de obliteração da memória cultural explica a distância que, entre nós, ainda prevalece entre o universo cultural popular e as aspirações das elites. (FURTADO, 2012, p. 78)

Expressa-se aqui um elemento importante do modelo de Furtado, relativo ao papel do intelectual e, mais geralmente, da classe média, na sua relação com o povo como força social transformadora, a que retornarei com mais cuidado na conclusão deste trabalho. O interessante é que, na frase seguinte, diz Furtado (2012): "todos esses fatores histórico-culturais [...] têm sido levados em conta pelo atual governo na definição de sua política cultural", o que significa

que havia um intento consciente de buscar aquela aliança povo-classe média a que ele se referia nos trabalhos de 1984, em trechos que reproduzirei na conclusão. A sua política cultural no período, portanto, independentemente de ter sido bem sucedida ou não, o que não está em pauta neste trabalho, adequava-se à perspectiva teórica e política do autor, o que deveria ser levado em alta consideração na análise da trajetória do MinC nesse período histórico, quando for o caso. Não vamos entrar nisso aqui, mas é interessante verificar como o autor definia o sentido da Lei Sarney, nessa linha:

> O segredo das explosões de criatividade, observadas em certas épocas da história da humanidade, talvez resida nesse apoio dado pelos poderes públicos às correntes liberadoras de energia criativa. A criatividade existe sempre em estado virtual. Numa sociedade de desenvolvimento retardado, de enormes desigualdades, e caracterizada por múltiplas formas de dependência, o exercício da criatividade é com frequência limitado por toda sorte de constrangimentos, seja pela escassez de meios materiais, seja por estruturas de poder que aviltam o homem. Não basta eliminar estas últimas. Também é necessário que a ação dos poderes públicos reforce as correntes renovadoras. Este é o verdadeiro alcance da Lei Sarney. (FURTADO, 2012, p. 85)

O exato oposto, portanto, da política de incentivos que se vem praticando no país, de extrema concentração e reforço aos oligopólios culturais. Em pequeno texto dedicado especificamente à Lei Sarney, o autor coloca a questão ainda em perspectiva histórica, para mostrar que a referida lei representa uma "inovação na cultura brasileira". Assim,

> [...] no Brasil Colônia, de economia primário-exportadora, a marginalização das manifestações culturais, tanto das comunidades autóctones quanto daquelas submetidas à escravidão, compunha o entorno do quadro necessário à prevalência

> do traço principal – 'cultura' como campo das produções artísticas e intelectuais provenientes das nações economicamente dominantes. Por outro lado, os altos custos e o baixo retorno da importação de bens culturais [...] solidificavam o caráter paternalista da difusão cultural. Estabelecia-se, assim, a dimensão de outro traço fundamental: "cultura" como concessão do Estado aos cidadãos. (FURTADO, 2012, p. 88)

Importação cultural e paternalismo, duas características da cultura brasileira até hoje não superadas. Não obstante, diz o autor, "no século XX, o surgimento da **indústria cultural**, abrindo espaço à iniciativa privada, contribuiu, de certa maneira, para a diluição desses traços." Trata-se, portanto, do reconhecimento de um valor positivo no surgimento da cultura industrializada pelo que ela significou em termos de "diluição" apenas daquelas características. "A **condição essencial** para a sua remoção definitiva é a **liberação do potencial criativo presente em todos os segmentos sociais**" e que permanece hoje ainda amplamente monopolizado pelo grande capital produtor, ou difusor, de mercadoria cultural nacional ou importada. Assim, a lei tinha por objetivo "a criação de mecanismos que possibilitassem ao cidadão o exercício de iniciativas no campo da produção cultural, transferindo para a sociedade civil funções que dificilmente pode o Estado executar a contento." Esse é o fundo, aliás, de outros movimentos, em relação às artes cênicas, ao cinema (que provocou acerba polêmica à época) e outros. (FURTADO, 2012, p. 83) Mas voltemos à formação da cultura brasileira, a um tema já mencionado quando analisei os trabalhos de 1984:

> No Brasil pré-urbano havia uma aproximação muito grande entre as camadas sociais, mesmo entre os escravos e os senhores, que se influenciavam mutuamente. Não que existisse entre eles compreensão do que é fundamental nas relações humanas, mas havia o conhecimento mútuo dos valores respectivos, a consciência de integrar um todo social. Basta ver que a criatividade do mundo pré-urbano se

> manifesta em templos, rituais e festas a que têm acesso todas as camadas sociais. O mundo urbano, que começa a se afirmar entre nós no século XIX, tem essa característica de ser uma corrida para o mar, para as linhas de comércio vinculadas ao exterior. É quando o Brasil se transforma numa constelação de cidades litorâneas submetidas a forte influência cultural externa. O comércio exterior passou assim a definir o rumo de nossa evolução cultural. Nesse período, nossas elites, pelo fato mesmo de se terem ligado tão intimamente ao exterior, afastaram-se mais e mais daquilo que eram suas raízes, do que possuíam de comum com o povo. (FURTADO, 2012, p. 94)

É nesse momento que se configura aquele **divórcio entre elite e povo**, que prevalecerá ao longo do século XIX até os anos 1920, ou até a ruptura que significa a Revolução de 1930. Terão pesado nisso as peculiaridades das nossas raízes europeias:

> Tendo desempenhado papel eminente na formação da Europa moderna, Portugal não conheceu, a rigor, nem o Renascimento nem a Reforma, essas duas grandes rupturas que deram origem à Modernidade. Essa a razão que levou mais de um observador a afirmar que a nossa cultura colonial, inclusive o século XVIII, tem nítidas afinidades com o medievo europeu. Inserimo-nos na modernidade em pleno século XIX, o que explica a quase nenhuma resistência que oferecemos à devastadora influência francesa. E também explica a semiamnésia que por muito tempo nos obnubilou com respeito ao nosso passado cultural. (FURTADO, 2012, p. 100)

Por outro lado,

> [...] o longo processo de alienação, de perda de contato com as próprias raízes, de obliteração da memória cultural explica a distância que, entre nós, prevalece entre o universo

> cultural popular e as aspirações das elites. Contudo, cabe reconhecer que esse alheamento das elites facilitou a **preservação de muitos valores populares, e a autonomia de criatividade em camadas sociais que permaneciam isoladas das correntes culturais dominantes.** (FURTADO, 2012, p. 94)

No seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, na vaga justamente de Darcy Ribeiro (1973, p. 128), falando da denúncia que este faz da desumanização a que foram submetidos os índios e negros no Brasil, lembra que, em Darcy também, "esse quadro de denúncia e de revolta surge como pano de fundo de uma visão positiva daquilo que ele chamava de '**cultura vulgar**', na qual se manifestaria 'a força criativa do povo brasileiro'". Para o próprio Furtado (2012, p. 128), na cultura popular,

> [...] objetos ligados à prática da vida trazem sempre algum traço de mensagem estética, da mesma forma que na representação do cotidiano se entrelaçam o funcional e o espiritual [...]: em tudo que cria, o nosso povo introduz uma mensagem estética. A arte não se dissociou da prática, não emergiu como cultura de salão. Ela continua ligada ao cotidiano da vida. A preservação dessa **força criativa do povo brasileiro** é nossa preocupação maior. Cumpre descobrir o seu gênio criativo em todas as suas manifestações, ou seja, tanto no permanente esforço para instilar valores estéticos e espirituais no seu viver cotidiano como na produção especificamente artística.

Esclarece, no entanto, que "não se trata de adotar uma visão antropológica e submergir no conceito de que cultural é tudo que resulta da ação do homem sobre a natureza". Já não estamos aqui, portanto, no plano de conceito geral de cultura material, de base antropológica.

> Nossa preocupação é com a **dimensão espiritual**, em sentido lato, dessa ação, a qual não deve ser dividida em esferas autônomas, e sim observada em suas múltiplas dimensões [...]. Nossa preocupação é com o enriquecimento da vida, na medida em que contribui para a satisfação das aspirações dos homens e da sociedade, tida em conta a diversidade desta. (FURTADO, 2012, p. 94-5)

Nesse sentido, do ponto de vista da política cultural, não há porque fazer discriminações entre cultura popular, elitista ou acadêmica, ou entre obras exemplares ou excepcionais e aquelas "que se incorporam imediatamente ao viver cotidiano de certas comunidades." (FURTADO, 2012, p. 95) Assim também não se separa "elite e povo como focos de criatividade" nem se graduam valores. O Estado não deve ser instrumento de nenhum grupo social. É preciso ter como preocupação maior o resgate da chamada dívida social e o combate às desigualdades sociais e regionais, "que limitam e inibem a difusão de valores do patrimônio de todos os brasileiros."

> Por outro lado, temos enorme capacidade criativa que não chega a se manifestar em razão de constrangimentos sociais [...] e ainda temos necessidade de afirmar nossa identidade, de preservar sua integridade, em face da multiforme ofensiva da **indústria cultural** [...]. Portanto, o Estado para nós é essencialmente o instrumento de um projeto de difusão de valores, de abertura de novos canais de comunicação, de descoberta de fontes de criatividade e de preservação da identidade de nossa cultura. (FURTADO, 2012, p. 95-6)[106]

Para encerrar este capítulo, vale retomar algumas observações, nesses mesmos textos, publicados em 2012, que se somam a outros

[106] Em outro ponto volta ao tema da indústria cultural, nos seguintes termos: "a grande indústria da cultura adquire peso crescente, com reflexos nem sempre positivos no processo de produção e difusão cultural. A comunidade de **criadores culturais** deve encontrar no Estado o suporte que lhe permita debater esses problemas a fim de contribuir para a preservação da identidade cultural do país." (FURTADO, 2012, p. 104)

já citados acima, de outras fontes, para formar um conjunto particular, dedicado à problemática das especificidades econômicas da produção e distribuição dos bens culturais, de reconhecida importância para a economia política da comunicação e da cultura.

Economia da cultura

Na introdução ao estudo acima citado, da Fundação João Pinheiro, sobre a Economia da Cultura (BRASIL, 1988), republicado no livro de 2012 que estamos analisando, Furtado parte da ideia já mencionada aqui de que, enquanto sistema de valores, a cultura pertence à esfera dos fins, que escapa ao cálculo econômico tradicional. "Mas já ninguém ignora que as relações entre fins e meios nos processos sociais são, com frequência, biunívocas, podendo prevalecer uns ou outros na configuração ocasional desses processos." Assim, por exemplo, lembra, na literatura oral, fins e meios se confundem, "sendo a pessoa do autor o próprio suporte de sua mensagem."

> Mas o que caracteriza a nossa época é a **autonomia e crescente importância do suporte**, cuja evolução tecnológica repercute na própria natureza da mensagem. O teatro se desdobrou no cinema, na radionovela, na telenovela; o concerto musical ao vivo, no disco, no cassete, no *compact-laser*. (FURTADO, 2012, p. 57)

Segue falando da importância da invenção da imprensa para a penetração da cultura clássica na Europa dos séculos XVI e XVII, "motivando uma explosão de criatividade", mas lembra também que

> [...] a revolução dos suportes na época contemporânea [...] deu origem ao que chamamos de **cultura de massa**, uniformizadora dos gostos e transformadora de populações inteiras em passivos consumidores de produtos culturais fabricados em grande escala. (FURTADO, 2012, p. 57)

Também se refere ao progresso do sistema de transportes, que "ampliou o 'mercado' de concertos musicais, fazendo-o acessível inclusive a artistas iniciantes." "Mais: a introdução da economia de escala na produção cultural veio privilegiar certos tipos de espetáculos, reduzindo os custos relativos, com amplos reflexos na configuração da demanda final desses produtos." (FURTADO, 2012, 58)

Já foi mencionada a compreensão de Furtado (2012, p. 54) sobre a importância das tecnologias da informação e da comunicação na mudança estrutural por que passa a civilização industrial atualmente. Como diz, elas "transformaram cabalmente a forma de difusão dos bens e serviços da cultura", intensificando os fluxos de bens culturais, o que conduz à homogeneização, que é "condição necessária para alcançar o consumo de massa", com a **subordinação da produção cultural às leis do mercado**.

> Essas transformações, causadas pelo impacto da tecnologia moderna, refletem-se na cultura como processo social. A elas deve-se a emergência de sociedades ou países especializados na produção e exportação de produtos culturais, graças ao avanço tecnológico e poder econômico, em direção aos quais tende a drenar-se a força criativa de outros povos. O problema da **dominação cultural**, antigo como a história dos contatos entre civilizações, assume novas formas em que prevalece o poder financeiro. (FURTADO, 2012, p. 58)

Esse mesmo movimento é referido em outro dos textos copilados no livro de 2012, onde a emergência de países especializados na produção de bens simbólicos é interpretada como crescimento horizontal do mercado cultural, "quer pela integração de mercados regionais, quer pela absorção de mercados locais". Também aqui a consequência é a dominação cultural que assume, assim,

> [...] dimensões antes desconhecidas. Temos, assim, sociedades que são fundamentalmente consumidoras de cultura e outras que são produtoras. E, também, produtores de arte

> que se desenvolvem com rapidez porque se beneficiam de avanços tecnológicos e outros que se marginalizam, ou se confinam em pequenos mercados. (FURTADO, 2012, p. 69)

Por outro lado,

> Em decorrência do mesmo processo, o acesso aos bens culturais tende a deslocar-se dos lugares públicos para os ambientes privados. Em outras palavras, o homem consome muito mais cultura hoje em dia dentro de sua casa do que nas salas de espetáculo e nos logradouros públicos. Ouve-se muito mais música e com mais frequência apreciam-se as artes cênicas, mas frequentam-se muito menos as salas de concerto e vai-se também muito menos ao cinema. Esse processo de **isolamento dos homens que participam da vida cultural** não pode deixar de ter consequências negativas na capacidade criativa da sociedade. Ademais, esse processo tende a aprofundar a estratificação social. (FURTADO, 2012, p. 54)

Dada essa nova situação, de enfraquecimento, pode-se dizer, das instituições da velha esfera pública, "**a política cultural, em face da revolução das tecnologias da comunicação, terá que preocupar-se não apenas em democratizar o acesso aos bens culturais, mas também em defender a criatividade.**" (FURTADO, 2012)

A questão do **trabalho cultural** é posta, na referida introdução ao estudo de 1988, nos seguintes termos:

> Na visão econômica dos processos produtivos, o trabalho é simplesmente um meio, fator de produção cuja produtividade tende a aumentar na medida em que avançam acumulação e técnicas. Ora, **no mundo das artes o trabalho não é apenas meio, mas também fim**. Neste último caso, **faz-se difícil introduzir o conceito de produtividade**. Num espetáculo ao vivo de canto, ou de dança, ou teatral, o trabalho é um fim em si mesmo. Seu custo tende a crescer

> relativamente às formas de expressão artística que se beneficiam do aumento de produtividade. Para modificar essa tendência, em todo o mundo os espetáculos ao vivo têm seus custos parcialmente socializados mediante subsídios. (FURTADO, 2012, p. 58)

Assim é o caso das **artes do espetáculo**, conhecido na literatura da economia política da comunicação. Furtado se refere na sequência a outro setor também discutido nessa literatura, como o da **arte de obras únicas**, não industrial:

> Mas quando se trata de produtos culturais únicos adquiridos individualmente, como as telas de um pintor, a tendência é para o aumento de seus preços relativos, restringindo-se o seu mercado a segmentos sociais de mais altos níveis de renda. A socialização de custos terá, nesse caso, que assumir a forma de aquisição das telas para exibição em locais de acesso coletivo. (FURTADO, 2012, p. 58)

Desses dois casos, conclui que

> [...] as atividades culturais incluem-se entre aquelas cuja demanda apresenta uma **elevada elasticidade-renda**, sendo ao mesmo tempo fortes criadoras de emprego e fracas consumidoras de divisas. Contudo, carecemos de informações sobre a matéria, até hoje considerada de pouca relevância econômica. (FURTADO, 2012, p. 59)

Carência justamente que ele estava empenhado, como ministro, a atacar.

Mas Furtado (2012, p. 67-8) já havia se dedicado a esse tipo de análise em 1986, na abertura do seminário interno do Instituto de Promoção Cultural (IPC), em Brasília. Referia-se então ao "campo conceitual pouco explorado, que é o da economia da cultura", informando que se trata de "uma problemática que emergiu a partir dos anos 1970." Retomando a questão da evolução dos suportes, define

como "ponto de partida da grande indústria cultural e da cultura de massa" a passagem "do espetáculo clássico de teatro para o espetáculo cinematográfico ou televisivo". No caso da música, "quando passamos do concerto da grande orquestra ou do virtuose de prestígio para o disco, que é um suporte que se beneficia particularmente da economia de escala, interferindo relativamente pouco na qualidade do produto cultural." Em seguida, coloca o problema do trabalho cultural de forma mais elaborada que no trecho anterior:

> Nos processos produtivos, o trabalho é simplesmente um fator de produção. Sendo um fator de produção, ele é um meio e, como meio, concorre com outros meios ou fatores de produção. A importância do progresso tecnológico reside em que ele permita não só a economia de fatores de produção, mas também seu intercâmbio. Daí que passamos a substituir trabalho (fator de produção) por não trabalho. Com o desenvolvimento da tecnologia, o trabalho tende a ceder espaço ao não trabalho, ou, se quiséssemos usar a linguagem de Marx, o trabalho vivo tende a ser substituído pelo trabalho 'cristalizado' em instrumentos. Em síntese, tendem a prevalecer os processos produtivos que são menos utilizadores de trabalho, mais capitalísticos. (FURTADO, 2012, p. 69-70)

E segue:

> Ora, no mundo das artes o conceito de trabalho é distinto. Na produção de um espetáculo o trabalho assume outra dimensão – deixa de ser meio para ser fim. Quando se produz um espetáculo [...], o trabalho do artista é um fim e, neste sentido, não pode ser substituído. A rigor, não se pode aumentar a produtividade do artista, coisa distinta de fazê-lo trabalhar mais. Mas o excesso de fadiga poderá comprometer a qualidade do que ele produz. Dessa forma,

> fora da mudança de suporte, não se pode assimilar a produção cultural às formas correntes de produção. (FURTADO, 2012, p. 70)

Furtado (2012, p. 70-73) não vai além disso, mas ainda deixa posta uma questão fundamental sobre as implicações desse fenômeno: "até que ponto a introdução crescente de técnicas de gestão cultural e de suportes voltados para o aumento de produtividade estará condicionando a criatividade?". No debate que se segue à exposição de Furtado, também reproduzido no livro, alguns temas correntes da economia política da cultura são desenvolvidos: o preço da cultura, a definição de bens culturais e a relação entre política cultural e política tecnológica. Não há necessidade de retomar esses detalhes aqui. Na verdade, em todos os textos analisados neste item, como nas análises anteriores sobre valor econômico do bem cultural, fica patente que o autor se limita aos setores artísticos referidos há pouco, sem avançar na questão da subsunção do trabalho cultural e seus limites. (BOLAÑO, 2000)

Na verdade, muitas mudanças ocorreram desde então na economia da comunicação e da cultura, especialmente após o surgimento da internet, que tornam muito mais complexo o problema e levantam questões novas e renovadas. Em todo caso, as posições do autor em nível mais abstrato permanecem perfeitamente válidas e aquelas relativas às especificidades da produção cultural nos setores que ele analisa também, ou pelo menos permanecem tão idôneas e atuais como as mais atuais e melhor elaboradas que circulam no campo hoje. Além disso, como se tratam de posições derivadas de uma percepção pioneira, formulada já nos anos 1970, têm o poder de sinalizar para questões que às vezes passam despercebidas quando se observa o objeto mais desenvolvido. Assim, por exemplo, alguns poderão pensar que a ideia de suporte estaria superada, imaginando que tudo se desmaterializou hoje, como se toda a enormidade de redes, *hubs*, servidores e equipamentos de todo tipo, inclusive os domésticos, não fizessem parte do sistema

global de cultura, como se o *software* não fosse também máquina etc. O mesmo pode-se dizer sobre a concentração, a dependência e todas as questões fundamentais que Furtado esclarece.

Acima de tudo, é preciso entender que o mundo do que muitos chamam "imaterial" é precisamente aquele em que o âmbito cultural em sentido estrito foi largamente subsumido na cultura material unificada do capitalismo avançado dos nossos dias. A separação entre bens simbólicos e bens materiais torna-se crescentemente difusa à medida que estes últimos, com o fenômeno das chamadas indústrias criativas, ou com o surgimento das redes de telefonia celular, dos *iPads*, *iPods*, *tablets* e toda a infinidade de *gadgets* que invadem todos os espaços da vida, tornam-se crescentemente portadores de sentido, enquanto os primeiros são produzidos por um trabalho cultural crescentemente subsumido, ainda que dentro de limites a serem estudados caso a caso. Mas esses limites também se aplicam ao fenômeno da subsunção do trabalho intelectual em geral, característica da terceira revolução industrial, como venho defendendo em diferentes trabalhos, vários deles citados ao longo deste texto.

CONCLUSÃO

Poderia Furtado ser incluído entre os demiurgos do Brasil, na expressão de Antonio Candido, ao lado de Caio Prado, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, como propõe Francisco de Oliveira no filme *O longo amanhecer, cinebiografia de Celso Furtado*. (MARIANI, 2007) Carlos Guilherme Mota (1978) chama a essa geração dos anos 30 do século passado de "explicadores do Brasil" e ressalta, mais especificamente em relação a Freyre e a Sérgio Buarque, seguindo Dante Moreira Leite e o próprio Candido, o seu caráter oligárquico, cada um em seu entorno regional característico, para além da ruptura que significam com o pensamento conservador anterior. Nessa categoria se enquadram também os modernistas de 1922, como o próprio Mário de Andrade reconhecerá na sua contribuição ao Testamento da Velha Geração, citado pelo autor.

A nova geração, de Florestan Fernandez e Antonio Candido, representa a superação daquela, tendo em vista a sua própria extração de classe, **uma classe média radical**, que ingressa na Universidade brasileira, transforma-a e lhe dá uma importância inusitada na **construção da "consciência nacional", obra agora de especialistas**. Na verdade, a "consciência limite" de Mario ("meu aristocratismo me puniu") expressava o "ocaso de uma época":

> Novas matrizes estavam sendo fabricadas, mas, na passagem de um momento a outro, e através dessas matrizes, filtrava-se e depurava-se e [...] passava a noção de Cultura Brasileira. Somente que, no após-guerra, ligada menos à ideia de 'consciência nacional' (como no período anterior) que à de **desenvolvimento**. Nesse passo é que se inicia a elaboração da consciência de subdesenvolvimento, noção-chave do sistema ideológico que se articularia no período posterior, ou seja, nos anos 50. (MOTA, 1978, p. 83)

Vale seguir o raciocínio:

> Esse é o processo em que se passa, considerado o plano da ideologia da cultura brasileira, e utilizando as palavras de Antonio Candido, da 'consciência amena do atraso' (Gilberto Freyre, Fernando Azevedo) para a consciência de país subdesenvolvido (Hélio Jaguaribe, Celso Furtado, Ferreira Goulart) – momento em que se assistirá à revitalização dos projetos nacionalistas em todas as frentes. (MOTA, 1978, p. 83)

Interpretando, no plano político, o sentido da construção da **ideologia da cultura brasileira**, o autor aponta que esta

> [...] funcionou como elemento de integração, num sistema cultural e político maior, de forças antagônicas, dissolvendo – no plano dos discursos ideológicos – as contradições que poderiam alterar as condições do controle social em vigência e fortalecimento progressivo desde, aproximadamente, o final do Estado Novo. No processo de formação da sociedade de classes, a noção liberal de Cultura Brasileira teve o papel de diluir as tensões, permitindo a 'liberdade de expressão' em múltiplas direções – na produção de instrumental crítico voltado contra a sociedade oligárquica (o Brasil 'arcaico')

> e nos apelos e entusiasmos à mobilização da cultura popular. (MOTA, 1978, p. 284)[107]

Citando, em seguida, Lucien Goldmann, para lembrar que a sequência de uma modernização radical com apoio das massas tende a ser a tentativa de exclusão do poder de influência destas por parte da minoria que acabou por realizar suas aspirações, o autor aponta que

> [...] a eliminação progressiva ou marginalização dos representantes do ISEB, de Furtado, de Florestan Fernandes e sua equipe e de tantos intelectuais e pesquisadores críticos etc., bem como dos estimuladores teóricos e práticos do MCP e dos CPCs e, no último lustro, de pensadores liberais do antigo estilo, parece confirmar o viés dessa abordagem. (MOTA, 1978, p. 284)

O autor se referirá ainda, em diferentes momentos do livro, a Furtado, embora não seja esse o seu foco.[108] Em todo caso, a localização feita até aqui é esclarecedora. A inclusão de **Furtado** (1980) entre os demiurgos só é aceitável quando nos referimos à *Formação Econômica do Brasil*, uma obra tardia em relação às dos outros três

---

[107] É interessante, a esse respeito, voltar à crítica do autor a Gilberto Freyre: "ao tentar mostrar que o aristocrata é um democrata, Freyre elimina as possibilidades de caracterização efetiva do senhoriato dominante. Talvez essa seja a expressão ideológica mais acabada da crise da sociedade oligárquica abalada pelo movimento de 1930. A relativização dos conceitos é tal que pareceria um disparate verificar-se, em fins dos anos 50 e nos anos 60, a resistência pouco 'democrática' de remanescentes dos estamentos senhoriais encastelados nos latifúndios às iniciativas do planejamento desenvolvimentista (SUDENE), à sindicalização do trabalhador rural (para a instalação de uma sociedade burguesa!) e às medidas do PROTERRA." (MOTA, 1978, p. 64)

[108] Lembra, por exemplo – falando da preocupação da "intelectualidade isebiana, empenhada em converter-se em arauto da 'consciência nacional'", à procura da superação do subdesenvolvimento e da instauração da "sociedade burguesa, a sociedade nacional" –, "a passagem de Furtado pelo ISEB. Suas teorias, reformistas, apontavam para a dinamização do mercado interno, 'motor' da nova sociedade, em que se eliminariam as disparidades regionais." Na mesma nota, se refere a Nelson Werneck Sodré como representante da "vertente marxista-populista" do mesmo instituto, observando que "no período do desenvolvimento reformista pareciam menores as distâncias teóricas" (MOTA, 1978, p. 166-167) no interior de um leque muito amplo de representantes da intelectualidade brasileira.

citados, influenciada pelo próprio Caio Prado e por Roberto Simonsen, mas que dá uma nova dimensão à história econômica do Brasil, abrindo de fato uma nova linha de interpretação. **É ele, ao lado de Ignácio Rangel, quem formula a primeira Economia Política brasileira**, que se constituirá no modelo de base para desenvolvimentos teóricos posteriores, como bem nota Mantega (1984).

Mas tanto Furtado como Rangel são, de origem, altos funcionários do Estado brasileiro ou de instituições internacionais formuladoras de projetos de desenvolvimento. E ambos pertenceram aos quadros do ISEB. Afastam-se, portanto, em termos de extração de classe e de inserção institucional, e não só de "geração", dos outros "intérpretes", devendo ser mais adequadamente considerados como pertencentes àquela classe média radical de especialistas do período desenvolvimentista e posterior, que encontra em **Jaguaribe uma consciência de classe inusitada**, como ressalta, mais uma vez, Mota (1978, p. 158):

> A História, sobretudo a da República Velha, tomou o rumo da oposição entre civis e militares a partir do fato de 'a classe média, depois de vitoriosa com a República, não ter compreendido sua verdadeira condição'. O equívoco fatal para a 'classe média' era a divisão antagônica entre seus membros civis e militares, inconscientes de sua 'condição de classe', e perdendo poder para o capitalismo.

O próprio Furtado (1968, p. 3) desenvolve uma reflexão importante sobre o tema, em seu artigo *Brasil: da República oligárquica ao Estado militar*.[109] Em linha com seu método histórico-estrutural, parte da constatação de que, ao início da era republicana (1889), a sociedade brasileira praticamente não se diferenciava daquela

[109] Na sua contribuição à coletânea sobre o Brasil, por ele coordenada, a pedido de Sartre, para a revista francesa *Les Temps Modernes*, número 257, em que Jaguaribe assina o segundo texto, seguido de Weffort, Fernando Henrique Cardoso, Florestan, J. Leite Lopes, Otto Maria Carpeaux, Jean-Claude Bernardet e Antônio Callado. A edição brasileira saiu em 1968, como livro, pela editora Paz e Terra, com o título *Brasil: tempos modernos*.

do período colonial. "A escravidão fora abolida no plano jurídico (1888), mas a unidade social básica continuava a ser o grande domínio agrícola."

No último quartel do século XIX, com a expansão da economia cafeeira, essa situação se transformaria significativamente: o núcleo econômico principal desloca-se para uma região até então basicamente inexplorada, importantes deslocamentos populacionais ocorrem, constitui-se um mercado de trabalho livre pela afluência de migração europeia e põe-se em marcha um vigoroso processo de urbanização.

> Por último, acentua-se a transformação da classe dirigente, deslocando-se no controle do aparelho do Estado os grupos feudais da região Norte, em benefício da burguesia cafeeira, cuja imagem era a de uma classe progressista voltada par a modernização. (FURTADO, 1968, p. 4)[110]

A consequência política desse deslocamento de poder econômico se materializa na eliminação da Monarquia, uma estrutura de governo distante, e a instituição de uma República oligárquica controlada diretamente pelos cafeicultores que, paradoxalmente, tornam-se o centro das decisões econômicas "mediante um processo de descentralização federal, o qual deu grandes poderes aos governos dos estados, e transformou o Governo central em projeção e instrumento dos governos dos Estados cafeeiros." (FURTADO, 1986, p. 5)

Outra característica relevante do período foi "a **ascensão da classe militar e sua crescente projeção política**", decorrência, por certo, das disputas de fronteiras, na segunda metade do século XIX, entre os estados nacionais que se consolidavam no continente sul-americano, que muitas vezes degeneraram em guerras, como as do Paraguai, na década dos anos 60, e a do Pacífico, na seguinte. O fato é

[110] Não vamos nos deter aqui no debate sobre o feudalismo. O próprio Furtado rejeitará essa ideia posteriormente. Mallorquin (2005) detalha a evolução do pensamento do autor a esse respeito. Para a nossa discussão aqui, a questão é irrelevante.

que o período assistirá a um esforço de modernização das forças armadas, com assistência técnica de potências europeias (alemã, no caso do Chile, e depois da Argentina, francesa, no do Brasil), representando, de fato, o **início do processo de modernização do Estado** nesses países. "Para o Brasil, a época das tensões com países vizinhos passaria, uma vez arbitrado de forma definitiva, em 1902, o litígio com a Argentina. Mas **a hipertrofia do aparelho militar permaneceria**". A conclusão de Furtado (1986, p. 6) é que

> A modernização das Forças Armadas permitiu dar início à formação de quadros técnicos num País cuja *Intelligentsia* formava-se tradicionalmente nas escolas de Direito. Um contato maior com as bases do pensamento científico e um acesso real a formas da tecnologia moderna deram aos militares um complexo de superioridade em seu trato com os quadros dirigentes do País, formados quase exclusivamente de juristas na fase que estamos considerando.

Esse movimento, de "modernização precoce" das forças armadas "no âmbito de um Estado nacional que apenas se estruturava", acompanha outro de **formação de uma classe média urbana**, cujos anseios de participação no processo político transforma-a em "fator de crescente perturbação do funcionamento da República oligárquica", que se apoiava em uma "estrutura de poder que tinha como base a forma tradicional de dominação exercida pela classe latifundiária sobre as populações rurais." Do outro lado "estavam as classes médias urbanas em rápida expansão, portadoras de ideias liberais, aspirando a formas modernas de vida." (FURTADO, 1986, p. 7) Esse "conflito estrutural" marcará a vida política brasileira de 1890 a 1930. Nessas condições, acaba por se estabelecer a aliança entre os dois setores da classe média citados por Jaguaribe (civil e militar), que culminará na Revolução de 30:[111]

[111] Alfredo Bosi (2010, p. 242) esclarece muito quando lembra: "A Revolução de 30 continha um componente duplo, antioligárquico e conciliador, modernizante e conservador, que acabou

> As oligarquias coligadas, controlando os centros de decisão do aparelho estatal, fechavam as portas a toda evolução institucional. À classe média não ficava senão o recurso de apelar a métodos não 'convencionais' de luta política. Em tais circunstâncias, as Forças Armadas foram trabalhadas pelos políticos de classe média e transformadas no principal instrumento de ataque das posições da oligarquia. As condições dessa aliança eram muito propícias, pois não somente os quadros de oficiais eram recrutados em sua grande maioria na classe média, mas estavam eles imbuídos da ideia de que constituíam a vanguarda modernizadora da sociedade, comungando assim, formalmente, com a mesma ideologia 'progressista' da classe média liberal. (FURTADO, 1986, p. 7-8)[112]

Ainda assim, a pressão modernizadora dessa aliança civil-militar só logrou desmontar a antiga estrutura de poder a partir do desmoronamento da economia cafeeira com a crise de 1929. Furtado generaliza, dizendo que "essa capacidade de resistência das velhas estruturas, que se tornara notória no processo de liquidação da escravidão, tem sido um traço permanente da evolução institucional

---

deslocando a hegemonia da economia agroexportadora do Brasil para o processo de substituição de importações, via industrialização com apoio do Estado. Essa combinação de conservadorismo e inovação, de Ordem e Progresso, tem raízes culturais positivistas, de resto plenamente assumidas pelos primeiros ocupantes do governo instalado em 1930, Getúlio Vargas, Lindolfo Collor e Neves Fontoura, todos discípulos de comtianos gaúchos ortodoxos, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Celso Furtado não só admite em seu autorretrato intelectual a presença do positivismo científico (primeira camada teórica subjacente à sua formação) como adverte, em termos de condicionamento econômico, a singularidade do viés positivista antiliberal da política gaúcha."

[112] Para Furtado (1986, p. 8), é a habilidade de políticos líderes dos grupos emergentes de classe média, como Ruy Barbosa, que transforma as forças armadas em instituição permanente, na Constituição de 1891, estatuindo ainda que "a autoridade do Presidente da República sobre a hierarquia militar deveria exercer-se *dentro dos limites da lei*", que, embora não agradasse aos chefes militares no momento, que viam nele o risco da indisciplina, ao estabelecer que a obediência das forças armadas ao poder civil deveria se dar nos termos da lei, abria a porta "aos líderes da classe média para intrigar os comandos militares contra as autoridades da República oligárquica. Os chefes militares foram transformados em árbitros da legitimidade das decisões do poder civil e as Forças Armadas, através de seus clubes de oficiais, passaram a atuar, seja como grupo de pressão, seja como partido político da classe média."

brasileira." O processo de industrialização, por sua vez, iniciado então, será responsável por uma segunda urbanização, em que surge um segundo ator político fundamental, para além das classes médias e empregados em serviços: a **classe operária industrial**. "A essas duas camadas urbanas se acrescenta uma terceira, criada pela intensificação do crescimento demográfico, que surgiria como variável autônoma a partir dos anos quarenta" (FURTADO, 1986, p. 9), formando-se, por efeito das migrações internas, uma crescente **massa urbana** que punha em marcha "um processo de muito maior profundidade", que não se restringia aos limites da democracia formal da ideologia da classe média.

Assim, o projeto de ampliação do processo político, nos marcos de

> [...] uma República liberal, na qual os grupos de classe média representassem a frente progressista, compartilhando o poder com os grupos oligárquicos, mediante um sistema de representação qualificada que conservasse as massas urbanas sob uma tutela similar à que vinha prevalecendo com respeito às massas rurais, (FURTADO, 1986, p. 10)

fracassara.

> O atraso e o tumulto com que se realizou a revolução liberal deixou a porta aberta à passagem das massas urbanas, abrindo a era do **populismo** e criando sérios obstáculos ao funcionamento de uma democracia formal capaz de conciliar a preservação de interesses oligárquicos com as reivindicações liberais da classe média. (FURTADO, 1986, p. 10)

Nessas condições, o processo político brasileiro se organizará em torno de um novo eixo de confrontação, entre "o ideário liberal – que agora serve para encobrir todas as formas de defesa do *status quo* – e as aspirações confusas mas cada vez mais difíceis de eludir das massas, cuja satisfação exige não apenas reformas no Estado mas na própria sociedade." Essa mudança do papel da classe média

coincidirá com uma mudança também do papel dos militares, incorporados ao projeto de "segurança ampliada" dos Estados Unidos. Assim, ao contrário do que ocorrera à época em que os militares – armados de uma "consciência da nacionalidade, acima das lealdades de grupo ou classe social" – empenham-se "na descoberta do território nacional, no conhecimento dos seus recursos potenciais e se ligam à ideologia da classe média voltada para a modernização das instituições", no período que se abre em 1945, "envolvidos pelas doutrinas racionalizadoras da guerra fria, os militares brasileiros entram numa fase de perplexidade que levará muitos à perda da noção de **identidade**." (FURTADO, 1986, p. 11-13)

O golpe militar de 1964 tem, portanto, raiz profunda nessa oposição entre uma classe média (civil e militar) que se recusa a identificar-se com os legítimos anseios da classe trabalhadora e das grandes massas populares, que poderiam constituir as bases de uma aliança progressista capaz viabilizar as reformas de que o país necessitava para avançar, mas que horrorizavam tanto as elites tradicionais quanto ela própria, interessada agora na manutenção do quadro institucional e avessa, portanto, à inovação político-institucional.

Não há porque avançar mais nesta discussão, mas é interessante verificar que, nos textos sobre a questão cultural de 1984, Furtado volta ao tema da classe média, propondo a sua aliança com o povo como solução criativa para os impasses com que se defrontava o país frente à crise. Já sabemos como o autor vê a separação elite-povo, que marca a evolução cultural brasileira ao longo do século XIX, assim como o valor que dá aos movimentos artísticos e intelectuais, como o dos modernistas de 1922, que procuram incorporar a criatividade característica do povo brasileiro. A **aliança classe média -povo** é posta nos seguintes termos:

> A urbanização torna a presença do povo mais visível, e também mais difícil de escamotear a criatividade cultural deste. Mas é a emergência de uma classe média de importância econômica crescente que introduzirá elementos novos de

> peso na equação do processo cultural brasileiro. A classe média forma-se, no quadro da modernização dependente, mediatizada por uma industrialização que segue as linhas da substituição de importações. Contudo, a grande maioria de seus elementos está demasiado próxima do povo para poder ignorar a significação cultural deste. Mais ainda: o caráter de massa da cultura da classe média faz que suas relações com o povo sejam não de exclusão, como era no caso das elites bovaristas, e sim de envolvimento e penetração. Desta forma, **a ascensão da cultura de classe média é o fim do isolamento do povo, mas também o começo da descaracterização deste como força criativa.** (FURTADO, 1984, p. 24)

Furtado define três planos em que a problemática da cultura e do desenvolvimento, nos termos que já conhecemos, se coloca ao final do século XX:[113]

> Num primeiro plano o crescente papel da indústria transnacional cultural, que opera como instrumento de modernização dependente. Num segundo plano, assinala-se a incipiente autonomia criativa de uma classe média assediada pelos valores que veicula essa indústria, mas que tem uma face voltada para a massa popular. Em terceiro plano, abarcando todo o horizonte, perfila-se essa massa popular sobre a qual pesa crescente ameaça de descaracterização. (FURTADO, 1984, p. 24)

Trata-se, portanto, de um momento crítico, em que a tomada de consciência daquela classe média, ainda muito próxima cultural-

[113] O autor caracteriza a situação ao final do século XX "de **explosão dos meios de comunicação**", o que faz com que "o processo de globalização do sistema de cultura terá que ser cada vez mais rápido, tudo levando a crer que estamos fechando o ciclo que se abriu no século XVI." Nesse momento, todos os povos da terra são chamados a lutar pela preservação da sua identidade cultural própria para poder continuar contribuindo para o enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade. Os que não se qualificarem "serão relegados ao papel passivo de simples consumidores de bens culturais adquiridos nos mercados. Ter ou não direito à criatividade, eis a questão." (FURTADO, 1984, p. 25)

mente do povo, é chave. O avanço da grande indústria cultural – e aqui é preciso insistir, coisa que o autor não faz, independentemente da propriedade dos meios de comunicação, tendo em vista a transcendental aliança entre os oligopólios culturais nacionais e transnacionais na organização do sistema global de cultura – representa um risco inédito de descaracterização da força criativa do povo, potencialmente assimilável pelo populismo de mercado facilmente observável hoje na estratégia das grandes empresas que comandam o oligopólio midiático brasileiro, irresponsavelmente secundado por uma parcela importante da academia do país. Furtado (1984, p. 24-25) apresenta, ao que parece, uma visão mais otimista:

> A emergência de uma **consciência crítica** em alguns segmentos da classe média está contribuindo para elevar o grau de percepção dos valores culturais de origem popular, criando áreas de resistência ao processo de descaracterização. Uma nova síntese, capaz de expressar a personalidade cultural brasileira, depende, para definir-se, da consolidação dessa consciência crítica, pois somente ela pode preservar os espaços de criatividade que sobrevivem na massa popular.

A alternativa (pessimista) é a do avanço da acumulação em uma sociedade crescentemente heterogênea, como na fase expansiva do ciclo militar recente, em que o rápido desenvolvimento das forças produtivas, aliado aos baixos salários, proporcionavam um aumento importante do excedente

> [...] em benefício de uma classe média cujos padrões de consumo se distanciam consideravelmente dos da massa da população. Constituída de profissionais, quadros superiores civis e militares e trabalhadores especializados, esses grupos emergentes ampliam o sistema de dominação social e modernizam as estruturas de poder. (FURTADO, 1978, p. 68)

A centralidade da classe média no modelo sociológico de Furtado (1974, p. 82) para o caso brasileiro, de raiz isebiana, faz parte de uma percepção do processo histórico em que aquela joga um papel crucial na balança do poder e a sua alternativa é claramente na direção de uma aliança entre essa classe média e o povo, em que cabe a este a definição dos fins últimos da mudança política. Note-se que a **dependência cultural** é um problema das elites que tem um impacto sobre as massas: "o comportamento dos grupos que se apropriam do excedente, condicionado que é pela situação de dependência cultural em que se encontram, tende a agravar as desigualdades sociais, em função do avanço da acumulação." Podemos dizer que é a consciência da classe média que está em disputa, se considerarmos, nos termos da simplificação marxista da estrutura de classes, que Furtado elogiou, como vimos, apenas dois projetos de sociedade, opondo capitalistas e trabalhadores.

É nesse sentido que entendo a afirmação de que

> [...] **a classe média constitui-se no *locus* privilegiado da criação cultural, interagindo entre a modernização dependente e a busca de uma identidade que somente pode vir das raízes populares**. A concentração de renda não é senão o verso da modernização dependente. (FURTADO, 2012, p. 39-40)

Podemos entender isto como um elemento crucial da luta pela hegemonia. Não há dúvidas de que a solução do autor é (reconhecidamente) reformista, mas me parece injusta a crítica que faz Plínio de Arruda Sampaio Júnior – num trabalho, aliás, importante e muito correto, inclusive no que se refere à consideração que faz da obra de Furtado – de que o modo como este trata "a autonomia relativa dos centros de decisão leva-o a superestimar as potencialidades reformistas das elites dirigentes e o papel da tecnocracia como demiurgo do desenvolvimento nacional." (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p. 200)

Quem esclarece bem o ponto é Alfredo Bosi, que tem um capítulo sobre Furtado em seu importante livro *Ideologia e contraideologia*, que vale recuperar neste ponto. Note-se, para começar, que a teoria de Furtado

> [...] tem uma dimensão hegeliana na convicção de que o desenvolvimento está contido, *en-volvido*, na história da humanidade, na medida em que se adota o termo *potencialidade* como pressuposto do processo inteiro. O desenvolvimento não seria uma irrupção do acaso, um movimento que viria de fora; ao contrário, arranca de um fundo virtual de formas de vida que irão definindo ao longo dos milênios um ser em projeto, chamado homem. (BOSI, 2010, p. 234)

Citei no capítulo quarto uma frase de Furtado em que define justamente o homem como ser em autoconstrução, mas o mais interessante agora é relacionar essa perspectiva hegeliana do autor com a ideia de **formação**, herdada da filosofia alemã, mas fundamental também no debate brasileiro, no interior do qual Furtado tem uma posição de destaque.[114] Não é o caso de desenvolver o ponto aqui. Cito apenas um trecho de Maria Eduarda Rocha (2012, p. 3) em que o problema é proposto de forma sintética e justa:

[114] Há consenso sobre a situação da *Formação econômica do Brasil* entre aquele conjunto, referido no início do importante trabalho de Paulo e Otilia Arantes já citado, de obras como *Formação do Brasil contemporâneo*, *Formação política do Brasil*, *Formação do patronato político brasileiro*, *Formação da literatura brasileira*, para não falar de *Raízes do Brasil* ou *Casa grande e senzala*, que só não têm a "formação" no título, testemunhas de uma "verdadeira obsessão nacional" pelo tema. (ARANTES; ARANTES, 1997, p. 11) Também há consenso entre os economistas, ao menos os críticos, sobre a afirmação de Mantega que reproduzi acima nesta conclusão. João Antonio de Paula (2007, p. 274), leitor também dos Arantes, parafraseando Dostoievsky, afirma que "todo o pensamento crítico em economia no Brasil descende de Formação econômica do Brasil". Assim também a ideia, bem trabalhada aqui, do desenvolvimento imitativo deve ser tomada como o aspecto no plano da cultura material daquelas "ideias fora do lugar", do célebre trabalho de Roberto Schwartz, que se pode comparar com Furtado, inclusive nos momentos, por exemplo, em que faz a crítica da economia política brasileira, reivindicando o exercício da criatividade intelectual a partir das especificidades da nossa situação histórica e da nossa cultura.

> A formação é um processo com sentido, e este sentido, via de regra, é a internalização de certa dinâmica, econômica, política, literária... Como conceito, guarda uma relação umbilical com o marxismo e sua perspectiva histórica, ao focar a maneira como um determinado fenômeno se manifesta ao longo do tempo. Na sucessão temporal em que organiza os fatos, o conceito de formação aponta para um preenchimento progressivo do ente em questão, que vai ganhando as suas determinações. Ao final do processo, o que estava pressuposto, o que só existia em potência, passa a existir de fato, na medida em que passa a ter em si mesmo as suas próprias determinações. A análise furtadiana da economia brasileira pode ser vista sob esse prisma, na medida em que ela traça uma internalização progressiva das variáveis fundamentais e do comando da acumulação capitalista. Mas o lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho o torna mais vulnerável às ondas de influência que vêm do centro do sistema capitalista mundial, de maneira que a formação é um processo inconcluso e problemático. O mesmo acontece na interpretação da cultura brasileira.

Ora, a questão da relação entre elite e povo é crucial nessa construção da nacionalidade e, no caso de uma nação que se alça, como insiste Furtado, em poucas décadas, da condição de um arquipélago de feitorias para a modernidade pela mão de uma elite culturalmente dependente e que rejeita a contribuição da cultura popular, justamente aquela que determina as particularidades da identidade nacional, como vimos, essa questão torna-se crucial. Imagine-se o caso da maioria dos países da África negra em que a separação entre elite e povo está marcada por um fosso linguístico em que aquelas

> [...] elites francófonas ou anglófonas não apenas usam as línguas coloniais como meio de governo, como também conhecem e amiúde admiram a literatura de seus ex-colonizadores,

> havendo optado por escrever uma literatura africana moderna em línguas européias (APPIAH, 2010, p. 20)

que a maioria dos seus cidadãos desconhece.

Sabe-se a que custo se deu a homogeneização linguística do Brasil – parte essencial daquela unidade cultural prévia à formação do Estado, enquadrada pelo barroco brasileiro, a que Furtado se referia em trechos citados anteriormente –, cuja industrialização, ademais, a partir dos anos 1930, muda também a cultura, na medida em que se reduz progressivamente a participação de bens importados na cesta de consumo, inclusive das camadas de maior poder aquisitivo,

> [...] enquanto a população crescia, particularmente nas áreas urbanas. Uma nova realidade social começava a emergir: os ricos, consumindo produtos nacionais, já não eram vistos como habitantes de outro planeta, e a classe média em formação ocupava espaços crescentes e assumia posições de **liderança no plano cultural**. (FURTADO, 1998, p. 40)

A esperança que Furtado deposita na classe média no momento da transição democrática está posta nesse plano. Numa situação em que "o mimetismo das elites e a assimilação passiva da cultura material exógena conspiram contra a afirmação da soberania cultural e da riqueza cultural, do sistema de valores, do povo brasileiro", em que, "mesmo com aumento do nível médio de vida da população, muitas vezes não se conduz a um processo de homogeneização social", (BRANDÃO, 2012, p. 13) uma classe média com acesso a posições de poder poderia assumir um papel de **mediadora** da cultura popular na construção nacional, como aliás ocorrerá ao longo de todo o século XX, como, vimos, adverte Furtado, desde o movimento modernista.

Momento emblemático desse processo, para exemplificar, terá sido a apresentação de Mestre Bimba e seu grupo, para o Presidente

Getúlio Vargas, daquela arte popular brasileira de raiz incontestavelmente africana, até pouco tempo antes submetida a dura repressão policial, jogo de marginais que se alçará à condição de esporte nacional, com veleidades olímpicas, praticado hoje nas melhores academias de classe média em todo o país. (BOLAÑO, 2003; REIS, 1993) Paula Montero (1999) descreve bem como intelectuais das elites brancas e das camadas populares negociaram esse aspecto da integração do negro à nação nos anos 1930, fundamental na construção do Estado Nacional, num processo evidentemente contraditório, em que a maioria dos grandes mestres baianos, Pastinha à frente, resistirão ao tipo de integração proposto, brandindo o argumento da tradição e da ancestralidade africana que estaria sendo ultrajada. Pode-se intuir a importância do papel mediador, nesse processo, dos discípulos brancos de classe média de Bimba, influenciados também pelo positivismo da época que forma uma das três fontes originárias do pensamento de Furtado a que me referi no capítulo primeiro acima e também, em nota, nesta conclusão.

Mas não nos impressionemos. Bosi insiste, corretamente, na adesão de Furtado à ideia de "Planejamento e de Estado de direito [que] estão na base do pensamento social democrático" dele próprio "e de seu mestre Karl Mannheim", a terceira das três fontes (marxista) reconhecidas por Furtado, lembrando um trecho de *Os ares do mundo*, em que Furtado retoma a ideia de Alfred Weber desenvolvida por Mannheim (apud BOSI, 2010, p. 244)

> [...]de que a ***intelligentsia***, socialmente desvinculada constitui um estrato social heterogêneo capaz de desempenhar um papel autônomo no processo de tomada de consciência dos problemas sociais cruciais que se apresentam a um povo.

Se é que em algum momento aquela referida influência positivista criou alguma ilusão de tipo tecnocrático no pensamento de Furtado – o que seria perfeitamente compreensível no caso de um jovem intelectual empenhado na construção de teorias e métodos

para o planejamento público visando a eliminação do atraso e o desenvolvimento, numa instituição nova do tipo da CEPAL, naquela época –, isso seguramente estava superado já, pelo menos, no final dos anos 1960. É o conceito de *intelligentsia* que fundamenta, como bem nota Bosi, a sua visão reformista.

Ao contrário, o seu empenho é "contrapor à tecnoburocracia uma inteligência crítica capaz de sondar as causas mesmas da dependência com o propósito de instruir políticas públicas de longo alcance." Furtado, na verdade, apresentará, nos seus textos "de plena maturidade", aversão às "tecnoburocracias próprias dos regimes autoritários, às quais ele desejaria opor novas e ousadas formas de imaginação política", como aquelas representadas pelo MST. "Em *O Brasil pós-'milagre'*, Celso Furtado vai além desse ideal de uma elite pensante, pois acolhe o projeto de uma 'ampla mobilização popular' para que a ação do Estado venha a servir, de fato, a sociedade como um todo." O que Furtado defende é a existência de **uma vanguarda intelectual engajada, o oposto da tecnocracia**, que "tende a reforçar os interesses de grupos já beneficiados pela concentração de renda." (BOSI, 2010, p. 245, 247)

Em nenhum lugar essa posição aparece de forma tão clara e simples como no prefácio à *Dialética do desenvolvimento*, às vésperas do golpe militar:

> **A responsabilidade dos intelectuais** em nenhuma época foi tão grande como no presente. E essa responsabilidade vem sendo traída pela ação de uns e a omissão de outros. Os cientistas, responsáveis pela manipulação dessa suprema criação do intelecto humano que é a ciência experimental, puseram-se a serviço de mitologias políticas contra a humanidade, transformando o destino do homem sobre a Terra em simples dado de um problema político [...] que por sua própria natureza está essencialmente constituído de elementos irracionais. Por seu lado o cientista social [...] é o grande omisso da época presente, por comodismo ou covardia [...].

> [O] intelectual tem uma responsabilidade social particular, sendo como é o único elemento dentro de uma sociedade que não somente pode, mas deve, sobrepor-se aos condicionantes sociais mais imediatos do comportamento individual. Isso lhe faculta mover-se num plano de racionalidade mais elevado e lhe outorga uma responsabilidade toda especial: a da inteligência. Porque tem essa responsabilidade, o intelectual não se pode negar a ver mais longe do que lhe facultam as lealdades de grupo e as vinculações de cultura. Seu compromisso supremo é com a dignidade da pessoa humana – atributo inalienável do ser do intelectual. (FURTADO, 1964, p. 9-10)

E, na apresentação já do livro, fala em primeira pessoa:

> Em face da precipitação dos acontecimentos, que parecia iminente, senti que **a responsabilidade do trabalhador intelectual se sobrepunha a todas as demais**, e uma vez mais pude comprovar que são as circunstâncias que dizem quanta sobrecarga de trabalho pode alguém impor-se. (FURTADO, 1964, p. 10)

Fico tentado a entrar no tema da subsunção do trabalho intelectual e seus limites, que venho trabalhando há bastante tempo, como já disse antes. Algo disso foi retomado em Bolaño (2013). O próprio Furtado tem um *insight* muito interessante sobre o tema, analisando os dilemas da economia soviética nesse mesmo livro, mas reservo-me para retomá-la em uma próxima ocasião. Melhor prosseguir ainda com a questão da classe média em termos genéricos, que foi posta na ordem do dia no Brasil nos últimos anos, decorrência de uma interpretação bastante generalizada, em círculos oficiais e midiáticos, do recente processo de elevação do poder aquisitivo de uma parcela da população e da sua capacidade de

consumo.[115] Na verdade, a grande mudança do capitalismo que se apresenta neste início de século é a expansão da China, cujas especificidades culturais Furtado analisou em páginas de extrema argúcia, já referidas.

Para Antonio Barros de Castro (2012), a expansão chinesa estabelece novas tendências na economia mundial, a saber, (a) um renovado leilão de recursos que muda a posição de países produtores de *commodities*, por exemplo, impulsionando o fenômeno dos chamados países emergentes;[116] (b) uma mudança nas expectativas de retorno dos investimentos; (c) um ambiente competitivo mais difícil para países como o Brasil, pelo fato de que a economia que mais cresce é também a que vem conquistando sistemáticos ganhos de produtividade, desqualificando a teoria de que a produtividade cresce nas economias em desenvolvimento, enquanto decresce nas maduras; (d) uma redução brutal dos preços, que provoca (e) uma explosão de consumo, responsável por uma revolução no conceito de classe média, entendida, nos anos 1950-60, como aquela capaz de consumir determinados bens "posicionais", para usar uma palavra da moda. É este último aspecto o que nos interessa.

Ainda reconhecendo como positivas as políticas sociais do governo brasileiro, responsáveis por um processo de inclusão social importante ao longo dos anos de governo de Lula e Dilma Rousseff,

---

[115] Note-se que a questão envolve também a problemática dos intelectuais e da subsunção do trabalho intelectual, dado que o processo de inclusão social, como se diz, foi acompanhado também da ampliação do ingresso nas universidades brasileiras, especialmente as públicas e inclusive através de políticas de discriminação positiva, com as quais não tenho dúvidas de que Furtado concordaria e que terão, sem dúvida, impactos culturais significativos no futuro.

[116] Fenômeno que Carlota Perez (2009), por exemplo, considera também como estrutural e irreversível: "A Ásia, em geral, transformou-se na grande linha de montagem do planeta. Esse continente, com mão de obra abundante e recursos naturais escassos, tem vantagens insuperáveis no setor manufatureiro, que cobre de produtos eletrônicos a têxteis. A América Latina, por sua vez, é um subcontinente muito rico em recursos naturais e com pequena densidade populacional. As indústrias de processamento, da agroindústria à metalurgia e química, são um espaço de especialização e inovação repleto de oportunidades [...]. Os recursos naturais, em um mundo globalizado, jamais serão baratos. Ainda que seus preços caiam com a recessão, os limites da oferta sempre serão uma barreira contra prejuízos."

Castro lembra que se trata de um fenômeno mundial, visível em qualquer país da América Latina, da Ásia ou da África, onde se destaca o caso de Angola. "[...] a China está fazendo o que todo mundo sempre quis fazer, ofertar produtos baratos, e isso é que deu a explosão de consumo, isto é, que deu a revolução social que está em marcha." A expansão chinesa terá significado, então, podemos dizer, acima de tudo, um generalizado processo de inclusão da periferia, de modo que a lógica acumulativa do capitalismo global já não deixa praticamente nada de fora (o que evidentemente não significa que a miséria tenha sido superada), num mundo que "ao menos comercialmente [,] é sinocêntrico". (CASTRO, 2012, p. 209)

Trata-se, em linguagem furtadiana, por um lado, da continuidade do processo de expansão da civilização industrial, iniciada sob o comando da Inglaterra, tendente a unificar a cultura material por todo o planeta, mas que envolve, por outro, uma importante ruptura no plano da racionalidade, (BOLAÑO, 2013) numa situação de crise (e negociação) de hegemonia, de expansão horizontal, portanto, que implica certa desconcentração, no âmbito econômico internacional (com reflexos já no político, mas não no militar), invertendo de alguma forma a tendência anterior, de retomada da hegemonia americana. (TAVARES, 1985) É sabido que, ainda que mitigada pela crise europeia e norte-americana na presente conjuntura, trata-se de uma expansão reconhecidamente irracional, pelo que significa em termos de pressão sobre os recursos naturais e a saúde do planeta, reavivando também os temores expressos por Furtado em 1974, analisando o relatório do Clube de Roma, sobre a eventual generalização dos estilos de vida típicos dos países centrais.

Elmar Altvater tem uma importante contribuição para a boa compreensão do problema em seu livro de 2005, cujo título – *O fim do capitalismo como o conhecemos* – é emblemático. Discute os três aspectos da atual crise civilizacional (financeira, social e ecológica), considerando que "o fim do capitalismo como o conhecemos é um regime de recursos renováveis com as correspondentes formas so-

ciais e uma economia de configuração solidária", (ALTVATER, 2005, p. 35) o que exigirá, sem entrar na análise do seu instigante livro, uma enorme mobilização das forças criativas nos três planos em que se move o pensamento de Furtado sobre a cultura. Colocando o problema nos termos de Bataille (2009) – interessante intérprete do trabalho de Perroux sobre o Plano Marshall, à sua época –, se um sistema não pode mais crescer, como vimos, torna-se absolutamente necessária a perda sem benefício.

Polanyi (1992) presenciou e analisou em páginas inspiradas uma situação em que o problema se resolve em forma catastrófica, possibilidade sempre presente para Bataille, que preferiria, por certo, uma solução, vimos, em que a consciência aceitasse que o crescimento se resolvesse em puro gasto, sem nada por objeto, posição que deveria ser tomada em alta consideração nas atuais condições, em que o nível de entropia do sistema é tal que seria necessário negociar condições de desenvolvimento que se traduzam em redução do crescimento em nível global, sem prejuízo da expansão das áreas subdesenvolvidas, o que de certa forma já vem ocorrendo, por força da crise, em benefício sobretudo da China, mas sem a mobilização dos instrumentos do direito e a construção do consenso, para o qual a melhor parte da *intelligentsia* global se mobiliza.

A produção cultural poderia fornecer uma boa válvula de escape, naquele sentido, como o próprio Furtado aponta, podemos dizer, ao citar os trabalhos de Lygia Clark e Keith Arnatt, defendendo a ideia de "fundir o criar com o viver", como vimos no capítulo terceiro acima, mas ela própria, submetida aos ditames da Indústria Cultural e à lógica da mercadoria, se insere no sistema produtivista que o nosso autor também critica, inclusive quando propugna, em relação ao campo científico, pelo restabelecimento do "primado da sabedoria sobre o do conhecimento", como uma revolução cognitiva necessária. A solução radical de Furtado, em *Criatividade e dependência*, aposta justamente nos movimentos ecológico e feminista, na busca de um sistema global de cultura alternativo que recupere

as energias criativas da sociedade para restituir a primazia dos fins desse ser em permanente autoconstrução, que é o homem. Fins resumidos na expressão "enriquecimento da vida", que ele usa.

O grupo *Direito e subdesenvolvimento: o desafio furtadiano*, coordenado na Faculdade de Direito da USP por Gilberto Bercovici e Alessandro Octaviani, empenhado na construção de uma "inteligência coletiva" para refletir sobre os instrumentos jurídicos, fiscais, financeiros e administrativos necessários à reestruturação do Estado e à retomada do projeto nacional de superação do subdesenvolvimento, desenvolve um interessante projeto teórico de construção de uma economia política da forma jurídica, base para um direito econômico baseado no conceito de excedente e não de escassez. A premissa de Furtado, para eles, é a democratização

> [...] dos recursos de poder econômico, político e cultural, tornando as massas atores centrais do processo, capazes de imprimir novas escolhas quanto aos valores substanciais que a sociedade há de implementar, integrados aos instrumentos técnicos de que dispõe. Assim, alcançar o desenvolvimento é simultaneamente reorientar o fluxo de recursos, alargar a base dos que decidem sobre ele e transformar os fins a que a sociedade se orienta, capacitando-a a responder aos desafios mais urgentes da coletividade nacional e mundial. (BERCOVICI; OCTAVIANI, 2013, p. 50)

Seja no nível nacional, seja no global, o objetivo fundamental é uma extensa redistribuição da renda e democratização dos recursos de poder, no sentido da redução progressiva da heterogeneidade estrutural. Se quisermos manter-nos fiéis ao projeto de Furtado, um desenvolvimento alternativo nessa linha exige uma ação planificadora firme do Estado – e dos mecanismos e instituições de planejamento e de construção de consenso em nível internacional – não no sentido de uma "engenharia social", que ele critica, mas no da liberação das forças criativas da sociedade nos três planos cita-

dos. Não vou entrar aqui naquele da cultura material, em que deve prevalecer a ideia de sustentabilidade, ou no da criatividade política e institucional, bastante óbvios, ainda que não por isso menos difíceis, na medida em que a questão de fundo é a luta pela redistribuição da renda e dos recursos de poder em nível nacional e internacional. Paul Singer, na apresentação à edição brasileira do livro de Altvater citado, coloca a questão geral em termos de um marxismo renovado. Referindo-se aos novos movimentos sociais dos anos 1960 e 1970, que extrapolavam as determinações estritas do velho movimento operário, como os movimentos juvenis, feministas, pacifistas, ambientalistas, gays, afirma que

> [...] o fim do capitalismo não pode ser obra de uma classe só chefiando outras, sobretudo se a sociedade sucessora tiver de eliminar as contradições do capitalismo sem abrir mão de qualquer conquista democrática alcançada ao longo da luta contra ele. Se a sociedade alternativa ao capitalismo tiver de ser muito mais democrática, justa e solidária do que a que hoje conhecemos, é lógico concluir, com Braudel e Altvater, que o fim do capitalismo só será alcançado pela extensão e multiplicação das lutas por mais democracia e igualdade aqui e agora e pela construção ativa e cada vez mais efetiva de uma alternativa social e econômica crível. (SINGER, 2010, p. 18)

Chamemos a isto desenvolvimento, ou "verdadeiro desenvolvimento", ou autoconstrução do homem, a criatividade no nível da cultura não material é fundamental. Tomemos o caso da retomada de um projeto nacional no Brasil. Já vimos a importância que teve, na formação da cultura brasileira, a tensão entre elite e povo e o papel da "classe média" na construção de uma identidade nacional, no século XX, que não se perde propriamente no período ditatorial, mas sofre uma inflexão crucial, com implicações de longuíssimo prazo. O cerne do projeto cultural do regime militar situava-se jus-

tamente na política de comunicação, que se articulava em torno de dois eixos: a unificação do mercado nacional através de uma sofisticada infraestrutura de telecomunicações controlada pelo Estado, necessidade, por certo, do próprio processo de acumulação de capital, o que exigia mobilizar os mecanismos da publicidade, mas também os da propaganda, sob o controle, desta vez, de um oligopólio altamente concentrado, sob a liderança de uma empresa com vinculações nacionais e internacionais que iam ao encontro do projeto de modernização conservadora do regime. (BOLAÑO, 2004; BRITTOS; BOLAÑO, 2005)

Em que pesem todas as mudanças ocorridas desde então, tanto no nível dos determinantes tecnológicos quanto da evolução do mercado e da democratização do país, a espinha dorsal do sistema de comunicação então implantado, e inclusive os atores de mercado, permanecem em boa medida os mesmos. A tendência hoje, mantendo-se os parâmetros atuais, inclusive por força da pressão da mudança estrutural representada pelo surgimento e expansão da internet, é de reforço da internacionalização, o que está longe de representar uma ruptura com o velho modelo. Não por isso. De fato, o sistema global de regulação das comunicações ao longo da segunda metade do século XX, nos países capitalistas, dava ao capital nacional ou ao Estado a propriedade e operação dos sistemas de radiodifusão, reconhecendo, como também no caso das telecomunicações, a soberania do Estado nacional. A dependência cultural se estabelecia, seja pela importação de formatos e padrões, seja pelo predomínio do oligopólio global, fortemente controlado pelas empresas americanas, nos setores de música e, sobretudo, cinema. Esse equilíbrio começará a ser rompido, tanto nas telecomunicações como nas comunicações, com o avanço das tecnologias da informação e da comunicação e das pressões privatistas e liberalizantes, sobretudo dos Estados Unidos, a partir de 1984.

Após um conturbado período de resistência política das empresas oligopolistas nacionais na defesa de seus mercados frente ao

avanço das telefônicas, a situação hoje é de crescente adaptação a estruturas de mercado mais abertas, com alianças estratégicas que tornam o sistema ainda mais permeável à penetração cultural estrangeira. Essa tendência hegemônica coloca na ordem do dia a problemática da dependência cultural num nível que Furtado não chegou a tratar, ainda que suas poucas observações, citadas neste trabalho, sobre a Indústria Cultural, ou o poder que garante o controle dos sistemas de informação e comunicação, ou ainda as poucas queixas que chegou a formular na obra autobiográfica, por exemplo, em relação à ação de certos setores da mídia contra o projeto desenvolvimentista, bem como, especialmente, o conteúdo do seu pensamento, aqui explicitado, não deixem dúvidas sobre a sua consciência do problema do controle dos meios de comunicação no Brasil. Mas é preciso entender o problema em toda a sua complexidade.

O surgimento da Indústria Cultural e dos grandes meios de comunicação de massa constitui, como tive a oportunidade de mostrar em diferentes trabalhos citados ou não neste texto, inclusive em Bolaño (2013), representa uma mutação radical do sistema de dominação no capitalismo, não simplesmente porque se tratem, como se sabe, de aparelhos ideológicos, não repressivos, como se dizia nos anos 1960, mas porque isso só é possível na medida em que Indústria Cultural subsume a cultura popular e estabelece com ela uma relação de mão dupla que faz com que a hegemonia passe a ser construída pela mediação de uma massa de trabalhadores intelectuais a serviço do grande capital cultural, um setor particular do capital que passa a cumprir essa função que, em princípio, deveria estar a cargo do Estado, na condição de capitalista coletivo ideal. Isso, por um lado, explicita a dupla contraditoriedade intrínseca do modo de produção capitalista (capital-trabalho/economia-cultura), mas oferece, por outro, a um setor da classe capitalista, uma posição privilegiada no sistema, de modo que, por exemplo, o avançado processo de financeirização desse setor hoje, em nível global, mas que já se apresenta também no Brasil, não pode ser entendido como

a sua subordinação ao capital financeiro, senão como a constituição de um bloco hegemônico global do qual as duas oligarquias participam de forma solidária.

Em todo caso, o poder de fato do grande capital cultural se deve à capacidade que tem de colonização do mundo da vida, o que, no caso do Brasil, foi conseguido através de um processo de (de)formação, ensejado pela construção, a um só tempo, do oligopólio televisivo, pós-64, e do gosto. O trabalho intelectual, do chamado *star system*, desempenha um papel crucial nesse processo. Somente nesses termos é possível entender a preocupação de Furtado, em 1984, quando coloca de forma bem clara as possibilidades de avanço de uma aliança, como se viu aqui, da classe média com o povo, mas também o enorme risco de descaracterização do potencial criativo do povo brasileiro frente ao crescimento da Indústria Cultural. Melhor do que classe média, o trabalhador cultural e o trabalhador intelectual em geral, termo que Furtado também usa, ou a *intelligentsia*, têm hoje uma responsabilidade histórica transcendental.

A redefinição do conceito de desenvolvimento envolve necessariamente disputa de interesses, configurando-se essencialmente como campo de luta. A simples reforma do padrão de acumulação, facilitada pelas tecnologias informacionais e da comunicação é insuficiente, pois o que se exige é uma mudança radical nos estilos de vida e nos valores. Uma "revolução cultural" nesse sentido, numa expressão de Furtado, enfrenta hoje uma situação nova no plano da construção da hegemonia: (a) no plano da ideologia em sentido negativo, a integração social promovida pela Indústria Cultural, após cem anos, acabou constituindo toda uma sociedade do espetáculo de enorme eficácia como mecanismo de controle e de direcionamento das energias sociais para fins acumulativos; (b) em sentido positivo, não apenas a massificação da democracia formal, mas também a generalização dos padrões de consumo próprios da sociedade de massa do século XX para setores muito amplos da popu-

lação mundial canalizam também energias utópicas para o consumo de mercadorias e a reprodução do sistema.

A expansão da Internet e da chamada sociedade do conhecimento problematiza, mas não reverte, essas tendências, pois dissemina certas condições para o exercício da criatividade (inclusive ao nível da invenção tecnológica secundária, necessária para a reprodução do sistema na sua atual etapa) no plano individual, sem democratizar, antes pelo contrário, o sistema de poder. Essa disseminação, na verdade, facilita a ação do capital investido na economia do conhecimento, de apropriação de inovações produzidas por fora da economia de mercado, reduzindo riscos e custos de pesquisa e desenvolvimento, com o que se estabelece uma nova forma de acumulação primitiva de conhecimento, que se torna estrutural pela reconfiguração das relações entre mercado e não mercado no setor. (BOLAÑO, 2000; BOLAÑO et al., 2013)

Nessas condições, os casos notáveis de sucesso individual de novas empresas e novos empresários – todos eles provenientes de algumas poucas universidades, principalmente norte-americanas e especialmente de Stanford, e do Vale do Silício – ajudam a renovar a ideologia do sucesso individual, reconfirmada pela multiplicação das *startups* em diferentes setores da economia da Internet, inclusive na periferia. Trata-se, evidentemente, de uma aparência, que mascara a essência do direcionamento das energias criativas, individuais e coletivas, em benefício da renovação dos mecanismos de controle social e de desenvolvimento do sistema de exploração do capital e de regulação mercantil.

Mas é verdade também – e o mesmo poderia ser dito das chamadas indústrias criativas (BOLAÑO, 20113) – que se trata de uma ideologia ancorada na própria realidade do sistema, não uma mera invenção sem lastro. Se quisermos, podemos voltar à definição das duas formas de apropriação do excedente de Furtado para notar que a expansão da forma mercantil, como é em grande parte o caso, ao estimular a inventividade individual e o espírito de aventura,

abre as comportas de uma criatividade que poderá muito bem ser voltada para objetivos distintos daqueles referentes à lógica dos meios, dirigindo eventualmente a inovação para o plano da política e da cultura não material, no sentido inverso da alienação. Nessa perspectiva, o fundamental é construir aquela autonomia cultural de classe a que Furtado se referia em trechos analisados aqui no capítulo terceiro.

O problema evidentemente é reconhecer a nova estrutura de classes do capitalismo do século XXI. A posição que podemos extrair de Furtado a esse respeito, seja na perspectiva radical de *Criatividade e desenvolvimento*, explicitando a necessidade de ir além da visão meramente classista do movimento operário tradicional e do dogmatismo do marxismo oficial, cuja insuficiência ficou claramente exposta no momento das revoltas de 1968, seja na proposição, em 1984, da referida aliança entre classe média e povo, é da maior relevância nos dias de hoje para o bom equacionamento do problema. Da minha parte, tenho tratado o mesmo com base na ideia de subsunção do trabalho intelectual, numa perspectiva marxiana, recuperando também, como eixo teórico central, as contribuições fundamentais de Sohn-Rethel e do próprio Furtado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta. Celso Furtado, a polaridade modernização-marginalização e uma agenda para a construção dos sistemas de inovação e bem-estar social. In: SABOIA, João; CARVALHO, Fernando (Org.). *Celso Furtado e o século XIX*. Barueri: Manole, 2007.

ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundia. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

ALTVATER, Elmar. *O fim do capitalismo como o conhecemos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ALTVATER, Elmar. *Los limites del capitalismo*: acumulación, crecimiento y huella ecológica. Buenos Aires: Mar Dulce, 2011.

ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ALTVATER, Elmar. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

APPIAH, Kwane Anthony. *Na casa de meu pai*: a África na filosofia da cultura. 3.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

ARANTES, Paulo; ARANTES, Otília. *Sentido da formação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BATAILLE, Georges. *La parte maldita*. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2009.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Valor e capitalismo*: um ensaio sobre a economia política. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BERCOVICI, Gilberto; OCTAVIANI, Alessandro. Direito e subdesenvolvimento: o desafio furtadiano. In: FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (Org.). *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado para o Desenvolvimento, 2013.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio. *A grande esperança em Celso Furtado*: ensaios em homenagem aos seus 80 anos. São Paulo: Editora 34, 2001.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. *Revista CEPAL*, Santiago do Chile, número esp., maio, 2005.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. *Mercado brasileiro de televisão*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: EDUC, 2004.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Indústria e criatividade: uma perspectiva latino-americana. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 367-380, jul./dez. 2011e.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Industria y creatividad: una perspectiva latino-americana. *Revista Eptic On-Line*, São Carlos, v. 14, n. 1, jan./abr., 2012.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Economia política, globalización y comunicación. *Revista Nueva Sociedad*, Caracas, n. 140, p. 138-153, nov./dez., 1995.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. *Indústria cultural*: informação e capitalismo. São Paulo: HUCITEC, 2000.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo: a re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. *Revista Soc. bras. Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-78, dez., 2002.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Esporte e capoeira. Identidade nacional e globalização. *Candeeiro*, Aracaju, v. 6, n. 9-10, p. 33-42, out., 2003.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Comunicação, cultura e desenvolvimento: a atual encruzilhada histórica da produção e distribuição de conteúdo no Brasil. In: BRASIL. *Produção de conteúdo nacional para mídias digitais*. Brasília: Presidência da República, 2011d.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Prólogo a uma crítica da epistemologia da Comunicação. Uma leitura da sociologia do espírito de Karl Mannheim. In: BRITTOS, Valério (Org.). *Economia política da comunicação*: convergência tecnológica e inclusão digital. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011a. p. 93-112.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Reestruturação produtiva, subsunção do trabalho intelectual e a dinâmica contraditória do desenvolvimento. In: MACIEL, Maria Lúcia; ALBAGLI, Sarita (Org.). *Informação, conhecimento e poder*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011b.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Sobre intelecto general, capital, comunicación y conocimiento: uma lectura de lós Grundrisse. *deSignis*, Buenos Aires, 17, 2011c.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. *Campo aberto*: para a crítica da epistemologia da comunicação. Aracaju, 2013. (mimeo.)

BOLAÑO, César et al. (Org.). *Economia política da internet*. 2. ed. Aracaju: Editora UFS, 2011. v. 1.

BOLAÑO, César. *Economia política da internet*. Aracaju, 2013. (mimeo.) v. 2.

BOLAÑO, César; MOTA, Joanne; MOURA, Fábio. Leis de incentivo à cultura via renúncia fiscal no Brasil. In: CALEBRE, Lia (Org.). *Políticas culturais*: pesquisa e formação. São Paulo: Itaú Cultural, 2012.

BOSI, Alfredo. Prefácio In: FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOSI, Alfredo. *Ideologia e contraideologia*: temas e variações. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRANDÃO, Carlos. Celso Furtado: subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade. *Eptic Online*, São Carlos, v. 14, n. 1, p.133-148, jan./abr., 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/400>. Acesso em: 7 set. 2014.

BRASIL. *Economia da cultura*: reflexões sobre as indústrias culturais no Brasil. Brasília: Instituto de Promoção Cultural: Secretaria de Apoio à Produção Cultural, 1988.

BRASIL. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*: GTDN – Grupo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste. Recife: Ministério do Interior, 1967.

BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César (Org.). *Rede Globo*: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, 2005.

CANDIDO, Antônio. Depoimento a Mario Neme para a Plataforma da nova geração. In: DANTAS, Vinicius (Org.). *Antônio Candido*: textos de intervenção. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2002.

CANO, Wilson. *Ensaios sobre a formação econômica do Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002.

CANO, Wilson. Alguns temas relevantes sobre América Latina e Brasil tratados por Celso Furtado. In: SABÓIA, João; CARVALHO, Fernando Cardim (Org.). *Celso Furtado e o século XXI*. Barueri: São Paulo: Ed. Manole, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO, Antonio Barros. O Brasil e os desafios da China. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 203-211, jan./jun., 2012.

FAVA, Julian. Prefácio. In: BATAILLE, Georges. *La parte maldita*. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2009.

FIGUEROA, Victor. *Reinterpretando el subdesarrollo*. México DF: Siglo XXI, 1986.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.

FURTADO, Celso. *Operação nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. 5.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO, Celso. *Brasil*: tempos modernos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968a.

FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968b.

FURTADO, Celso. *A economia latino-americana*: formação histórica e problemas contemporâneos São Paulo: Companhia das Letras, 2007b.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e estagnação na América Latina: um enfoque estruturalista. In: BIANCHI, Andres. *América Latina*: ensayos de interpretación económica. Santiago: Editora Universitaria, 1969b.

FURTADO, Celso. *Análisis del 'modelo' brasileño*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1972.

FURTADO, Celso. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

FURTADO, Celso. *Prefácio a Nova Economia Política*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. *Pequena introdução ao desenvolvimento*: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

FURTADO, Celso. *A nova dependência*: dívida externa e monetarismo. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento*: em época de crise. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. A fantasia organizada. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica de Celso Furtado*: tomo I. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FURTADO, Celso. Entre inconformismo e reformismo. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica de Celso Furtado*: tomo III. São Paulo: Paz e Terra, 1997a.

FURTADO, Celso. Aventuras de um economista brasileiro. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*: tomo II. São Paulo: Paz e Terra, 1997b.

FURTADO, Celso. A fantasia desfeita. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica de Celso Furtado*: tomo II. São Paulo: Paz e Terra, 1997b.

FURTADO, Celso. Os ares do mundo. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica de Celso Furtado*: tomo III. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FURTADO, Celso. *Foto de uma conversa*: Celso Furtado e Cristovam Buarque. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. *O longo amanhecer*: reflexões sobre a formação do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (Org.). *Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar y salir de la modernidad. Buenos Aires: Paidós, 2001.

GÁNGÓ, Gabor. *Marxismo, cultura, comunicación*. De Kant y Fichte a Lukács y Benjamin. Buenos Aires: Herramienta Ediciones, 2009.

GONÇALVES, José Sergio Rocha de Castro. Apresentação. In: FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GUIMARÃES, Vicente et al. Convergências e complementaridades da corrente neo-schumpeteriana com o pensamento estruturalista de Celso Furtado. In: SABÓIA, João; CARVALHO, Fernando Cardim (Org.). *Celso Furtado e o século XXI*. Barueri: São Paulo: Ed. Manole, 2007.

HOBSBAWN, Eric. *Introdução a formações econômicas pré-capitalistas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HOBSBAWN, Eric. *A era das revoluções*: 1789-1848. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

KRADER, Lawrence. *Ethnological Notebooks Of Karl Marx*: Studies Of Morgan, Phear, Maine, Lubbock. Assen: Van Gorcum, 1974.

KRADER, Lawrence. *E*Evolução, revolução e estado: Marx e o pensamento etnológico. In: HOBSBAWN, Eric. *História do marxismo*: vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LIMA, Marcos Costa. Uma concepção de mundo em Celso Furtado: ciência e perplexidade. In: LIMA, Marcos Costa; DAVID, Maurício Dias (Org.). *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. Vila Nova Goiás: Ed. Verbena, 2008.

LOPES, Ruy Sardinha. *Informação, conhecimento e valor*. São Paulo: Radical Livros, 2008.

LUKÁCS, Gyorgy. *Ontologia do ser social*: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*: Introdução à sociologia do conhecimento. Porto Alegre: Globo, 1950.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo: Vozes, 1984.

MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado*: um retrato intelectual. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MELO, José. *Teoria da comunicação*: paradigmas latino-americanos. São Paulo: Vozes, 1992.

MELO, José. *Entre el saber y el poder*: pensamiento comunicacional latinoamericano. México DF: UNESCO, 2007.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-filosóficos. In: MARX, Karl; ENGELS, Federico. *Escritos económicos varios*. Barcelona: Grijalbo, 1962.

MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*. México: Siglo XXI, 1980.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: MARX, Karl. *Manuscritos economico-filosoficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

McCLINTOCK, Anne. *Couro imperial*: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010.

MELLINO, Miguel. *La crítica poscolonial*: descolonización, capitalismo y cosmopolitismo en los estudios poscoloniales. Buenos Aires: Paidós, 2008.

MONTERO, Paula. A cultura popular na fabricação da identidade nacional. *Revista Notícias Fapesp*, São Paulo, n. 42, p. 3, maio, 1999.

MORAGAS SPÀ, Miquel. *Interpretar la comunicación*: estudios sobre medios en América y Europa. Barcelona: Gedisa, 2011.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*: (1933-1974). São Paulo: Ática, 1978.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*: (1777-1808). São Paulo: HUCITEC, 1979.

OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira*: crítica à razão dualista. São Paulo: Brasiliense, 1975.

O LONGO amanhecer - Cinebiografia de Celso Furtado. Direção: José Mariani. [S.l.]: Andaluz Produçõe, ANCINE, 2077. (73 min.) son. color.

PAULA, João Antonio. *História e cultura no pensamento de Celso Furtado*. In: SABÓIA, João; CARVALHO, Fernando Cardim (Org.). *Celso Furtado e o século XXI*. Barueri: São Paulo: Ed. Manole, 2007.

PEREZ, Carlota. *Veja*, São Paulo, ed. 2114, 27 maio 2009.

POLANYI, Karl. *La gran transformación*: los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo. México: Fonde de Cultura Económica, 1992.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MARX, Karl. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS Boaventura; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

RABUSKE, Edvino. *Antropologia filosófica*: um estudo sistemático. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

REIS, L. V. de S. Capoeira e identidade negra: um jogo de tradições inventadas. *Revista Impulso*, São Paulo, v. 6, n. 25, 1993.

RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

ROCHA, Maria Eduarda Mota. Celso Furtado e a formação da cultura brasileira. *Eptic Online*, São Paulo, v. 14, n. 1, p.120-132, jan./abr., 2012. Disponível em: <www.eptic.com.br/site/revista-eptic-online-volume-XIV-numero-1-janeiro-abril-2012/>. Acesso em: 8 set. 2014.

RODRÍGUEZ, Octavio. Furtado y la renovación de la agenda del desarrollo. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 177-211, 2006.

RODRÍGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RODRIGUEZ, Octavio; BURGUEÑO, Oscar. *Desenvolvimento e cultura*. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio. *A grande esperança em Celso Furtado*: ensaios em homenagem aos seus 80 anos. São Paulo: Editora 34, 2001.

SABÓIA, João; CARVALHO, Fernando J. Cardim (Org.). *Celso Furtado e o século XXI*. Rio de Janeiro: Manole, 2007.

SALM, Claudio. O debate sobre a tendência à estagnação. In: MALTA, Maria Mello de (Coord.). *Ecos do desenvolvimento*: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie*: dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SINGER, Paul. Apresentação. In: ALTVATER, Elmar. *O fim do capitalismo como o conhecemos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SOHN-RETHEL, Alfred. *Trabajo manual y trabajo intelectual*. Crítica de la epistemología. Barcelona: El Viejo Topo, 1980.

SOHN-RETHEL, Alfred. *Trabalho espiritual e corporal para a epistemologia da história ocidental*. João Pessoa: UFPB/CCSA, 1995.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. 8.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI. José Luis (Org.). *Poder e dinheiro*: uma economia política da globalização. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

WILLIAMS, Raymond. *Televisione*: tecnologia e forma culturale. Milano: Editori Riuniti, 2000.

	Colofão
Formato	16 x 23 cm
Tipografia	Scala
Papel	Alcalino 75 g/m² (miolo) Cartão Supremo 300 g/m² (capa)
Impressão	Edufba
Capa e Acabamento	Cartograf
Tiragem	1.000 exemplares

Este livro é uma leitura ampla dos principais trabalhos teóricos de Celso Furtado, numa perspectiva pouco desenvolvida em textos anteriores: a do importante e complexo conceito de cultura do grande intelectual brasileiro, cuja obra se caracteriza por uma profunda interdisciplinaridade. Está dirigido a um público amplo, de professores e estudantes de economia, sociologia, comunicação, política e as mais variadas ciências sociais, assim como produtores culturais, gestores e todos os interessados no tema das relações entre comunicação, cultura e desenvolvimento, em perspectiva crítica.

"[...] temos aqui não apenas um excelente livro sobre cultura nas e a partir das reflexões de Furtado. Vai muito além e, sob a inspiração do mestre, traz até os dias atuais as questões sobre as mais decisivas articulações, e os desafios para a formulação de políticas públicas, nas interfaces entre comunicação, cultura e desenvolvimento."

Carlos Brandão

ISBN 978-85-232-1382-4
9 788523 213824